



Flávia Correia Lima Huber Costa

**“OLHOS QUE FUZILAM O DIFERENTE”:
Disputas e trajetórias textuais da sexualidade de
militares gays**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do
grau de Doutor em Letras/Estudos Estudos da Linguagem
pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem
da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Liana de Andrade Biar

Rio de Janeiro
Fevereiro 2022



Flávia Correia Lima Huber Costa

**“OLHOS QUE FUZILAM O DIFERENTE”:
Disputas e trajetórias textuais da sexualidade de
militares gays**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Liana de Andrade Biar
Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Inés Kayon de Miller
Departamento de Letras – PUC-Rio

Danie Marcelo de Jesus
UFMT

Leandro da Silva Gomes Cristovao
CEFET/RJ

Regiane Corrêa de Oliveira Ramos
UEMS

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Flávia Correia Lima Huber Costa

Bacharel em Letras – Português, Inglês e Literaturas correspondentes pela PUC-Rio em 1997. Licenciada em Letras – Português e Inglês pela Universidade Santa Úrsula em 2001. Pós-graduada em Língua Inglesa pela Universidade de Taubaté em 2005, em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2012 e em Língua Inglesa Avançada para Professores pelo Defense Language Institute (EUA) em 2013. Realizou o curso de MBA em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo em 2017. Mestre em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio em 2015. Atualmente é Major do Exército Brasileiro, onde atua como professora de língua inglesa.

Ficha Catalográfica

Costa, Flávia Correia Lima Huber

“Olhos que fuzilam o diferente” : disputas e trajetórias textuais da sexualidade de militares gays / Flávia Correia Lima Huber Costa; orientadora: Liana de Andrade Biar. – 2022.

245 f. : il. color.; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2022.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Homofobia. 3. Militarismo. 4. Vontade de verdade. 5. Entextualização. 6. Embate discursivo. I. Biar, Liana de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Para a tia Miriam, minha primeira referência de mulher Doutora na família e no mundo, e para a vovó Dorinha. Ambas, vítimas da covid-19, não viveram para ver a conclusão deste trabalho.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a **Deus** por permitir que eu chegassem até aqui e ter me dado forças para enfrentar todos os desafios impostos ao longo da minha caminhada acadêmica.

A meus pais, **Carlos Itamar Escobar Huber** e **Ana Léa Correia Lima Huber**, por sempre me apoiarem em todas as minhas aventuras. Por investirem na minha educação, sempre acreditando que esse é o caminho de transformação social. Por aceitarem o filho gay como ele era e por fazerem do nosso lar um lugar seguro para todos os nossos amigos LGBT. E acima de tudo, por me amarem incondicionalmente.

À minha irmã **Denise Correia Lima Huber**, a pessoa mais maravilhosa do mundo, pela revisão de parte do texto, pelas coconstruções sempre tão pertinentes. Por ser a voz que constrói os melhores e mais sensatos enunciados na grande cadeia discursiva da minha vida. Você é tudo para mim!

Ao meu irmão **Ricardo Correia Lima Huber**, *in memoriam*, por ser meu parceiro de vida e de profissão. Por ter me ensinado a resistir ao preconceito e lutar pela temática LGBT. Meu amor por você transcende esse plano. Sua voz ecoa em cada linha escrita aqui.

Ao meu marido **Fábio Leite Costa**, que, por amor, aguentou pacientemente ao meu lado toda a minha ausência durante esta etapa acadêmica. Por me emprestar seus ouvidos durante meus acessos de entusiasmo e de indignação no processo de escrita do trabalho. Acima de tudo, por nunca deixar de me apoiar, mesmo sabendo que o tema da tese poderia afetar sua própria trajetória profissional.

Às minhas filhas **Júlia** e **Laura Huber Costa**, os meus maiores amores, por entenderem todas as vezes que eu precisei estar ausente para estudar durante esta marcha rumo a um sonho. Vocês sabiam que o doutorado era tão importante para mim. Eu espero que vocês se espelhem e continuem acreditando no poder transformador da educação. Enfrentem ativamente suas batalhas e sempre digam não a todas as formas de preconceito.

Ao meu cunhado **Alexander Cardoso Carneiro**, que, por uma manobra espiritual estrategicamente perfeita, não nasceu meu irmão de sangue para que pudesse se casar

com a minha irmã. A ele devo tanto, que nem sei por onde começar a agradecer. Então, obrigada por existir e por fazer sempre tudo por mim! Você é o meu irmão do coração.

Ao meu cachorro **Shoyo**, o mais lindo labrador. Obrigada por tantas madrugadas bakhtinianas, goffmanianas e foucaultianas juntos. Só quem tem um companheiro como você conhece o verdadeiro sentido de fidelidade e amor incondicional.

À minha orientadora **Liana de Andrade Biar**, por ter me aceitado em mais um desafio. Liana nunca me deixou para trás, mesmo quando parecia que eu ia sumir pelo Amazonas, Mato Grosso, Bolívia, Amapá ou Distrito Federal. Com todas essas mudanças impostas ao longo da etapa do doutorado, Liana inaugurou o verdadeiro paradigma de orientação multissituada, sem nunca perder a docura e deixar de me manter motivada. Obrigada, ainda, por não permitir que a pandemia do coronavírus fosse o fim desse meu sonho, mesmo nos piores momentos, quando estava difícil resistir aos horrores que atravessamos. A você, Liana, que não é apenas a melhor professora, mas a mais competente orientadora e incrível ser humano, agradeço por tudo que sou na vida acadêmica. Obrigada por me transformar.

Ao professor **Dánie Marcelo de Jesus**, por acolher e me encantar na UFMT. Por suas leituras cuidadosas do texto da qualificação e por todas as sugestões e encaminhamentos. Por abrir meu horizonte com tantos textos, sentidos e oportunidades. Acima de tudo, obrigada pela sua amizade, meu muso.

Ao professor **Leandro da Silva Gomes Cristóvão**, por ser inspiração constante. Agradeço pelas preciosas contribuições na qualificação e por estar ao meu lado nesta jornada.

À professora **Inés Kayon de Miller**, por ter me encorajado a encarar e politizar um tema ainda tão delicado. Aprendi com ela que a verdadeira relevância de fazer Linguística Aplicada está na observação teórica e prática dos problemas do mundo real, onde a linguagem tem um papel central. Obrigada por estar aqui comigo desde o início de tudo.

À professora **Maria das Graças Dias Pereira**, por me acolher com carinho a todo instante, por me apoiar e por compartilhar seu Dropbox de fazer inveja a qualquer pesquisador.

Aos professores, **Simone de Jesus Padilha, Regiane Corrêa de Oliveira Ramos, Daniel do Nascimento Silva e Liliana Cabral Bastos** por compartilharem seus conhecimentos em suas aulas e assim, plantarem em mim sementes questionadoras.

À amiga **Renata Martins Amaral**, por todas as trocas, ensinamentos, conversas, entextualizações e, principalmente, pela melhor gargalhada. Você esteve ao meu lado incondicionalmente todos os dias desta trajetória, independentemente de onde eu estivesse geograficamente, sempre me incentivando a alcançar meus objetivos. Thanks, amiga!

Aos meus amigos e parceiros de jornada acadêmica, **Etyelle Pinheiro de Araújo e Alexandre Florêncio dos Santos**, com quem compartilhei inseguranças, desesperos, conquistas, risadas, fofocas, rugas, conhecimento, carinho e muita amizade. Foi no nosso pequeno grupinho “Doutorado”, que sempre aporpei em porto seguro.

Aos colegas do **NAVIS**, que apesar da minha constante ausência, sempre mantiveram as portas abertas e torceram para o meu sucesso.

À secretária da Pós-Graduação em Letras, **Francisca Ferreira de Oliveira**, mais conhecida como **Chiquinha**, por seu trabalho cuidadoso, atencioso e silencioso, por seu carinho, por sua dedicação e por seu jeitinho tão amável sempre.

Aos meus companheiros de farda LGBT, por compartilharem as suas histórias comigo, mesmo sem participar diretamente da pesquisa, possibilitando que eu tivesse uma visão muito mais holística da realidade de homossexuais no meu contexto profissional.

Aos professores Dânie Marcelo de Jesus, Leandro da Silva Gomes Cristóvão, Regiane Corrêa de Oliveira Ramos, Inés Kayon de Miller, Otávio Goes de Andrade e Liliana Cabral Bastos por aceitarem o convite para compor a banca e por suas valorosas observações e contribuições.

Finalmente, agradeço às pessoas que realmente tornaram este estudo uma realidade: **Coronel “Fernando”, Major “Eduardo” e Capitão “Ronaldo”**. Vocês dão existência e alma à pesquisa. Suas histórias de vida e suas lutas diárias contribuem para uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa. Obrigada por resistirem e por transverterem a ordem do discurso. Por fim, obrigada por confiarem em mim, dividirem

comigo suas maiores intimidades e serem meus amigos. Sem vocês, eu não chegaria até aqui.

À PUC-Rio e à CAPES pelos auxílios concedidos sem os quais este trabalho não teria sido concretizado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Costa, Flávia Correia Lima Huber: Biar, Liana de Andrade (orientadora). **“OLHOS QUE FUZILAM O DIFERENTE”: Disputas e trajetórias textuais da sexualidade de militares gays.** Rio de Janeiro, 2022. 245p. Tese de Doutorado. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Inscrevendo-se no âmbito da Linguística Aplicada, a presente tese analisa, em uma perspectiva etnográfica multissituada, os movimentos de entextualização - descontextualização e recontextualização - de saídas do armário de três oficiais do Exército Brasileiro que se identificam como homens gays. Após optarem por abrir suas sexualidades nos quartéis, os militares sofreram processos de linchamento virtual através de plataformas digitais. Dentro do fluxo de movimentos de textos, são apresentados *prints* de grupos virtuais onde as difamações ocorreram. Na sequência, as narrativas dos participantes que resistem à vontade de verdade da masculinidade hegemônica na caserna são analisadas. Os casos que tiveram repercussão na mídia também são objetos de investigação por criarem outros sentidos na cadeia discursiva da viralização. O objetivo do trabalho é discutir que sentidos emergem em cada movimento do trânsito textual, observando que elementos do texto-evento são recuperados, apagados e transformados. Assim, estruturas históricas, sociais e culturais que participam da construção do discurso de homofobia no universo militar são tornadas relevantes. Ainda, investiga-se como os participantes criam sentidos para suas histórias de vida ao mesmo tempo em que resistem à ordem do discurso enraizada no cenário militar. A perspectiva teórica da pesquisa situa-se em uma visão de linguagem como um campo de intervenção política, onde se manifestam as injustiças sociais e onde são travadas as constantes lutas por poder da nossa história. Dentro de uma vertente foucaultiana de discurso e poder, as análises, de natureza qualitativa e interpretativa, se dão a partir das noções de entextualização, indexicalidade, análise de narrativas, dialogismo e panoptismo. Os resultados indicam que, nas trajetórias textuais, sentidos sobre a homoafetividade transitam e são disputados em diferentes ordens, ora aderindo, ora desafiando a vontade de verdade militar institucional. Observa-se que apesar das perseguições veladas que podem sofrer, os participantes optam por abrir suas vidas no panóptico contemporâneo das redes sociais e buscam estabelecer uma nova ordem do discurso no contexto militar concernente à aceitação de outras formas de viver a sexualidade. Para além dos compromissos teóricos, o trabalho busca contribuir para entendimentos sobre o atual embate entre a aceitação legal e institucional da presença de homossexuais nos quartéis e a rejeição por parte de sujeitos que ocupam esse mesmo espaço.

Palavras-chave

Homofobia. Militarismo. Vontade de verdade. Entextualização. Embate discursivo.

Resumen

Costa, Flávia Correia Lima Huber: Biar, Liana de Andrade (orientadora). **"OJOS QUE DISPARAN A LOS DIFERENTES": Disputas y trayectorias textuales de la sexualidad de militares homosexuales.** Rio de Janeiro, 2022. p. Tese de Doutorado. Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Situada en el campo de la Lingüística Aplicada, esta tesis analiza, dentro de una perspectiva etnográfica multisituada, los movimientos de entextualización, descontextualización y recontextualización de la salida del armario de tres oficiales del Ejército Brasileño que se identifican como hombres homosexuales. Tras optar por abrir sus sexualidades en los cuarteles, los militares sufrieron procesos de linchamiento virtual a través de plataformas digitales. Dentro del flujo de movimientos de texto, se presentan *prints* de grupos virtuales donde ocurrieron las difamaciones. A continuación, se analizan las narrativas de los participantes que resisten la voluntad de verdad de la masculinidad hegemónica en los cuarteles. Los casos que tuvieron repercusión en la prensa también son objeto de investigación porque crean otros significados en la cadena discursiva de viralización. El objetivo del trabajo es discutir qué significados emergen en cada movimiento del tránsito textual, observando qué elementos del texto-evento son recuperados, borrados y transformados. Así, se vuelven relevantes las estructuras históricas, sociales y culturales que participan en la construcción del discurso homofóbico en el universo militar. Además, investiga cómo los participantes construyen significados para sus historias de vida mientras resisten el orden del discurso arraigado en el escenario militar. La perspectiva teórica de la investigación parte de una visión del lenguaje como campo de intervención política, donde se manifiestan las injusticias sociales y donde ocurren las constantes luchas por el poder en nuestra historia. Dentro de una corriente foucaultiana de discurso y poder, los análisis, de naturaleza cualitativa e interpretativa, se basan en las nociones de entextualización, indexicalidad, análisis de narrativa, dialogismo y panoptismo. Los resultados indican que, en las trayectorias textuales, los significados sobre la homoafectividad transitán y se disputan en diferentes órdenes, a veces adhiriéndose, a veces desafiando la voluntad de la verdad militar institucional. Se observa que a pesar de las persecuciones veladas que pueden sufrir, los participantes optan por abrir su vida en el panóptico contemporáneo de las redes sociales y buscan establecer un nuevo orden de discurso en el contexto militar relativo a la aceptación de otras formas de vivir la sexualidad. Además de los compromisos teóricos, el trabajo busca contribuir a la comprensión sobre el conflicto actual entre la aceptación legal e institucional de la presencia de homosexuales en los cuarteles y el rechazo por parte de los individuos que ocupan ese mismo espacio.

Palabras clave

Homofobia. Militarismo. Voluntad de verdad. Entextualización. Choque discursivo.

Sumário

1 Introdução	14
2 A Construção da Masculinidade e da Homofobia na Caserna.....	28
2.1 A virilidade militar no mundo Greco-Romano.....	30
2.2 O surgimento do conceito de homossexualidade	35
2.3 Aceitação da Homossexualidade nos Exércitos Contemporâneos	37
2.4 Sobre homossexuais no Exército Brasileiro	42
2.5 O discurso da heteronormatividade e o armário gay na caserna	50
3 Pressupostos Teóricos.....	57
3.1 A noção de linguagem no mundo globalizado	58
3.2 Entextualização em tempos de redes sociais	60
3.3 Discurso e poder em Foucault	64
3.3.1 Panoptismo nas redes sociais.....	66
3.4 Dialogismo na entextualização	70
3.5 Indexicalidades	74
3.6 Narrativas.....	80
4 Pressupostos Metodológicos.....	86
4.1 A Natureza da Pesquisa	86
4.2 Participantes da Pesquisa.....	89
4.2.1 Major Flávia Huber – recortes da minha trajetória de vida	91
4.2.2 Coronel Fernando	102
4.2.3 Major Eduardo	103
4.2.4 Capitão Ronaldo	105
4.3 O desenho da pesquisa e a geração de dados.....	106
4.4 Etnografia no contexto de pesquisa <i>multi-sited</i>	109
4.5 Procedimentos e categorias de análise.....	111
4.6 As questões éticas de pesquisa	112
5 Coronel Fernando.....	115
5.1 Adoção, saída do armário e viralização	117
5.2 Vontade de verdade heteronormativa e panoptismo virtual	120
5.3 Repercussão do caso na imprensa: Um Rio de ódio.....	132

5.4 Dois anos depois: ressignificando a viralização	139
6 Major Eduardo	157
6.1 A difamação e as questões de poder	157
6.2 Resistência e desestabilização de verdades	168
6.3 Alternância no direito privilegiado de quem fala	175
6.4 Entextualização como forma de apoio.....	178
7 Capitão Ronaldo	182
7.1 “O cara é de AMAN” – embates discursivos na saída do armário.....	183
7.2 “Eu vou botar a cara a tapa pra que outras pessoas tenham coragem”	190
7.3 “Tem um pika de matbel casado com um barbudo” – sistemas de dominação.....	204
7.4 Quatro anos depois: novas percepções	208
8 (In)Conclusões.....	213
8.1 Perguntas e respostas de pesquisa (atualizar)	216
8.2 Costurando os capítulos.....	220
8.3 Contribuições e limitações do estudo	223
Referências:	228
Anexo 1	238
Anexo 2	242
Anexo 3	244
Anexo 4	245

Sorpresa

“Los gais no nos sirven en el Ejército. Serían un peligro porque intentarían seducir a alguien. Admitirlos induciría a la promiscuidad en los cuarteles”.

Esas fueron las palabras del General Hurtado, ex Comandante General del Ejército Nacional de Bolivia.

Me pregunto qué dirá el General cuando lea este libro escrito por su sobrino.

EDSON HURTADO - *Ser gay em tiempos de Evo*

1

Introdução

Bial: - *Entre as mudanças importantes realizadas sob o seu comando esteve a inclusão de mulheres nos cursos militares combatentes. Quando vai chegar a vez dos gays e dos transexuais?*

General Villas Boas: - *É isso, o Exército segue a legislação, a lei. E já temos no Exército. Tem inclusive transexuais, têm pessoas casadas com o mesmo sexo.*

Bial: - *Mesmo em cursos de combatentes?* (Cara de surpresa)

General Villas Boas: - *Também. Também mesmo nesses cursos. Você vê que existem, né, no Exército e não se ouve falar, né? Que tenha causado algum problema, enfim... Porque a coisa tá assimilada com naturalidade. E tá se cumprindo a lei.*

Bial: - *Porque pra mim, eu imagino isso; um baita de um choque cultural, porque o Exército, as Forças Armadas em geral, são instituições com um machismo milenar, né? Faz parte, né?* (risos)

General Villas Boas: - *Machismo milenar, é verdade. (risos) Bom, é... Mas veja bem, de certa forma é um choque. E a sociedade em geral não assimilou isso bem, né? Então, é natural que dentro da Força, né, isso ocorra, mas é... Nós temos o Regulamento Disciplinar, que inibe que isso ocorra. Eu não vou dizer que eventualmente não ocorra algum problema, né, Bial? Onde há seres humanos, enfim... Mas isso tá ocorrendo com absoluta naturalidade.*

Bial: - *Mas então, como postura, como posição institucional, pode? Pode gay, pode transexual?*

General Villas Boas: - *Pode.*

Bial: - *Em qualquer curso militar combatente...*

General Villas Boas: - *Pode sim.*

Bial: (Cara de surpresa) - *Nada como um dia após o outro!*

General Villas Boas: - *Não é?*

Bial: - *Incrível!*

Programa “Conversa com Bial” em 19/set/2017

“Olha aí, ó, olha aí. É isso que eu fico bolado, irmão. É isso que eu fico bolado, bolado. PORRA! Maluco, lobo¹, cara, lobo se forma na ESA² e casa com a porra do traveco, viado. E o traveco vai na ESA botar a porra do quepe no maluco... Aí, na moral, irmão, na moral, maluco, puta que pariu, PUTA QUE PARIU! IRMÃO, QUE PORRA DE SARGENTO ESSE QUE ESTÃO FORMANDO LÁ, CARALHO? QUE PORRA DE EXÉRCITO É ESSE? PORRA! A porra do sargento me sai da ESA casado COM TRAVECO, PORRA! Vai tomar no cu, meu irmão, vai se foder. É a porra do MAJOR que vira TRAVECO. Ah, meu irmão, vai tomar no cu. A PORRA do QAO³, um puta de um gorila NEGÃO, com a porra da criança comendo o cu DELE, PORRA! A PORRA do SUB⁴ lá, da casa do CARALHO dando o cu pro traveco. Aí, tu pega a porra do recruta dando a BUNDA no alojamento. Essa porra desse Exército tá virando é ROSA OLIVA, PORRA! Alguém tem que falar, CARALHO, esses traveco não são bem-vindo, pô! Daqui a pouco, irmão, o comandante de companhia vai ser um PUTA DE UM VIADÃO lá... com cu, peito, dando pros recruta no banheiro, botando a companhia em forma, todo mundo pelado de pau duro, porra! Vai tomar no cu, meu irmão. Porra! Caralho, meu irmão, isso é essa merda dessa geração aí agora, cara, que bota porra de barraca pro recruta não ficar no sol. Vem com a mãe na porta do batalhão, a mãe dá um beijo no cu do recruta, o recruta entra, entendeu? Aí, ninguém faz nada. Ninguém dá tiro na mãe dele, ninguém dá tiro no pai. Ninguém ESPANCA o pai dele se for lá reclamar que o filho tá no sol, entendeu? Já foi a época já. Já foi... Agora a porra do, do sargento me sai da ESA, O SARGENTO ME SAI DA ESA CASADO COM TRAVECO, PORRA! VAI TOMAR NO CU!”⁵

¹ Lobo é um termo informal utilizado para fazer referência a sargentos recém-formados.

² ESA – Escola de Sargentos das Armas – principal escola de formação de sargentos do Exército Brasileiro.

³ QAO- Quadro Auxiliar de Oficiais – formado por militares que atingem o oficialato após uma carreira como sargentos e subtenentes.

⁴ SUB – forma informal para se referir aos Subtenentes.

⁵ Embora emerjam, no áudio transcrito, questões relacionadas a racismo, misoginia, transfobia, entre outras, neste trabalho, não abordarei tais temas diretamente. Reservo para estudos futuros uma análise detalhada dos enunciados presentes no áudio apresentado. A pluralidade de questões de preconceito que emergem no áudio aponta para a complexidade dos discursos de ódio presentes em nossa sociedade.

Áudio de autor ainda anônimo - encaminhado pelo WhatsApp⁶ em diversos grupos de militares em 15 de dezembro de 2021. O fato ocorreu após um sargento se formar na Escola de Sargento das Armas (ESA) e sua companheira, mulher trans, ter comparecido à cerimônia e ao baile de formatura. A situação foi exposta e o áudio divulgado pela própria companheira do militar, vítima de preconceito e transfobia. Na tentativa de reproduzir o tom de indignação e os gritos do narrador, algumas partes foram transcritas em caixa alta. O autor do áudio faz, ainda, menção a outros militares que também foram alvo de difamação e viralização quando se assumiram gays ou trans, ou que tiveram sua sexualidade descoberta.

Nota de campo de dezembro de 2021.

Em setembro de 2017, numa conversa bastante descontraída durante o programa da Rede Globo *Conversa com Bial*, o General Villas Boas, então comandante do Exército Brasileiro, respondeu a diversos questionamentos, inclusive sobre a presença de gays e transexuais na caserna⁷. A interação entre o comandante e o jornalista, transcrita acima, revela muito sobre o ideal da masculinidade discursivamente construído ao longo da história do Exército de Caxias⁸.

No excerto selecionado da entrevista, o próprio General Villas Boas, ao afirmar que ainda ocorrem problemas com a presença de gays na Força por causa de algumas pessoas que também ocupam esse espaço, indica como a cultura da homofobia existente no Exército Brasileiro foi construída e consolidada ao longo de décadas de um discurso heterossexista.⁹ No caso dos militares que se identificam como gays, podemos afirmar que eles são as principais vítimas do tal “machismo milenar” descrito pelo apresentador,

⁶ De acordo com a descrição da Wikipédia, “o WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet”.

⁷ Caserna é um termo usado no meio militar como sinônimo de base militar / quartel.

⁸ Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, é o patrono do Exército Brasileiro.

⁹ Considero aqui a cultura como “um conjunto de repetição e de naturalização de comportamentos sociais diante de determinado grupo” (JESUS, 2018, p. 67).

a despeito das leis que autorizam tanto a união civil quanto o casamento entre pessoas do mesmo sexo no país e nas Forças Armadas.

O espanto do apresentador sobre o posicionamento do general já é indício da normalização, no ambiente militar, do ideal da masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), que se apoia em certos estereótipos de força física e emocional, resistência e comando, coragem e combatividade. Em oposição a tais signos, se encontram outros que associam identidades gays a sensibilidade, fragilidade, vaidade e fraqueza. O resultado silogístico de tais concepções simbólicas sedimenta uma idealização segundo a qual o homem gay não possui os atributos necessários para a carreira militar.

Não há dúvida de que o simples fato de o comandante falar publicamente sobre a presença de militares homossexuais¹⁰ no Exército Brasileiro já é um indício de reconfiguração da postura institucional, e das mudanças discursivas e sociais que vêm ocorrendo em relação a essa questão nos últimos anos nas Forças Armadas. Vale ressaltar que em 2011, enquanto ainda era o Comandante do Exército Brasileiro, o General Enzo Martins Peri afirmou em uma entrevista à revista *Veja* que não havia homossexuais nas fileiras das Forças Armadas Brasileiras – negando a fluidez e a diversidade de gêneros e de sexualidades que sempre existiram na caserna. Quatro anos mais tarde, em outubro de 2015, por ordem do próprio General Villas Boas, todas as organizações militares do Exército Brasileiro receberam um documento tratando da obrigatoriedade do reconhecimento, como entidade familiar, da união de pessoas do mesmo sexo, independente da edição de regulamentos (cf. Anexo 2). Esse foi um passo crucial para a garantia de direitos de militares homossexuais. No entanto, como os participantes desta pesquisa comentam, ainda perdura o tal “machismo milenar” nos discursos que circulam

¹⁰ O termo “homossexual” é utilizado aqui para fazer referência a um indivíduo que se identifique como gay ou lésbica. Não há qualquer pretensão em essencializar identidades.

nos quartéis. Persiste a intolerância, por parte de muitos colegas de farda, à presença de militares cuja identidade¹¹ fuja da norma heterossexual.

Em contraste, o áudio transcrito logo após a entrevista, na segunda vinheta que abre esta introdução, é um exemplo dos discursos de intolerância que diariamente ecoam no ambiente militar, seja presencial ou virtualmente. A gravação sugere que a aceitação de homossexuais e transexuais na caserna não vem sendo assimilada exatamente com a naturalidade mencionada pelo ex-comandante do Exército. Salta aos olhos, principalmente ao ouvir a gravação, o tom pejorativo, as palavras de baixo calão e o ódio disparado pelo militar e compartilhado por seus companheiros. Gravado em dezembro de 2021, um pouco mais de quatro anos após a entrevista do General Villas Boas, o áudio evidencia um discurso que vem tomando força no atual contexto de intolerância que temos presenciado nas redes sociais nos últimos anos, principalmente com o fortalecimento político dos discursos extremistas de preconceito. Com o advento das plataformas digitais, esse tipo de discurso tem comparecido frequentemente em grupos virtuais compostos por militares cada vez que um colega de farda sai do armário voluntariamente ou tem sua sexualidade revelada.

No caso em questão, o áudio trata de um sargento recém-formado que tem uma companheira trans. A história veio à tona e viralizou no dia 15 de dezembro de 2021, quando várias fotos da vítima de transfobia foram retiradas de seu perfil na plataforma *Instagram*¹² e entextualizadas em grupos de militares no *WhatsApp*, acompanhadas do áudio de indignação gravado por um militar participante de um dos grupos. O autor do áudio foi identificado como sendo um sargento do Exército Brasileiro. A vítima do discurso de ódio registrou um boletim de ocorrência para que ele seja punido por crime de transfobia, homofobia e racismo. O caso tramita agora na justiça. Em resposta ao

¹¹ O conceito de identidade neste trabalho é entendido como um conjunto simbólico constante do ser humano em si mesmo, e do ser com o outro. A posição do indivíduo na sociedade é determinada por intermédio dessa relação (Hall, 1992). Ou seja, as identidades não são qualidades inerentes ao ser humano, e sim concebidas na interação com outras pessoas.

¹² “O Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como Facebook, Twitter, Tumblr e Flickr”, conforme descrição publicada na Wikipedia.

ataque recebido, o sargento vítima de intolerância escreveu a seguinte mensagem em uma rede social:

É triste saber que pessoas assim vestem a mesma farda que eu, pessoas que foram doutrinadas da mesma maneira, aprendendo valores e princípios, obedecendo ordens e cumprindo deveres. Onde foi parar tudo que aprendemos na vida da caserna para essas pessoas? O Exército nunca pregou preconceito! O problema é o ser humano, que tem o mal enraizado dentro do coração, desde Adão. Cabe a cada um fazer a sua parte, recriminar cada ato ou palavra de discriminação. Não são obrigados a gostar, mas são obrigados a respeitar as pessoas, independente de qualquer opinião contrária à sua. O que aconteceu com o Brasil no geral foi o crime da impunidade. Aqui as pessoas acham que podem fazer o que quiser que nada irá acontecer e é verdade, nada acontece! Mas eu creio que esses tempos estão chegando ao fim, só depende de nós. Amor, te amo e estou com você até o fim. ¹³

Ao confrontarmos a entrevista do ex-comandante com a gravação e com desabafo do sargento, nota-se um hiato entre o discurso oficial de inclusão por parte da própria instituição e o discurso que circula de forma múltipla e incessante nos grupos virtuais e nas conversas informais do cotidiano. Percebe-se que há um constante embate discursivo no qual diferentes vontades de verdade (FOUCAULT, [1970]1996) se apresentam. Trata-se, portanto, de uma complexa disputa de poder que engloba questões históricas e culturais. Este é o tema da presente tese.

Mais especificamente, o estudo se debruça sobre a dinâmica de linchamento virtual (da qual a segunda epígrafe desta introdução é exemplo) de militares lidos como homens gays, que ganhou espaço com a ampliação do alcance das plataformas digitais. Frequentemente, quando confrontados, seus detratores, que agem como cães de guerra das redes sociais, tornam-se mansos e justificam suas atitudes como brincadeiras e piadas. Tais situações são tratadas como algo de cunho privado e não-institucional. Consequentemente, os responsáveis pela propagação de discursos contra pessoas LGBT¹⁴

¹³ O texto publicado pelo sargento e o áudio transscrito foram publicados de maneira ostensiva pela companheira do militar em uma rede social.

¹⁴ A sigla LGBT foi adotada aqui para fazer referências a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Embora já existam outras siglas, como LGBTQIA+, que englobam um universo maior de indivíduos que fogem da concepção heteronormativa, para este estudo, a sigla LGBT é adotada por ser suficiente para dar conta das pessoas envolvidas na pesquisa.

e deslegitimização de identidades não-hegemônicas não são punidos conforme o que é previsto na legislação militar.

Entender os discursos de preconceito presentes no Exército Brasileiro nos abre uma oportunidade para discutir, de forma ética (SIMONS; PIPER, 2015), sobre a promoção de um espaço de sociabilidade com possibilidades de pertencimento e inclusão de todos os militares. Acredito que descortinar tabus e preconceitos relativos à sexualidade é promover o combate a práticas discriminatórias, o que requer largos esforços para a superação de estigmas e violências.

Como vimos nas duas epígrafes iniciais deste capítulo, atualmente, embora o discurso oficial do Exército Brasileiro assegure não haver preconceito contra militares gays, as práticas cotidianas na caserna ainda tornam transparentes as crenças e as atitudes homofóbicas por parte de seus integrantes. Os homossexuais são desqualificados e desautorizados discursivamente por alguns integrantes da força, sendo tomados como indivíduos de menor prestígio social pelos defensores da legitimação e sistematização da norma heterossexual. A simples presença de um homem que se identifique como gay ainda incomoda diversos companheiros de farda.

O assédio moral é a principal consequência sofrida pelos militares que voluntariamente (ou forçadamente) saem do armário ou por aqueles cujas performances sexuais e identitárias, mesmo quando não declaradamente gays, estão sob a mira da vigilância heteronormativa (LOURO, 2000, BORRILLO, 2010). A homofobia, prática de discriminação que sustenta a heteronormatividade (POCAHY et al., 2009), se apresenta seguidamente nas relações interpessoais nos quartéis por meio de brincadeiras e piadas que são banalizadas e reforçadas pelo silêncio. Dessa forma, a naturalização da heterossexualidade é, ao mesmo tempo, acompanhada da marginalização da homossexualidade.

Discursos de discriminação contra militares que se identificam como homossexuais remontam ao que Bourdieu (2003) chama de violência simbólica. Para o autor, a violência simbólica se dá pela prescrição de modos de entender a realidade, definidos por interesses de determinados grupos sociais. Trata-se de violência

institucionalizada, que se reproduz na diferenciação e na exclusão de ideias, maneiras de ver e de agir de alguns indivíduos em detrimento de outros. Ou seja, a violência simbólica difunde a cultura dominante, conferindo um modelo de socialização que beneficia a reprodução das estruturas sociais. Ainda de acordo com Bourdieu, a ideia do que é “natural” entre determinados grupos sociais legitima a exclusão das demais possibilidades. O preconceito nasce justamente quando um indivíduo foge do “padrão de normalidade”. Nessa perspectiva, Carrieri et al. (2013, p.173) assegura que “a heteronormatividade expressa a violência simbólica impetrada nas organizações sociais a respeito da homossexualidade”. Portanto, a violência simbólica reproduz e institucionaliza os interesses das classes hegemônicas, excluindo e desvalorizando os dominados.

De acordo com Seidman (apud GAMSON, 2006), a heterossexualidade e a homossexualidade não são simplesmente identidades ou *status* sociais, mas categorias de conhecimento, uma linguagem que expressa o que conhecemos por corpos, desejos, sexualidades e identidades. Segundo o autor, “trata-se de uma linguagem normativa, à medida que influencia limites morais e hierarquias políticas” (idem, p. 353).

No que concerne justamente à questão da linguagem, a presente pesquisa, inserida no âmbito da Linguística Aplicada (LA), adota uma perspectiva de discurso como forma de ação humana e mudança social (FAIRCLOUGH, [1992] 2001). Destarte, a linguagem é elementar na produção de nossos mundos sociais, pois ao agirmos discursivamente por meio de enunciados que nos circulam social e ideologicamente, estamos também construindo um mundo realizado na e pela linguagem. Portanto, a linguagem, neste estudo, é vista como constitutiva na produção e construção da vida social. Nesse sentido, partindo de uma postura epistemológica e política que entende a linguagem como forma de ação dos sujeitos, adoto uma concepção de linguagem performativa (AUSTIN, [1962] 1990, BUTLER, [1990] 2003, MOITA LOPES, 2006, dentre outros) que pode ser compreendida como prática social, na qual ‘o dizer’ não cria apenas significados, mas constrói o mundo em que estamos inseridos. É também no interior da linguagem e do discurso que nossa identidade é construída. De acordo com Butler ([1990] 2003), nossas identidades não são autoevidentes e fixas. Segundo essa concepção, nossos “corpos, sexualidades e gêneros são entendidos como construções sociais e históricas marcadas

pelas relações de saber-poder, sempre restritas ao contexto em que essas relações são estabelecidas" (JESUS, 2018, p. 71). Portanto, a identidade de um sujeito não é determinada pelo seu nascimento, mas é construída em práticas sociais específicas, que, por sua vez, são fruto do poder que se manifesta na linguagem em uso (FAIRCLOUGH, [1992] 2001).

Dentro dessa perspectiva que abarca a linguagem como um lugar de edificação de sentidos ao mediar a relação dos sujeitos com o mundo, e apoiada em práticas discursivas que emergem em grupos virtuais de militares e dentro dos quartéis, cotidiano no qual estou inserida diariamente, aprofundo o debate sobre a circulação de discursos sobre saída do armário, resistência e homofobia nos quartéis. Tais discursos são reveladores, sobretudo, de condições de preconceito no contexto militar a despeito das leis e dos discursos oficiais. Para além da homofobia, os dados serão analisados em uma perspectiva foucaultiana sobre as questões de poder que estão envolvidas nas práticas discriminatórias. Nesse sentido, observo como as redes sociais e a web 2.0 servem como uma espécie de panóptico (FOUCAULT, [1975] 2014) contemporâneo, através do qual estamos constantemente sendo monitorados, vigiados e sujeitos a punições que visam domar nossos corpos. Tais ferramentas também aceleram a forma como a informação é disseminada na sociedade atual.

Por meio da entextualização de fotos e textos acompanhados de comentários que impõem sua vontade de verdade (FOUCAULT, [1970] 1996), os vigilantes desse novo panóptico aplicam punições que não se dão mais através do suplício do corpo, mas por meio de controle do comportamento e da domesticação da alma. Presentemente, no contexto aqui estudado, a punição parece ser a própria exposição do militar para o maior número possível de pessoas em redes sociais.

Embasaada por tais concepções, ao longo do estudo, acompanharei três casos de saída do armário de militares – homens gays – que, por diferentes motivos, venceram o medo e a insegurança de revelarem suas sexualidades no contexto militar. Como ocorreu no caso do sargento apresentado anteriormente na segunda epígrafe, os participantes da pesquisa foram deslegitimados e atacados por conta de suas sexualidades não-hegemônicas. Tais abusos ocorreram através de sentidos criados em processos de

viralização de suas fotos e histórias em plataformas virtuais. É justamente sobre esse complexo processo de movimentação textual e criação de sentidos que lanço meu olhar investigativo. Trago ainda, imersas em um verdadeiro embate discursivo, as vozes dos militares difamados e o entendimento que cada um teve acerca de seu episódio de discriminação.

Localizada num território de disputa de poder e imposição de vontade de verdade através da vigilância constante de corpos, a tese tem como objetivo criar inteligibilidades acerca de processos de saída do armário (*coming out*), difamação e resistência. Para tanto, as dinâmicas de entextualização (BAUMAN; BRIGGS, 1990, BLOMMAERT, 2005; 2010), os processos de indexicalidade (SILVERSTEIN, 2003) e a Análise de Narrativa (BASTOS; BIAR, 2015) alicerçam a base teórica do estudo. Através da discussão das trajetórias textuais de deslegitimação de sexualidades de militares gays que, de forma pioneira, saíram abertamente do armário em seus quartéis e em redes sociais, visamos, mais especificamente, entender: (i) como essas performances são tratadas discursivamente na caserna; (ii) como os sentidos são afetados e alterados nos trânsitos de reentextualizações e (iii) como os próprios militares vítimas de preconceito homofóbico, através de suas narrativas, criam sentido para suas histórias de vida. Ainda, busco compreender a dinâmica de disputa de poder nos fluxos textuais e nas práticas sociais e intersubjetivas em que está arregimentada.

Para tanto, elejo, como já dito, 3 casos de difamação virtual, e analiso qualitativamente tanto os discursos que emergem nos grupos de *WhatsApp* após a disparada de postagens sobre saída do armário quanto as narrativas dos próprios militares vítimas de homofobia. Por meio de narrativas, os participantes da pesquisa ressignificam suas histórias de vida e os processos de disputa de poder presentes nos embates discursivos. A esse respeito, Zolin-Vesz (2016, p. 60) afirma que a narrativa desempenha um papel fundamental na forma como construímos a vida social, “mediada pelo discurso – aqui compreendido como práticas sociais que, simbolicamente, dispõem o mundo em significações, produzindo saberes, poderes, assimetrias descrições e classificações do mundo social”. Portanto, estudar as narrativas construídas por esse grupo particular de militares que se identificam como gays é dar visibilidade aos seus próprios modos de construírem e interpretarem a ordem social onde estão inseridos.

Em meu estudo anterior (COSTA, 2015), baseado em narrativas de discriminação homofóbicas sofridas por militares homossexuais, observei que, desde a escola de formação, instrutores encorajam os próprios colegas a excluírem literalmente gays, ladrões e drogados da turma. Um dos militares entrevistados, que volta a participar desta pesquisa na etapa do doutorado, confidenciou que, no ano de 2008, ao ter sua sexualidade exposta após ter sido fotografado na Parada Gay de São Paulo por um dos principais jornais do país, foi punido com prisão por “decoro da classe”¹⁵. Ou seja, na época, o seu comportamento foi entendido como vexatório para a instituição. Hoje, pouco mais de uma década após o episódio, o Exército Brasileiro tem procurado se adequar às novas leis e demandas sociais, buscando institucionalmente eliminar a discriminação contra homossexuais. No entanto, mudar o discurso hegemônico, construído e mediado pelo poder heteronormativo, que nega as diversas ramificações de expressividade sexual, ainda configura um desafio longe de ser alcançado – afinal, o discurso carregado de concepções ideológicas não é transformado com uma simples alteração de regras e legislações institucionais.

Acredito que a relevância social da pesquisa se deva à articulação entre discursos de preconceito, disputas de poder, imposição da vontade de verdade e narrativas de histórias de vida de militares homossexuais. Afinal, ao fazermos Linguística Aplicada (LA), estamos pensando na vida cotidiana que levamos (RAJAGOPALAN, 2007). A linguagem, no âmbito da LA é na verdade uma prática social e política:

Politicar o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social são parte intrínseca dos novos modos de teorizar e fazer LA. Assim, a LA necessita da teorização que considera a centralidade das questões sociopolíticas e da linguagem na constituição da vida social e pessoal (MOITA LOPES, 2006, p. 22).

Rajagopalan (2007, p.16) afirma que a linguagem é um valoroso “palco de intervenção política, onde se manifestam as injustiças sociais pelas quais passa a comunidade em diferentes momentos da sua história e onde são travadas as constantes

¹⁵ Decoro da classe é o "valor moral e social da Corporação". Os militares, no seu conjunto, formam uma classe, com padrões éticos e morais e a conduta de cada membro deve ajustar-se segundo o estilo e os objetivos da própria instituição.

lutas”. Segundo o autor, a consciência crítica tem início quando entendemos que fazemos valer nossas reivindicações e aspirações políticas quando intervimos na linguagem. Em outras palavras, “trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta” (RAJAGOPALAN, 2007, p. 16).

Alinhada com Moita Lopes (2004b) e Rajagopalan (2007), questiono os modos tradicionais positivistas de fazer pesquisa em Ciências Sociais e Humanas que muitas vezes não dialogam com as práticas sociais e não dão conta da vida social e suas motivações político-ideológicas. Segundo Moita Lopes (2004b), é necessário que o campo dos estudos linguísticos se aproxime de áreas que tenham como foco o social, o político e o histórico da ação humana mediada pela linguagem. Rajagopalan (2007, p.18) defende que “é na própria linguagem que devemos buscar as respostas para uma boa parte dos enigmas em torno da conduta humana que tanto afigiam os pensadores”. Assim, busco realizar uma pesquisa na qual os estudos linguísticos produzam conhecimento que tenha “relação com o modo como as pessoas agem e vivem nas práticas sociais, mudanças relacionadas à vida política, sociocultural e histórica” (MOITA LOPES, 2004b, p. 162), pois concordo que trabalhar com a linguagem é uma forma de interceder na realidade social da qual ela faz parte.

Fabrício (2006) afirma que, ao estudarmos a linguagem como prática social, estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte constituinte e constitutiva. Acredito que o fazer científico é um fazer político que está diretamente relacionado a questões sociais (MOITA LOPES, 2006). Portanto, como profissional atuante no contexto militar, atualmente oficial da ativa do Exército Brasileiro, entendo a necessidade de se criar um espaço para a problematização dos discursos que marginalizam os militares que não se encaixam no padrão heterossexual imposto pela sociedade de uma forma geral (GAMSON, 2006; MOITA LOPES, 2006), a despeito do esforço institucional para se adequar às novas leis brasileiras.

A temática central da questão que trago é ontológica, pois leva em consideração o sujeito como um ser social, inserido em contextos que interferem diretamente em suas visões, construções e interpretações de realidades. É, portanto, necessário lançar foco sobre os sentidos êmicos e entendimentos que os participantes desta pesquisa constroem

para suas próprias identidades. Aspiro olhar tanto para a construção de identidade social quanto individual. Faço isso inspirada nas teorias de Bourdieu (1984; [1986] 2005) que apontam para o peso e a importância da sociedade na construção dos indivíduos.

Foram elencadas três perguntas de pesquisa que são os pilares desta tese e que orientam a análise de dados e a seleção bibliográfica do estudo. Cabe ressaltar que as respostas para as perguntas aqui propostas foram coconstruídas com os participantes da pesquisa, ao longo do seu desenvolvimento, tendo como base o referencial teórico da LA. São elas:

- (i) Como se movimentam os discursos sobre sexualidade de militares no ambiente digital contemporâneo?
- (ii) Em cada movimento de entextualização dos discursos sobre sexualidade, que sentidos do texto-evento são recuperados e que sentidos novos são criados?
- (iii) Como a vontade de verdade da norma heteronormativa emerge nesses processos de entextualização e como cada participante da pesquisa, através de sua narrativa, resiste a essa norma e ressignifica sua saída do armário?

A fim de investigar as perguntas elencadas anteriormente, a pesquisa segue uma estrutura dividida em oito capítulos sistematizada da seguinte maneira.

Neste primeiro capítulo, exponho a temática principal do trabalho bem como o campo de pesquisa no qual ele está inserido. Algumas reflexões sobre a visão de linguagem compartilhada aqui são discutidas e, por fim, apresento a estrutura da tese.

No capítulo dois, faço uma revisão da literatura que trata da homossexualidade no contexto militar desde a Grécia Antiga, passando pelo Império Romano até chegar aos dias atuais. Apresento um breve panorama sobre a aceitação da presença de homossexuais em alguns exércitos do mundo. Por fim, trago uma seção que trata de discursos de heteronormatividade e da noção de armário gay como um dispositivo que regula a vida em sociedade.

O terceiro capítulo traz os pressupostos teóricos que alicerçam a análise dos dados da pesquisa. São apresentados conceitos e teorias sobre entextualização, indexicalidade, sistemas de exclusão do discurso, panoptismo, dialogismo e narrativas. O objetivo é apresentar teoricamente as categorias que serão a base da análise da trajetória textual dos discursos que serão investigados.

No capítulo quatro, discorro acerca dos pressupostos metodológicos da pesquisa. Abordo sua natureza interpretativa e qualitativa, trato das questões éticas envolvidas no ato de pesquisar, bem como discuto o campo multissituado do estudo. Nesse capítulo, apresento os participantes da pesquisa, entre os quais me incluo como pesquisadora e membro do contexto pesquisado.

Nos capítulos 5, 6 e 7, trago as análises dos dados gerados nos casos do Coronel Fernando, Major Eduardo e Capitão Ronaldo (nomes fictícios) respectivamente. Por questões metodológicas, optei por separar a história de vida de cada um dos participantes em um capítulo exclusivo. Todos os capítulos seguem uma sequência de análise que percorre a entextualização do texto-evento e seus desdobramentos em novos contextos, sempre observando os diferentes níveis dos processos de significação. A análise dos dados é construída com base no referencial teórico descrito no capítulo 3.

Por fim, no capítulo 8, apresento as considerações finais a respeito do estudo, retomo as perguntas de pesquisa propostas e faço considerações sobre as análises realizadas. Ao final, abordo as limitações e as contribuições do estudo. Na sequência, exponho as referências bibliográficas e os anexos da pesquisa.

A Construção da Masculinidade e da Homofobia na Caserna

Bial: *-Há questões que, que foram exploradas na campanha que, é... questões, como por exemplo, de gênero, questões raciais, essas estão, é... Essas estão em movimento. O senhor reconhece, o próprio Exército trata com grande dignidade e respeito os casos de transgenderismo que ocorrem na instituição, na corporação.*

General Mourão: *-Olha, Bial, essa é uma questão, uma questão de costumes, né? As Forças Armadas, elas têm características próprias, né? Então é uma questão delicada isso aí, né? Então, transgêneros¹⁶, né, eu acho que só tivemos um caso dentro do Exército, ou dois, quanto muito.*

Bial: *-É, eu sei de um que... Bom...*

General Mourão: *-É, um ou dois casos, né... É... Homossexualidade sempre houve, né? Agora, dentro da disciplina e hierarquia, né? Então, as coisas sendo mantidas dentro da disciplina e hierarquia, as coisas aconteceram e as pessoas que tinham essa opção sexual seguiram sua vida até o final de seu período dentro das Forças e saíram, né? Então, são coisas bem distintas, né, quando você analisa aí em termos de visão das Forças Armadas. Força Armada é muito particularizada a esse respeito.*

Entrevista do General Mourão, vice-presidente do Brasil, no programa “Conversa com Bial” em 16/07/2019.

¹⁶ No que diz respeito ao caso de transgeneridade mencionado pelo General Mourão, destaco que o caso de uma Major transsexual, da arma de infantaria, viralizou nas redes sociais em julho de 2020. Trata-se do primeiro caso de uma oficial trans no Exército Brasileiro. A história foi entextualizada em diversos grupos de *Whatsapp*, nos quais a oficial sofreu ataques, mas também recebeu apoio por parte de algumas pessoas. No áudio transscrito na epígrafe do capítulo introdutório, o autor, ao dizer “é a porra do major que vira traveco”, se refere exatamente a essa oficial. O livro “Deixadas para trás, de Bianca Figueira Santos (2021), é a primeira obra que aborda o caso da militar em questão. Nesta tese, por ter como escopo de pesquisa as histórias de preconceito vividas por homens gays, o caso da oficial não será tratado em detalhes, ficando reservada para futuras pesquisas a questão da transgeneridade no Exército Brasileiro, um tema que ainda carece de estudos mais aprofundados.

Durante uma reunião de oficiais em uma Brigada de Infantaria do Exército Brasileiro, o Oficial de Comunicação Social apresenta as fotos do baile de carnaval do ano de 2020, ocorrido no clube militar daquela guarnição. O General, comandante da Brigada, que não havia participado do baile de carnaval, se levanta e pergunta se alguém havia ido fantasiado de mulher ou de borboleta. Alguns riem. O general se senta aliviado ao saber que nenhum militar se fantasiou de mulher.

Minutos mais tarde, quando outro oficial, tratando de assunto completamente diferente, ressalta a importância de preservar a imagem da instituição, o comandante, aproveitando o gancho do assunto, explica que tinha perguntado sobre as fantasias de carnaval justamente porque, segundo ele, cabe ao militar preservar o nome da instituição e não fica bem um combatente fantasiado de mulher. Em seguida, cita o caso, em tom de zombaria, de um oficial que, anos antes, participou de um carnaval vestido com uma folha de parra e avalia o evento como algo “que não pega bem para a instituição”. A maioria dos oficiais presentes na reunião acham graça e riem.

O evento mencionado pelo general diz respeito a um dos oficiais que participam desta pesquisa. Na oportunidade, o militar foi fotografado na Parada Gay de São Paulo por um dos principais jornais do país. Após ter sua foto vestido de Adão publicada, o oficial, foi punido em seu quartel com prisão por falta de decoro da classe. O fato foi tão marcante na época, que doze anos depois ainda é lembrado e citado em uma reunião de oficiais como algo vexatório que expõe negativamente a imagem do Exército Brasileiro.

Nota de campo de 3 de março de 2020.

O Simpósio de Inteligência organizado pela Brigada de Infantaria contou com a presença das principais autoridades de órgãos de segurança e justiça do Estado. Algumas emissoras de TV e redes de rádio cobriram o evento. Em um momento, o General, comandante da unidade, foi entrevistado por um jornalista com trejeitos afeminados e lido socialmente como gay. Após a solenidade, o General informou que os oficiais de Comunicação Social não deveriam mais convidar todos os órgãos de imprensa para cobrirem os eventos da Brigada, apenas alguns órgão participariam dos próximos simpósios e solenidades. A emissora do tal jornalista

estava excluída da lista dos órgãos de imprensa que teriam acesso aos futuros eventos na unidade militar.

Horas mais tarde, o chefe da Seção de Comunicação Social comentou com os demais membros da equipe que não “ficava bem” um General ser entrevistado por uma “bichona daquelas”.

Nota de campo de fevereiro de 2020.

No presente capítulo, trato das relações entre carreira militar, masculinidades e heteronormatividade. Para tanto, traço um percurso de tais relações sob um ponto de vista histórico, mostrando que elas não são naturais, mas construídas socioculturalmente. Por fim, proponho uma discussão sobre a maneira como essas relações impõem um armário, que, quando aberto, gera um campo de batalha simbólica no contexto militar.

Para tanto, apresento, inicialmente, um apanhado histórico sobre a construção da masculinidade nos exércitos da Grécia e da Roma antiga. Em seguida, trato do surgimento do conceito de homossexualidade a partir do cristianismo. Na sequência, faço uma breve exposição sobre a aceitação de sujeitos LGBT em exércitos de diversos países, lançando foco mais especificamente para o Exército Brasileiro. Por fim, discuto como esse percurso histórico e cultural contribuiu para a construção de um discurso de masculinidade hegemônica e do imperativo de um armário como um dispositivo que regula as relações na caserna.

2.1

A virilidade militar no mundo Greco-Romano

Na Grécia Antiga, o jovem espartano era formado para o combate no campo de batalha a partir dos 7 anos de idade. Sua virilidade¹⁷ era construída baseada em referências

¹⁷ Embora os estudiosos da área de Gêneros e Sexualidades apontem que há diferenças entre os conceitos de virilidade e masculinidade, neste trabalho faço uma aproximação entre os dois termos sem maiores aprofundamentos teóricos.

de força, obediência, agilidade e dominação. Esparta foi um verdadeiro centro de treinamento militar. Entrar num campo de batalha para defender sua cidade-estado era uma questão amplamente disseminada naquela cultura. Para isso, quando um menino nascia, o pai, que não era o mestre de sua educação, o levava a um local chamado *Léskhē*, onde os anciãos mais antigos da tribo examinavam o recém-nascido. Se fosse uma criança robusta e bem constituída, recebia um dos nove mil lotes de terra. Por outro lado, se fosse deformado ou tivesse algum outro problema de constituição era encaminhado para um precipício, pois acreditavam que era melhor para ele mesmo e para o Estado não permitir sua sobrevivência (SARTRE, 2013). Ainda na infância, um menino iniciava seu preparo para a vida de soldado “convencido de obter seu prestígio por suas qualidades de enfrentamento” (VIGARELLO, 2013, p.11). Entre os sete e dezoito anos, os jovens espartanos eram submetidos a um rigoroso treinamento militar. Após tal adestramento, passavam a integrar o exército e só podiam descansar do combate ao completarem sessenta anos de idade.

Os homens espartanos tinham grande preocupação com a força física e moral. Por isso, eram conhecidos por serem corajosos e destemidos. Apesar de possuírem atributos associados atualmente a características de uma masculinidade hegemônica na contemporaneidade ocidental, a prática homossexual, como concebemos atualmente, era sabidamente comum nas fileiras dessa poderosa força militar.

Entendendo essa atmosfera de erotismo viril pesquisadores (VIGARELLO, 2013; SARTRE, 2013, BORRILLO, 2010, entre outros) defendem que a sociedade grega percebia o comportamento homossexual como legítimo. A relação, que se dava entre um adolescente (*eromenos*) e um adulto (*erastes*), tinha o objetivo de preparar para o casamento. Da mesma forma, os atos homossexuais gozavam de um certo prestígio social (BORRILLO, 2010, p.45). O termo pederastia, que vem do grego *país*, *paidós* (menino) e *éros*, *érotos* (amor, paixão, desejo ardente), significava a “afeição espiritual e sensual de um homem adulto por um menino” (BORRILLO, 2010, p.45). Borrillo (idem) assegura que a relação entre *erastes* e *eromenos* foi instituída e extremamente regulamentada pela sociedade grega antiga. Práticas sexuais entre adultos aconteciam paralelamente à pederastia, correspondendo “a uma necessidade, de preferência, do tipo militar: em vários Estados gregos, o amante e o amado eram posicionados lado a lado no campo de batalha,

para que essa proximidade lhes inspirasse um comportamento heroico” (BORRILLO, 2010, p. 46).

Explicando em mais detalhes, Esparta adotou, legalizou e promoveu a pedofilia a seus cidadãos sob pena de punição e desonra para aqueles que resistissem a praticá-la. O jovem espartano, uma vez aceito por seu tutor e amante, iniciava o serviço militar como seu amigo e companheiro. O veterano transmitia a seu amante sua coragem de guerreiro e sua experiência militar. Dedicados ao serviço do Estado, o veterano também era responsável pelas faltas cometidas por seu companheiro. Além de viverem juntos, lutavam lado a lado no campo de batalha e, muitas vezes, morriam juntos em combate (VERBICARO SOARES, 2015).

As relações sexuais entre homens militares que iam para o campo de batalha era, portanto, comum e aceitável naquela sociedade. Historiadores afirmam, assim como Borrillo (2010), que o estreitamento de laços entre os guerreiros aumentava a disposição de lutar pela cidade-estado. Além disso, o envolvimento em si era uma ferramenta que estimulava a resistência em operações de combate, pois o soldado seguia lutando pelo seu companheiro. Diferentemente do que ocorre em culturas ocidentais modernas, o conceito grego de amor se referia à honra e ao companheirismo (VERBICARO SOARES, 2015).

Homero escreveu sobre o amor entre Aquiles e seu companheiro de armas, Patro glo, como um exemplo de heróis masculinos ideais. O autor narrou sobre o desejo de serem enterrados juntos, com seus ossos mesclados em uma tumba, por terem dado a vida por seu companheiro (VERBICARO SOARES, 2008). Assim como no caso de Aquiles e Patro glo, esse tipo de relação durava até os 30 anos de idade e se tratava da primeira intimidade sexual mantida durante o serviço à comunidade como soldado. Para muitos, era a única relação que tinham, pois morriam em combate. “Esses laços estreitos foram cruciais para a glória do exército por mais de 200 anos. As potências gregas dependiam da lealdade de seus soldados ao Estado e a seus companheiros” (VERBICARO SOARES, idem, p.70, tradução minha).

O escritor apócrifo Luciano, nascido na atual Síria cerca de 120 anos antes de Cristo, afirmava que o casamento era algo precioso para o homem se este estivesse feliz,

mas o amor pelos efebos, (adolescentes de cerca de 16 a 18 anos) era a verdadeira sabedoria. Na mesma linha, o general Pausanias, sucessor do rei Leônidas e importante líder militar, assegurava que a prática sexual entre homens era uma forma de expressão amorosa superior. No entanto, o sexo entre homens de mesma faixa etária e entre escravos e meninos livres não era bem aceito pelas regras sociais da Grécia Antiga.

Sartre (2013, p. 48), alega que “o termo homossexualidade, totalmente ausente da língua grega, deve ser afastado tanto quanto possível, já que ele pressupõe categorias comportamentais estrangeiras aos gregos”. Para os gregos, o objeto de desejo era menos importante do que a força deste desejo e a capacidade de satisfazê-lo. Na concepção espartana, a questão da homossexualidade estava relacionada a implicações muito distintas das atuais, pois não era atrelada a noções de comportamento frágil ou afeminado. Não obstante, as mulheres espartanas eram consideradas vigorosas, bastante distintas dos estereótipos conservadores da sociedade contemporânea. Além disso, o modelo de relação erótico-sexual-amorosa, tal qual entendemos atualmente, não existia nem entre dois homens e nem entre homem e mulher. Não havia a conceituação binária de hétero e homossexual, apenas a ideia de ter relação sexual ou não. Para os antigos gregos, que não haviam tido contato com a moral cristã, o sexo não tinha como função apenas a procriação, mas era uma fonte de prazer. Para eles, sexo não estava atrelado a noções de pecado, vergonha, castigo ou abstinência.

O conceito de virilidade, no contexto grego, estava diretamente associado a coragem, força e poder de combate. O jovem de boa família que não encontrasse um amante quando atingia a idade ideal era desonrado por ser considerado portador de algum defeito de educação e de alguma tara moral. Sartre (2013) considera que podemos nos impressionar com o encorajamento que era dado às relações entre garotos e adultos, exatamente em uma fase em que o jovem constrói sua sexualidade de adulto, porque “o objetivo é exatamente aquele de torná-los adultos capazes e desejosos de engendrar” (SARTRE, 2013, p. 53). Dessa forma, tratava-se de uma etapa na formação de sua masculinidade. Ter um mentor que pudesse ensinar sobre o funcionamento da sociedade era motivo de prestígio. Para os gregos, a ideia era desviar o jovem do mundo da sexualidade feminina, reservada para outras posturas e não para o prazer erótico desses jovens varões. Naquela sociedade,

o desvio do desejo sexual de jovens sexualmente inacabados – e, portanto, neutro em termos de gênero – na direção de um tipo de relação socialmente supervvalorizada permitia facilitar a aquisição de uma sexualidade adulta sem colocar em risco as estruturas fundamentais da sociedade (SARTRE, 2013, p. 54).

As sociedades gregas privilegiavam os varões, tendo o acento colocado permanentemente na primazia do político sobre as outras esferas do cotidiano (SARTRE, 2013). Toda a sociedade se organizava em torno do varão adulto. Sartre (idem, p. 69) explica que a “supervvalorização das relações entre homens, a preocupação em afastar os garotos dos perigos femininos dando uma solenidade particular à progressiva passagem da ambivalência adolescente à maturidade sexual do adulto, estão no coração de um dispositivo complexo”. A consagração da beleza masculina e a valorização do desejo sexual (éros) entre os homens não subestimavam a importância da educação desde a primeira infância, cujo foco era a construção de um ideal masculino associando o guerreiro e o político à permanência do território e sua gestão, bem como a continuação de sua linhagem (SARTRE, 2013).

Já na Roma Clássica, a relação sexual entre dois homens era aceita contanto que o cidadão não se afastasse de seus deveres para com a sociedade, não ocorresse entre pessoas de extratos sociais distintos, e um homem não assumisse o papel de passivo na relação com um subordinado. Assim, a pederastia era vista com bons olhos, mas a passividade de um homem adulto era reprovada. O cidadão romano deveria casar-se e tornar-se um *pater famílias*, dar continuidade à sua linhagem, bem como zelar pelos interesses econômicos. Por esses motivos, Borrillo (2010) defende que, na verdade, apenas a bissexualidade ativa era aceita na Roma Antiga.

Historiadores afirmam que Júlio César, imperador e líder militar romano, conhecido por seu envolvimento com Cleópatra, manteve um relacionamento com o rei da Bitínia, Nicomedes IV, aos 19 anos, sendo o passivo da relação (MARQUES, 2018). Naquela cultura, o problema não residia no sexo entre dois homens, mas na submissão a um líder.

Acredita-se, ainda, que outro grande líder romano, Alexandre, o Grande (ou Alexandre Magno), rei (basileu) do reino grego antigo da Macedônia, tenha tido relações

sexuais tanto com homens quanto com mulheres. Alexandre ficou conhecido como “o Grande” devido ao seu sucesso sem paralelo como comandante militar. Apesar de sempre ter combatido com uma tropa menor em termos numéricos, Alexandre nunca perdeu uma batalha. Na vida pessoal, embora tenha sido casado várias vezes e tenha se envolvido com mulheres, registros históricos dão conta que Alexandre Magno teria tido relações amorosas com o general e guarda-costas Heféstion, seu braço direito no exército. A relação dos dois era tão intensa que, a morte de Heféstion foi devastadora para Alexandre. O militar passou dias sem comer e beber, decretou luto em todo seu reino e teve sua saúde física e emocional prejudicada.

2.2

O surgimento do conceito de homossexualidade

Embora as sociedades gregas e romanas fossem sexistas e misóginas, não se configuravam exatamente de acordo com o heterossexismo da tradição judaico-cristã (BORRILLO, 2010). A pederastia conformava uma homossexualidade que tinha uma importante função social às relações entre homens. “Amar um homem não constituía uma escolha fora da norma, mas fazia parte da vida; além disso, na maior parte do tempo, as experiências homossexuais alternavam com as relações heterossexuais” (BORRILLO, 2010. p.47). A relação sexual com outro homem e, também, com mulheres era vista como algo perfeitamente normal nas sociedades romana e grega. A noção de virilidade nas duas civilizações consistia em assumir o papel de ativo nas relações. Portanto, os papéis sociais, o acesso ao poder e a posição de cada indivíduo de acordo com sua classe e gênero eram definidos através das dicotomias “macho/fêmea”, “ativo/passivo” (BORRILLO, idem).

O sistema patriarcal de dominação masculina é solidificado com a tradição judaico-cristã. Surge a dicotomia heterossexual/homossexual, “que, desde então, serve de estrutura, do ponto de vista psicológico e social, à relação com o sexo e com a sexualidade” (BORRILLO, idem, p. 47). Ao mesmo tempo, a oposição pagã atividade/passividade, que atribuía a virilidade ao papel de ativo e não ao sexo do

parceiro, passa a ser vista como ofensiva à nova moral sexual. O cristianismo, que surge da tradição judaica, estabelece a heterossexualidade como a única forma possível, natural e normal de viver a sexualidade.

Influenciado pela tradição judaico-cristã, o Império Romano, no intuito de reprimir a relação entre pessoas do mesmo sexo, promulga a primeira lei contra homossexuais em 342. As primeiras condenações penais, fundamentadas na teologia cristã, surgem no período do imperador Justiniano em 527 a 565 (BORRILLO, 2010). Com a noção de que a homossexualidade é algo nocivo para o ser humano e para a sociedade, o imperador Teodósio I, no ano de 390, passa a condenar os homossexuais passivos à fogueira. A passividade sexual, que remetia a feminilidade, implicava em ameaça para o vigor e sobrevivência de Roma.

Como já foi dito, na Antiguidade Grega e Romana, os comportamentos sexuais entre dois homens eram legítimos. Isso porque, naquele cenário, não havia o conceito de homossexualidade. Os precursores da hostilidade contra gays e lésbicas vêm da tradição judaico-cristã. Apenas após o surgimento do cristianismo, os atos homossexuais passaram a ter o status de “pecado”. Ao mesmo tempo, indivíduos que praticavam tais atos, além de serem classificados como pecadores, eram tidos como seres anormais que contrariavam a natureza divina (BORRILLO, 2010).

Essa visão religiosa, que condena práticas sexuais não reprodutivas, impulsionou a sociedade a interpretar a homossexualidade como uma doença que se opõe à condição normal e saudável denominada heterossexualidade (FLEURY; TORRES, 2010). Em consequência, a normatização de conceitos discriminatórios em relação à homossexualidade surge justamente a partir do pensamento judaico-cristão. No rol de tais conceitos, podemos citar o androcentrismo; isto é, uma visão de mundo patriarcal, na qual a figura e o pensamento do indivíduo do sexo masculino têm relevância e predominância. Ainda, implementado pela mesma corrente de pensamento, surge o conceito da abstinência, cuja única exceção seria o ato sexual com fins reprodutivos dentro do casamento religioso. Como resultado, as relações homossexuais passaram a ser condenadas e consideradas como “pecado contra a natureza”, pois não permitem a reprodução da espécie.

A Bíblia sagrada, que funcionou como um instrumento de doutrina para distintas sociedades, traz passagens que condenam a homossexualidade e profetizam castigos perversos para quem se submeter a práticas homoeróticas. Inúmeros povos se apoiam em textos bíblicos – considerados sagrados – para garantir a preservação biológica e a conservação da sociedade patriarcal. De tal modo, condenam atos e comportamentos sexuais cuja finalidade não seja a procriação. A masturbação, as relações com mulheres que não estejam em períodos férteis e entre pessoas do mesmo sexo tornam-se ações reprovadas e condenadas.

Existem, no entanto, diversas outras proibições na Sagrada Escritura que parecem ser ignoradas por aqueles que se apoiam em versículos bíblicos para justificar seu ódio e preconceito contra homossexuais. Em livros como Levítico, Deuteronômio e Timóteo, há diferentes versículos que proíbem atitudes de diversas naturezas; como por exemplo: cortar o cabelo, comer carne de porco, fazer tatuagem, comer qualquer tipo de sangue ou gordura, divorciar-se, desobedecer ao marido e ejacular fora do ventre da mulher, entre outras. No entanto, considerando que a Bíblia é tida como sagrada e divina, por que as sociedades usam os versículos que condenam o comportamento homoerótico para normatizar comportamentos, mas fingem desconhecer outros? Isso nos leva a crer que, para muitas pessoas, justificar o preconceito através de passagens bíblicas é tão conveniente quanto negligenciar versículos que contrariam seus próprios interesses.

2.3

Aceitação da Homossexualidade nos Exércitos Contemporâneos

Conforme vimos, as sociedades grega e romana antigas, vocacionadas para os campos de batalha, associavam a virilidade do combatente militar a qualidades de dominação, força física, força moral, grandeza, dominação e coragem. Dessa forma, foi sendo construída a noção de que o homem militar é um ser corajoso e heroico, que morre em combate defendendo o seu povo e sua terra. A essa categoria atribui-se também a imagem de corpos atléticos, musculosos e bronzeados, representados nas antigas esculturas greco-romanas. Todos esses signos atribuídos à masculinidade hegemônica,

ainda habitam o imaginário das sociedades contemporâneas no que diz respeito à concepção do homem militar.

A história dos exércitos de diversos países nos mostra como diferentes forças militares, em países distintos vêm lidando com a presença de homossexuais em suas fileiras. Passaremos agora a um breve histórico sobre a aceitação de pessoas LGBT em alguns dos principais exércitos do mundo. O objetivo aqui não é desenvolver um estudo aprofundado do tema, mas apresentar um panorama conciso sobre como alguns países tratam a questão da homossexualidade em suas forças armadas.

Atualmente, dos trinta países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), vinte aceitam a presença de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. Dos cinco países que são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França), cujo objetivo principal é manter a paz e a segurança internacional, os Estados Unidos, a França e o Reino Unido aceitam pessoas LGBT nas suas forças armadas. O Reino Unido revogou as proibições de entrada e permanência de homossexuais em suas Forças Armadas em 1999 e passou a promover políticas de reconhecimento, embora estudos mostrem que internamente a sexualidade ainda é um assunto delicado nas fileiras militares britânicas (BULMER, 2013). Por sua vez, a China proíbe declaradamente a presença de homossexuais em suas fileiras, enquanto a Rússia só permite que gays e lésbicas sirvam em tempos de guerra.

Os Estados Unidos, durante décadas, adotaram a política “*Don’t Ask, Don’t Tell*” (não pergunte, não conte). Com essa política de restrição, pessoas que se identificavam como homossexuais poderiam servir, contanto que não demonstrassem propensão ou intenção de se envolverem em atos abertamente homoafetivos. Isso porque acreditavam que a presença declarada de homossexuais, bissexuais e transexuais poderia criar um risco inadmissível para os elevados padrões de moral, ordem, disciplina e coesão das tropas, que são o cerne das competências militares (BELKIN, 2008). Durante anos, a questão sobre homossexuais servirem abertamente nas forças armadas americanas foi amplamente discutida e combatida, como observa-se no texto do coronel Ronald Ray (apud BELKIN, 2008, p. 277), ex-secretário adjunto da Defesa:

Depois que o presidente Reagan restaurou a confiança e reconstruiu nossa defesa nacional, os militares estão agora novamente desfrutando do respeito e da admiração do povo americano, mas isso poderia mudar rapidamente se a proibição militar aos homossexuais fosse revogada. A opinião pública sobre os militares declinaria. (tradução minha)

Após anos de debates sobre a presença de militares gays, finalmente em dezembro de 2010, o então presidente Barack Obama assinou a revogação de *Don't Ask, Don't Tell*, consentindo que homossexuais servissem abertamente em qualquer ramo das forças armadas americanas. A política de *Don't Ask, Don't Tell* promoveu um ambiente hostil nas forças armadas do país, desperdiçou milhares de dólares e forçou a saída de inúmeros militares qualificados por conta exclusivamente de suas sexualidades não hegemônicas.

Barnes II (2004) afirma que de 1950 a 2004, os Estados Unidos gastaram mais de 2 bilhões de dólares com substituições de soldados devido a políticas de exclusão de homossexuais das fileiras militares. O autor aponta que o país chegou a desperdiçar cerca de 40 milhões de dólares anuais em treinamentos de militares que tiveram que abandonar a farda por não se encaixarem no padrão heteronormativo. No entanto, os estudos mostram que em épocas de guerra, quando os Estados Unidos precisaram de um maior efetivo de militares para o campo de combate, as dispensas diminuíram. Ou seja, em tempos de paz, uma quantidade grande de homossexuais foram excluídos; em tempos de guerra, essa preocupação parecia ser ignorada.

No Reino Unido, até o ano de 2000, gays eram expulsos das forças armadas britânicas caso manifestassem abertamente sua sexualidade. Os soldados gays eram considerados incompatíveis com o serviço militar, pois acreditava-se que seus comportamentos poderiam impactar diretamente na disciplina, na moral e na efetividade da tropa (BULMER, 2013). Gays e lésbicas podiam ser “descobertos” de diversas maneiras: portando objetos suspeitos como folhetos sexuais destinados a homens gays; através de investigações que incluíam buscas na residência, verificação de correspondência, cadernos de telefone, entre outros. A investigação sobre a sexualidade de militares podia ser desencadeada inclusive a partir de denúncias que levavam a interrogatórios com conhecidos dos suspeitos.

Durante vários anos houve questionamentos em relação à proibição da permanência de homossexuais nas forças armadas britânicas. No ano de 1996, o Ministério da Defesa britânico declarou que a homossexualidade aberta ou que se torna conhecida era o problema, pois o que é escondido e suprimido com sucesso pode muito bem não existir. Ainda em suas declarações, o Ministério da Defesa afirmou que permitir a homossexualidade aberta seria uma forma de remover qualquer incentivo para ocultação e autocontenção, e que se gays e lésbicas desejasse servir, deveriam manter sua sexualidade na ordem do privado. Bulmer (2013) afirma que havia a crença de que permitir a entrada e permanência de pessoas abertamente homossexuais nas forças armadas colocaria em risco a identidade masculina dos militares e a própria corporação.

A proibição foi derrubada em 1999, quando o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu que tal política violava o artigo 8º - direito ao respeito à vida privada e familiar - da Convenção Europeia sobre Direitos Humanos. Em janeiro de 2000, o governo britânico anunciou o fim da expulsão obrigatória de militares homossexuais e um Código de Conduta Social para regular as relações pessoais que se aplicavam a toda tropa. Apesar das melhorias trazidas com as novas políticas de aceitação de pessoas LGBT nas forças armadas britânicas, Bulmer (2013) alega que sair do armário ainda é uma decisão difícil devido ao preconceito tácito e enraizado na cultura militar.

Israel, por sua vez, é o único país do Oriente Médio que aceita a presença de pessoas LGBT em suas forças armadas. Por ser uma nação constantemente envolvida em guerras, Israel nunca proibiu oficialmente a entrada de gays e lésbicas em suas fileiras militares. Ainda assim, até 1980, pessoas abertamente homossexuais eram dispensadas do serviço militar. Em 1983, o Ministério da Defesa israelense definiu que homossexuais não teriam sua carreira militar limitada e tampouco seriam dispensados das forças armadas, embora não permitisse que as ditas minorias sexuais ocupassem cargos ultrassecretos ou de inteligência (BELKIN; LEVIT, 2001). O serviço militar é parte da cultura judaica de Israel e marca o ritual de passagem para a vida adulta. Aos dezoito anos, homens e mulheres devem se alistar. Homens servem na ativa por três anos e mulheres, dois. Ao terminarem o serviço ativo obrigatório, os cidadãos israelenses passam para a reserva. Os homens permanecem nessa condição até os cinquenta e cinco anos e as mulheres, até os vinte e quatro ou até se casarem.

Bélgica, Espanha, Holanda, Suécia, Nova Zelândia, Austrália e Noruega são alguns dos países que não permitem a discriminação de homossexuais em suas forças armadas. Já a Itália e Portugal consideram a homossexualidade inadequada para o serviço militar, enquanto a Alemanha os aceita, contanto que haja uma avaliação médica para atestar se a condição sexual daquele indivíduo irá afetar seu desempenho como soldado. Na Grécia, em descompasso com sua própria história militar da antiguidade, o militar homossexual é desligado caso sua sexualidade se torne pública. A Hungria não permite a presença de militares gays em suas forças armadas. Na mesma linha, a Turquia proíbe expressamente pessoas LGBT de ingressarem no exército. Por sua vez, a Polônia entende a homossexualidade como um desvio de personalidade. Há outros países que também não aceitam homossexuais assumidos em suas fileiras militares, como por exemplo: Uganda, México, Belize, Panamá, Honduras, Cuba, Venezuela, Kuwait, Líbano, Oman, Quatar, Arábia Saudita, Síria, Emirados Árabes, Afeganistão, Irã, Paquistão, Siri Lanka e Corea do Norte.

Entre as décadas de 1950 a 1990, o Canadá aplicou uma política chamada de *gay purge* (limpeza gay) em suas forças armadas. Militares gays eram investigados e desligados da caserna. Há relatos de militares que foram submetidos a testes poligráficos e interrogatórios a fim de confirmar sua homossexualidade, e, consequentemente, expulsos das forças armadas (COLETTE, 2020). No ano de 1992, contestações jurídicas deram fim ao *gay purge* no país. Atualmente, essas vítimas estão recebendo homenagens e pedidos de desculpas oficiais por parte do governo canadense. Segundo Colette (2020), o primeiro-ministro Justin Trudeau pediu desculpas formalmente a militares cujos sonhos de servir seu país foram destruídos pela opressão e rejeição sistemática e patrocinada pelo Estado. Em 2020, o governo canadense e defensores das causas LGBT anunciaram a construção de um monumento nacional em Ottawa para homenagear todos ex-militares que foram expulsos das forças armadas por serem homossexuais. A previsão é que o monumento seja inaugurado em 2024. O Ministro do Patrimônio Canadense, Steven Guilbeault, declarou que monumentos podem unir seu povo em luto e ajudar a aprender sobre o passado. Ainda nas palavras do ministro, o monumento convidará os canadenses a refletirem sobre um momento vergonhoso de sua história e permitirá que avancem

juntos em direção a um futuro no qual todos os canadenses serão respeitados por serem quem eles são.

Na América do Sul, o Uruguai é um dos principais países que atuam positivamente na admissão de militares LGBT. Em graus diferentes de aceitação, a Colômbia, o Peru e a Argentina caminham na mesma direção que o Uruguai. Em 2014, o Chile, uma nação conservadora, teve seu primeiro oficial da Marinha assumidamente gay, revelando publicamente sua homossexualidade justamente em um momento em que o país se abria para a inclusão de grupos de minorias sexuais em suas fileiras militares.

Há casos de países que não proíbem abertamente a entrada de homossexuais, mas que concebem a homossexualidade como uma característica incompatível com o serviço militar. A Coreia do Sul, por exemplo, é um país que declara não impedir a entrada de gays e lésbicas em suas forças armadas. Entretanto, de acordo com o artigo 92-6 do Código Penal Militar sul coreano, o sexo anal e outros atos indecentes entre militares podem ser punidos com até dois anos de prisão, mesmo que ocorram fora do quartel, enquanto os soldados estiverem de folga e por consentimento mútuo. Reiteradas tentativas de defensores sul-coreanos de direitos LGBT para abolir tal lei foram malsucedidas. O governo do país diz que o artigo 92-6 tem o objetivo de deter o abuso sexual no exército, e não de punir a orientação sexual. O Tribunal Constitucional do país decidiu repetidas vezes que o artigo é justificado pela necessidade de preservar a disciplina militar e o poder de combate. Os militares afirmam que isso não impede pessoas gays e transgêneros de servir. O Ministério da Defesa, que ampliou o treinamento para proteger os direitos das minorias sexuais, afirma que o problema não é a identificação sexual e de gênero, mas aquilo que a lei chama de atividade sexual "indecente" (SANG-HUN, 2019).

Em sua pesquisa, Rocha (2011) menciona que a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA) constatou, na terceira edição do seu relatório sobre a homofobia do Estado, que há oitenta países que ainda consideram a homossexualidade ilegal. Segundo os dados levantados no relatório, há 72 países e 3 entidades (a República Turca de Chipre do Norte, a Faixa de Gaza e as Ilhas Cook) que punem as relações sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo com prisão. Outros

5 países (Irã, Mauritânia, Arábia Saudita, Sudão, Iêmen e partes da Nigéria e da Somália) chegam ao extremo de punir a homossexualidade com a pena de morte. Consequentemente, tais concepções impactam diretamente na aceitação de homossexuais nas forças armadas desses países.

2.4

Sobre homossexuais no Exército Brasileiro

As Forças Armadas brasileiras estão definidas pelo artigo 142 da Constituição Federal de 2018 como instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República. Destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Os três órgãos militares que compõe as Forças Armadas no Brasil são a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. As três forças federais estão diretamente subordinadas ao Ministério da Defesa do Brasil.

No Brasil, não existe qualquer lei que proíba a entrada e/ou permanência de gays e lésbicas em qualquer das três forças. O Código Penal Militar (CPM) prevê, no artigo 235, punição para o crime de pederastia ou outro ato de libidinagem.

Art. 235 – Pederastia ou outro ato de libidinagem – Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique, ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar.

A palavra pederastia, em sua definição clássica, descreve a relação homossexual entre um homem e um adolescente. No entanto, no CPM o termo serve para englobar qualquer ato homossexual, independentemente da idade dos envolvidos. Ainda, o texto do artigo 235 do CPM apresenta uma ênfase muito maior no ato sexual entre indivíduos do mesmo sexo biológico do que na questão da prática sexual libidinosa de forma geral. O Código Penal Militar atual entrou em vigor em 1969, durante o regime militar, época em que a homossexualidade ainda era entendida como doença no Brasil.

A respeito da redação do artigo 235 do CPM, Verbicaro Soares (2015) acredita que a visibilidade atribuída ao homossexual não é necessária e seu uso vai de encontro à dignidade de pessoas homossexuais, pois estabelece uma situação discriminatória em

relação ao grupo homossexual. Nesse sentido, o autor questiona o porquê da tipificação expressa da terminologia homossexual e o apagamento de outros termos como bisexual ou heterossexual. Se o crime está no ato libidinoso e não no fato de ser homossexual nas Forças Armadas, o texto reforça uma abordagem discriminatória contra homossexuais, conforme defende Verbicaro Soares (idem).

Quanto à sua missão, o Exército, no plano externo, tem o encargo de defender o país principalmente em operações terrestres. No âmbito interno, sua missão é garantir a lei, a ordem e os poderes constitucionais. A história do Exército Brasileiro tem início com a independência do Brasil. A data da primeira Batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648) marca seu aniversário oficial. Desde seu início, até o ano de 1992, quando a Escola de Administração do Exército matriculou em seu curso de formação de oficiais a primeira turma com alunas do sexo feminino aprovadas em concurso público, apenas homens podiam incorporar às fileiras do Exército Brasileiro. Pouco tempo depois, as mulheres passaram a ingressar também na Escola de Saúde do Exército, no Instituto Militar de Engenharia e nas Escolas de Formação de Sargentos. Em 2017, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército abriu as portas para a primeira turma com 40 vagas para o corpo feminino. No ano seguinte, estas alunas ingressaram como cadetes na principal escola de formação de oficiais, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). As primeiras oficiais egressas da AMAN se formaram no final do ano de 2021. Após quase trinta anos de presença feminina no Exército Brasileiro, as mulheres ainda são minoria no contexto da caserna, representando cerca de 6% do efetivo total de militares da ativa. Inclusive, o concurso para oficiais formados na AMAN oferece poucas vagas para pessoas do sexo feminino (menos de 10%). No que diz respeito ao serviço militar obrigatório no Brasil, previsto na Constituição Federal, ressalto que este é exclusivo para homens por força de lei.

Tendo em mente que as formas de ingresso no Exército Brasileiro se dão por concurso público, percebemos que o efetivo de militares é composto por pessoas oriundas da nossa sociedade que atualizam nos quartéis ideias, concepções, valores e julgamentos construídos socialmente na interação com outras pessoas. Deste modo, é compreensível que em uma sociedade na qual a homossexualidade era vista como doença há poucas décadas e que vem assistindo nos últimos anos ao crescimento e ao fortalecimento de

discursos totalitários e excludentes, o preconceito ainda sobreviva sólido nos valores culturais de seus indivíduos a despeito de leis e programas que buscam combater a discriminação e promover a aceitação das diferenças.

O forte ideário sobre a masculinidade, assim como preceitos heteronormativos e impositivos presentes na sociedade brasileira, acabam implementando dentro das Forças Armadas um forte pensamento discriminatório e de não aceitação de homossexuais pertencentes ao quadro de militares. (VERBICARO SOARES et al., 2020, p. 86).

Ainda que a entrada de homossexuais nas Forças Armadas brasileiras não seja vetada legalmente, as práticas discursivas rotineiras da caserna apontam para crenças e atitudes homofóbicas por parte de seus membros. Não raro, percebe-se que os homossexuais são desqualificados e desautorizados discursivamente, sendo tomados como indivíduos de menor prestígio social pelos defensores da heteronormatividade.

A incorporação e permanência de homens que se identifiquem como gays na caserna ainda é objeto de incômodo e, até mesmo, de revolta por parte de diversos companheiros de farda. No entanto, ao longo da pesquisa, conversei com cadetes, que atualmente estão na AMAN, e estes relataram uma mudança discursiva nesse sentido. Conforme ouvi de alguns cadetes, a entrada das mulheres na AMAN tem sido crucial para transformação gradativa de posturas, discursos e atitudes em relação a militares gays. Segundo eles, hoje, há na AMAN uma certa preocupação por parte dos instrutores em coibir discursos preconceituosos que estimulem a discriminação contra homossexuais. Por outro lado, relatos de oficiais que passaram pela escola antes da entrada das mulheres nos mostram que até muito pouco tempo atrás, gays, drogados e ladrões eram colocados no mesmo patamar e eram considerados indignos à farda. Os instrutores incentivavam a própria turma, ao descobrir alguém com essas características, a “colocar pra fora” da instituição, conforme as palavras de todos os entrevistados na minha pesquisa de mestrado sobre narrativas de perseguição homofóbica no contexto militar, realizada nos anos de 2013 a 2015. Assim, os próprios colegas discriminavam os cadetes com atitudes lidas como “coisas de gays” até que eles pedissem desligamento por não aguentarem a pressão.

Explicando em mais detalhes, após as análises de narrativas de militares vítimas de homofobia empreendidas em minha pesquisa de mestrado (COSTA, 2015), observei que os participantes reconstruíram suas histórias lançando mão de recursos linguísticos, como a formulação de *accounts* e diálogos construídos, que permitiram aos narradores justificar perseguições ocorridas nos quartéis que poderiam ameaçar suas faces, bem como dar veracidade a suas histórias. Quanto à análise dos estigmas construídos e rejeitados nas entrevistas de pesquisa, constatei que os processos de estigmatização (GOFFMAN, 1988) da identidade gay não eram estruturas apriorísticas, mas se construíam na dimensão das histórias narradas. As punições recebidas por alguns militares gays, segundo a fala dos próprios entrevistados, se davam sempre de forma velada, sem que seus motivos fossem explicitamente revelados ou formalmente registrados. Percebi, então, que o assédio era praticado sem que houvesse qualquer tipo de embasamento legal ou determinação institucional que previsse a discriminação contra homossexuais no Exército Brasileiro. Observei, portanto, que o preconceito acontecia tanto na esfera individual quanto coletiva devido a valores heteronormativos socioculturalmente construídos.

Foi possível constatar que em uma sociedade calcada nos pilares da hierarquia e da disciplina, na qual a heteronormatividade é enaltecida e encorajada, o ambiente torna-se hostil para os homens homossexuais. Percebi que a saída do armário é motivo de medo e perseguição moral, sendo largamente desencorajada. Alguns relatos construíram histórias de exclusão de militares temporários gays, com base apenas no julgamento moral de seus superiores, desconsiderando a capacidade laborativa daqueles. Essa, aliás, foi uma reivindicação recorrente nas histórias contadas. Os militares se ressentiam pelo apagamento de seus valores e identidades profissionais em um contexto que insiste em privilegiar uma normatização da vida privada.

As escolas de formação de oficiais combatentes também foram vistas como um ambiente hostil e homofóbico pelos participantes da pesquisa. Por fim, ficou claro, pelas falas de alguns entrevistados, que já houve avanços em relação ao passado da instituição, e que caminhamos para uma mudança de postura, mas ainda a passos lentos e motivados apenas por força da lei. Os resultados da pesquisa informam que sair do armário ainda é uma atitude de coragem que envolve medo, repressão, humilhação e até mesmo punições.

Ainda, devido aos discursos homofóbicos do senso comum que circulam na sociedade militar, os entrevistados, de um modo geral, revelaram preferir trancar seus armários e esconder suas sexualidades. Em relação aos discursos homofóbicos do senso comum, foi possível perceber que muitos militares transportam suas ideologias, valores e crenças para o ambiente institucional da caserna. Sendo este um contexto em que a heteronormatividade é historicamente exaltada, o discurso homofóbico tende a prevalecer sobre os demais.

Indiscutivelmente, toda a forma de hegemonia, incluindo a do padrão heteronormativo, vem sendo gradativamente questionada para dar espaço às minorias historicamente excluídas. Ainda assim, o ambiente militar muitas vezes se torna hostil para aqueles que se identificam como homossexuais, fazendo com que performem uma identidade de gênero hegemônica por receio de serem descobertos por seus colegas de farda. Com certa frequência, vemos que o militar que se assume como gay- ou indivíduo que apresenta um comportamento mais distante do protótipo de masculinidade hegemônica - sofre represálias devido à sua orientação sexual ou performance corporal.

A inclusão de homossexuais nas fileiras das Forças Armadas acende, igualmente, diferentes discussões que transcorrem da biologia à política (ROCHA, 2011). Segundo Rocha (2011), sujeitos que se posicionam contrariamente à inclusão e à permanência de homossexuais nas Forças Armadas justificam suas ideias usando como argumentos o aumento de assédio sexual por parte dos homossexuais, o contágio por HIV, a incompatibilidade com a carreira e a diminuição de coesão das tropas, o que acarretaria na diminuição da eficácia da Força. Verbicaro Soares et al. (2020 p.89) defende que “é preciso entender que a hostilidade à condição homossexual entranhada nas forças armadas é fruto de uma sociedade que, sob diversos pretextos, tenta, continuamente, suprimir o manifesto por direitos de pessoas homossexuais”.

Ainda de acordo com Rocha (2011), e conforme já se disse, as pessoas que defendem a exclusão de homossexuais nas Forças Armadas afirmam que sua presença tem influência negativa direta na coesão da tropa. Por outro lado, indivíduos favoráveis à presença de homossexuais nas Forças Armadas afirmam que tais argumentos têm como fundamento apenas o preconceito. A esse respeito, Rocha (idem, p. 143) destaca que

a exclusão ou a obstrução ao ingresso de homossexuais nos contingentes do Exército, Marinha e Aeronáutica não tem apenas o condão de estigmatizá-los do convívio social, desafia o próprio conceito de cidadania ao impedir a permanência de homens e mulheres em Instituições destinadas à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, em razão de sua orientação sexual.

Explico agora com maior precisão o que seria o conceito de coesão. A coesão social diz respeito aos vínculos afetivos de amizade, afinidade, simpatia e proximidade entre os elementos de um certo grupo. Esse tipo de coesão tende a crescer quando membros de determinado grupo passam a conviver e socializar, usufruindo da companhia uns dos outros. Inicialmente, o termo coesão social foi utilizado por Durkheim (GIDDENS, 2012) para definir os laços responsáveis por manter as pessoas vivendo em grupos, respeitando determinada ordem social e padrões comumente aceitos. Durkheim se interessou em entender quais eram os fatores que tornavam a coesão (a ligação) das relações sociais possíveis. Foi observado que a convivência de um grupo de pessoas só é factível se houver concordância entre seus membros. Em outras palavras, a coesão social ocorre quando há a existência de códigos e regras de conduta estabelecidos e seguidos pelos membros do grupo. Logo, para que um sujeito possa desfrutar da convivência social com outros indivíduos, é necessário cumprir os códigos e os padrões de comportamento indicados naquele meio.

Na caserna, a coesão está diretamente relacionada à união do grupo. Conforme define John H. Johns et al. (apud ROCHA, 2011, p. 147), coesão é a “a argamassa que une os membros de uma unidade ou organização de modo a manter as suas vontades, o comprometimento de uns com os outros, a unidade e a missão”. O conceito de coesão (que é decisivo para a eficácia de uma força armada) envolve também a coesão da missão (BARNES II, 2004; ROCHA, 2011), que diz respeito a um desejo coletivo entre aqueles que vestem a mesma farda de atingir determinado objetivo que requer um esforço em conjunto. Em consequência, a coesão da missão tende ser maior quando os integrantes do grupo dividem os mesmos ideais e motivações para alcançar tais objetivos.

No Exército Brasileiro, tanto a coesão social quanto a da missão são altamente enaltecididas. O discurso difundido rotineiramente na caserna ressalta a importância de serem mantidas as amizades dentro e fora do quartel, bem como de valorizar a

socialmente aceita família heteronormativa tradicional, incentivando, assim, o convívio social de seus integrantes. A vida social coesa e regrada do militar é inclusive um dos atributos pelos quais ele é avaliado profissionalmente, influenciando diretamente em seu conceito e, consequentemente, em sua carreira. Além disso, militares encorajam um discurso de camaradagem, irmandade e lealdade. “Quem sai junto, chega junto”, lema comumente repetido na tropa, simboliza a importância dada à coesão da missão e à coesão social. A ideia de nunca abandonar o companheiro no combate e nas situações difíceis parece estar internalizada na massa do sangue, para usar o jargão da caserna.

A camaradagem entre os membros da tropa é um dos principais atributos da vida militar, estando prevista inclusive no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).

Art. 3º - A camaradagem é indispensável à formação e ao convívio da família militar, contribuindo para as melhores relações sociais entre os militares.

§ 1º Incumbe aos militares incentivar e manter a harmonia e a amizade entre seus pares e subordinados.

§ 2º As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, obrigatórias entre os militares brasileiros, devem ser dispensadas aos militares das nações amigas.

No entanto, os dados desta pesquisa apontam para o fato de que tal preceito é muitas vezes esquecido e ignorado quando se trata de um companheiro gay. Os militares homossexuais são frequentemente percebidos por companheiros defensores da norma heterossexual como seres abjetos que envergonham a farda e sujam a imagem da instituição; por isso, não são dignos de respeito ou amizade. Essas percepções entranhadas em uma cultura que exclui as diversas formas de viver o gênero e a sexualidade interferem diretamente na coesão social e coesão da missão. A esse respeito, Verbicaro Soares et al. (2020) ressalta que os argumentos contrários a aceitação de homossexuais na caserna atestam uma hipotética ameaça à coesão das unidades militares com a permanência de um militar homossexual. Ainda há quem defenda que “uma pessoa homossexual seria um perigo para a integridade física ou moral dos integrantes das Forças Armadas, estigmatizando os homossexuais como pessoas promíscuas e que não seriam capazes de controlar a libido e seus impulsos sexuais” (VERBICARO SOARES et al., 2020, p. 88).

Apesar das mudanças que aos poucos vão surgindo, no contexto militar, a aceitação social de quem foge à figura do homem masculinizado ainda esbarra em preconceitos da sociedade que se atualizam nos quartéis (COSTA; BIAR, 2015). O cenário de discriminação sexual, protagonizado por indivíduos cujos valores morais afastam o gay da possibilidade da convivência social livre de julgamentos, se faz presente diariamente no cotidiano da sociedade brasileira e, consequentemente, da caserna. Para muitos militares, o conceito de homossexualidade ainda abarca sentidos de imoralidade e anormalidade. Faz-se relevante, portanto, repensar certas práticas discursivas que circulam no meio militar, pois “quando os participantes se engajam no discurso agem tanto sobre significados que são sócio historicamente dados, (...) como também sob significados que eles próprios geram nas práticas discursivas em que se localizam” (MOITA LOPES, 2004a, p.7). Comungando do mesmo pensamento, compartilho da ideia de Moita Lopes (2004a, p.12), baseado no pensamento de Foucault, sobre a existência de um ‘regime de verdade’ que bane o debate sobre homoerótismo das instituições disciplinares, tais como o próprio Exército Brasileiro, apesar das adequações que vem sendo feitas em termos de legislação. A esse respeito, volto à fala do atual vice-presidente do Brasil, General Mourão, que afirmou na entrevista transcrita na epígrafe deste capítulo que a aceitação de pessoas LGBT nas Forças Armadas é uma questão delicada porque mexe com costumes de um ecossistema bastante particularizado. O General não parece estar falando de leis, mas de concepções discursivas entranhadas na cultura militar que naturalizam o preconceito na caserna.

2.5

O discurso da heteronormatividade e o armário gay na caserna

A palavra “heteronormatividade”, que possui etimologia grega (hétero – diferente) e latina (norma - esquadro), designa situações nas quais orientações sexuais que fujam do padrão aceito socialmente como normal e natural – isto é, a norma heterossexual – sejam marginalizadas, estigmatizadas e perseguidas através de práticas sociais e políticas. A crença de que o ser humano deve se encaixar no binarismo sexual e de que as relações sexuais normais e aceitáveis são aquelas praticadas por um indivíduo do sexo masculino com outro do sexo feminino normatizam a heterossexualidade como

sendo a única orientação legítima e admissível. De acordo com o princípio da heteronormatividade, um indivíduo deveria se enquadrar dentro das normas sociais masculinas ou femininas de acordo com seu sexo biológico.

Borrillo (2010, p.31) define heteronormatividade como um modelo de sexualidade que seria superior às demais, pois

a heterossexualidade aparece assim como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa - e o ideal que ela encarna - é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização.

O conceito de heteronormatividade para Louro (2000, 2004) abrange não apenas a questão de gênero, mas de raça e classe social também, naturalizando o homem branco, heterossexual de classe média urbana e cristão como uma identidade de referência social. Qualquer identidade que fuja desta identidade padrão e “não-problemática”, torna-se uma identidade marcada. Segundo Louro (idem), a identidade referência é invisível, pois não precisa ser explicada. Ninguém espera que alguém se apresente se identificando como “sou heterosexual”. Ao mesmo tempo, as pessoas dificilmente descrevem alguém como “hetero”, mas facilmente usam termos como, “gay”, “viadinho”, “moça”, etc, para identificarem alguém com performances afeminadas.

Quaisquer outras formas de ser que fujam à norma tornam-se marcadas, pois contrariam aquilo que é esperado socialmente. Outro aspecto relevante apontado pela autora é o fato de uma identidade que escape de padrões culturalmente estabelecidos ser “representada não apenas por comparação à identidade hegemônica, mas a partir de um olhar hegemônico, daí que, muitas vezes, a identidade marcada não pode falar por si mesma” (LOURO, 2000, p. 9).

A naturalização da identidade heterosexual impõe aos indivíduos uma constante cautela a respeito de suas performances sociais e sexuais para que sejam aceitos e categorizados como normais. Segundo Louro,

a vigilância volta-se, então, explicitamente, para os corpos. Uma vigilância que é exercida não somente a partir do exterior, da obediência às regras, aos preceitos ou aos códigos, mas que é exercida pelo próprio indivíduo que, precocemente, aprende a se examinar, controlar, governar. (idem, p. 10)

No meio militar, a homofobia apoia-se em certos estereótipos que equacionam, em especial – mas não exclusivamente –, o homem militar aos signos da chamada masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). De acordo com Connell & Messerschmidt, (2013, p. 245), a masculinidade hegemônica é certamente normativa, pois não apenas “incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela”. Os autores (idem, p. 250) afirmam que a masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. Assim sendo, é possível assegurar que não existe uma única masculinidade possível, mas masculinidades. Nesse sentido, as masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular.

O discurso da heteronormatividade na caserna ainda é tão intenso, que a despeito da mudança de legislações e determinações institucionais, descobrir que um colega de farda é gay é motivo de exaltação negativa nos quartéis. Persistem, nas instituições militares, os padrões específicos de masculinidade hegemônica que costumam ser dominantes, mas têm se tornado cada vez mais problemáticos (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Na esteira dessa reflexão, Jesus (2018) entende a heteronormatividade como um agrupamento de regulamentações sociais que organiza, regula e controla o comportamento social de todas as pessoas, sejam elas homo, trans ou heterossexuais.

Quanto a revelar-se gay na caserna, vale ressaltar que o processo de visibilidade e enfrentamento de possíveis consequências de uma saída do armário, diante de algumas ou várias pessoas (SEFFNER; DUARTE, 2015), ainda é problemático e contingencial. O militar gay é constantemente empurrado para dentro do armário através de um discurso dialogicamente construído (BAKHTIN, 1979) sobre a incompatibilidade da profissão com qualquer orientação homoerótica. Esse discurso que rejeita e exclui o gay, reforça a

heterossexualidade como padrão de normalidade e, portanto, única forma aceitável de viver.¹⁸

Para Milkosci (2013, p. 316) essa opressão externa em relação aos desejos de um indivíduo persiste pela dificuldade de compreender que o armário nada mais é do que um “sofisticado regime social de controle da sexualidade que depende da adesão dos próprios sujeitos, os quais, como membros de uma cultura, não detêm o poder de recusá-la a partir de uma decisão individual”. A questão do armário como um dispositivo que regula a vida social do indivíduo homossexual é explicada por Sedgwick (2007) ao descrever a epistemologia do armário. Segundo a autora, existe uma concepção socioculturalmente construída de que gays e lésbicas possuem uma orientação sexual que deve ficar em segredo – ou não –, conforme os interesses da sociedade. Ou seja, o armário é um instrumento que rege não só a vida de pessoas LGBT, mas também de pessoas que se identificam como heterossexuais, pois valores hegemônicos da heteronormatividade conferem aos heterossexuais maior visibilidade e privilégios na sociedade. Estamos falando de um dispositivo “de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores” (SEDGWICK, 2007, p. 19). Para a autora, o armário é, na verdade, um regime de controle da sexualidade que dirige e sustenta a divisão binária hétero-homo da sociedade ocidental desde fins do século XIX, governando a visibilidade e a invisibilidade, a norma e a diferença. Assim, “o armário estabelece limites para todos os sujeitos de uma cultura: isso que sai das normas fica para dentro; isso que as normas permitem pode ficar do lado de fora” (CRISTÓVÃO, 2016, p. 54). Trata-se, portanto, de um conjunto de códigos nem sempre explícitos, mas rigidamente estabelecidos que normaliza o espaço público como um lugar de heterossexualidade, relegando a homossexualidade à ordem do privado.

Conforme já se disse, o armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Entretanto, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e “há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por

¹⁸ Vale lembrar que discurso aqui é entendido como “uma prática social que define nossas relações com o outro e nossos posicionamentos sociais” (JESUS; LIMA, 2017, p. 77).

mais afortunada pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora". (SEDGWICK, 2007, p.22).

Ainda de acordo com Sedgwick, a “revelação do segredo” não destrói a questão ideológica que coloca o armário gay como característica fundamental da vida social. Conforme afirma a autora, até mesmo entre as pessoas mais assumidamente gays, há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém, seja no âmbito pessoal, profissional, econômico ou institucional. Portanto, é possível assegurar que a epistemologia do armário foi responsável, em grande parte, pela cultura e identidade gay ao longo dos séculos. Miskolci (2009, p. 172), no contexto atual, complementa a teoria de Sedgwick e afirma que

a homossexualidade foi “inventada” como segredo e – em contextos culturais e históricos que a perseguem – tende a existir inserindo no armário aqueles que nutrem interesses por pessoas do mesmo sexo. Portanto, o closet não é uma escolha individual, e a decisão de sair dele tampouco depende da “coragem” ou “capacidade” individual.

Para o autor (idem), sair do armário e assumir publicamente sua homossexualidade em contextos heterossexistas pode significar a expulsão de casa, a perda do emprego ou, em casos extremos, até a morte. E é justamente devido às consequências que o revelar-se gay pode desencadear que Cabral Filho (2019) defende que o armário não é uma mera questão de silêncio, mas de contenção.

O armário não é um mero território do não dito – permanecer em silêncio sobre a própria sexualidade e estar no armário não são sinônimos –, mas um silêncio constituído e alimentado no interior de um sistema de opressão. Só há armários em sociedades que marginalizam, rejeitam, patologizam certas formas de construção da sexualidade. (Cabral Filho, 2019, p. 64)

Complementando, Cristóvão (2015, p.33) afirma que o armário sintetiza as relações entre ocultamento e delimitação, ou seja, “ao mesmo tempo que guarda em si a ideia de esconderijo da homossexualidade, a metáfora do armário também estabelece um controle da sexualidade como um todo”.

Com base nos estudos dos autores aqui mencionados, entendo que quando um militar é alvo de exposição vexatória em grupos de redes sociais, como veremos nas análises dos casos apresentados (cf. capítulos 5,6 e 7), opera-se uma pressão social para

que esse sujeito permaneça em seu armário a fim de não causar constrangimento e vergonha para toda a classe militar. Portanto, a saída ostensiva do armário desestabiliza uma cultura heteronormativa fortemente presente no meio militar. É especificamente dessa dinâmica que tratarei ao longo deste trabalho. Quando ousa enfrentar a vigilância e a fúria dos guardiões da heterossexualidade, o militar é exposto em “praça pública” (neste trabalho, entendo que as redes sociais digitais funcionam como uma espécie de praça pública contemporânea) para que outros não se atrevam a fazer o mesmo. E dentro do mesmo ciclo vicioso, militares homossexuais são desencorajados a abrir as portas de seus armários por medo de retaliação pessoal e profissional. Como resultado, durante esse processo, ocorre o privilégio da norma identitária heterossexual e a exclusão dos diferentes (JESUS; LIMA, 2017).

No tocante aos discursos de homofobia dialogicamente ecoados na caserna que apresentarei na análise, vale sublinhar que de acordo com Bakhtin (1979), não há discurso ingênuo ou livre de posicionamentos ideológicos. Portanto, existe sempre uma dialogização interna da palavra, ou seja, todas as palavras são sempre perpassadas pela palavra do outro. O enunciador quando constitui seu discurso leva sempre em conta outros discursos que, por sua vez, estão presentes em sua enunciação. O enunciado não existe fora das relações dialógicas e carrega ecos e lembranças de outros enunciados, ocupando assim, uma posição na esfera de comunicação. Deste modo, todo discurso é atravessado pelo discurso do outro. E são essas relações de sentido, que se estabelecem entre os enunciados, que Bakhtin vai chamar de dialogismo. Essa teoria possibilita o entendimento de que, no meio militar, assim como na sociedade com um todo, os discursos de homofobia carregam vozes e concepções ideológicas anteriores que constroem a heterossexualidade como única norma possível.

Para refletir sobre as escolhas discursivas heteronormativas que circulam nos quartéis quando o tema é a sexualidade não canônica de um militar, me apoio em autores como Fabrício (2006, p. 48), que, conforme mencionado anteriormente, assegura que a linguagem é uma prática social. Assim, o estudo da linguagem nos permite entender “a sociedade e as culturas das quais ela é parte constituinte e constitutiva”. A autora alega que nossas práticas discursivas sinalizam “escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, atravessadas por relações de poder, que provocam diferentes efeitos no mundo

social”. Na mesma linha de pensamento, Jesus (2017, p.73) afirma que “é pelo discurso que elegemos a maneira de construir sentidos que estão em nossa órbita – por meio dele, evidenciamos as diferenças, criamos símbolos de unidades e de identificação coletiva. Se, às vezes, apagamos vozes, não raro eternizamos outras”. Essas são concepções importantes para entendermos que quando, em grupos de militares em plataformas digitais, alguém expõe “quem é gay”, compartilha a foto “do gay” e faz “piadas” sobre isso, o que sustenta esse discurso são concepções heteronormativas atravessadas por lutas de poder que visam conter as sexualidades não hegemônicas. Essa engrenagem de controle social funciona como uma espécie de alerta que avisa que qualquer um que ouse sair do armário, será exposto e humilhado perante toda a sociedade militar. Em tal relação de causa e efeito, o armário transparece como um dispositivo estruturado “a partir de mecanismos de controle e poder, e que, portanto, orientam, determinam e modelam práticas” (CABRAL FILHO, 2019, p. 65). Consequentemente, no meio militar, o dispositivo do armário age diretamente sobre a circulação de discursos heteronormativos que constroem essas relações de poder e determinam os lugares ocupados pelas identidades hétero e homossexuais nos quartéis.

As estruturas históricas, sociais e culturais que participam da construção do discurso de homofobia no universo militar alicerçam as análises dos dados apresentados nos capítulos 5, 6 e 7. Em tais capítulos, tratarei de episódios em que oficiais do Exército Brasileiro tiveram sua (homo)sexualidade exposta, debatida e avaliada em redes sociais habitadas por outros militares. O principal objetivo é explorar que sentidos emergem em tais discursos. Investigo, ainda, de que forma os participantes da pesquisa, no processo de entextualização, resistem aos discursos de homofobia e constroem novos significados para suas histórias. No trânsito textual, observarei que elementos do texto-evento - que dispara a disputa discursiva - são recuperados, apagados e transformados em cada novo movimento de descontextualização e recontextualização.

3

Pressupostos Teóricos

Capitão, como depois do TFM¹⁹ a gente sentou lá fora na FS²⁰, a Andrade tava passando protetor solar. Não era nem maquiagem, passou protetor solar. Aí, ela me falou “amigo, tá borrado?”. Aí, eu falei assim “olha, tá borrado aqui na sua testa”. E ela tava com um pincel na mão e eu peguei o pincel e dei duas batidinhas, capitão. Duas batidinhas na maquiagem pra tirar aquela parte mais concentrada. Aí, o capitão Isaías tava chegando, chegando na FS. Aí, de imediato ele falou “Marcelo!”. E eu me levantei, porque na época eu tava no início ainda, acho que foi em abril, antes do EAVS²¹. É... eu ainda me levantei achando que ele ia me pagar alguma missão, ou então pedir algum favor. É que lá, geralmente, acontece muito isso. E eu me levantei, né? Na maior boa vontade. E ele começou, capitão, a dar a maior mijada²² em mim. A Andrade também logo percebeu que era uma mijada, não era nenhum favor que ele tava me pedindo. Ela já se levantou e ficou ... tentou explicar para ele o que tinha acontecido, mas ele não deixou ela falar. Aí, ele pegou e falou que quando eu tivesse de farda, que eu tinha que respeitar a instituição e que... eu não tava mais no ensino médio pra tá maquiando as minhas coleguinhas e que se alguém olhasse pra aquilo ali, poderia pensar coisas e tudo mais. E aí, eu falei “sim”. Nessa hora, eu comecei só a dizer o que me orientaram, né? Que é só abaixar a cabeça e ficar falando “sim, senhor”. E ele falou assim “Tá bom. Agora some da minha frente”. Assim, esse tipo de preconceito eu já sofri demais, mas esse “some da minha frente” foi doloroso porque... é... não se trata ninguém assim. Eu não trato nenhuma pessoa dessa maneira. Mandar a pessoa sumir da frente (respiração longa). E aí, eu fui pro consultório, fiquei no consultório do lado, fiquei lá meio chateado, bastante... chorei um pouco, mas depois, chorei de raiva mesmo.

Aspirante a Oficial Médico Marcelo (cumprindo o serviço militar obrigatório) - junho de 2019. Nota de campo gerada após receber essa mensagem por áudio no

19 TFM – treinamento físico militar (educação física)

20 Formação Sanitária (Seção de Saúde)

21 EAVS – Estágio de Adaptação à Vida na Selva – obrigatório para todos os militares que servem na Amazônia.

22 “Mijada” é uma expressão usada por militares para “bronca, chamada de atenção”.

WhatsApp enquanto conversávamos sobre ele já ter sido vítima de homofobia no quartel por ser gay assumido.

A história transcrita e entextualizada na epígrafe deste capítulo foi gerada em campo durante a pesquisa etnográfica. Trata-se de um exemplo de como a dinâmica instaurada pela homoafetividade de militares se manifesta nos discursos de preconceito que orbitam em torno dos quartéis. Na história, percebemos que através de um mecanismo de vigilância, o Capitão Isaías tenta controlar o comportamento e a performance corporal do Aspirante Marcelo. O capitão, na posição de superior hierárquico, faz isso tendo como ferramenta um discurso atravessado por questões de poder e de imposição da heteronormatividade. Essa dinâmica, pode ser tratada empiricamente, em uma abordagem discursiva, a partir de diversos conceitos teóricos. No entanto, nesta tese, cujo foco são as questões de poder imbricadas nos embates discursivos, as noções de entextualização, indexicalidade, análise de narrativas, dialogismo e panoptismo, foram eleitas como categorias de análise dos dados.

3.1

A noção de linguagem no mundo globalizado

Com o advento da tecnologia, as fronteiras da comunicação tornam-se porosas, permitindo a interlocução de indivíduos e comunidades dispersos no mundo. Essas mudanças inauguram um novo paradigma de estudos da linguagem, dando vida a um arquétipo de pesquisa sociolinguística que visa dar conta da mobilidade dos fluxos da comunicação que ocorrem em uma multiplicidade de territorialidades e temporalidades (MOITA LOPES, 2013a). A atual configuração da sociedade globalizada, diretamente impactada pelas esferas da comunicação digital contemporânea, permite que os textos, as línguas e as pessoas estejam em uma mobilidade real e virtual extremamente dinâmica com trocas de informações e contatos cada vez mais rápidos e intensos (BLOMMAERT, 2010). Os intercâmbios de informações mediados pela tecnologia acontecem numa velocidade ultrarrápida “ampliando a mobilidade de línguas, textos, falantes, escritores, etc. de modo nunca antes experimentado com efeitos consequentes em nosso linguajar” (MOITA LOPES, 2013b, p.107). Podemos afirmar que o entendimento sobre o espaço onde as pessoas se movem deixou de ser o espaço linear e unidimensional do significante

de Saussure e dos estudos tradicionais da linguagem para ser um espaço laminado e multidimensional, investido de poder (SILVA, 2014). Na mesma concepção, percebemos que os processos de comunicação se tornam muito mais complexos, pluridirecionais e dinâmicos do que aqueles descritos na teoria saussureana tradicional de linguagem linear e homogênea.

Moita Lopes (2013b), apoiado em autores como Makoni e Pennycook (2007) defende que, nesse contexto, é necessário entender as línguas com base nas práticas, no cotidiano de comunicação das pessoas; e não como algo que tem vida própria, externo aos seres humanos. Em outras palavras, não estamos aqui falando de sistemas de comunicações utilizados pelas pessoas, mas de uma “visão de linguagem como prática local por meio da qual as línguas são um produto de atividades profundamente sociais e culturais nas quais as pessoas se engajam” (PENNYCOOK, 2010, apud MOITA LOPES, 2013b, p.106).

O uso das ferramentas midiáticas digitais e eletrônicas possibilita o fluxo de pessoas e textos no mundo desterritorializado através de práticas discursivas que envolvem a construção de performances identitárias. O conceito de performance identitária, emprestado da noção de identidade como performance (BUTLER, 1993), destaca o caráter localmente construído dos sentidos em práticas situadas que sedimentam sócio-historicamente nossas identificações de gênero, sexualidade, raça, religião, etc, através do discurso e de nossas atividades cotidianas.

De acordo com Blommaert (2010), o mundo atual não pode ser entendido como uma vila, mas como um intrincado emaranhado de redes, de intersecções de textos e sujeitos que viajam por diversos lugares, tempos e espaços. Assim, as mudanças sociais atualizadas nesse novo século exigem novas maneiras de teorizar a linguagem de modo que consigam dar conta da complexidade presente nas relações entre língua, sociedade e cultura. Blommaert (2010) assegura que a globalização obriga a sociolinguística a deixar de lado suas distinções e preconceitos clássicos e a repensar-se como uma sociolinguística de recursos móveis, enquadraada em termos de redes, fluxos e movimentos. Para responder a essa demanda, é basilar que a pesquisa sociolinguística esteja entrelaçada, de maneira interdisciplinar, com outros campos das ciências naturais e humanas, possibilitando que

os construtos teóricos dessas outras arenas do conhecimento amparem a compreensão da relação língua, sociedade e cultura (MOITA LOPES, 2004).

3.2

Entextualização em tempos de redes sociais

As novas tecnologias, segundo Moita Lopes (2013b), nos oferecem uma nova experiência sobre os conceitos de tempo e espaço, devido à maneira como nos relacionamos e comunicamos através das redes digitais, ampliando a mobilidade de textos, discursos e performances. Cada vez mais, as formas de interação e comunicação contemporâneas estão intimamente relacionadas ao uso das redes sociais e à maneira como os textos circulam através dos recursos “curtir”, “compartilhar” e “encaminhar”. Essas práticas de movimentos de textos em diferentes contextos podem ser chamadas de entextualizações (BLOMMAERT, 2010; SILVA, 2014; BAUMAN; BRIGGS, 1990; BORBA, 2016). Entextualização, portanto, é o processo de deslocar um texto, isto é, retirar recursos semióticos de um contexto original e levá-los para outros contextos espacial e temporalmente distintos. Assim, “um texto cultural, entextualizado é um texto descontextualizado e recontextualizado em outra geografia e temporalidade” (BORBA, 2016, p. 39). Esse processo de deslocamento de textos na contemporaneidade nos possibilita compreender o “trajeto pluridirecional dos textos, dando conta principalmente dos atravessamentos sociais, culturais, identitários, semióticos e de circulação, típicos dos processos comunicativos” (GUIMARÃES; MOITA LOPES, 2017, p. 13) atuais.

O conceito de entextualização foi primeiramente cunhado por Bauman e Briggs (1990 p. 206) e definido como

o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção lingüística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional. Um texto, então, nessa perspectiva, é discurso tornado passível de descontextualização. Entextualização pode muito bem incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o texto resultante carregue elementos da história de seu uso consigo.

Por sua vez, Blommaert (2005, p.47) traz a seguinte definição para o fenômeno:

Entextualização refere-se ao processo pelo qual os discursos são sucessivamente ou simultaneamente descontextualizados e metadiscursivamente recontextualizados, para que se tornem um novo discurso associado a um novo contexto e acompanhado por um metadiscorso específico que forneça uma espécie de 'leitura preferida' para o discurso. Esse novo discurso torna-se um 'texto': discurso retirado de seu ambiente interacional e transmitido em conjunto com um novo contexto. (tradução minha).

Portanto, explicando a definição de Blommaert, pode-se afirmar que a descontextualização e a recontextualização adicionam um novo contexto metadiscursivo ao texto, em vez de seu contexto original de produção. Ou seja, os discursos, materializados na forma de textos podem ser retirados de seu ambiente contextual/interacional de origem e replicados em novos contextos em que se transformam em outros textos, mobilizando processos de mudança na construção de significados.

Segundo Bauman & Briggs (1990), a capacidade reflexiva que o discurso compartilha com todos os sistemas de significação de tornar-se um objeto de si mesmo e de referir-se a si mesmo é fundamental para o processo de entextualização. Nesse sentido, Fabrício (2017) observa que o processo de entextualização-descontextualização-recontextualização não é um mero ventriloquismo, pois os ciclos sucessivos desse processo produzem, em cada fase, um discurso reconfigurado e um novo texto contendo tanto traços de contextos anteriores como do entorno emergente. Assim, cada etapa do processo apresenta um texto que possui uma história única ligada a regularidades socioculturais e a contingências transitórias. Sena (2018) afirma que o processo de deslocamento de textos para contextos díspares impulsiona e desestabiliza a produção de significados consolidados numa dada conjuntura sócio-histórica, exatamente pelos diferentes posicionamentos interpretativos que emergem cada vez que o texto comparece numa interação.

A trajetória de textos que são entextualizados, descontextualizados e recontextualizados está diretamente imbricada com questões de poder. Isso porque uma vez que os textos carregam normas e ideologias, eles são disputados na luta por consenso. Especificamente nas redes sociais, que é um dos espaços pesquisados aqui, a cada "curtir", "compartilhar" e "encaminhar", novas relações de significações são

estabelecidas. Todos esses elementos são cultural e socialmente construídos e sustentados por ideologias no processo de entextualização.

Neste trabalho, veremos que os textos analisados viajam (BLOMMAERT, 2010) de uma dimensão de comunicação para outra, sendo negociados em processos interpretativos que são produzidos em cada contexto interacional. Moita Lopes e Fabrício (2019) chamam atenção para a natureza móvel e itinerários múltiplos presentes nas trajetórias textuais. De acordo com os autores (idem, p. 718) “na celeridade das trocas comunicativas atuais, textos são descentrados de seus contextos originais e recentrados em novos ambientes comunicativos em uma velocidade frenética”. Com tal entendimento, é possível afiançar que textos que se tornam virais na internet, como os que serão analisados neste estudo, são exemplos de como “signos recontextualizados produzem localmente relações históricas, culturais e identitárias que são translocais” (GUIMARÃES; MOITA LOPES, 2017, p. 14). Vale salientar que, embora neste trabalho a noção de entextualização seja utilizada para analisar dados que emergem em contextos digitais, trata-se de um conceito que não está associado exclusivamente à tecnologia. Estou falando de um fenômeno discursivo geral, que comparece em outros contextos, inclusive naqueles que antecedem a tecnologia digital. No entanto, a web 2.0 amplifica e distribui de forma diferentes o poder de entextualizar.

No contexto tecnológico, a comunicação nas plataformas digitais envolve não apenas mecanismos fornecidos pela língua em si, mas também outros recursos semióticos (formas e padrões textuais, imagens estáticas e em movimento, sons e discursos culturais), bem como a mobilização destes em processos de descontextualização e recontextualização. Portanto, a linguagem das mídias sociais é tecida com materiais semióticos múltiplos e entrelaçados, socialmente significativos e culturalmente valiosos para os interactantes envolvidos (LEPPÄNEN et al., 2013), conforme veremos nos dados analisados nesta tese.

Leppänen et al. (2013) enfatiza que nas redes sociais, a entextualização é um recurso semiótico vital para compreendermos tanto as performances identitárias quanto as práticas comunicativas. Os processos de comunicação em mídias sociais, segundo os autores, repetida e crucialmente se baseiam na recirculação e apropriação de materiais

multissemióticos complexos. Neste estudo, a noção de entextualização foi uma ferramenta valiosa para identificação e análise das trajetórias e reutilizações da linguagem e do material textual como recursos na criação de significado (BAUMAN; BRIGGS, 1990; BLOMMAERT, 2005).

No que concerne à contextualização, Leppänen et al. (2013) destaca como essa reciclagem envolve dois processos relacionados: a descontextualização, que retira o discurso de seu contexto; e a recontextualização, que integra e modifica esse discurso para que ele se encaixe em um novo contexto. Assim, a noção de entextualização permite, nesta tese, investigar como os interactantes das mídias sociais realocam textos em seus discursos e repertórios realizando atos de controle, através dos quais reivindicam um certo poder social.

Os processos de entextualização que são observados e discutidos nesta tese possibilitam perceber como os discursos em movimento são validados em práticas cotidianas nas quais ecoam outros discursos de esferas institucionais e de poder mais solidificadas. Tal noção é bastante relevante quando temos em mente que os processos de entextualização, descontextualização e recontextualização que informam a presente pesquisa não ocorrem ao acaso ou de maneira ingênua. O que percebo são processos culturalmente construídos, socialmente constituídos e sustentados por ideologias que atuam como atos de controle nos quais a questão de poder vem à tona, carregando concepções e vozes enraizadas na cultura do cenário militar.

Em termos metodológicos, Silva (2014) traz uma interessante contribuição para a teoria de trajetórias textuais ao nomear o texto “original” de *texto-evento* e os textos envolventes, isto é, outros textos que entextualizam o texto-evento, de *texto-suplemento* (como exemplo podemos citar grupos virtuais, páginas de redes sociais, blogs, matérias de jornal, etc). Neste trabalho, durante as análises dos dados, adotarei a nomenclatura apresentada por Silva (2014) a fim de facilitar o entendimento dos processos de entextualização-descontextualização-recontextualização ocorridos em cada caso apresentado. Será percorrido um caminho de entextualizações a partir de um texto-evento que, ao ser extraído e (re)significado em textos-suplementos, mobiliza significados, discursos de poder e identidades.

3.3

Discurso e poder em Foucault

A noção de discurso e poder, desenvolvida e discutida pelo filósofo francês Michel Foucault em sua obra *A ordem do discurso* (1970), está no escopo dos conceitos que fundamentam esta pesquisa. Foucault (idem) assegura que o discurso está na ordem das leis em toda sociedade e que o controle do que pode ou não ser dito se dá por meio de procedimentos de exclusão. Existe na sociedade uma ordem do discurso que controla, seleciona, organiza e redistribui a produção discursiva através de procedimentos que objetivam “conjurar os seus poderes e perigos, dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, [1970] 1996, p. 9).

De tal modo, o discurso é algo que atravessa as microrrelações e que constitui a nossa forma de ver a realidade. Em Foucault, a verdade atua através do discurso controlado pelas instituições sociais que, por sua vez, buscam controlar também a vontade humana. Existem alguns procedimentos de exclusão que irão garantir a manutenção dos discursos que podem circular na sociedade. Esses procedimentos são a interdição, a separação ou rejeição e a vontade de verdade.

Sobre a interdição, Foucault afirma que não se tem o direito de dizer tudo (tabu do objeto), que não podemos falar tudo em qualquer circunstância (ritual da circunstância), e não é qualquer pessoa que pode falar sobre qualquer assunto (direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala). Esses três tipos de interdições se cruzam, se reforçam ou se compensam para formar uma grade complexa. Foucault ressalta, ainda, que “as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política” (FOUCAULT, [1970] 1996, p. 9). Essas interdições explicitam a ligação do discurso com o desejo e com o poder, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (idem, p. 10).

Outro princípio de exclusão do discurso presente na nossa sociedade é da separação ou rejeição. Nesse sentido, Foucault usa como exemplo a oposição entre razão e loucura. Para o filósofo “o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos

outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade e nem importância” (idem, p. 10). Esse recurso de exclusão é bastante usado quando queremos invalidar ou minimizar o discurso de alguém através da associação com a loucura. Neste estudo, os dados analisados nos capítulos 5, 6 e 7 apontam que, no contexto da caserna, algo similar parece acontecer muitas vezes com as sexualidades que desafiam a heteronormatividade. Através da rejeição de discursos homoafetivos, o amor entre dois homens e uma família que fuga aos padrões da heteronormatividade são deslegitimados e desacreditados.

O terceiro procedimento de exclusão mencionado por Foucault, que, assim como a interdição e a separação, se apoia sobre um suporte e uma distribuição institucional, é a vontade de verdade. A vontade de verdade se manifesta através de uma vontade de exclusão que coloca à margem da sociedade aqueles que não comungam da vontade de verdade estabelecida como única forma de verdade possível. Consequentemente, “os sujeitos que não se encaixam nesta vontade, acabam sendo retidos, reprimidos e, em última instância, forçados a fazerem parte deste discurso fortalecido pela vontade de verdade” (HORDECTE, 2020, p. 111).

Em Foucault ([1970] 1996, p. 20), a vontade de verdade é uma

prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura.

O autor explica que dos três sistemas de exclusão - interdição, separação ou rejeição e vontade de verdade – o último procura retomar os dois primeiros ao mesmo tempo que consegue modificá-los e fundamentá-los. Consequentemente, a interdição e a separação se tornam mais frágeis e incertas a medida em que são atravessadas pela vontade de verdade. Esta, por sua vez, se reforça e se torna mais incontornável nesse processo. Ao fazer uma análise histórica da produção dos discursos, Foucault percebe que a vontade de verdade atravessou diversos séculos de nossa história, insurgindo em um sistema de exclusão que ao mesmo tempo em que domina as pessoas, as sujeita ao próprio sistema que tem como parâmetro a existência da vontade de verdade. Dessa forma, as instituições sociais lançam mão da vontade de verdade como uma ferramenta de domínio

humano e de representação de poder a fim de manter o controle social. Conforme afirma Hordecte (2020, p. 118), “a vontade de verdade em Foucault é essa instância do discurso que representa a expressão do poder na sociedade através da exclusão de outras formas de discurso e, para tanto, utiliza-se das próprias instituições sociais para mascarar suas intenções”. Essa é uma categoria bastante cara à análise dos dados desta tese, justamente porque permite inferir que existem questões de poder que subjazem ao discurso de homofobia que circula no ambiente militar.

Foucault defende que existem muitos outros procedimentos de controle e delimitação do discurso. No entanto, os três modos de exclusão exterior mencionados aqui são os que põe em jogo o poder e o desejo.

3.3.1

Panoptismo nas redes sociais

Na obra *Vigiar e Punir*, Foucault (1975) analisa o sistema prisional e como se constituem as punições disciplinares baseadas nas práticas de poder que são estabelecidas nas relações institucionais. O filósofo explica que antes do século XVIII, o poder se impunha pelo suplício, ou seja, através da punição física ligada ao corpo, de acordo com a determinação do rei. Posteriormente, por volta do século XIX, gradualmente, são adotadas punições que marcam a alma e a racionalidade, com intenção disciplinadora. “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 21). Em tal cenário, as leis surgem como uma forma de exercício de poder que domestica e controla os corpos, ao invés de matá-los. Contudo, Foucault afirma que o poder sobre o corpo tampouco deixou de existir totalmente

Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito. Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão — privação pura e simples da liberdade — nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. (idem, p. 20)

Foucault informa que ao longo da história, muitos atos perderam a conotação de crime, pois estavam objetivamente ligados a um exercício de autoridade religiosa ou a um tipo de vida econômica. A blasfêmia deixou de ser considerada um crime; o contrabando e o furto doméstico perderam parte de sua gravidade. Os crimes e delitos passam a ser definidos e julgados com base em um código jurídico. “Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inadaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 22).

Dentro da análise do sistema prisional, Foucault se apropria do modelo arquitetônico circular do panóptico (pan – tudo; óptico – visão) para evidenciar a forma como a vigilância e o poder controlam os comportamentos e os corpos. O panóptico, idealizado por Jeremy Bentham em 1785, é uma estrutura que permite que um único vigilante possa observar todos os prisioneiros, sem que eles saibam se estão ou não sendo espionados. Devido ao medo e ao receio de estarem sendo observados, os detentos passam a adotar o comportamento desejado pelo vigilante. Ou seja, o indivíduo passa a se autovigiar por acreditar que está sendo monitorado.

O desenho original da estrutura criada por Bentham idealiza um anel ou estrutura circular no centro de um edifício, também circular, dividido em celas. Todas as celas possuem janela voltada para o exterior a fim de permitir a entrada de luz. Há também uma porta gradeada voltada para a torre central de vigilância. O vigilante ocupa seu lugar na torre, onde as persianas e venezianas nas janelas, o jogo de luzes e as conexões labirínticas entre as salas da torre evitam que sombras ou ruídos denunciem a posição e o olhar do observador. Dentro da torre, o vigilante tem uma visão de 360 graus de toda a prisão sem que os condenados saibam exatamente para onde ele está olhando.

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 195)

Foucault entende que o modelo arquitetônico do panóptico é, na verdade, um sistema que permite a vigilância, o controle da disciplina e a domesticação dos corpos com objetivo de manter um controle social eficiente. “O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 196). O adjetivo maravilhoso é atribuído a esse sistema de vigilância porque ao saber que está sendo observado, nasce uma relação fictícia a partir de uma sujeição real. Dessa forma, não é necessário recorrer à força para doutrinar o comportamento humano e impor o poder.

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo; e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação. (idem, p. 196)

O filósofo destaca que o panóptico “deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens” (idem, p. 198). Consequentemente, o panóptico faz parte de uma proposta de tecnologia política que altera as técnicas de vigilância ao mesmo tempo que substitui aquele exercício de poder que se impunha pelo suplício e que sustentou a soberania monárquica.

O panoptismo em Foucault vai além dos prédios que guardam proximidade ao que foi delineado por Jeremy Bentham, pois ele se configura como uma categoria de análise; como uma ferramenta que viabiliza observar que o poder se impõe através da vigilância. Assim, o panoptismo pretende observar, controlar, domesticar e docilizar o comportamento dos sujeitos através não de uma vigilância concreta, mas da certeza de que ela está presente sem intermitências. “É, ao mesmo tempo excessivo e muito pouco, que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente”. (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 195).

Em tempos atuais, numa sociedade que está constantemente sendo monitorada por câmeras em espaços públicos e algoritmos na internet, as redes sociais também funcionam como uma espécie de panóptico contemporâneo, pois ao realizar uma postagem, os sujeitos são constantemente observados e vigiados. As novas tecnologias da informação e comunicação, cuja presença é crescente na vida cotidiana dos indivíduos, reforçam essa visibilidade contínua e permanente. Tal sistema de visibilidade sujeita as pessoas a uma supervisão constante. Nos dados analisados ao longo desta pesquisa, observa-se que os processos de entextualização analisados materializam esse sistema político de vigilância de corpos que impõe o controle de discursos e comportamentos.

Considerando a concepção de fiscalização por meio de um panóptico, podemos perceber semelhanças entre a formulação de Foucault e as redes sociais, uma vez que os indivíduos estão sendo monitorados constante e inopinadamente nesses ambientes. Por outro lado, há algumas diferenças que precisam ser consideradas. Nas plataformas digitais, a submissão a esse regime de vigilância é em parte velada, uma vez que as redes sociais, sob a alegação de que não produzem conteúdo e que não possuem controle sobre o que seus usuários publicam, não se responsabilizam pela informação e pelos discursos que lá transitam. Outra diferença diz respeito aos usuários das redes sociais. Estes se submetem ao regime de vigilância digital contemporâneo de forma voluntária ao escolherem participar e compartilhar dados de suas vidas nas plataformas virtuais. O que observa-se nos dados da pesquisa é justamente uma circulação de discursos que surgem inicialmente através do monitoramento de indivíduos que publicaram voluntariamente textos e fotos de suas vidas pessoais nas redes sociais. Tanto esse patrulhamento quanto o compartilhamento das postagens por parte de outros indivíduos se dá sem que as redes sociais se responsabilizem pela circulação de discursos. Ainda, é interessante destacar que a visibilidade de postagens é algorítmica. Dessa forma, os usuários têm pouco controle sobre o que ficará visível para quem.

3.4

Dialogismo na entextualização

Para Foucault, o discurso é sempre fruto de outras vozes que precedem há muito tempo o momento da fala de alguém. Há um mecanismo engendrado nas microrrelações e nas instituições que garantem que, ao falar, o sujeito repita um discurso que interessa a alguém ou a um determinado grupo de instituições. Segundo o autor, quando uma pessoa fala, ela é apenas uma lacuna dentro de algo muito maior que é o próprio discurso. Ao dizer que o discurso está na ordem das leis determinadas pelas instituições sociais, o filósofo assegura que se alguém tem ou não algum tipo de poder é porque as instituições garantem que o discurso que as atende circule e seja reproduzido através dos enunciados proferidos pelas pessoas.

Essa visão foucaultiana de discurso e poder, assim como a noção de entextualização, a meu ver, retomam, de certa forma, a teoria bakhtiniana de dialogismo, uma vez que a cada entextualização, o novo texto carrega marcas e atualiza entendimentos de vozes e discursos envolvidos na cadeia discursiva.

Os discursos, na perspectiva bakhtiniana, não são estruturas abstratas, pois carregam a historicidade e as marcas identitárias de seu tempo, de suas formas anteriores e as intenções para formas futuras. Os enunciados, mesmo distantes no tempo e no espaço, apresentam uma relação dialógica seja em seu conteúdo temático, seja em sua estrutura composicional (BAKHTIN, 1979). O conceito de dialogismo não só funda a noção de linguagem para Bakhtin, como também é constitutivo da sua antropologia filosófica (FIORIN, 2016). Para o autor, todos os enunciados da produção linguística no processo de comunicação são dialógicos. Através do conceito de dialogismo, percebe-se nos dados analisados aqui que os discursos de preconceito homofóbico presentes no cotidiano militar carregam marcas históricas e concepções culturais.

Em Bakhtin (1979), existe uma dialogização interna da palavra, ou seja, todas as palavras são sempre atravessadas pela palavra do outro, conforme já mencionado no capítulo anterior. O enunciador quando compõe seu discurso leva sempre em conta outros discursos que, por sua vez, aparecem em sua própria fala. O enunciado não existe fora

das relações dialógicas e carrega ecos e lembranças de outras enunciações. E são essas relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados que Bakhtin vai chamar de dialogismo. Tal conceito é fundamental neste trabalho para observarmos quais sentidos são criados e negociados tanto no texto-evento quanto no(s) texto(s)-suplemento a cada entextualização.

A linguagem tem um papel central na teoria bakhtiniana. O autor defende que nunca temos acesso direto à realidade, pois essa se apresenta para nós de forma semiótica, ou seja, discursivamente. De fato, o que temos é o acesso aos discursos do outro; à produção linguística do outro. A realidade, na verdade, é discursiva, pois ela é contada pelo intermédio da linguagem.

Um objeto qualquer do mundo interior ou exterior mostra-se sempre perpassado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações do outro; dá-se a conhecer para nós desacreditado, contestado, avaliado, exaltado, categorizado, iluminado pelo discurso alheio. Não há nenhum objeto que não apareça cercado, envolto, embebido em discursos. Por isso, todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam.” (FIORIN,2016, p. 22).

Exemplificando o que foi explicado até aqui, entendo que quando se diz, por exemplo, que “heterossexuais e homossexuais são iguais e devem ter os mesmos direitos”, estamos repetindo e negando algo que está constituído em outro enunciado: “os heterossexuais são superiores aos homossexuais”. A ideia de que os heterossexuais são superiores aos homossexuais está arraigada em uma concepção heteronormativa da sociedade que perpassa os discursos do cotidiano. Assim, se houvesse uma absoluta igualdade entre hétero e homossexuais, o enunciado “heterossexuais e homossexuais são iguais e devem ter os mesmos direitos” nem mesmo surgiria no pensamento do falante. Apoiado na teoria bakhtiniana, Fiorin (2016) afirma que, quando dizemos algo, o enunciado mostra o direito e o avesso. No caso do exemplo aqui usado, o direito seria o enunciado em si; o avesso seria a concepção de que homossexuais são inferiores – presente em tantos outros enunciados da esfera da comunicação verbal.

Bakhtin (1979) difere a unidade da língua do enunciado. As unidades da língua estão disponíveis, não possuem autor, estabelecem relações semânticas entre si, são completas e não possuem acabamento, ou seja, não requerem uma resposta. Por outro

lado, os enunciados são vivos, possuem autores, têm acabamento - completude que permite resposta - e têm sempre destinatários. As unidades da língua são neutras e não possuem juízos de valores.

O enunciado (como todo verbal) não pode ser reconhecido como unidade de um nível superior, último, da estrutura da língua (situado acima da sintaxe), pois entra num mundo de relações totalmente diferentes (dialógicas), sem paralelos possíveis com as relações lingüísticas que se estabelecem em outros níveis (em certo plano, é possível fazer um paralelo entre o todo do enunciado e a palavra). O todo do enunciado já não é uma unidade da língua (nem uma unidade do “fluxo verbal” ou da “cadeia discursiva”), é uma unidade da comunicação verbal que não possui uma significação, mas um sentido (um sentido total relacionado com um valor: a verdade, a beleza, etc.; que implica uma compreensão responsiva, comporta um juízo de valor). A compreensão responsiva de um todo verbal é sempre dialógica. (BAKHTIN, 1979 p. 355)

Um exemplo de unidade da língua é a palavra “bicha” no léxico da língua em abstrato, ou seja, fora de contexto. Nesse caso, ela não está carregada de avaliações e apreciações sociais. Entretanto, quando alguém xinga uma pessoa de bicha, por exemplo, esse enunciado está carregado de julgamentos e valores sociais negativos. O enunciado é uma unidade real de sentido, ao passo que a unidade da língua é uma unidade potencial de significação. Para entender que “bicha” é uma forma ofensiva de se dirigir a uma pessoa homossexual, não basta conhecer a unidade da língua, mas há que alcançar as relações dialógicas para compreender a complexidade dos processos de construção de sentido prescritivo. Esse é um conceito extremamente relevante na análise dos dados deste trabalho, pois interessa entender que julgamentos e valores sociais estão imbricados na construção dos enunciados observados.

Ao considerar a teoria bakhtiniana de dialogismo, é importante pensar no contexto em que o autor viveu e escreveu a sua obra. Sob influência do marxismo na primeira metade do século XX, na antiga União Soviética, Bakhtin levou em conta as questões de historicidade e cultura que se materializam no discurso e no sentido dos enunciados. O filósofo da linguagem teorizou sobre discursos do nível macro que influenciam e se materializam em nossos enunciados do dia a dia. E o que a teoria de entextualização de Bauman & Briggs (1990), que carrega em si conceitos de dialogismo pensados por Bakhtin, traz de novo?

Se de fato, como nos diz Bakhtin, nossas bocas estão repletas das palavras dos outros, o programa que delineamos aqui tem a intenção de elucidar como essas relações dialógicas são consumadas, de tal maneira que sejam levadas em conta as interrelações forma-função e a sociologia e economia política do diálogo bakhtiniano. (BAUMAN ; BRIGGS, 1990, p. 213)

Bauman & Briggs (1990), assim como Blommaert (2005; 2010), vão dar destaque às questões de poder e controle envolvidas na circulação dos discursos. Ou seja, os processos de entextualização estão diretamente relacionados com demarcações discursivas que vão influenciar no que pode ou não ser dito dentro de uma ordem do discurso (FOUCAULT, [1970]1996). Segundo Bauman & Briggs (1990, p. 211),

descontextualizar e recontextualizar um texto é, portanto, um ato de controle e a questão do poder social emerge como resultado do exercício diferencial de tal controle. Mais especificamente, podemos reconhecer acessos diferenciados aos textos, diferenças na legitimidade das reivindicações sobre textos e seus usos, competências diferenciadas no uso dos textos, e valores diferenciados agregados aos vários tipos de texto.

Enquanto Bakhtin teorizou sobre o dialogismo em um contexto *offline* na antiga União Soviética do século XX, Blommaert (2005; 2007; 2010) olha o discurso sob a lente de uma sociedade *online* caracterizada pelo uso da internet, da comunicação ultrarrápida, e marcada pelo uso das redes sociais. O autor se apoia na já mencionada ideia de Foucault ([1970]1996) segundo a qual, em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos, cujo papel é afastar poderes e perigos, bem como dominar seus possíveis eventos. Para dar conta desse investimento, autores contemporâneos como Bauman & Briggs (1990), Blommaert (2005) e Silverstein (2003) explicam como o processo de transporte de textos de um contexto para outro dinamiza e desestabiliza a produção de significados cristalizados em determinada conjuntura sócio-histórica, exatamente devido ao comparecimento de diferentes posicionamentos interpretativos, que ocorrem quando um texto emerge em uma nova interação. Ou seja, esses autores observam não apenas como o macrodiscurso influencia o micro, mas como os discursos nos níveis macro e micro se retroalimentam através dos processos de produção de significado que ocorrem na circulação de textos no contexto contemporâneo. Sobre essa questão, Bauman & Briggs (1990, p. 215) refletem sobre

o perene problema, micro e macro, de como relacionar o uso da linguagem às estruturas sociais mais amplas, particularmente as estruturas de poder e valor que constituem a economia política de uma sociedade. Novamente o problema é identificar práticas discursivas que façam a mediação entre o uso situado da linguagem com eventos de fala e essas estruturas mais amplas.

Para os autores (1990), como o processo de entextualização é transformacional, é necessário marcar o que o texto recontextualizado carrega de seu(s) contexto(s) anterior(es) e qual forma, função e significado emergem nessa recentralização.

3.5

Indexicalidades

A noção de dialogismo descrita por Bakhtin, a nosso ver, contribui para a formulação do conceito teórico e analítico da indexicalidade (BLOMMAERT, 2007, 2010; SILVERSTEIN, 2003; SILVA; LOPES, 2018, entre outros). A indexicalidade tem sido uma ferramenta importante para a semiótica, antropologia linguística, filosofia da linguagem e sociolinguística como modo de entender de que forma a linguagem tem a propriedade de indexar (apontar) informações socioculturais de determinado contexto. O fenômeno da indexicalidade alicerça uma maneira de analisar dimensões da linguagem e do discurso em dinâmicas locais, sem afastá-las de dimensões macrossociais, explicando a imbricação entre língua e contexto social. Assim, o processo de indexicalidade nos permite compreender como relacionamos enunciados a pessoas, situações e lugares (PONTES, 2009). Silverstein (2003) afirma que as formas linguísticas são indexicais, isto é, sinalizam dimensões sociais e culturais compartilhadas entre os interlocutores. Como exemplo, podemos citar o pronome de tratamento “senhor”. Em certos contextos, “senhor” pode indicar um grau de respeito e distanciamento entre os interlocutores maior do que a forma de tratamento informal “você”. Já no contexto militar, o pronome de tratamento “senhor” indica superioridade hierárquica em relação aos interlocutores. Há também signos não linguísticos que indicam significados, como por exemplo a fumaça que indica a existência de fogo.

Para Blommaert & Maly (2014, p. 4 apud GUIMARÃES; MOITA LOPES, 2017) indexicalidade pode ser definida como “a dimensão do significado em que características textuais sinalizam (indexam) significados recuperáveis contextualmente”. Em outro artigo, Freitas & Lopes (2019, p. 153) afirmam que “a indexicalidade é evidenciada pela maneira como os signos apontam, para os interlocutores do discurso, os discursos mobilizados e produzidos na interação”. Consequentemente, os significados que são construídos localmente em interações locais e situadas estão sempre imbricados em significados produzidos em nível macrossocial (FREITAS; LOPES, idem).

Em uma entrevista, em outubro de 2020²³, Blommaert argumenta que o conceito de indexicalidade está associado aos elementos implícitos na comunicação. Quando nos comunicamos, fazemos isso de forma explícita ao produzir palavras que podem ser ouvidas, transcritas; digitadas nos teclados, etc. Frequentemente, reduzimos o significado a esta parte explícita da comunicação. Blommaert defende que além dessa parte explícita que produzimos, há uma produção ainda maior de coisas subentendidas que estão enraizadas em um mundo implícito de significados não ditos, chamados de significados sociais ou significados indexicais.

Ou seja, segundo Blommaert, existe um mundo explícito de significados ancorado em estruturas gramaticais, na morfossintaxe, no léxico, etc. Mas há também uma vasta quantidade de sentidos implícitos que são incluídos na produção de partes explícitas. Juntos, os significados implícitos e explícitos constituem os sentidos legitimados do que é produzido na comunicação. Quando nos comunicamos, não apenas produzimos palavras escritas ou faladas, mas expressamos todos os tipos de ideias e sentidos. Assim, o conceito de indexicalidade explica uma série de coisas que não podem ser esclarecidas pela linguística comum, ou pela análise de conteúdo tradicional, entre outras. O teórico afirma que para entendermos o significado que as pessoas criam quando estão usando a linguagem, é necessário mergulhar em suas raízes etnográficas e culturais. Tal preceito está de acordo com a proposta desta pesquisa que se embrenha especificamente no

23 A entrevista concedida ao Professor Daniel Silva foi uma das últimas do Professor Jan Blommaert antes de seu falecimento em janeiro de 2020. A entrevista pode ser vista em: <https://www.youtube.com/watch?v=LPwxX6fDgh0&t=1390s>

contexto militar, buscando entender o significado social e cultural que atravessa os discursos de homofobia nesse universo.

A noção de indexicalidade nos aponta, sobretudo, que não há fragmentação entre escalas micro e macrossociais do discurso. No que concerne aos conceitos de níveis micro e macro de discurso, podemos estabelecer um paralelo com a teoria de Gee (2014) sobre a existência de discurso (micro) com ‘d’ minúsculo e Discurso (macro) com ‘D’ maiúsculo. O primeiro diz respeito à linguagem em uso, em nível microssocial; ao passo que o segundo está ligado às ideologias, conhecimentos e formas de estar no mundo, em nível macrossocial.

Neste trabalho, o construto teórico analítico de indexicalidade é crucial, pois sinaliza como nossas performances discursivas locais na enunciação carregam discursos e concepções construídos cultural, histórica e coletivamente, que atravessam o mundo social (BLOMMAERT, 2005, 2010; MELO; MOITA LOPES, 2014). Melo & Moita Lopes (2014) alegam que a indexicalização de sentidos de escalas macrossociais em escalas micro se dá através de recursos semióticos diversos que mobilizam valores indexicais e que se guiam segundo ordens de indexicalidade. Para explicar esse conceito, retomo Blommaert (2007, 2010), apoiado em Silverstein (2003), que afirma que a indexicalidade não ocorre de maneira desestruturada, mas ordenada por duas ordens: ordem indexical e ordem de indexicalidade.

Ordem indexical, um conceito elaborado inicialmente por Silverstein (2003), nos indica como as pessoas, em suas performances discursivas, indexicalizam conceitos, visões e discursos presentes nas grandes narrativas que guiam nossa vida social (MELO; MOITA LOPES, 2014). Ordem indexical “é o conceito necessário para nos mostrar como relacionar as estruturas microssociais às macrossociais na análise de qualquer fenômeno sociolinguístico” (SILVERSTEIN, 2003, p. 193, tradução minha).

Blommaert (2007) entende que a ordem indexical é uma força positiva, pois produz categorias no mundo social que podem se solidificar ao longo do tempo e da história; símbolos semióticos reconhecíveis e essencializados para grupos e indivíduos, bem como um ambiente semiótico mais ou menos coerente e convencionalizado. “A

capacidade de atingir a compreensão na comunicação seria a capacidade de relacionar os significados produzidos em interações momentâneas com aqueles disponíveis em instâncias anteriores de produção de sentido” (FREITAS; LOPES, 2019, p. 153). Por exemplo, se tomarmos a ordem indexical *masculinidade/sexualidade do homem militar*, observamos que no mundo social há crenças, padrões solidificados e expectativas de performances discursivas sobre práticas heteronormativas específicas para os homens de farda, que foram construídas ao longo da história e do tempo.

A segunda ordem que estrutura o conceito de indexicalidade é o que Blommaert (2007; 2010) vai chamar de ordem de indexicalidade. A ordem de indexicalidade opera em uma hierarquia superior de estruturação social. Para o autor (2007, p. 118), ordem de indexicalidade

é um conceito sensibilizante que deve apontar (indexicalizar!) aspectos importantes de poder e desigualdade no campo da semiose. Se as formas de semiose são valorizadas social e culturalmente, esses processos de valorização devem apresentar traços de poder e autoridade, de lutas nas quais houve vencedores e também vencidos, e nas quais, em geral, o grupo de vencedores é menor que o grupo de perdedores. (tradução minha)

Blommaert ressalta que a fundamentação do termo ‘ordem de indexicalidade’ tem inspiração no conceito ‘ordem do discurso’ de Foucault, que analisa como as regras de produção do discurso estão sempre atravessadas pelas relações de poder.

Com base em Blommaert (2010), Melo & Moita Lopes (2014) definem que as ordens de indexicalidade são os valores, as crenças ou normas que são hierarquizados, estratificados e apontados no processo de indexicalização de discursos do nível macro, por meio de escala em nível pessoal (local) e escalas em nível impessoal ou genérica (translocal). Com base no que foi dito, percebemos que as ordens de indexicalidade apontam as “hierarquizações de certos valores para determinados corpos em um espaço de tempo determinado” (MELO; MOITA LOPES, 2014, p. 661). Ou seja, é uma ferramenta valiosa na análise dos dados desta investigação por sinalizarem para os valores, os possíveis efeitos, as estratificações desses valores nas performances discursivas dos militares que participam da pesquisa.

Um dos objetivos desta pesquisa é compreender como os sujeitos em seus textos contextualizados, descontextualizados e recontextualizados, através da linguagem, informam concepções sobre sociedade e cultura. Nesse sentido, a noção de indexicalidade torna-se útil, pois “há uma porção de significados sociais que não são comunicados pela referência das formas linguísticas, mas por outros elementos não referenciais, que indicam determinados posicionamentos, relações ou ações que os interlocutores efetuam” (SILVA; LOPES, 2018, p. 159). A indexicalidade é especialmente importante para a percepção de como as pessoas são socializadas no encadeamento das interações das quais participam. Além disso, é através das conversas e demais recursos presentes nos encontros comunicativos que as pessoas se tornam aptas a interpretarem e a fazerem uso de determinados significados sociais (SILVA; LOPES, 2018).

Com base no que foi dito até aqui, é possível afirmar que o significado não está fixado no interior da língua; não é imanente à língua, mas emerge na materialização do discurso em determinado contexto, baseado em pressupostos culturais. Assim, “toda forma linguística refere-se tanto às condições envolventes de sua própria produção quanto à ordem macrossocial maior” (SILVA; ALENCAR, 2014, p. 260). Para Silva & Alencar (idem), os significados emergem da relação entre linguagem e suas circunstâncias. Ou seja, as formas linguísticas indexam representações específicas do movimento do discurso e a forma como este deve ser interpretado. Dentro de tal concepção, Freitas & Lopes (2019), observam a importância de dar conta da mobilidade do signo na contemporaneidade superdiversa em constante fluxo. Para os autores “o signo sempre aponta para o movimento dinâmico do significado na sócio-história, ou seja, para os discursos que indexicalizam em sua mobilidade” (FREITAS; LOPES, 2019, p. 151). Assim, se considerarmos esse aspecto dinâmico da indexicalidade, percebemos que o processo de construção de significados se dá na interação humana e no fluxo do movimento dos discursos.

Uma contribuição importante para a noção de indexicalidade foi dada por Gumperz (1982) ao descrever as pistas de contextualização²⁴. Trata-se de um conceito formulado muito antes da teoria descrita por Blommaert, mas que ainda é bastante produtiva para explorar os princípios da indexicalidade. As pistas de contextualização são traços linguísticos, ou não, que sinalizam o que está acontecendo na interação e como a mensagem e a atividade comunicativa devem ser interpretadas. Para Gumperz, as pistas de contextualização são portadoras de informações, mas seus significados, geralmente, não podem ser discutidos fora do contexto. Ao contrário das palavras, enquanto itens abstratos do léxico de uma língua, que podem ser discutidas fora de contexto, o significado das pistas de contextualização é implícito. “O valor sinalizador depende do reconhecimento tácito desse significado por parte dos participantes” (GUMPERZ, 1982, p. 153). As pistas de contextualização não privilegiam apenas categorias linguísticas, mas também expressões formulaicas, prosódia, alternância de códigos, bem como sinais não verbais como gestos e expressões faciais, por exemplo. Todas essas pistas têm valor indexical porque permitem que os participantes compreendam o que está acontecendo em determinada interação (GUMPERZ, 1982; PONTES, 2009). Gumperz reforça que “ao sinalizar uma atividade de fala, o falante também sinaliza as pressuposições sociais em termo das quais uma mensagem deve ser interpretada” (idem, p. 153).

Neste trabalho, o construto teórico analítico de indexicalidade é crucial, pois indica como nossas performances discursivas locais na enunciação estão imbricadas com discursos e entendimentos construídos social, histórica e coletivamente que atravessam o mundo social (BLOMMAERT, 2005, 2010; MELO; MOITA LOPES, 2014).

²⁴ Apesar de Gumperz (1982) ter teorizado sobre as pistas de contextualização em conversas, privilegiando o discurso situado, especificamente o processo de inferência conversacional, sua teoria atende aos dados aqui apresentados, mesmo estes não sendo exclusivamente gerados em conversas orais. Isso porque, atualmente, muitas conversas e interações se dão através de aplicativos de mensagens, lançando mão de uma linguagem escrita, falada e multimodal.

3.6

Narrativas

Os dados que serão analisados nos capítulos 5, 6 e 7 incluem narrativas que participam da trajetória textual de cada caso apresentado. Essas narrativas são cruciais para avaliar como cada militar cria identidades e significados para suas próprias histórias.

Contar histórias talvez seja a maneira mais corriqueira que as pessoas encontram para dar sentido a suas experiências, reivindicar identidades e organizar sua vida (RIESSMAN, 2008, BASTOS, 2004). Todavia, ao narrar, não apenas construímos significados sobre quem somos, mas também sobre nossa relação com o mundo a nossa volta e as outras pessoas (BASTOS, 2005; GEORGAKOPOULOU, 1997). Boa parte de nosso cotidiano consiste em contar histórias e ouvir e ler as histórias de outras pessoas. A narrativa pode ser percebida, de acordo com a tradição, como uma forma de rememorar experiências passadas. De fato, as narrativas funcionam como “uma forma de organização básica da experiência humana, a partir da qual se pode estudar a vida social em geral” (BASTOS, 2004, p.119). O ato de narrar é um dos mecanismos que utilizamos para dar sentido ao mundo e ao nosso lugar nele. Georgakopoulou (1997) enfatiza que a narrativa é central na atividade humana e fundamental para compreender a realidade pessoal, cultural e social de determinado grupo social. Na mesma linha de pensamento, Zolin-Vesz (2016, p. 60), observa que a narrativa desempenha um papel essencial na forma como construímos sentidos para o que acontece ao nosso redor, já que “os conhecimentos que construímos sobre a vida e o mundo social são marcados pelas histórias que ouvimos e contamos. Assim, aquilo que sabemos sobre a vida e o mundo social é resultado das narrativas a que temos acesso”.

A narrativa, aqui, é entendida como uma construção social e não apenas como uma reprodução do que ocorreu; “operam nessa construção o filtro afetivo que guia a lembrança, as especificidades da situação de comunicação em que a narrativa é contada, a ordem sociocultural mais ampla” (BASTOS, 2004, p.121). Segundo Bastos & Biar (2015, p. 98), “contando histórias, os indivíduos organizam suas experiências de vida e constroem sentido sobre si mesmos; analisando histórias, podemos alcançar e aprofundar

inteligibilidades sobre o que acontece na vida social". Considerando essa função descrita pelas autoras, as narrativas dos participantes da presente pesquisa, vítimas de difamação, são situadas como elementos da trajetória textual analisada e funcionam como dispositivos fundamentais para entendermos como cada um constrói sentidos para os eventos em questão.

A narrativa favorece uma compreensão sobre nossas experiências por meio da construção de um mundo para o qual trazemos outras pessoas em relação às quais nos posicionamos. Dessa forma, conforme dito anteriormente, podemos definir a narrativa como uma prática verbal fundamental e específica de se estruturar a experiência humana, que tem sido concebida como um lugar favorecido para se estudar a vida em sociedade (BASTOS, 2004; BASTOS; BIAR, 2015). Isso ocorre porque quando contamos histórias, aderimos a uma espécie de atividade interpretativa que dá contorno, sequência e sentido a situações pregressas, construindo sentidos sobre nós mesmos, outras pessoas, objetos e ações do mundo social, sempre em relação a certos padrões culturais e finalidades interacionais determinados no contexto em que se encontram.

Historicamente, os primeiros estudos de Labov e Waletsky (1968) e Labov (1972) inauguram a pesquisa sobre narrativas orais. Esses foram os primeiros estudos das narrativas voltados para o olhar sobre o mundo social. Com o objetivo de entender a atividade de recapitular experiências passadas, esses autores se debruçaram sobre narrativas de experiência pessoal.

Segundo os autores, a condição básica de sua construção é a referência a um evento extraordinário, ou seja, uma narrativa precisa exibir um motivo convincente para ser contada. Para Labov, esse é o *ponto* (plot) da narrativa. A estrutura narrativa é apresentada pelos autores a partir de características bem definidas, que relacionam sequências verbais a sequências de fatos. O modelo canônico laboviano oferece elementos sintáticos dessa organização, que consiste em instituir discursivamente orações no passado de maneira que a história restaure um determinado ordenamento temporal de ações. De acordo com esse modelo laboviano, os seguintes elementos, alguns optativos e outros obrigatórios se articulam nessa construção:

- (i) *sumário*: espécie de resumo da história. Aparece antes do início da sequência de ações, anuncia o assunto e de alguma maneira a razão pela qual a história é contada, quer dizer, seu ponto;
- (ii) *orientação*: a parte da narrativa em que o narrador identifica personagens, tempo e lugar das atividades narradas, contextualizando, portanto, seus elementos;
- (iii) *ação complicadora*: as orações narrativas são dispostas em sequência temporal, a partir das quais se conta o que efetivamente aconteceu. Esta é a principal parte da narrativa;
- (iv) *avaliação*: elemento que pode aparecer de forma encaixada, ou em um momento de suspensão do fluxo de ações narradas. Tem a função de destacar a atitude do narrador em relação a partes específicas da história, além de contribuir para a construção do ponto da própria história. As avaliações podem ocorrer por meio de recursos expressivos diversos, tais como entonação, inserção de adjetivos ou advérbios, paralelismos sintáticos, dentre muitas outras possibilidades, que aferem dramaticidade à história e funcionam como pista sobre como seus elementos devem ser interpretados pelo interlocutor;
- (v) *resultado*: desfecho para as ações narrativas em que se costura o destino final dos personagens e objetos narrados;
- (vi) *coda*: momento frequentemente final, em que o narrador encerra o fluxo de eventos narrados e retorna ao presente da interação, fornecendo uma nova síntese avaliativa sobre o sentido da história.

Não obstante, há um número apreciável de narrativas que não apresentam essa composição padrão com os movimentos retóricos propostos por Labov de forma simples e linear. A estrutura da narrativa pode ser mais variada – ou mais simples – de maneiras distintas. Por este motivo, houve muitas críticas em relação à definição de narrativa e à abordagem proposta por Labov nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito à visão representacionista presente na crença de que a sequenciação de ações no discurso narrativo consistiria em uma tarefa de recapitulação de eventos passados. Ou seja, há teóricos que defendem que as narrativas podem apresentar estruturas distintas ao modelo

canônico de Labov pelo fato de serem coconstruídas, coavaliadas e modificadas no curso da interação, conforme afirma De Fina (2009). Del Corona e Ostermann (2013, p. 181), com base em De Fina (2009), argumentam que “as narrativas não são pacotes necessariamente ordenados, coesos e cuidadosamente organizados em sua temporalidade e cronologia”. Ao surgirem em situações sociointeracionais, as narrativas são construídas turno após turno. Assim, com base nas indicações deixadas por essas críticas, a narrativa pode ser entendida como uma atividade situada, uma organização de eventos em si mesmos dispersos; de coconstrução interativa tanto no que diz respeito à sua estrutura quanto a seus significados (GARCEZ, 2001; MISHLER, 1986; 1999; SCHIFFRIN, 1996). As construções de sentido de uma narrativa, portanto, emanam necessariamente da atividade conjunta que lhe dá conteúdo.

A esse respeito, na presente pesquisa, as narrativas emergem após a viralização da difamação nos casos de homofobia apresentados. No caso do Major Eduardo, sua narrativa foi extraída de um texto escrito e postado em sua página no *Facebook*, utilizado como forma de entextualizar e resignificar os sentidos criados na trajetória de difamação que sofreu. Já os outros dois participantes, Coronel Fenando e Capitão Ronaldo, narraram suas histórias em entrevistas de pesquisa, nas quais os significados foram coconstruídos comigo na posição de entrevistadora. Na abordagem adotada aqui, as entrevistas são entendidas como atividades interacionais, ou seja, as falas produzidas nos contextos das entrevistas possuem uma estrutura dialógica no seguinte sentido: “o entrevistado não é mais visto como a fonte de informações a serem objetivamente coletadas e analisadas, mas, antes, como alguém que constrói, com o entrevistador, o discurso produzido na situação de entrevista” (BASTOS; SANTOS, 2013, p.10). Destarte, as narrativas presentes em entrevistas de pesquisa não são resultado de atos individuais, mas de um discurso construído turno a turno pelos participantes (DE FINA, 2009). O valor deste tipo de estudo é defendido por Bastos & Santos (2013, p. 13) ao afirmarem que “a análise de como e o que as pessoas narram em entrevistas de pesquisa remete a estruturas socioculturais mais amplas, ao universo social no qual transitam os interlocutores”.

As narrativas dos participantes são peças importantes na trajetória textual dos processos de homofobia dos quais foram vítimas. É precisamente nessa etapa que eles

avaliam o mundo e gerenciam suas identidades, nos direcionando a estruturas macrossociais de poder através da lente da narrativa.

A análise das narrativas que emergem nos dados da presente pesquisa, embora orientada pela concepção canônica laboviana de narrativas, se apoia também nas ideias de Goffman (1974, p. 506) sobre a função social do ato de narrar:

Em resumo, falar costuma envolver o relato de um evento –passado, corrente, condicional ou futuro, contendo uma figura humana ou não – e esse relato não precisa ser, mas comumente é, apresentado como algo a ser re-experienciado, a ser saboreado, a ser elaborado, ou qualquer outra ação que o apresentador espera que seu pequeno show induza a audiência a experimentar.

Com base nos estudos de autores como Mishler e Riessman, Oliveira & Bastos (2012, p. 195) acreditam que “as abordagens interacionais e estruturais da narrativa podem ser entendidas como complementares”, ou seja a articulação de ambas as abordagens é o que nos possibilita interpretar não apenas a estruturação das narrativas, mas suas propriedades interacionais que permeiam o turno a turno de sua construção.

Ressalto que não há aqui uma preocupação com uma verdade a ser revelada nas narrativas, pois coaduno com a visão de Riessman (1993) de que a língua é constitutiva da realidade, e não apenas um recurso técnico para estabelecer significados. Para a autora, as narrativas são parciais, ou seja, são guiadas pelo nosso filtro afetivo (Bastos, 2004; 2005).

Ainda tratando dos estudos de narrativa, dentre os conceitos que fundam a base teórica desta pesquisa, estão as ideias apresentadas por Linde (1993) sobre o conceito de histórias de vida. Para a autora, as histórias narradas relatam eventos que atuam diretamente na criação e na coerência de suas identidades. As histórias de vida expressam nosso sentimento de *self* - quem somos e como nos tornamos assim. Elas também são uma maneira importante de comunicarmos e negociarmos com outras pessoas esse senso de quem somos.

As histórias de vida são usadas para reivindicar ou negociar associação a grupos e para demonstrar que somos de fato membros dignos de tais grupos, compreendendo e seguindo devidamente seus padrões morais. Linde (1993, p.3) defende que as histórias de

vida atuam na área mais ampla das construções sociais, pois “elas fazem pressuposições sobre o que pode ser tomado como esperado, quais são as normas e quais sistemas de crenças comuns ou especiais podem ser usados para estabelecer coerência” (tradução minha). Para a autora (1993), as histórias de vida são unidades linguísticas diretamente envolvidas com a interação social. Elas são ligadas ao nosso senso interno, subjetivo, ou seja, nossa necessidade de ter uma história de vida privada que organize nosso entendimento sobre nosso passado, nosso presente e nosso futuro imaginário.

Relacionado à teoria de Linde está outro aspecto importante do estudo da narrativa, defendido por Bruner (1990), que é o fato de a narrativa funcionar como mediadora entre o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático dos anseios e perspectivas. Portanto, olhar para a narrativa do militar entrevistado é uma ferramenta valiosa para entender suas subjetividades e sua autobiografia socioconstruída. Ainda sobre esse aspecto, Pereira (2016, p. 17) sugere ao pesquisador:

Não poupe, nem tampouco seja conciso demais diante da palavra e da história de vida de seus sujeitos, pois somente eles, com suas narrativas e, também silêncio, serão capazes de dar à pesquisa aquilo que chamo de “livro aberto que fala, que dialoga permanentemente com o leitor”.

Já aludi a tal entendimento, mas retomo a visão de que a (re)construção identitária dos interlocutores pode ser observada através dos estudos de narrativas. Para Moita Lopes (2001), ao construírem narrativas que relatam a vida social, os participantes da interação se constroem e constroem os outros. O relato de histórias evidencia, na prática de narrar, as identidades pessoais dos interlocutores. “É a partir de nossas narrativas que dizemos quem somos, o que desejamos ou acreditamos, sempre nos reconstruindo a cada relato narrativo” (NÓBREGA; MAGALHÃES, 2012, p.71). Consequentemente, as narrativas não são meras representações do passado, mas são também um instrumento que nos permite, através das histórias contadas, entender como o sujeito constrói a si mesmo e a sociedade em que vive.

Pressupostos Metodológicos

Neste capítulo, apresento o conjunto de critérios metodológicos eleitos para desenvolver o estudo. Serão abordados a natureza qualitativa e interpretativista da pesquisa, o contexto baseado em uma concepção de etnografia multissituada, os participantes, minha trajetória como militar e pesquisadora, a chegada ao escopo do estudo, bem como os procedimentos e categorias de análise utilizados para a geração e tratamento dos dados.

4.1

A Natureza da Pesquisa

O presente trabalho baseia-se na perspectiva qualitativa de estudos da linguagem de cunho interpretativista (DENZIN; LINCOLN, 2006), que fornece um “instrumental através do qual se possa criar sentido a respeito da ação social pesquisada” (SANTOS, 2013, p. 21). Este tipo de orientação investigativa, de acordo com estudos etnográficos (cf. VELHO, 1978), tem como base duas concepções relevantes: (i) o saber científico é uma produção, e não uma verdade absoluta e universal; (ii) o pesquisador está intimamente comprometido com o ato da pesquisa e o saber que produz.

O pesquisador não é, portanto, um sujeito separado do ato de fazer pesquisa e tampouco procura a “verdade” (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2019). Nessa perspectiva, não faz sentido pensar em apagamento do pesquisador e de suas próprias vivências, que estarão sempre inseparáveis do ato de pesquisar. Ou seja, a comunicação do pesquisador em campo é parte explícita da produção de conhecimento, e não apenas uma variável que interfere no processo. Dessa forma, a “subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa” (FLICK, 2009, p.25). As reflexões do pesquisador e dos participantes da pesquisa, seus sentimentos, atitudes, observações em campo e impressões tornam-se dados em si mesmos e passam a ser parte da interpretação.

Esta pesquisa, portanto, inserida no campo da Linguística Aplicada, tem como base a noção de que “o conhecimento vem de algum lugar: o/a pesquisador/a e sua subjetividade são fundamentais” (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2019, p. 713). Moita Lopes & Fabrício (2019) argumentam que por muitos anos (e ainda nos dias atuais) a pesquisa foi pensada com ideais de verdade e transparência do conhecimento. Tal concepção positivista não considera que as escolhas teóricas, analíticas e metodológicas têm um endereço ideológico. Como afirma Moita Lopes (2004b, p. 166), não há mais espaço para uma racionalidade descorporificada, pois a “racionalidade é marcada pela história do pesquisador”.

Ainda de acordo com Moita Lopes & Fabrício (2019), a vida atual é acentuadamente múltipla e superdiversa nas redes sociais e nos aplicativos de mensagens (*WhatsApp*, por exemplo). Isso significa que a pesquisa em Linguística Aplicada necessita operar com outras lógicas, metodologias e categorizações, que se afastem das lentes da catalogação, dos essencialismos e do purismo. Na modernidade em transição, as pesquisas precisam dar conta:

1) da mobilidade dos significados que são performatizados aqui e ali; 2) das mudanças que experimentamos, inclusive somaticamente, em um mundo altamente tecnologizado e super diverso; e 3) dos artefatos culturais e semióticos (textos, imagens e vídeos, por exemplo) que surgem de lugares inesperados (MOITA LOPES; FABRÍCIO, 2019, p. 714).

Uma definição genérica para pesquisa qualitativa dessa perspectiva, que se ocupa em entender e interpretar os fenômenos em termos de significados que as pessoas a eles conferem, é oferecida por Denzin & Lincoln (2006, p. 17):

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

A pesquisa qualitativa tem, portanto, como alicerce a crença na natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o seu objeto

de estudo e os obstáculos situacionais que atuam diretamente sobre a investigação. O pesquisador qualitativo não apenas sublinha a natureza carregada de valores na investigação, mas procura soluções para as questões que destacam o modo como a experiência social é criada e adquire significado (DENZIN; LINCOLN, 2006). Isto é, a pesquisa qualitativa é um processo interativo marcado por história de vida, gênero, raça, cor e biografia tanto do pesquisador quanto do participante, que envolve interpretações, tensões e contradições. De acordo com Flick (2009, p. 37), “a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo de expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”. Assim, os métodos qualitativos estão vinculados ao interacionismo e à busca por significados e entendimentos. Portanto, esse tipo de pesquisa procura reunir “dados ricos e detalhados que permitam uma compreensão aprofundada da ação individual no contexto da vida social” (GIDDENS, 2012, p. 49). Para Flick (2009), cada vez mais a pesquisa se vê obrigada a apoiar-se em estratégias indutivas. O autor (idem, p.21) argumenta que ao invés de “partir de teorias e testá-las, são necessários ‘conceitos sensibilizantes’ para a abordagem dos contextos sociais a serem estudados” e esses conceitos são essencialmente influenciados por um conhecimento teórico prévio.

Com base no que foi dito até aqui, ambiciono criar inteligibilidades acerca dos dados gerados a fim de compreender como a realidade se constrói socialmente pelos participantes em seus enquadres sociais. Para isso, o paradigma de pesquisa qualitativa é o mais adequado em pesquisas cujo foco é a sexualidade, pois parece “objetivar menos seus sujeitos, preocupar-se mais com a criação de significado cultural e político e com dar mais espaço às vozes e às experiências que foram suprimidas” (GAMSON, 2006, p. 345). Por tratar-se de uma pesquisa que problematiza questões de homofobia contra homens gays no contexto militar e privilegia a voz de oficiais vítimas de preconceito, este trabalho se alinha com a percepção de Gamson (2006) a respeito da pesquisa qualitativa sobre sexualidades. Para o autor, esse tipo de pesquisa, com foco na criação de significado e nas experiências da vida cotidiana, encaixa-se nas metas de visibilidade, no desafio cultural e na autodeterminação dos movimentos LGBT.

4.2

Participantes da Pesquisa

Os participantes da presente pesquisa são todos militares da ativa ou da reserva que se voluntariaram a integrar o estudo. Por ter observado ao longo dos meus quase 19 anos de carreira militar que a homofobia e os processos de difamação ocorrem principalmente quando se trata de um oficial formado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), optei por focar nesses militares da linha combatente. Como já foi dito, a AMAN é a principal escola de formação de oficiais do Exército Brasileiro (cf. capítulo 2). Todos os participantes são homens brancos²⁵, cis, que possuem corpos atléticos e que se identificam como gays.

Por questões éticas, todos os dados que possam identificar os participantes foram omitidos. Os nomes usados são todos fictícios para preservar o anonimato. Tive ainda o cuidado de não usar os mesmos nomes que apareceram em minha dissertação de mestrado (no caso dos entrevistados que participaram das duas pesquisas), a fim de conferir um grau maior de anonimato a eles. Todos os entrevistados tiveram a liberdade de desistir da pesquisa durante o desenvolvimento do trabalho. Ademais, ao longo da elaboração da tese, os participantes tiveram livre acesso aos dados e à construção da pesquisa. Na verdade, assim como em minha pesquisa de mestrado, um estudo pioneiro sobre homofobia no Exército Brasileiro, todos os entrevistados participaram ativamente da seleção e análise dos dados. Acredito que os participantes são sujeitos que dão corpo e alma ao processo investigativo, devendo, portanto, ter a liberdade de participarem de toda a construção da pesquisa. Apesar de ter acompanhado as narrativas de cerca de 20 militares homossexuais por pelo menos 8 anos, para esta tese, optei por analisar o caso de 3 militares que, por decisão própria, saíram do armário e, apesar do amparo legal que encontraram na instituição, foram alvo de difamação em grupos de *WhatsApp* através de

²⁵ No que tange a questão de raça, não tive acesso a dados que envolvessem oficiais negros que se identificassem como homens gays. Assim, não foi possível observar de que forma a questão da homofobia emerge quando se trata de corpos negros. Este é também um tema que carece de pesquisas mais aprofundadas a fim de observar a relação entre a invisibilidade e a dificuldade de saída do armário de homens militares gays negros.

postagens que continham informações de suas vidas privadas. Vale ressaltar que me incluo entre os participantes, afinal, participo ativamente das interações com os militares e estive em contato direto com todos eles durante os episódios de linchamento virtual. Além disso, minhas percepções como oficial do Exército Brasileiro influenciam diretamente no meu olhar de pesquisadora.

Ainda sobre o número de participantes, por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, me alinho com Minayo (2017) no que tange à representatividade da enunciação individual como revelações sobre o coletivo. A autora defende que “cada individualidade é a manifestação do viver total embora não seja a totalidade do viver” (2017, p.3). A noção de *habitus*, desenvolvida por Bourdieu, como um produto das condições materiais de existência subjetivamente apropriadas pelos seres sociais, leva Minayo (2017, p. 3) a entender que “o indivíduo se apresenta como uma síntese complexa de seu contexto sócio-histórico, dotado, portanto, de uma interioridade e de uma configuração social exterior a ele”. Outro autor trazido por Minayo que contribui para a percepção de como a voz de um sujeito nos ajuda a entender determinado grupo social é Norbert Elias, que trabalha com a noção de *habitus* numa abordagem configuracional. O autor alega que as pessoas se relacionam de maneira interdependente, isto é, acomodando identidades pessoais e sociais. Assim sendo, a voz de um indivíduo pertencente a determinado grupo é ao mesmo tempo um discurso pessoal e coletivo. Com base em tais conceitos teóricos, Minayo (idem, p. 4) afirma que “as informações prestadas por pessoas implicadas num tema de pesquisa podem representar o conjunto quando determinadas precondições forem observadas”.

As amostras utilizadas em pesquisas qualitativas não estão relacionadas a quantidades, ou seja, não importa quantos indivíduos serão ouvidos. O relevante no caso é pensar na abrangência dos atores sociais, na seleção dos participantes e as condições dessa seleção. Consequentemente, o número de pessoas entrevistadas é muito menos importante do que o comprometimento de aproximação com o objeto de estudo empiricamente. Assim sendo, deixei livre o número total de entrevistados durante o processo de construção deste estudo por entender que “uma amostra qualitativa ideal é a que reflete, em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado

fenômeno e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo” (MINAYO, 2017, p. 10).

Começo agora me apresentando e narrando um pouco sobre minha própria história de vida para depois contar um pouco sobre meus entrevistados.

4.2.1

Major Flávia Huber – recortes da minha trajetória de vida

Falar sobre mim mesma envolve diversas identidades e percursos. Sou carioca, mãe, esposa, filha, irmã, amiga, militar e professora de inglês formada pela PUC-Rio. Sou uma mulher branca, cis, heterossexual, magra e sem deficiências, o que me confere um lugar socialmente privilegiado, mas não apaga as minhas lutas por uma sociedade mais justa e menos preconceituosa.

Embora eu venha de família de militares, não fui exatamente criada no meio militar. Meu avô materno, o vovô Alfredo, era General de Divisão – segunda mais alta patente do Exército Brasileiro - da reserva quando eu nasci. Vovô era filho do Coronel Correia Lima, patrono dos Oficiais Temporários do Exército Brasileiro e criador do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Ironicamente, eu, que nasci no mesmo dia do meu avô, fui a única a seguir sua carreira depois de todos os filhos e netos terem tomado outros rumos.

Meu pai, que não veio de uma família de militares, foi militar por alguns anos também. Oficial de carreira formado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), concluiu posteriormente a graduação em Engenharia Eletrônica no Instituto Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro. Poucos anos após ter se formado engenheiro, no final dos anos 70, recebeu uma proposta para trabalhar em uma multinacional e deixou a farda. No entanto, por ironia do destino, a empresa se localizava em Itatiaia-RJ, que, na época, era parte do município de Resende-RJ, onde se encontra a AMAN. De tal modo, fomos morar em Resende quando eu tinha apenas 6 anos e permaneci lá até os 18. Ao

longo desses anos, conheci diversos militares e famílias de militares. Cresci escutando muitas histórias provenientes desse grupo social.

Na adolescência, namorei cadetes, assim como a maioria das meninas que moravam em Resende. E foi nessa época, aos 16 anos, que conheci de vista o meu marido - um cadete que tirava o meu fôlego quando começava a dançar na antiga boate *The Time*. Nada aconteceu naquela época porque eu namorava outro cadete, e ele, outra menina da cidade. Nós nunca fomos apresentados naqueles tempos. E como tudo na vida tem seu tempo, nossa história começou nove anos mais tarde.

Ao terminar o científico, hoje chamado de Ensino Médio, fui fazer intercâmbio na Nova Zelândia durante um ano, onde, apaixonada por um gringo e decidida a não voltar mais, jamais imaginava que um dia teria um vínculo profissional tão forte com o meu próprio país. No retorno, fui morar no Rio de Janeiro para fazer faculdade de Letras na PUC-Rio. Tive outras experiências que não tinham muita ligação com o meio militar. Na época, apesar de já haver mulheres de carreira no Exército Brasileiro, eu não tinha muita informação sobre o assunto.

No final dos anos 90, o ex-namorado de minha irmã me apresentou ao meu marido, que agora pilotava helicópteros do Exército Brasileiro. Começamos a namorar no dia em que fomos apresentados e nos casamos em 2003. Hoje, estamos juntos há mais de vinte anos e formamos uma família com nossas gêmeas e nosso cachorro labrador.

Apesar de namorar um militar, no final da década de 1990, eu continuava sem conhecer exatamente o Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército. Poucos anos depois, dando aula particular para um amigo militar, que estava indo para o exterior em uma Missão da ONU, fui questionada sobre meu interesse em prestar concurso e ser oficial do Exército também. Na época, me informei melhor sobre o assunto e passei no concurso naquele mesmo ano. Frequentei a escola de formação em Salvador, na antiga Escola de Administração do Exército (EsAEx), durante o ano de 2003. Após o curso de formação de oficiais, tive a oportunidade de viver em diversas regiões do Brasil e em outros países também. A carreira militar me trouxe novos desafios e realizações como profissional e como pessoa.

No ano de 2012, quando estava morando no Rio e servindo no Instituto Militar de Engenharia (IME), fui incentivada por duas colegas, também QCO, a tentar uma vaga no mestrado em Estudos da Linguagem na PUC-Rio. Ingressei no mestrado sem saber exatamente o que eu queria pesquisar. Pensei em desenvolver algum tema relacionado à português como língua estrangeira, pois atuava no Exército nessa área com cadetes americanos intercambistas da Academia Militar de West Point. No entanto, me descobri no primeiro semestre na aula de Linguística Aplicada (LA) da Professora Doutora Inés Miller. Ao escolher um texto sobre teoria queer em LA para apresentar em um seminário, fiz um paralelo entre teoria e o discurso de uma reportagem da revista *Veja* sobre um coronel homossexual do Exército que havia sido flagrado pela polícia mantendo relações sexuais com um homem dentro de um carro no Rio de Janeiro. Foi nesse dia que a professora Inés me deu o grande encorajamento que eu precisava para entrar em campo (de pesquisa e, posteriormente, de batalha).

Ainda perdida, sem saber exatamente como pesquisar o tema, procurei a professora Liliana Bastos que me recebeu de braços abertos, mas estava saindo de licença. Na ocasião, minha querida orientadora, Liana Biar, estava entrando na PUC- Rio e eu a procurei pedindo para me orientar. Liana não apenas aceitou meu pedido antes mesmo de começar a trabalhar na universidade, como nunca criou obstáculos para as inúmeras mudanças de cidades (e país) que a vida militar me impõe. Pelo contrário, sempre me apoiou e confiou que eu cursaria as disciplinas e daria conta da pesquisa. Desde então, devo a ela muito, se não tudo, do que sou como pesquisadora. Ah sim, o título de “primeira orientanda da Prof.^a Dra. Liana Biar na PUC-Rio” é algo que eu carrego com muito orgulho!

Definido o tema da dissertação, era hora de iniciar a pesquisa. Como? Onde? Com quem? Amiga de um oficial, sabia que ele era gay, pois além dos boatos que circulavam no quartel sobre sua sexualidade, ele frequentava a minha casa com um amigo que eu suspeitava ser seu namorado. No entanto, ele nunca havia saído abertamente do armário para mim, e eu preferia respeitar a sua privacidade e deixar que ele se sentisse à vontade para falar sobre o assunto, se quisesse. Um dia, muito envergonhada e um tanto nervosa, tomei coragem e pedi a ele que participasse da pesquisa. Ele não apenas aceitou, como

me apresentou a diversos outros militares que se identificam como gays e que contribuíram para a minha dissertação de mestrado, além de se tornarem bons amigos.

Minhas inquietações políticas se mesclam à minha biografia pessoal, pois o tema da homofobia sempre me incomodou. Meu irmão se identificava e era, de certa forma, lido como gay. Nossa família nunca teve problemas com sua sexualidade, mas a sociedade, sim. Me lembro de ter negado muitas vezes para outras pessoas que ele era “bicha”, pois eu sabia que essa identidade (nos anos 70, 80 e 90) carregava o estigma de doença, anomalia e perversão. Na escola, eu, ainda criança, batia em quem dissesse que ele era gay. Eu não queria que ele fosse humilhado, ridicularizado ou visto como inferior. Eu não tinha um entendimento complexo sobre o funcionamento do dispositivo do armário, mas sabia quais eram as consequências impostas pela sociedade àqueles que desafiassem a norma heterossexual. Em casa, nunca tivemos problemas em falar abertamente e aceitar sua sexualidade, seus namorados e amigos. Na rua, o armário foi muitas vezes um dispositivo opressor que regulou suas interações e performances sociais.

Nunca saberemos exatamente o porquê do episódio que marcou para sempre nossas vidas em 2008. Também não é todo dia que eu consigo escrever ou falar sobre isso. No dia dos pais daquele ano, após uma ligação telefônica do meu cunhado, meu marido me abraçou e me disse que eu precisava ser forte. Perguntei se havia acontecido alguma coisa. Ele me respondeu que sim – meu irmão havia se matado. Depois de muitos gritos de desespero e lágrimas, consegui falar com a minha irmã que estava lá na casa dos meus pais, onde tudo aconteceu. Ele havia se jogado do 20º andar depois do almoço de dia dos pais sem que ninguém pudesse conceber que isso aconteceria. Na época, ele, também doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (onde trabalhava como professor concursado no Departamento de Letras), me ligou naquela manhã para conversarmos sobre sua tese que tratava de estrangeirismos na língua portuguesa. Jamais poderia imaginar que alguém que fosse se matar, iria trabalhar, sem terminar, em sua tese horas antes. Nem sei se ele mesmo tinha noção do que iria fazer naquela tarde.

A dor da morte do meu irmão me trouxe muitos questionamentos sobre a vida de pessoas gays e sobre os enunciados repetidos no cotidiano, que constroem não apenas a

identidade dos homossexuais, mas as percepções que eles têm de si mesmos. Ele sempre foi considerado uma pessoa extremamente alegre e divertida por todos. Não percebemos a angústia e a tristeza que estavam escondidas por trás de sua gargalhada sempre contagiente. Não carregamos culpas como família, pois ele sempre foi aceito em casa; no entanto, o vazio que ele deixou sempre existirá nas nossas vidas. Quando ele morreu, um pedaço de mim morreu no mesmo dia. Talvez esse tenha sido o grande gatilho pessoal que me direcionou para investigações sobre discursos de homofobia no meu contexto de trabalho. Esse é um tema que me move e dá sentido ao meu ato de pesquisar. Esta tese é dele também.

Como militar, a homofobia já começou a me desestabilizar desde a escola de formação em Salvador em 2003. Um colega de turma, com trejeitos efeminados, sofreu bastante perseguição por parte dos instrutores. Me lembro claramente que ele esteve sob muita pressão na atividade de acampamento, quando somos extremamente testados no nosso limite emocional – o que faz parte da formação. Certa noite, em estado de exaustão, não importava o quanto ele limpasse seu armamento, os instrutores o mandavam de volta para a manutenção. Vendo que ele ia ficar sem dormir mais uma vez, também exausta e liberada para dormir após a manutenção do meu armamento, sentei-me ao seu lado para ajudá-lo a limpar seu fuzil. Conseguimos juntos que ele não desistisse do curso naquele momento. No retorno à escola, choramos juntos abraçados no pátio de formatura. Nenhuma palavra foi dita, mas nós sabíamos que o choro tinha um sentimento híbrido de dor e de superação.

Nunca consegui achar graça das piadas de homofobia que constantemente (principalmente por ter servido por muitos anos em um batalhão onde eu era a única mulher) escutei na tropa. Não achei graça quando, em 2008, recebi um e-mail (era por e-mail que as notícias viralizavam naquela época) de alguém difamando o tal major que havia sido fotografado na Parada Gay de São Paulo. Naquela época, sem as redes sociais que conhecemos atualmente, jamais o caso teria ficado tão famoso dentro da Força se não houvesse um esforço em difamá-lo para listas de e-mails. Coincidemente, durante a pesquisa de mestrado, acabei ficando muito amiga do militar. Hoje, ao contrário daquela época, ele lida abertamente com a sua sexualidade, seu casamento e seu lindo filho adotivo, que chegou quando o militar estava no seu último ano na ativa – o que gerou

outra grande viralização de fofoca e difamação novamente. Esse militar será apresentado a seguir, pois, como um dos participantes, contribui mais uma vez com minhas pesquisas. Foram esses sentimentos incômodos que me impulsionaram a investigar o contexto da homofobia no Exército através das vozes e histórias de vida de quem experiencia esse fenômeno na própria pele.

No dia 14 de setembro de 2013, defendi a minha dissertação que teve como tema narrativas de homofobia no Exército Brasileiro. Na véspera, fiz um convite público na minha página pessoal do *Facebook*, convidando amigos e familiares para estarem comigo num dia de realização pessoal, profissional e acadêmica. Era um trabalho pioneiro nesse campo de pesquisa, pois trazia narrativas de militares que foram vítimas de homofobia na caserna em uma perspectiva etnográfica totalmente inédita. Estiveram comigo na sala de defesa meus pais, minha irmã, alguns entrevistados, amigos do Exército e da PUC-Rio e uma banca de renomadas professoras da área de Estudos da Linguagem. A dissertação foi aprovada com louvor, principalmente pela relevância do tema e potencial de transformação institucional, para citar a ata assinada pela banca.

A sensação de vitória e de dever cumprido me acompanharam por poucas horas após o término da defesa. Não demorou muito para eu tomar ciência do verdadeiro ataque a mim e a meu marido – na época, Tenente-Coronel do Exército e Comandante de um Batalhão de Aviação do Exército - em grupos de militares no aplicativo *WhatsApp*. Mal tive tempo de comemorar a etapa vencida com muito sacrifício, sempre tentando conciliar o trabalho em tempo integral, duas filhas pequenas e três mudanças entre Rio de Janeiro, Taubaté e Manaus durante os dois anos de mestrado. Ainda na mesma noite, recebi ligações de amigos e de meu marido informando a proporção que o caso havia tomado. As postagens viralizaram. Rapidamente alguns militares, enfurecidos com o tema da pesquisa, foram ao meu perfil do *Facebook*, fizeram prints meus com o meu marido e com o tal amigo militar que havia sido preso por ter sido fotografado na Parada Gay de São Paulo e lançaram essas fotos em seus grupos virtuais. Essas mesmas pessoas acessaram a página do Departamento Geral de Pessoal (DGP) do Exército Brasileiro e, usando sua senha (tais dados só podem ser acessados por militares com senha), fizeram *print* das minhas informações pessoais - nome completo, posto, organização militar onde servia, e-mail, etc - e repassaram as informações nos mesmos grupos. Na manhã seguinte,

meu então comandante entrou em contato para saber o que estava acontecendo. Como eu era nova na unidade, nunca havia conversado sobre o tema com ele, como havia feito com o meu comandante anterior. Eu nunca tive qualquer intenção de esconder o tema da pesquisa. Pelo contrário, sempre falei abertamente sobre o assunto, inclusive por acreditar na relevância do estudo para mudanças em relação à homofobia nos quartéis. Entrei no armário como pesquisadora de assuntos *queer* apenas depois de toda perseguição que passei a sofrer na caserna após a defesa da dissertação. Ao mesmo tempo que não escondo os meus interesses de pesquisa, evito falar no assunto nos quartéis. Procuro comentar apenas com pessoas de minha confiança para evitar maiores desgastes.

Na época, fui adjetivada de sapatão, traidora, filha da puta, vagabunda, puta... A lista segue extensa. Muitos questionaram a sexualidade do meu marido também, pois para algumas pessoas, o simples fato de ser contra a homofobia já seria indício de homossexualidade. Houve um Tenente-Coronel, que, apesar de me conhecer pessoalmente por ter sido meu subcomandante, procurou um juiz para saber como eu poderia ser punida pelo trabalho. Infelizmente para ele, o juiz frustrou suas expectativas ao explicar que não havia qualquer justificativa para punir uma oficial por ter concluído um mestrado. Alguns *prints* investindo contra mim e minha família, que recebi na época, foram incluídos em um epílogo de minha dissertação, em sua versão final.

O Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), de 9 de dezembro de 1980, apresenta, no Anexo I, uma relação com 113 transgressões disciplinares, dentre elas, destaco aqui as seguintes:

3. Concorrer para a discórdia ou a desarmonia ou cultivar inimizade entre militares ou seus familiares;

46. Disseminar boatos no interior de OM²⁶ ou concorrer para tal;

²⁶ OM – Organização Militar

100. Ofender, provocar, desafiar, desconsiderar ou procurar desacreditar outro militar, por atos, gestos ou palavras, mesmo entre civis.

Ainda no mesmo Regulamento, o Artigo 3º § 1º estabelece que é dever do superior tratar os subordinados em geral com interesse e bondade. No entanto, não foi dessa forma que muitos de meus superiores hierárquicos agiram ao ter ciência do tema da minha pesquisa. Na época, apresentei os *prints* das conversas de grupos de militares que me difamavam e me ofendiam para que providências fossem tomadas de acordo com as transgressões previstas no RDE, mas ninguém foi punido. Foram apenas relembrados sobre o cuidado ao publicar qualquer coisa em redes sociais. Numa total inversão de valores, houve uma pressão muito grande dentro dos quartéis onde denunciei a difamação para saber quem havia me entregado os *prints*. Além disso, as orientações que eu tive de meus superiores hierárquicos foram no sentido de “deixar quieto” para não prejudicar meu marido. Não tive outra opção além de me calar, pois qualquer atitude poderia impactar diretamente a carreira do meu marido e as oportunidades que ainda estavam por vir para ele. A minha experiência pessoal me ajuda a entender a sensação de impotência e impunidade sentida por meus participantes ao serem atacados por outros militares e não verem qualquer tipo de punição ser imposta a seus detratores.

Foi assim que fui aprendendo a fechar as portas do meu armário como pesquisadora. Conforme Irvine (2012) menciona, me incluo no grupo de pesquisadores que têm suas carreiras marcadas pela marginalização e discriminação por causa do tema de investigação. De acordo com a autora “ansiedades culturais sobre sexo podem prejudicar projetos de pesquisa relacionados à sexualidade” (p. 30 – tradução minha). Embora a autora trate mais especificamente dos obstáculos que estudantes americanos encontram junto ao órgão responsável pela ética em pesquisa quando o tema envolve sexualidades, seu texto pode ser facilmente encaixado no meu contexto profissional quando ela explica que muitos pesquisadores desistem de investigar temas sobre sexualidades por conta da marginalização e estigmatização que enfrentam. Durante algum tempo decidi não pesquisar mais o tema nas Forças Armadas para evitar transtornos.

Em 2016, iniciei uma pesquisa com alunos LGBT no Colégio Militar onde eu servia. Como professora do terceiro ano do ensino médio, percebi a necessidade daqueles

adolescentes de terem alguém que trouxesse a discussão sobre sexualidades não hegemônicas para a sala de aula a fim de se sentirem incluídos e terem visibilidade em um contexto no qual, segundo seus próprios relatos, sempre se sentiram reprimidos e inferiorizados. Ao longo daquele ano escutei o depoimento de muitos adolescentes e tentei trazer uma perspectiva nova de visibilidade e aceitação no ambiente escolar, mas encontrei muitas barreiras da coordenação e fui bastante perseguida pela direção do colégio. Foi então que decidi que meu doutorado teria como tema a homofobia no contexto escolar. Escrevi um projeto e fui aprovada na primeira fase. Solicitei a meu comandante, por escrito, uma permissão para me ausentar da guarnição onde servia e me deslocar para o Rio de Janeiro a fim de participar da segunda etapa do processo de seleção - a entrevista. Minha solicitação foi negada sob a desculpa de que eu teria que corrigir provas naquele período. Meu comandante, naquela época, passou a me perseguir de várias formas após tomar conhecimento do teor da minha dissertação. Extremamente angustiada com as pequenas perseguições que vinha sofrendo desde a defesa do mestrado, a despeito do trabalho que eu realizava no colégio, altamente reconhecido pelos alunos, professores e pais de alunos, procurei um psiquiatra que diagnosticou estresse agudo. Imediatamente ele me medicou, indicou terapia e me colocou de licença (não sem antes eu ter corrigido todas as provas). E foi graças a essa licença que eu consegui participar da seleção de doutorado no final do ano de 2016 e me recuperar emocionalmente (até certo grau) da perseguição que eu sofri por problematizar e falar abertamente sobre homofobia no Exército.

No ano seguinte, meu marido foi transferido por término de comando. A convite do então Comandante da Brigada localizada em Cuiabá-MT, mudamos de cidade novamente. No início do ano, eu precisava cursar algumas disciplinas do doutorado no Rio de Janeiro. Para isso, era necessário obter uma liberação no quartel. Foi então que decidi deixar de lado o tema da homofobia no contexto educacional e militar, pois sabia que seria polêmico e eu enfrentaria novamente muita perseguição. Resolvi propor uma pesquisa com as cadetes da AMAN que ingressaram pioneiramente no Exército no ano de 2017. Tive total apoio de minha orientadora e de meu novo comandante. No entanto, para entrevistar as cadetes, fui informada de que precisaria de uma autorização formal da Academia Militar das Agulhas Negras. Escrevi um novo projeto, encaminhei tudo via

cadeia de comando para os órgãos responsáveis pela autorização da minha entrada em campo de pesquisa. Nesse meio tempo, seguiu recebendo *prints* de situações de militares gays expostos em grupos de *WhatsApp* e escutando diversas histórias sobre militares LGBT. No entanto, eu estava determinada a não mais me envolver academicamente com esse assunto.

Meu novo comandante aprovou todas as minhas solicitações de pesquisa, encaminhou todos os documentos para a AMAN e demais órgãos do Exército Brasileiro. Fui liberada para cursar todas as disciplinas necessárias. Depois de alguns meses, a AMAN solicitou que minha orientadora pedisse, através da universidade, autorização para realizar a pesquisa com as cadetes da primeira turma de mulheres. Enviamos toda a documentação para a AMAN, contendo os objetivos da pesquisa e comprovando o vínculo com a universidade. Não obtivemos resposta naquele ano de 2017. As solicitações encaminhadas pelo General, meu comandante, jamais foram respondidas.

Em 2018, de licença para acompanhar meu marido em missão oficial no exterior, finalmente recebemos, através do e-mail da minha orientadora, a resposta da AMAN, informando que a pesquisa não estava autorizada. Já no segundo ano do doutorado, sem autorização para pesquisar o tema proposto, morando fora do país, resolvi dar prosseguimento à pesquisa do mestrado que, além de ser o que realmente me motivava, era o campo onde eu já estava inserida e me permitiria realizar os estudos sem autorização prévia da instituição. A paixão pelo tema nunca havia morrido. Além disso, estávamos justamente em uma época de transição, pois um mês após a minha defesa de mestrado, o Exército Brasileiro determinou a aceitação de casamento e união estável de pessoas do mesmo sexo (cf. anexo 2).

Sigo acreditando na importância de estudar o tema e no poder de transformação institucional que a pesquisa pode alcançar, no entanto, como dito anteriormente, sem esconder, prefiro não falar sobre o assunto com qualquer pessoa no quartel. Vale lembrar que minha pesquisa não é financiada pela Força. Tampouco solicitei qualquer autorização da instituição para entrevistar os militares. Ressalto que os trâmites relativos ao consentimento livre e esclarecido foram realizados diretamente com os participantes, que, por sua vez, concordaram com os objetivos da pesquisa.

Quanto aos dados, alguns chegaram a mim em formas de *prints*, através de pessoas que participavam de grupos informais de *WhatsApp*. Outros estavam públicos nas redes sociais e mídias digitais, e alguns foram fornecidos pelos próprios militares participantes. Além disso, as entrevistas foram concedidas por decisão pessoal dos participantes, baseadas na confiança e no vínculo de amizade que esses militares têm comigo. Embora o trabalho tenha como contexto etnográfico a caserna, não há aqui qualquer pretensão de generalizar fatos ou de estabelecer verdades positivistas. O que se busca é entender as questões de homofobia, discursos de poder e entextualização no contexto militar com base nas histórias vividas pelos três participantes da pesquisa e minha experiência nos quartéis.

Definir esse velho/novo campo de pesquisa me trouxe sentimentos ambíguos. Ao mesmo tempo em que eu estava realizada por estar envolvida com o tema que me toca, estava novamente de mãos dadas com o desconforto e o receio de falar sobre o assunto. Como dizem na linguagem popular, “sou gato escaldado e tenho medo de água fria”. Prefiro não comentar sobre o tema de minha pesquisa para não sofrer retaliações e perseguições no trabalho. Opto por não expor o assunto para não prejudicar o meu marido tampouco. Por outro lado, vem a frustração de não me sentir confiante para apresentar uma pesquisa que poderia contribuir positivamente para mudanças institucionais em uma época em que a Força tenta se adequar às novas leis e às novas demandas sociais.

A despeito dos desgostos que a tese pode vir a me trazer futuramente na carreira, sigo motivada com o tema por entender sua relevância e por ser um assunto que me move como profissional e como ser humano. Me alinho com a professora Olga Pereira (2016, p. 16) quando ela diz:

Não devemos pensar numa tese como um fardo, tampouco como um tipo de protocolo que, contrariados, precisamos cumprir. A pesquisa precisa nos tocar, seja pelo encantamento ou até mesmo, pela indignação. Nossa objeto de pesquisa, nossos sujeitos e referenciais, precisam dialogar em busca da construção de algo que nos satisfaça como pessoa. É essencial que tenhamos esse olhar de aproximação e de cumplicidade diante de uma pesquisa que deixará para sempre nossas digitais.

Compartilho aqui todo esse percurso para mostrar que minha tese não é um momento único, mas um ponto em uma caminhada que começou há alguns anos e não

acaba no dia da defesa. É uma trajetória fluida (BAUMAN, 2001), com idas e vindas, processos de afastamento e aproximação, negação e afirmação, medo e coragem, vontade de desistir e de ficar, mas, principalmente, é uma narrativa de enfrentamento.

Passo agora à descrição dos demais participantes da pesquisa.

4.2.2

Coronel Fernando

O Coronel Fernando é um militar formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Fui apresentada ao Coronel Fernando durante a minha pesquisa de mestrado pelo Major Eduardo, amigo em comum. O Coronel sempre foi muito receptivo e solícito em participar das minhas pesquisas. Ficamos amigos e muito próximos desde o primeiro dia em que nos conhecemos. Frequentemente nos falamos por telefone ou por trocas de mensagens. Venho acompanhando sua trajetória como oficial gay no Exército Brasileiro há vários anos. Por diversas vezes, em diferentes ocasiões, vi suas fotos serem divulgadas em grupos de *WhatsApp* (e, há alguns anos, por e-mail) com o intuito de difamá-lo.

Após mais de 30 anos de serviço, o Coronel Fernando se encontra na reserva há aproximadamente quatro anos. Enquanto ainda estava na ativa, adotou, com seu companheiro de mais de 20 anos de união estável, uma criança. Apesar de haver sido difamado, punido e preso ao longo de sua carreira por ser homossexual, o militar apenas saiu do armário abertamente para o Exército Brasileiro após a chegada de seu filho. Ao apresentar a certidão de nascimento de seu filho no quartel e solicitar uma licença paternidade prolongada com base em uma jurisprudência, o militar foi alvo de ataques à sua família. Suas fotos de redes sociais foram disparadas em diversos grupos de *WhatsApp* de militares e civis numa velocidade ultrarrápida. A criança foi exposta assim como seu companheiro. Para o Coronel Fernando, a grande diferença desse processo de difamação, que ocorreu após a chegada de seu filho, é a velocidade com que a informação correu e o alcance que teve propiciado pelo avanço das redes sociais e da tecnologia, rompendo as barreiras de tempo e espaço. E é exatamente desse episódio de difamação

sofrido após ter declarado no quartel a paternidade com outro homem que trataremos mais a diante no capítulo 5.

Por ser amiga do coronel e ter acompanhado todo o processo de adoção de seu filho e saída do armário, assumo o apagamento de qualquer ideal de neutralidade e objetividade na investigação (Moita Lopes, 2004). Durante o evento de difamação que será analisado nesta tese, participei ativamente de interações com ele enviando *prints* de conversas no *WhatsApp* aos quais tive acesso e oferecendo a ele apoio nessa caminhada. A entrevista analisada no capítulo 5 ocorreu via *Skype*²⁷ devido ao fato de morarmos em cidades distantes. A conversa, de 59 min e 53 segundos, se deu em áudio e vídeo, mas foi gravada apenas em áudio. Apenas alguns excertos da interação foram transcritos, pois, como somos amigos, conversamos sobre outros assuntos também. Para a análise do caso, foram reunidos dados diversos. Primeiramente, foram selecionados *prints* de dois grupos de *WhatsApp* nos quais a história viraliza e é discutida sob a ótica dos participantes dos grupos. Num segundo momento, apresento uma entrevista concedida ao jornal Extra, na qual o coronel narra parte de sua história e os percalços enfrentados por conta de sua sexualidade. Por fim, alguns excertos da entrevista realizada com o militar são selecionados e analisados para entender como esse processo de viralização e entextualização em um mundo globalizado foi definitivo para que a história alcançasse tantas pessoas em tantos lugares distintos em tão pouco tempo. As diferentes fontes de dados, que emergem nos processos de entextualização, permitem uma compreensão mais densa sobre todo o processo de discriminação e resistência do militar.

4.2.3

Major Eduardo

O Major Eduardo é um oficial de carreira da linha combatente, formado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) com mais de 20 anos de serviço como militar da ativa. Assim como todos os oficiais que atualmente se formam na AMAN – em

²⁷ O Skype é um software que permite conversar com o mundo todo através de chamadas de vídeo e voz. Os usuários podem, ainda, se comunicar por chat, além de compartilhar arquivos digitais.

Resende - RJ, o major cursou um ano na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX, ou “Prep”, como é conhecida na Força) – em Campinas - SP – antes de completar os quatro anos de formação na AMAN.

Somos amigos bastante íntimos há muito tempo e tal laço de amizade faz com que meu olhar analítico para o seu discurso seja sempre atravessado por muitas outras histórias de vida compartilhadas ao longo desses anos. O Major Eduardo, que antes chegou a negar sua sexualidade ao ser explicitamente questionado em uma Organização Militar, vem se reinventando, resistindo e lutando pelo fim do preconceito por parte de seus colegas de farda.

As portas de seu armário foram forçadas muitas vezes por outros militares quando ele ainda não estava pronto para abri-las. Hoje, seu armário está aberto graças ao amadurecimento que lhe permite resistir, à aceitação de si mesmo e, é claro, às novas leis que reconhecem e respaldam a união entre duas pessoas do mesmo sexo como legítima dentro da Força. Não obstante, tudo isso não livrou o oficial de ataques homofóbicos por parte de seus companheiros de farda.

O militar atualmente é casado com outro homem e tem seu estado civil abertamente declarado e regularizado no Exército Brasileiro. Em 2018, ao apresentar sua declaração de união estável com seu companheiro, solicitou que a inclusão de seu dependente fosse feita em boletim reservado para que ele pudesse identificar os responsáveis pelo vazamento da informação, caso isso ocorresse. Na época, não teve qualquer tipo de problemas no ambiente profissional e seguiu vivendo sua vida abertamente. No ano seguinte, ao postar uma foto sua com seu marido em uma rede social, viu sua foto ser retirada daquele contexto e entextualizada em outros, ganhando novos sentidos, interpretações e julgamentos. Ao reagir publicamente sobre o que estava acontecendo através de um texto em outra rede social, foi novamente alvo de entextualizações que atribuíram novos sentidos à sua história. Seu discurso de resistência foi ressignificado em diversos jornais, revistas, mídias digitais e blogs de todo país. A proporção foi tão grande que durante algum tempo, ao pesquisar a palavra “gay” no Google, a plataforma apresentava quase imediatamente, em primeiro plano, a sua foto do texto-evento, entextualizada em tantos outros contextos.

O objetivo da análise da viralização do caso do Major Eduardo é entender que sentidos são construídos, apagados e recuperados a cada nova entextualização dentro desse embate discursivo de poder que indexicaliza concepções históricas, culturais e sociais na conjuntura militar.

4.2.4

Capitão Ronaldo

O Capitão Ronaldo foi o primeiro militar formado na Academia Militar das Agulhas Negras a declarar oficialmente, por decisão própria, sua união estável com outro homem de forma ostensiva. Na época, ainda no início da carreira, como tenente, o caso viralizou em diversos grupos de *WhatsApp* numa tentativa de exposição, silenciamento e difamação, segundo nosso entendimento sobre o caso.

O oficial conta que decidiu assumir sua união estável com seu companheiro Carlos porque queria ser livre para viver sua vida sem mentiras e medos. Na época (2017), o ato foi considerado uma ousadia por muitos militares que se identificam como gays, principalmente porque não se tratava de um militar que estava indo para a reserva em breve, mas de alguém com uma carreira bastante promissora e que ainda teria muito a trilhar e almejar na caserna. A inclusão de Carlos como dependente de Ronaldo, diferentemente do que ocorreu no caso do Major Eduardo, foi feita em boletim ostensivo, o que propiciou que alguém de dentro do quartel tirasse uma foto do documento e encaminhasse em grupos de militares no *WhatsApp*.

Ronaldo, na época, afirmava não saber qual seria o impacto de sua decisão a longo prazo. Não sabia se seria preterido em missões no exterior e no Brasil, mas dizia estar feliz em poder viver fora do armário, sem segredos.

Ficamos amigos na época em que seu caso viralizou, após eu ter comentado com o Coronel Fernando que havia visto o caso em grupos de *WhatsApp*. O Coronel Fernando perguntou se eu poderia enviar os *prints* para Ronaldo e Carlos, que na época chegaram a cogitar processar seus detratores. Ao concordar, fui apresentada ao casal. Desde então,

somos bons amigos e eu venho acompanhando a carreira e vida pessoal de ambos nos últimos anos.

O capítulo de análise do caso do Capitão Ronaldo traz dados gerados ao longo de todos os anos da pesquisa em diferentes momentos. Início com a apresentação e discussão sobre *prints* de grupos de *WhatsApp* de militares que entextualizam sua saída do armário voluntária e criam sentidos para o evento. Num segundo momento, analiso excertos de uma entrevista realizada com o militar em 2018. Na época, Ronaldo contou como passou por um processo de entrada no armário durante o período de formação militar. Posteriormente, o militar narra a decisão de declarar seu companheiro e viver sua vida abertamente, bem como as expectativas que tinha ao tomar tal decisão.

A sequência de análise segue com um segundo momento de difamação e entextualização de suas fotos pessoais dois anos mais tarde. Essa nova viralização sobre a sua sexualidade aconteceu em um momento em que o assunto não era mais nenhum segredo ou novidade no meio militar, o que sugere que não se trata apenas de uma questão de sair ou não do armário, mas de disputas de poder. Por fim, a última parte da análise apresenta trechos de uma troca de mensagens que realizei com o militar pelo *WhatsApp* em setembro de 2021. Na conversa, o oficial reflete sobre a forma como essa saída do armário afetou diretamente sua carreira nos últimos anos.

4.3

O desenho da pesquisa e a geração de dados

É interessante relembrar que, ao longo dos anos pesquisando o tema no Exército Brasileiro, desenvolvi estreitos laços de amizades com os participantes e venho acompanhando suas trajetórias há alguns anos. As análises não se baseiam apenas em momentos de entrevista formal, mas em conversas telefônicas e face a face, trocas de mensagens por redes sociais e aplicativos de mensagens, bem como acompanhamento dos seus perfis em redes sociais. Posso afirmar, portanto, que os dados foram gerados dentro do conceito de bricolagem ou colcha de retalhos (DENZIN; LINCOLN, 2006),

uma vez que me apoio em diversos recursos para desenvolver minhas análises e entendimentos sobre o tema. Lanço mão, ainda, da minha convivência diária com militares que se identificam como heterossexuais e da forma como eles discursivizam seus entendimentos sobre performances não hegemônicas na caserna, pois entendo que a pesquisa é um processo interativo, influenciado não apenas pela minha história pessoal, biografia, gênero, classe social e etnia, mas também dos outros participantes do cenário da investigação. Nas palavras de Denzin & Lincoln (2006), o *bricoleur* é um confeccionador de colchas que reúne e emprega quaisquer estratégias, métodos ou materiais que estejam sob seu alcance para entender o fenômeno investigado.

De acordo com Neira & Lippi (2012, p. 610), baseados em Kincheloe (2007), a “bricolagem é uma forma de fazer ciência que analisa e interpreta os fenômenos a partir de diversos olhares existentes na sociedade atual, sem que as relações de poder presentes no cotidiano sejam desconsideradas”. A bricolagem cria os processos de investigação conforme surgem as demandas, ao invés de partir de diretrizes e roteiros preexistentes, ou seja, são as circunstâncias que dão forma aos métodos empregados.

Na bricolagem, o pesquisador não busca encontrar a “verdade”, mas visa entender a sua construção e questionar como os agentes sociais diversos produzem e reproduzem as imposições do discurso hegemônico, alterando a lógica dominante na produção de conhecimento (NEIRA; LIPPI, 2012). Para Neira & Lippi (2012), as teorias e os conhecimentos são artefatos culturais e linguísticos. Dessa forma, afirmam que

uma vez que a interpretação está imbricada na dinâmica social e histórica que moldou o artefato cultural sob análise, a bricolagem reconhece a inseparabilidade entre objeto da pesquisa e contexto. Consequentemente, a linguagem e as relações de poder assumem a posição central nas interpretações da realidade, pois se constituem como mediadores fundamentais na contemporaneidade. (NEIRA; LIPPI, idem, p. 611)

Inicialmente, minha ideia era trabalhar com narrativas de saída (ou não) do armário. Já havia feito algumas entrevistas quando, em março de 2019, o Major Eduardo me procurou, na condição de amigo, para contar que estava sendo vítima de difamação por conta de uma foto que havia postado em seu *Instagram*. Em razão de sua postagem, por meio de um panoptismo virtual - que visa controlar e impor uma vontade de verdade sobre uma norma heterossexual para homens militares - outros militares, que se

comportavam como vigias nas redes sociais, tentavam instituir um discurso de poder e controlar seu corpo através de entextualizações de sua foto e de linchamento virtual.

O major, cansado de ser alvo de fofoca nos grupos de militares, tomou uma decisão inédita de falar abertamente sobre sua sexualidade e sua indignação em seu perfil no *Facebook*. Seu texto tomou uma proporção que ele não imaginava e foi reentextualizado em outros contextos a partir dos recursos de “curtir”, “comentar” e “compartilhar”. E seu discurso não parou por aí, viajou para textos jornalísticos tomando outros sentidos em outros locais e contextos. Esse processo de entextualização, descontextualização e recontextualização envolve um embate discursivo de poder sobre corpos e sexualidades.

Foi a partir da dinâmica desse caso que optei por investigar como um texto viaja para diferentes contextos tomando novos sentidos. Vale ressaltar que a pesquisa etnográfica não apresenta uma organização metodológica apriorística, pois seu percurso depende das situações que o pesquisador irá encontrar no caminho. Imerso no campo, o pesquisador precisa ouvir, olhar, participar da vida das pessoas, para que, através da experiência, possa rever, desenhar e redesenhar a pesquisa em função dos elementos disponíveis e acessados. Assim sendo, procuro observar que elementos são recuperados, apagados e transformados nesse fluxo que envolve um texto inicial sobre amor, que vira alvo de difamação. Para isso utilizei, dentro da concepção de bricolagem, entrevistas gravadas com os participantes, nossas conversas pessoais, *prints* de conversas pelo *WhatsApp*, textos retirados de redes sociais e reportagens da mídia sobre os casos.

A motivação primária para trabalhar com entrevistas de pesquisas e narrativas ganhou uma proporção maior por conta da dinâmica do caso de difamação do Major Eduardo, que me fez rever o problema anteriormente delineado, recuperar as histórias vividas pelo Coronel Fernando e Capitão Ronaldo e redesenhar a pesquisa. O episódio do Major Eduardo me fez perceber a necessidade de traçar um mapa das trajetórias dos discursos emergentes a fim de montar conexões e associações sobre as diversas situações que permitissem encontrar um conhecimento mais amplo sobre o fenômeno social estudado.

4.4

Etnografia no contexto de pesquisa *multi-sited*

Os deslocamentos dos discursos mencionados na seção anterior me encaminharam para um trabalho de campo baseado na concepção de etnografia multissituada (MARCUS, 1995), pois não havia um campo ou *locus* discursivo fixo de observação e, como pesquisadora, precisei seguir as dinâmicas locais do fato observado. Foi assim que passei a trilhar empiricamente as linhas entrelaçadas do mapa da situação pesquisada. Ao seguir essas linhas de discurso, estabeleço associações que permitem, de forma mais perceptível, observar os movimentos de saída do armário, difamação e homofobia no contexto militar. Ao mesmo tempo, lanço foco sobre as questões de disputa de poder e resistência envolvidas nos discursos produzidos.

O contexto no qual pesquiso é o mesmo em que atuo profissionalmente, isto é, o ambiente militar. Assim sendo, como pesquisadora, estou diretamente em contato com o grupo social que estudo. Esse contato prolongado tem me permitido observar mudanças sociais e estruturais do grupo observado. Por ser também militar, pratico uma observação participante, na qual não apenas observo, mas participo da vida, dos hábitos e dos costumes das pessoas inseridas no universo estudado, o que me permite construir e produzir conhecimento sobre o tema da pesquisa. Estar inserida na cultura dos militares me possibilita entender o que esse grupo diz de si mesmo e o modo como identifica as outras pessoas desse conjunto. Esses elementos me impulsionam a realizar uma pesquisa etnográfica, que na origem da palavra quer dizer descrição de determinada cultura. A pesquisa etnográfica visa menos à compreensão dos eventos ou processos sociais a partir de relatos sobre determinada circunstância, mas uma compreensão dos processos sociais de produção desses eventos a partir de uma perspectiva interna ao processo, por meio da participação prolongada durante o seu desenvolvimento (FLICK, 2009).

O fato de o ambiente militar ser familiar a mim é de certa forma uma ferramenta valiosa para o entendimento da vida social dos participantes da pesquisa. Embora não haja um distanciamento de meu objeto de trabalho (algo tradicionalmente preconizado pelas ciências sociais), e exista um envolvimento com o contexto estudado, a legitimidade

da pesquisa (VELHO,1978) não é invalidada. Epistemologicamente falando, considerando que todo conhecimento é posicionado e perspectivado, isto é, se não existe conhecimento objetivo do objeto, então o imperativo de distância deixa de ser necessário.

De acordo com Velho (1978, p. 75), “esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado, permite-nos objetivar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros”. A familiaridade com o objeto de estudo, segundo Velho, mesmo sendo diferente de conhecimento científico, é, de certa forma, uma espécie de apreensão da realidade que faz com que as opiniões e vivências contribuam valiosamente para o conhecimento da vida social de um grupo.

Em outras palavras, dialogando com a concepção de apagamento de qualquer ideal de neutralidade e objetividade na investigação, Moita Lopes (2004b) defende que a percepção positivista de pesquisa, que busca verdades separadas do sujeito-pesquisador, “não contempla o fato de o pesquisador estar sempre posicionado no mundo e imbricado no que produz” (MOITA LOPES, 2004b, p. 166). Portanto, o conhecimento não é objetivo, tampouco definitivo, mas dependente de como o pesquisador constrói o conhecimento que produz. Consequentemente, o conhecimento é atravessado pelo pesquisador – sujeito que tem corpo, raça, gênero, classe social, sexualidade, religião e história de vida.

Assim sendo, minha pesquisa tem como base minhas observações das práticas discursivas de homofobia que ocorrem no cotidiano dos ambientes de quartéis; dos grupos virtuais de aplicativos de mensagens dos quais apenas militares fazem parte; das redes sociais; das mídias; além das minhas interações com os militares vítimas de homofobia. Essa diversidade de espaços físicos e virtuais presentes no mundo atual complexo e globalizado me levou a uma perspectiva que Marcus (1995) chama de etnografia *multisited* (multissituada). Para o autor, na etnografia multissituada, o pesquisador sai de lugares únicos e situações locais da etnografia convencional para observar a circulação de significados culturais, objetos e identidades em um tempo-espacó difuso, ou seja, em uma rede relacional que conecta áreas geográfica e epistemologicamente diversas.

De acordo com Marcus (2015, p.2), “os processos de modernização e inovação tecnológica e a interação com mídias eletrônicas contribuem para a diversificação dos papéis assumidos pelos atores sociais, apontando a necessidade cada vez maior de desenvolver práticas de pesquisa multissituadas”. Se por um lado a pesquisa em múltiplos *sites* desafia o pesquisador a estabelecer o caminho que deverá ser observado com profundidade, por outro lado, ao estabelecer associações entre os dados gerados em diferentes *sites*, o fenômeno social pesquisado torna-se mais perceptível, possibilitando uma interpretação mais ampla do contexto estudado. Por conseguinte, minha pesquisa que tem como base, além da observação participante no cotidiano de trabalho, *prints* de plataformas digitais, reportagens divulgadas na mídia, gravações de entrevistas de pesquisa, observações de discursos que circulam no dia a dia dos quartéis e interações com os participantes, não se situa em apenas um local único, mas em múltiplos ambientes em que ocorreram interações digitais e face a face, sendo, portanto, uma pesquisa de base multissituada.

4.5

Procedimentos e categorias de análise

Os dados gerados para este estudo serão analisados nos próximos três capítulos, que estão divididos de acordo com a história de cada participante. Considerando que esta é uma pesquisa na qual os participantes são todos membros da caserna, optou-se pelo critério da hierarquia e antiguidade para dividir os capítulos²⁸. Ou seja, os casos são apresentados não em ordem cronológica, mas de acordo com o posto que o participante ocupa na hierarquia militar. Assim, o capítulo 5 apresenta a história do Coronel Fernando, o capítulo 6 aborda os processos de viralização do caso do Major Eduardo e, por fim, o capítulo 7 traz a história vivida pelo Capitão Ronaldo.

²⁸ O critério de ordenar os capítulos de acordo com a hierarquia militar é apenas uma forma de flertar com uma questão que é tornada relevante na estrutura militar. Não há qualquer intenção de importar para os dados da pesquisa ou para os participantes uma rigidez ou uma subordinação em termos hierárquicos.

Todos os capítulos apresentam sequências de análise de textos diversos que seguem os fluxos dos movimentos de entextualização. O início da análise se dá a partir de um texto-evento que, ao ser descontextualizado e recontextualizado em grupos de *WhatsApp* de militares, gera novos sentidos e indexicaliza concepções socioculturais que transparecem no discurso. O caminho percorrido na análise dos textos recontextualizados evidencia como os usuários das redes sociais que disparam as postagens de ataques homofóbicos atuam como vigias, num panóptico contemporâneo, tentando impor a vontade de verdade das instituições sociais. São também analisados os sentidos atribuídos pela mídia jornalística ao entextualizarem as histórias dos participantes (exceto no caso do Capitão Ronaldo). Ainda, a análise se debruça sobre as narrativas dos próprios participantes da pesquisa que, por sua vez, criam novos sentidos para suas histórias de vida. Essa multiplicidade de sentidos recriados a cada entextualização indica o constante embate discursivo que desafia o controle do poder sobre corpos e comportamentos de militares homossexuais.

Para dar conta de dados complexos e múltiplos, visando entender não apenas os textos, mas as relações de poder envolvidas, foram usados os conceitos e teorias descritos no capítulo 3. Entre os conceitos principais, estão o de entextualização, vontade de verdade, panoptismo, dialogismo, indexicalidade, bem como teorias de análise de narrativa.

4.6

As questões éticas de pesquisa

A ética na pesquisa é uma prática situada, pois as decisões éticas envolvem uma série de fatores sociais e políticos, além dos desejos e interesses, tanto do pesquisador, quanto dos participantes do estudo. Algumas instituições de pesquisa mantêm uma comissão de ética, pela qual as pesquisas devem passar para a avaliação da adequação da metodologia da pesquisa e da forma como trata os assuntos de forma humana. Além disso, outra prática que zela pela questão ética é a orientação que as instituições e os professores

fornecem ao pesquisador para que a sua atuação no campo siga um conjunto de princípios que tem como objetivo proteger os direitos dos participantes da pesquisa.

Uma conduta ética abrange uma série de procedimentos como o consentimento informado, que consiste na autorização que as pessoas dão aos pesquisadores para serem entrevistadas e observadas, após serem informadas sobre a finalidade da pesquisa e as possíveis consequências que a participação no estudo envolve. Todos os participantes deste estudo receberam uma cópia do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (Anexo I), que explica os procedimentos da pesquisa, riscos, benefícios e demais informações relevantes. Os entrevistados mantiveram uma cópia assinada consigo e entregaram outra a mim. No mesmo documento, os participantes autorizaram a gravação das entrevistas e o uso dos dados na pesquisa, bem como tiveram ciência de que poderiam desistir de sua participação até a conclusão do estudo.

A confidencialidade no processo de realização da pesquisa e o anonimato na apresentação dos resultados também fazem parte de uma conduta ética. Entretanto, em algumas pesquisas, o anonimato dá indícios do contexto, o que enfatiza o seu caráter frágil. Nesse caso, uma conduta ética exige que o participante seja informado sobre essa fragilidade (SIMONS; PIPER, 2015). Algumas medidas foram adotadas a fim de preservar a identidade dos participantes: (i) uso de nomes fictícios para os entrevistados e demais personagens que aparecem nas histórias narradas; (ii) alteração/omissão de nomes de locais (cidades, estados, quartéis, etc) que pudessem remeter à identidade do participante; (iii) omissão completa de histórias e narrativas que pudessem eventualmente identificar o participante; (iv) uso de tarjas para ocultar o rosto dos participantes nas fotos apresentadas. Ressalto que embora todos os participantes não tenham expressado qualquer restrição sobre o uso de suas imagens e nomes verdadeiros, optei por resguardá-los por questões éticas.

Ainda dentro da preocupação com as questões éticas, propus trabalhar com uma agenda compartilhada de pesquisa, na qual os participantes receberam retorno das análises e puderam coconstruir sentidos, indagar, questionar e discordar, sempre antes de finalizar os relatos de pesquisa. Essa prática é denominada por Reis & Egido (2017) como ética emancipatória. Segundo os autores,

a ética emancipatória pratica o caminho de volta com a finalidade de fortalecer a posição do participante, pelo exercício de divisão de poderes sobre a análise, pela incorporação de sua voz no relato final, pela possibilidade de aprender com (e por que não, sobre) a pesquisa, por meio de consideração analítica e não apenas reprodutiva das reações e pontos de vista do participante. Essa ética permite que pesquisadores e participantes registrem o que aprenderam também com essa fase da construção do conhecimento (REIS; EGIDO, 2017, p. 240).

De uma maneira geral, a pesquisa não traz benefícios individuais diretos aos participantes. No entanto, pretende-se contribuir para entendimentos acerca de discursos e práticas homofóbicas presentes no Exército Brasileiro. Dessa forma, descortinar um assunto muito pouco tratado no âmbito da Força possibilita que o Exército, como instituição do Estado, possa atuar de forma mais democrática e inclusiva no que concerne à presença de gays e lésbicas em nossos quartéis.

Existe o risco de a identidade do participante ser revelada através das histórias narradas. Como forma de proteger o anonimato, os excertos analisados e incluídos no texto da tese foram avaliados previamente pelos entrevistados e entrevistadora. Todos os dados que comparecem nas análises foram autorizados pelos próprios militares participantes. Nada foi inserido e apresentado sem que eles estivessem de acordo.

Há ainda a possibilidade de que as críticas, que eventualmente possam surgir, sejam mal interpretadas por membros do Exército Brasileiro. Para minimizar tal risco, tratamos os dados de forma propositiva, buscando contribuir e transformar ao invés de macular a imagem da instituição.

Coronel Fernando

Conheci o Coronel Fernando há alguns anos quando comecei a pesquisar histórias de homofobia no Exército Brasileiro. Foi durante o nosso primeiro encontro, em 2014, que descobri que já conhecia parte de sua história e já sabia de quem se tratava, mesmo sem conhecê-lo pessoalmente até então.

No final de junho de 2008, quando as redes sociais ainda eram muito limitadas e pouco populares no Brasil, recebi alguns e-mails que foram encaminhados para uma lista enorme de contatos. Por ser militar, ter meu endereço de e-mail registrado na base de dados do Departamento Geral de Pessoal do Exército, alguém achou por bem me incluir na tal lista. Os e-mails que recebi traziam a foto de um homem branco, com corpo atlético, fantasiado de Adão, com uma sunga de laterais transparentes e material plástico, que imitava uma folha de parra, colado sobre a sunga, cobrindo as partes íntimas. Na foto, o homem parecia ter purpurina no corpo e participava da Parada Gay de São Paulo. Esse homem era um oficial da ativa do Exército Brasileiro que, apesar da desconfiança de outros militares, vivia trancado no armário no ambiente de trabalho. A foto foi tirada por um dos maiores jornais do país sem a autorização do militar e foi veiculada na versão *online* do jornal. Numa das galerias de fotos da Parada Gay, na qual havia dezenas de fotos, a do Coronel Fernando era a terceira da primeira galeria. A 12ª Parada Gay de São Paulo ocorreu no dia 25 de maio de 2008, domingo, aproveitando o feriado de Corpus Christi. Veiculada por e-mail, a notícia sobre a foto já havia sido propagada entre os militares do Exército, quando, na quinta-feira, dia 29, durante a formatura matinal do quartel, o militar foi chamado em particular por seu comandante para confirmar a identidade da foto. O superior hierárquico lhe perguntou se a pessoa que aparecia na imagem impressa numa folha A4 era ele. Num curto espaço de tempo, o alto comando da Força também tomou ciência do fato. A pessoa que descobriu a foto na reportagem não se limitou a torná-la pública para o comandante do militar, mas foi ao site do Departamento Geral de Pessoal do Exército e, com sua senha, entrou no Almanaque (uma espécie de livro digital que contém uma foto e dados de todos os militares do Exército Brasileiro), baixou não só a foto do militar fardado, mas também suas informações

profissionais e pessoais. Em seguida, a viralização se deu através de listas de e-mails. Lembro de ter recebido o tal e-mail na época contendo as duas fotos do militar (uma na parada gay e outra fardado) e suas informações. O texto do e-mail continha algo do tipo “esse é o Maj Fulano de Tal, da turma tal, arma tal. Ele estava na Parada Gay de São Paulo. Será que a mãe dele sabe disso?”. Além desse questionamento, havia uma outra pergunta no texto que é bastante explicativa e provocativa na questão: “Será que ele já puniu alguém?”. Enquanto a primeira nos remete a um *outing*²⁹ forçado, a começar pela família, a segunda pergunta deixa a situação do oficial passível de um julgamento moral e, ao mesmo tempo, questiona a integridade do Coronel Fernando – um homem gay – para poder punir alguém.

O fato tomou uma repercussão gigantesca, mesmo em tempos em que as redes sociais ainda não ofereciam os recursos de curtir e compartilhar e possuíam um sistema de distribuição de informação bastante limitado. Para encurtar uma longa história, o Coronel Fernando conseguiu que o jornal apagasse sua foto da internet, mas não conseguiu se livrar da punição no quartel. Na oportunidade, segundo seu próprio relato, foi punido com prisão por falta de decoro da classe.

Essa foi apenas uma das histórias narradas pelo militar durante a nossa primeira entrevista e nossas muitas conversas ao longo dos últimos anos. Durante vários anos acompanhei outros episódios de difamação e viralização a respeito da sexualidade do Coronel Fernando. Nos diversos quartéis em que servi ao longo da minha carreira, sempre encontrei outros militares que comentavam em tom debochado sobre o fato de ele ser gay. Na verdade, o que pretendo deixar claro aqui é que a homossexualidade do militar se tornou pública há muitos anos, mesmo antes dele optar por sair do armário, o que nunca foi bem aceito no seu meio profissional.

Antes de iniciar a análise dos dados, sublinho que o Coronel Fernando teve participação ativa na escrita deste capítulo. Em um processo de vai e vem de arquivos, trocamos observações, discutimos conceitos e impressões. O participante fez, inclusive,

²⁹ *Outing* é um termo em inglês usado para se referir ao processo de sair do armário (*coming out*).

questão de acrescentar mais detalhes sobre sua própria trajetória como homem gay no Exército Brasileiro.

O episódio que apresento nos dados a seguir ocorreu no ano de 2017, quando eu havia começado esta pesquisa de doutorado. O Coronel Fernando e seu companheiro, após pouco mais de 17 anos de união, adotaram um filho no ano de 2016. Na época, o militar ainda estava na ativa e não havia saído declaradamente do armário, embora muitos militares comentassem e se encarregassem de espalhar notícias sobre a sua orientação sexual.

5.1

Adoção, saída do armário e viralização

A decisão de sair do armário veio com a chegada de seu filho, já no final da carreira. Não se tratava exatamente de expor sua sexualidade, mas de garantir que seu filho e seu companheiro estivessem amparados como seus dependentes, conforme previsto na legislação militar. Vale ressaltar que, apenas em 2015, o Exército determinou que todas as uniões homoafetivas fossem aceitas no âmbito da Força (cf. anexo 2). Conforme veremos em um trecho narrado pelo militar, tal saída do armário aconteceu num momento em que ele já não temia mais perseguições por estar a poucos meses de pedir sua reserva remunerada, como é chamada a aposentadoria dos militares, e já ter atingido o último posto da carreira que ele poderia chegar - o de coronel.

Dia dos pais de 2017: eu estava participando de uma comemoração pela data em meu quartel quando o Coronel Fernando me telefonou e contou que estava novamente sendo alvo de ataques preconceituosos por parte de outros militares em grupos de redes sociais. Logo em seguida, recebi *prints* de amigos militares que estavam em grupos de WhatsApp nos estados do Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo. Todos sabiam que eu era amiga do militar e decidiram compartilhar comigo o que estava acontecendo. Naquele exato momento, comentei sobre o fato com meu pai e ele me respondeu: “Eu sei. Postaram no grupo da minha turma também. Eu não te contei porque você ia ficar chateada”.

Ressalto que meu pai se formou na AMAN no ano de 1968, muito antes da entrada do Coronel Fernando na Força. Embora nenhum de seus colegas conheça o militar, o assunto da homossexualidade de um oficial da AMAN é sempre algo que tem grande repercussão no contexto da caserna, justamente por desafiar a vontade de verdade (FOUCAULT, [1970]1996) historicamente constituída sobre masculinidade do homem militar. Esse é um tema que gera sempre embates discursivos por parte daqueles cujo desejo é silenciar identidades não heterossexuais. O fato viralizou de uma maneira ultrarrápida, passando para grupos de policiais militares, bombeiros, militares de outras forças, e civis. Na mesma semana, uma amiga da PUC, que nada tem a ver com o meio militar, me mandou *prints* de um grupo com a difamação do oficial. Ela o reconheceu ao ver a foto, pois já havia me visto com o coronel. Ou seja, a difamação que veremos a seguir extrapolou os muros dos quartéis, as barreiras virtuais dos grupos de militares das redes sociais e se expandiu de maneira incontrolável pela web 2.0.

Embora o militar e seu companheiro tenham adotado seu filho em 2016, a história só veio à tona em agosto de 2017, quando alguém se incomodou com uma foto da festa de aniversário de um ano da criança.

O texto-evento que dispara a viralização é apenas uma foto de uma festa de aniversário infantil organizada pelos pais para comemorar o primeiro ano do filho.



Figura 1 – Foto da festa de aniversário do filho do Coronel Fernando

Postada pelo Coronel Fernando em seu perfil no *Facebook* sem qualquer texto escrito que a acompanhasse, a foto, que pode ser entendida como um recurso semiótico, nos sugere algo que seria considerado completamente normal e natural se não fossem dois homens com o bebê nos braços. Caso a foto mostrasse um casal heterossexual, a leitura provavelmente seria a de uma família feliz e bem estruturada. No entanto, a imagem de dois homens compartilhando a paternidade de um bebê motivou mais uma vez uma viralização (dessa vez na plataforma *WhatsApp*) a respeito da sexualidade do Coronel Fernando. O fato de a foto ter sido postada sem qualquer texto que funcionasse como uma legenda para imagem, gera uma implicatura, nos termos de Grice ([1975]1982)³⁰, pois quem se depara com a foto procura sentidos para a imagem da família que estampa o retrato. Na postagem que viralizou, associadas à foto do aniversário que expunha a criança, foram enviadas também outra foto do militar fardado, sem o companheiro e com o bebê no colo, bem como uma foto sua do início da carreira como tenente paraquedista.

Como já se disse, as viralizações são entextualizações do texto-evento (Figura 1) que ganham novos sentidos em cada novo contexto em que está presente. De acordo com Blommaert (2020, p. 398),

a entextualização se refere ao processo por meio do qual os discursos são sucessivamente ou simultaneamente descontextualizados e metadiscursivamente recontextualizados, para que se tornem um novo discurso associado a um novo contexto e acompanhado por um metadiscurso particular que fornece uma espécie de ‘leitura preferida’ para o discurso. Este conceito-chave nos ajuda a entender que ‘viralidade’ - a distribuição em grande escala de mensagens por meio de práticas de ‘cópia’ online, como repostagens, retuítés e assim por diante - não é, de fato, uma série de *repetições* ‘da mesma’ mensagem, mas uma série de re-entextualizações. (tradução minha)

A seguir, apresento alguns *prints* de conversas em dois grupos de militares na plataforma *WhatsApp* a que tive acesso. Esses são apenas alguns exemplos do que ocorreu em diversos outros grupos. Escolhi alguns que resumem o processo de entextualização e

³⁰ Em “Logic and Conversation”, Paul Grice (1975) define que Implicatura é tudo aquilo que é comunicado numa proposição, mas que não é dito explicitamente pelo falante. Ou seja, vai além do explícito e entra no campo do que está implícito. A noção de implicatura de Grice, que se debruça sobre o que é comunicado implicitamente, acompanha as teorias pragmáticas até os dias atuais.

viralização da história do Coronel Fernando. Em seguida, apresento uma entrevista dada pelo militar a um jornal carioca logo após o episódio da viralização e linchamento virtual. Por fim, trago alguns excertos da entrevista que realizei com o militar em 2019, na qual ele usa uma lente retrovisora (MISHLER, 2002) para ressignificar todo o processo de saída do armário e viralização do fato.

5.2

Vontade de verdade heteronormativa e panoptismo virtual

Grupo 1:

Sigo aqui com a análise dos *prints* de um dos grupos a que tive acesso³¹. Embora, para fins de organização, o grupo tenha sido nomeado como “grupo 1”, não sei se a viralização teve início necessariamente aqui, pois, no mundo virtual, muitas vezes, identificar quem primeiro entextualizou determinado texto-evento é quase uma tarefa para especialistas da área de informática. De qualquer forma, o que interessa não é saber quem é o principal responsável pela viralização da informação, mas quais são os discursos e as disputas de poder que comparecem nas interações. Portanto, esse é apenas um dos grupos a que tive acesso e será usado para análise por ser protótipo do que ocorreu em outros grupos também.

É possível perceber que ao postar a foto em uma rede social, onde estamos constantemente sendo vigiados por pessoas que na maioria das vezes não podemos identificar, o Coronel Fernando abre voluntariamente uma possibilidade para que seu comportamento seja observado no panóptico virtual contemporâneo. Uma vez investidos

³¹ Conforme é comum nos processos de entextualização de textos que viralizam em grupos virtuais, as histórias dos participantes desta pesquisa provavelmente também foram entextualizadas como forma de resistência (uma espécie de “entextualização do bem”) por parte de pessoas que se opõe ao preconceito. No entanto, para esta pesquisa, optei por perseguir as rotas dos grupos de *WhatsApp* compostos por militares.

no papel de vigias, alguns militares decidem, por meio da entextualização da foto postada, impor sua vontade de verdade.

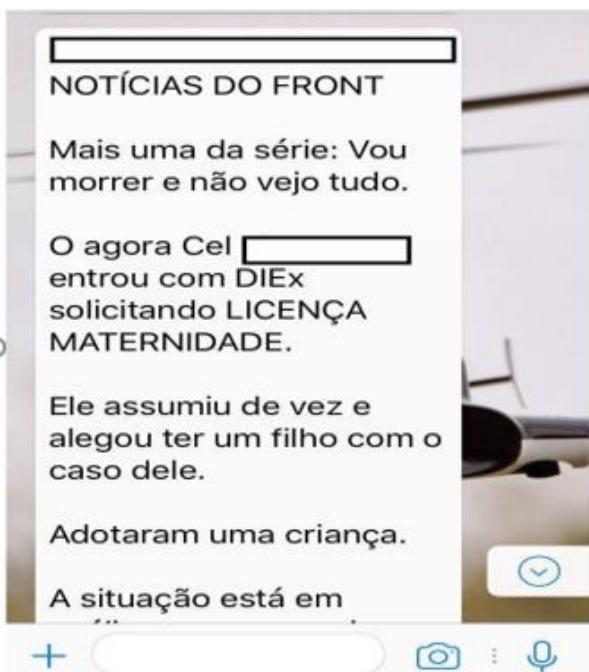


Figura 2



Figura 3



Figura 4

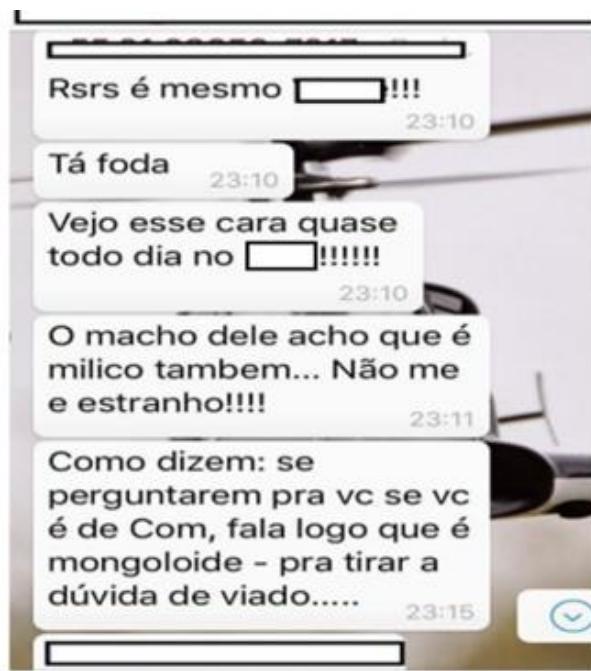


Figura 5

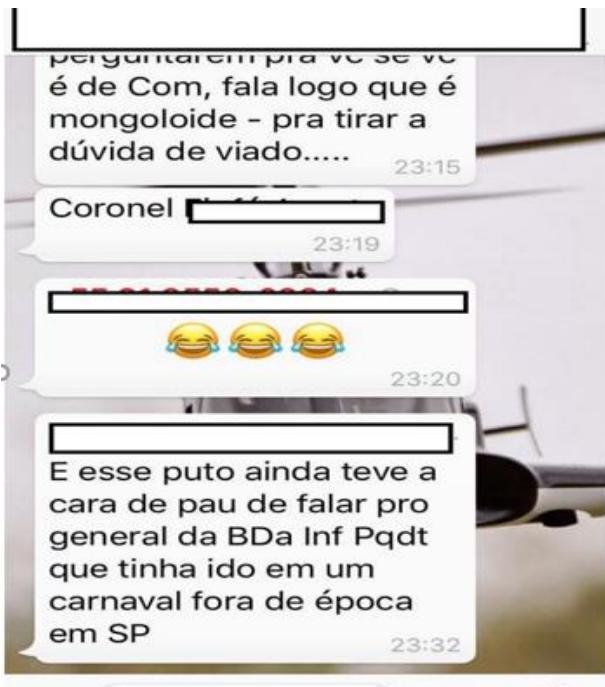


Figura 6

O texto começa com o título “Notícias do Front” (Figura 1), termo usado em tempos de guerra para trazer notícias do que estava ocorrendo nos campos de batalha. Tal título nos sugere metapragmaticamente³² que se trata de uma informação relevante que merece alta divulgação para os membros do grupo. De acordo com Borba (2020) “as categorias metapragmáticas indicam o que é esperado acontecer nesses eventos em termos do que, quando, onde, por que e para quem se fala/posta. Esses termos descrevem como, conscientemente ou não, entendemos e avaliamos nossa comunicação”.

Ao longo do texto presente nas figuras 1 e 2, o autor inicia uma narrativa para contar o ocorrido. Após anunciar as “Notícias do Front”, o autor segue com um sumário - “mais uma da série: vou morrer e não vejo tudo”, que indexicaliza que a seguir leremos algo impactante, nunca visto antes, mesmo para aqueles que acreditam que já tenham visto todo tipo de situações inusitadas. Nesse sentido, Borba

³² Com base em Pinto (2018, p. 752), que se apoia em Povinelli (2016), adoto a definição de “metapragmática como o conjunto de recursos semióticos que orientam nossa interpretação, não apenas dos valores linguísticos do que é dito, para quem, por que e em que circunstâncias, mas também da ordenação indexical no qual o corpo que fala se projeta e projeta suas/seus interlocutoras/es.”

(2020) afirma que “uma fofoca enfatiza aspectos mais apimentados (quem conta um conto aumenta um ponto...) justamente para que circule; em sua circulação a fofoca acaba funcionando como um tipo de cola cultural”. O sumário nos leva a entender que algo escandaloso, que deve ser de conhecimento público, será apresentado. E o efeito parece ser justamente o descrito por Borba (2020), pois o mesmo texto foi reentextualizado em dezenas de outros grupos.

Ainda na figura 2, o autor segue detalhando o ocorrido. Ao informar que o coronel entrou com um DIEx (Documento Interno do Exército – tipo de documentação eletrônica usada formalmente no Exército nos dias atuais para tramitação de ordens, instruções, decisões, recomendações, encaminhamentos de documentos, solicitações, comunicação de assuntos de serviço, esclarecimentos, informações e outros) solicitando Licença Maternidade, o autor nos orienta sobre quem é o personagem principal da narrativa e enquadra o protagonista da história no campo do feminino (Licença Maternidade), o que parece projetar as mulheres em um patamar social inferior e indexicalizar um desprezo ao signo do feminino. Em seguida, o narrador inicia a ação complicadora através de uma sequência de orações que efetivamente contam o que ocorreu (“entrou com um DIEx solicitando licença maternidade”, “ele assumiu de vez e alegou ter um filho com o caso dele”, “adotaram uma criança”). Ao longo da narrativa vicária³³, o autor utiliza uma escolha lexical para avaliar moralmente, de forma encaixada, o evento. Ao dizer “assumiu de vez”, o autor nos remete a um entendimento de que sair do armário é errado, vergonhoso, algo como o popular “solto a franga”. A escolha lexical “de vez” parece confirmar o que todos já suspeitavam sobre a orientação sexual do militar. Ainda, em “alegou ter um filho com o caso dele”, o verbo “alegar” parece colocar a paternidade de uma criança compartilhada com outro homem como algo sob suspeita. Ao escolher o termo “caso” para nomear o marido do militar, o autor nos sugere que a relação dos dois homens (embora estejam juntos há mais de 22 anos) deva ser lida como algo instável e leviano. O uso da palavra “caso” é uma pista de contextualização

³³ Norrick (2013) afirma que nas narrativas de experiência vicária quem produz a elocução não é o autor da história narrada. Um narrador vicário não é a mesma figura principal da história que conta. Ou seja, trata-se de uma história relativa a uma terceira pessoa. O narrador tem apenas a responsabilidade social pelo que está sendo narrado.

que indica se tratar de algo ilegítimo, vergonhoso, que parece deslegitimar a instituição familiar. A esse respeito, Lionço & Diniz (2008, p. 317) explicam que

a injúria é uma expressão discursiva característica da homofobia, explicitando a assimetria de poder resultante da depreciação da diversidade sexual. A noção de injúria como exemplificativa da dinâmica social homofóbica permite apreender que a sexualidade deixa de ser estritamente matéria da vida privada, tornando-se importante elemento da vida pública, qualificador do status social das pessoas.

O autor da postagem apaga todas as configurações de família e se apoia numa norma cis-heterossexual, binária e patriarcal que naturaliza uma família legítima como sendo aquela que se adequa à norma heterossexual e patriarcal. A injúria é uma expressão discursiva característica da homofobia, explicitando a assimetria de poder resultante da depreciação da diversidade sexual.

Sobre a licença “maternidade”, esclareço que, durante a entrevista que gravei com o militar difamado, ele afirmou que jamais solicitou licença maternidade, mas uma licença paternidade estendida, tendo em vista que seu cônjuge também trabalha fora e que já havia uma jurisprudência de caso análogo ocorrido com outro funcionário público. No caso usado como embasamento para o pedido, um dos pais conseguiu uma licença paternidade mais longa para poder cuidar de seu filho recém-adotado. No entanto, a licença prolongada solicitada pelo Coronel Fernando foi negada e o fato foi relexicalizado por outros militares, em seus grupos de *WhatsApp*, como um pedido de licença maternidade.

Ainda sobre a questão do suposto pedido de licença maternidade, é possível notar que a tal “Notícia do Front”, por sua vez, entextualiza um documento (DIEx) tratando do pedido de licença paternidade que tramitou no quartel do militar e em instâncias superiores. Ou seja, o documento, que deveria ficar restrito aos muros do quartel, é entextualizado na conversa do grupo virtual. Isso nos leva a perceber que não há limites entre o institucional e o privado nesse caso. A questão sobre o pedido de licença paternidade não apenas ultrapassa a barreira da discussão institucional dentro dos

quartéis, como entra, reconfigurada como licença maternidade, no espaço, teoricamente privado, do *Whatsapp*.

Na Figura 3, a narrativa sobre o fato ocorrido é encerrada com uma *coda* em tom avaliativo - “novos tempos”. Nesse momento, o narrador traz o interlocutor de volta ao presente e à conversa. O recurso semiótico de macaquinho tampando o rosto com as mãos (🙈🙈🙈) repetidamente parece ser, na verdade, uma pista de contextualização usada para avaliar a história como vexatória, criticável e desonrosa. E como toda boa notícia em tempos digitais, o narrador encerra ilustrando sua história com uma foto tirada das redes sociais do Coronel Fernando. Na imagem, o militar segura seu filho bebê no colo. A criança, que, segundo o narrador, é alguém que o Coronel Fernando “alega” (em referência à adoção) ser filho, é exposta sem qualquer cuidado ou respeito.

Em seguida, na figura 4, outro participante do grupo se adianta e envia a foto do texto-evento (Figura 1) seguida da mensagem “mandei primeiro”. Esse enunciado “mandei primeiro” parece conferir ao seu autor uma vitória na corrida por emplacar a “Notícia do Front”. A seguir, outro militar responde com “Rsrs”, que funciona como uma pista de contextualização para entendermos que os interlocutores conferem ao evento um enquadre de piada e tratam a família do militar com tom de deboche. Novamente, a criança é exposta sem qualquer reserva.

A interação segue com “tá foda”, que funciona como uma espécie de avaliação moral negativa sobre o fato. Ainda, essa expressão “tá foda” parece reenquadrar a conversa como uma espécie de desabafo sobre um problema. Em seguida, o participante diz “vejo esse cara quase todo dia no (nome do quartel³⁴)”, o que indexicaliza a objeção de conviver com um militar gay no ambiente de trabalho. Na oração seguinte, o marido do coronel é mais uma vez adjetivado de forma pejorativa - “o macho dele”- o que sugere uma relação animalesca. Dessa maneira, a relação do casal parece ser reenquadrada no domínio da vida selvagem.

³⁴ Os nomes das Organizações Militares foram omitidos para preservar a identidade dos participantes.

O interlocutor segue expondo seu posicionamento ao dizer que se perguntarem se é de “Com” (arma de Comunicações)³⁵, é melhor dizer que é “mongolóide” para não ficar com fama de “viado”, o que aponta como o processo de estigmatização emerge na interação (GOFFMAN, 1988). Esse discurso faz sentido aqui porque o coronel, segundo os interactantes, “finalmente assumiu de vez”, e todos que até então suspeitavam que havia um coronel gay na Arma de Comunicações, agora têm certeza. Além disso, na época, o Major Eduardo (cuja história leremos no próximo capítulo), que também era alvo de “suspeitas” sobre a sua sexualidade, pertence à mesma arma.

Na Figura 6, no trecho omitido³⁶, o interlocutor faz um trocadilho usando o nome verdadeiro do militar e a palavra “ânus” - “Coronel (trocadilho)”. O participante seguinte parece ter se divertido com o que metapragmaticamente foi projetado como piada, pois responde usando *emojis* de carinhas gargalhando (🤣🤣🤣). Tais *emojis* indexicalizam o tom de zombaria com que o militar é tratado na interação. Por fim, outro militar interage entextualizando um segundo evento – o episódio no qual Coronel Fernando foi preso por ter sido fotografado na Parada Gay de São Paulo muitos anos antes. Apesar de não falar claramente sobre a Parada Gay, ele menciona que “e esse puto teve a cara de pau de falar pro general da Bda Inf Pqdt³⁷ que havia ido em um carnaval fora de época”. Na época do ocorrido, esse foi um dos argumentos usados pelo Coronel Fernando em sua defesa por escrito para evitar uma punição, o que foi em vão. Como já mencionei, o militar foi punido naquele ano com prisão por falta de “decoro da classe”. Ressalto que a escolha lexical “puto” caracteriza-se como uma indexicalização que nos sugere uma avaliação negativa a respeito do oficial. Além disso, em “teve a cara de pau de falar”, o comportamento e as atitudes do militar parecem ser avaliados como algo condenável e imoral.

Outra vez a fronteira entre o público e o privado é rompida quando o militar cita que “e esse puto teve a cara de pau de falar pro general da Bda Inf Pqdt

³⁵ As Armas dividem-se em dois grupos: as Armas-Base (Infantaria e Cavalaria) e as Armas de Apoio ao Combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações).

³⁶ O trocadilho com o nome verdadeiro do coronel foi omitido para evitar que sua identidade fosse exposta.

³⁷ Brigada de Infantaria Paraquedista.

que havia ido em um carnaval fora de época". Se esse foi um dos argumentos escritos pelo Coronel Fernando em sua razão de defesa, questiono como o interactante tem essa informação, que deveria ser sigilosa e tramitar apenas no quartel. Aqui, o autor da fala não apenas faz uma entextualização de um outro documento, como traz para o grupo de *Whatsapp* uma informação de caráter reservado, que parece ter sido "vazada" por militares responsáveis por manter sua confidencialidade.

Grupo 2:

Os *prints* do grupo 2 de *WhatsApp* (apresentados a seguir) foram feitos no dia seguinte aos do grupo 1, o que confirma o potencial de velocidade de comunicação que as redes sociais proporcionam.

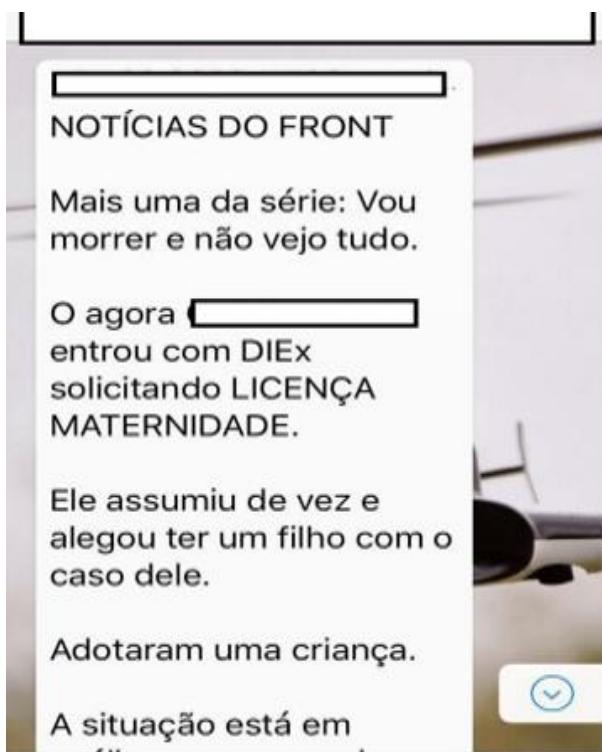


Figura 7



Figura 8



Figura 9

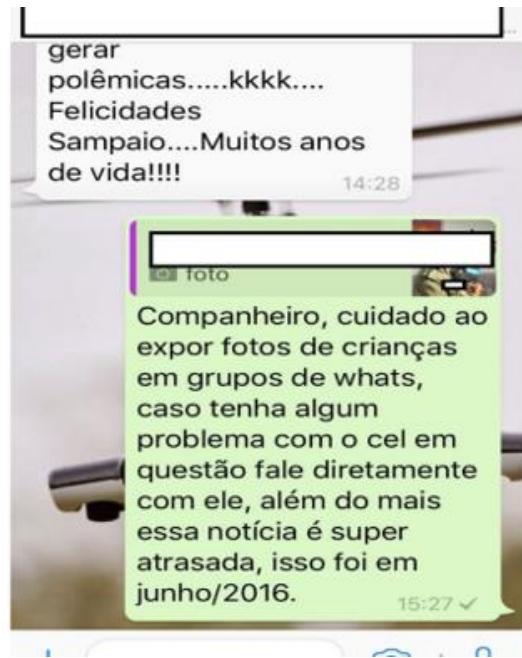


Figura 10

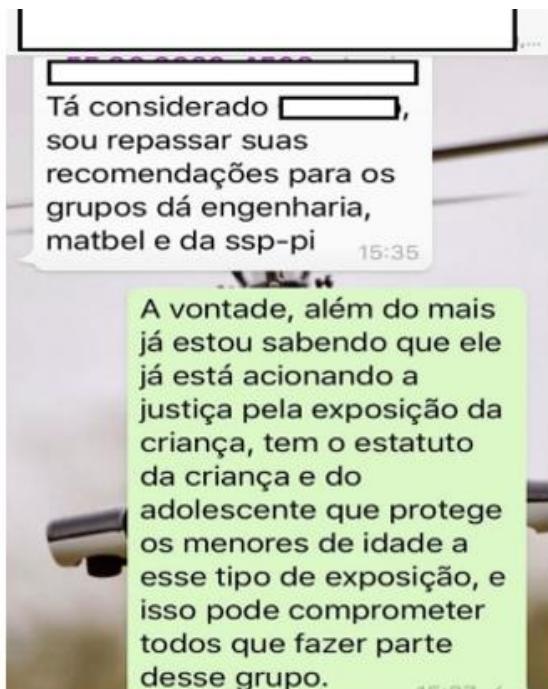


Figura 11

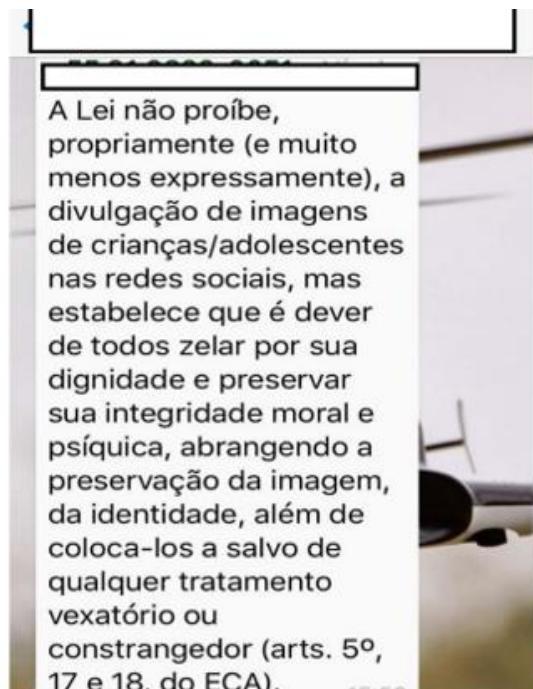


Figura 12

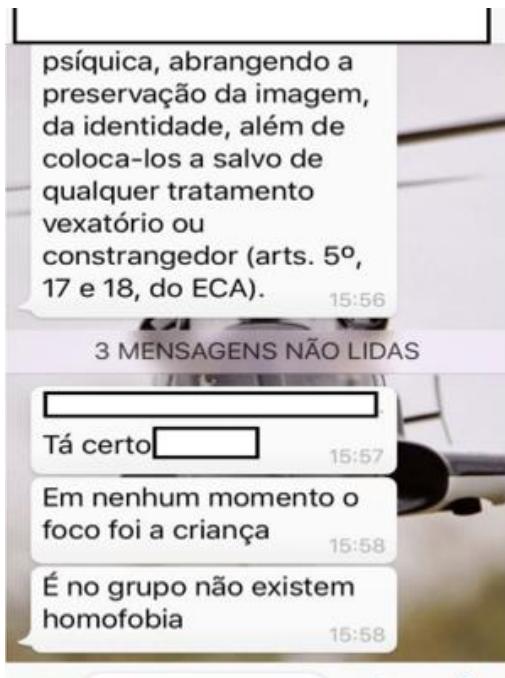


Figura 13

As figuras 7 e 8 apresentam uma reprodução do mesmo texto que inicia a entextualização que ocorreu no grupo 1. Vale lembrar que, na oportunidade em que esses prints foram tirados, não havia o recurso de mostrar a mensagem como “encaminhada” na plataforma do *WhatsApp*, assim, o texto parece ser original de quem postou, mas trata-se de uma mensagem repassada e compartilhada em diversos grupos, assim como as fotos que também foram entextualizadas.

Na figura 9, o interlocutor que posta as fotos e a mensagem insere um comentário pessoal: “de com essa figura” e usa o recurso semiótico de um dedo apontando (👉) para a pessoa de quem se fala, a fim de identificar o Coronel Fernando. Mais uma vez, parece ser relevante usar a arma do combatente para identificar o personagem da história narrada. É como se ser da arma de comunicações justificasse o fato de o militar não se enquadrar no padrão de masculinidade. Nesse contexto, ser de “com” parece tornar o extraordinário comprehensível, pois a estigmatização (GOFFMAN, 1988) em relação a oficiais dessa arma parece estar dialogicamente construída no discurso do grupo. Ainda, a forma de adjetivar o militar como “essa figura” também é uma indexicalização que aponta para uma vontade de verdade que torna abjeto qualquer corpo que não se encaixe

no ideal da masculinidade que habita o imaginário popular da caserna. A seguir, o interlocutor acrescenta mais uma informação sobre o oficial: “paraquedista”.

Sobre o padrão de masculinidade valorizado no meio militar paraquedista, Bruno (2010) adota o termo ‘masculinidade militar hegemonic’ para se referir a performance de masculinidade considerada mais valorizada socialmente no meio militar. De acordo com a pesquisa que realizou, a autora afirma que a própria doutrina de emprego das tropas paraquedistas adotada pelo Exército Brasileiro encoraja determinados tipos de performances. Assim, em função da natureza das missões em que o militar paraquedista é empregado, a sociedade militar “espera que seus membros evidenciem força física, coragem, desafio, perspicácia, agressividade, espírito de corpo, para citar alguns dos atributos cultuados pela mística pára-quedista” (BRUNO, 2010, p. 144). Tais atributos são diretamente associados, dentro da cultura militar, ao ideal da masculinidade hegemonic. Segundo a autora (idem, p.156), os atributos comumente usados para identificar o militar paraquedista,

aproximam os pára-quedistas da imagem de um ser capaz de defender, proteger e vencer o mal, estabelecendo a ordem e a paz. Um ser que enfrenta perigos destemidamente em nome do ideal de 'Pátria', que por ela é capaz de doar sua própria vida: o herói.

Na figura 10, não foi possível identificar se há um novo interlocutor ou se o mesmo militar segue expressando suas opiniões sobre o caso. Pistas de contextualização como “kkkk” sugerem, em termos metapragmáticos, que a história contada foi configurada como uma piada, ou algo passível de escárnio. Tal pista de contextualização também aponta para uma vontade de verdade dos participantes do grupo sobre uma masculinidade hegemonic heterossexual que deve ser a norma para todos os militares da Força. Quem foge à regra parece ser exposto para que todos entendam que o comportamento aceitável de um militar respeitável é aquele que possa ser comparado à conduta de um paraquedista exemplar.

Ainda na figura 10, o interlocutor faz menção a Sampaio, patrono da Arma de Infantaria. Sampaio destacou-se por ser capacitado e corajoso, inteiramente dedicado à

vida militar. É considerado pelos militares como alguém que demonstrou exponencial bravura. Ao desejar “*Felicidades, Sampaio*”, o autor do enunciado parece projetar metapragmaticamente um sentido de deboche por termos agora um militar gay assumido na força, que ao invés de “honrar” a memória de Sampaio, rompe com o padrão de masculinidade hegemônica valorizado no meio paraquedista. Dialogicamente, o autor da mensagem configura o Coronel Fernando como alguém que demonstra o avesso das atitudes de bravura e tenacidade do patrono da “Rainha das Armas”, como é conhecida a arma de Infantaria no Exército Brasileiro. Além disso, com base em minhas experiências no meio militar e em discursos que presenciei na caserna ao longo de minha vivência, observo que esse conceito de “rainha” retoma a ideia de *drag queen*, figura que pertence ao universo e ao imaginário gay. Ou seja, o enunciado “*Felicidades, Sampaio*”, uma espécie de “piada interna”, parece sugerir, em tom de ironia, que a Infantaria agora tem a sua “rainha”.

A próxima postagem, na figura 10, tem como autor o Major Eduardo, um dos participantes desta pesquisa, cujo caso analisaremos no capítulo a seguir. O militar entra no cenário para combater o que está sendo metapragmaticamente projetado pelo grupo, quebra a expectativa de apoio ao que vinha sendo comentado e inicia um embate discursivo entre os membros do grupo. Há aqui uma ruptura com o que estava sendo ideologicamente sustentado. O militar sublinha a questão da exposição da criança através das fotos, sem que haja qualquer proteção à sua imagem e seus direitos. Em seguida, ao dizer “*se tiver algum problema com o cel³⁸ em questão, fale diretamente com ele*”, o major parece situar os militares que debochavam e riam da situação em uma posição inferior, como alguém que está fazendo fofoca e intriga. Com isso, ele gera uma implicatura de que quem faz fofoca ao invés de falar abertamente com o interessado, é alguém que não tem coragem moral o suficiente para dizer as mesmas coisas diretamente ao próprio Coronel Fernando.

Em seguida (Figura 11), o tom de zombaria da conversa parece mudar. O interlocutor afirma que o que foi dito está considerado e que irá repassar as

³⁸ Cel é a abreviação de Coronel.

recomendações a três outros grupos de militares (engenharia, matbel e ssp-pi). Ou seja, temos aqui mais uma evidência de que a foto e a história do Coronel Fernando haviam sido entextualizadas em diversos outros contextos, numa busca frenética por expô-lo na “praça pública” das redes sociais. Isso funciona, nesse cenário de panoptismo virtual, como uma forma de puni-lo por sua homossexualidade.

Cerca de 20 minutos mais tarde (Figuras 12 e 13), o militar, que até então parecia se divertir expondo o coronel, volta ao grupo para entextualizar o resultado da pesquisa realizada sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seguida, um terceiro interlocutor comparece ao grupo para dizer que em nenhum momento a criança foi exposta na interação, a despeito do assunto tratar justamente de sua adoção por um casal gay e suas fotos serem usadas como recursos semióticos para ilustrarem todas as postagens. Por fim, após tudo que foi dito sobre o coronel, após todos os adjetivos pejorativos usados para descrever a família da foto entextualizada, o militar afirma não existir homofobia no grupo. É relevante observar que a viralização ocorreu durante dias, por horas foi discutida pelos membros de cada grupo e foi encaminhada para que diversos outros grupos pudessem fazer o mesmo, mas, ainda assim, a conversa é encerrada com a afirmação de que não há homofobia no grupo.

5.3

Repercussão do caso na imprensa: Um Rio de ódio

Algumas semanas após a viralização de sua história, se sentindo impotente e indignado, conforme relatou na entrevista de pesquisa, o Coronel Fernando procurou uma delegacia de crimes cibernéticos para denunciar os crimes de homofobia dos quais era vítima nas plataformas digitais. Na ocasião em que esteve na delegacia, o militar foi abordado por um jornalista que escrevia uma série de reportagens chamada “*Um Rio de ódio*”. Naquela semana, o repórter buscava histórias de crimes de homofobia e demonstrou interesse pelo caso do Coronel Fernando.

Novamente, a história foi narrada e recontada gerando novos sentidos. E essa narrativa foi outra vez reentextualizada na matéria produzida por repórteres do jornal carioca EXTRA. Além do texto escrito, a matéria se apoia em recursos semióticos que ilustram seu conteúdo, bem como um áudio com falas do entrevistado que pode ser encontrado através do *link*³⁹ da reportagem.



Figura 14

39 As figuras 14, 15, 16 e 17 foram extraídas da matéria original disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/um-rio-de-odio-homossexual-oficial-das-forcas-armadas-denunciou-ataques-de-colegas-militares-21639632.html>

EXTRA denunciou ataques de

NOTÍCIAS ECONOMIA FINANÇAS EMPREGO POLÍCIA



EXTRA

Leia mais

Bruno Alfano, Luã Marinatto, Pedro Zuazo e Rafael Soares

Tamanho do texto **A A A**

Ouça        

Um Rio de ódio: jogador do Madureira foi alvo de racismo após lesionar Gustavo Scarpa, do Fluminense

Na sala do comando, o oficial se sentou no banco à frente do superior hierárquico. Pediu licença e começou a explicar, sem encarar o interlocutor nos olhos, que não poderia comparecer a uma prova importante no currículo militar. Ao fim da explanação, pediu para fazer a segunda chamada. O comandante perguntou o motivo da falta. Envergonhado, respondeu que estava fazendo um curso na área artística e, para se formar, teria que comparecer a um evento justamente na data do exame. Após alguns segundos em silêncio, o superior bufou e, enfim, mandou que o subalterno se retirasse: "Um militar fazendo curso de artes? Onde já se viu..."

Justiça nega pedido de habeas corpus para envolvidos em crime de homofobia

Hoje, duas décadas depois, ele narra a cena com uma expressão tranquila. Mas lembra o quanto sofreu, ao longo de 30 anos de carreira, por ser homossexual: punições sem motivo, conceitos baixos que recebeu mesmo com conduta irrepreensível e perseguições veladas de comandantes.

Figura 15



Figura 16

Foi quando chegou ao topo da hierarquia militar, entretanto, que o oficial foi vítima da agressão mais grave que já sofreu na corporação: este ano, ele denunciou à polícia uma série de ataques homofóbicos feitos na internet por colegas de farda. O registro feito pelo oficial é um dos 201 crimes de ódio ocorridos no estado entre janeiro e junho de 2017, como o EXTRA vem mostrando na série "Um Rio de ódio". Quase metade dos casos têm como motivação a homofobia.

— Nas redes sociais, o preconceito é aflorado porque as pessoas se sentem mais à vontade para falar certas coisas. Mas não aceito. Fiquei muito chateado, me senti impotente. Até agora fico pensando no que fazer para corrigir isso — contou o militar, que pediu para não ser identificado, ao EXTRA.



Nas publicações, colegas de farda usaram expressões depreciativas para atacar a orientação sexual do militar, que mantém um relacionamento de duas décadas. Até o ano passado, o oficial — nascido em família evangélica e filho de pai também militar — não havia assumido a união para a corporação. Só incluiu como dependente o companheiro, que conheceu fora das Forças Armadas, quando chegou ao ápice da carreira:

— Nós tínhamos medo. Ele achava que eu poderia me prejudicar. Mas não tenho problema de dizer que sou gay. Se perguntam, eu confirmo. Digo que tenho companheiro, uma relação estável. Hoje, é algo aberto na minha vida. Me assumi para mim e para as pessoas de quem gosto. Sou feliz, a despeito de preconceito, e constituo uma família como outra qualquer.

Figura 17

Ao longo da matéria, é interessante observar como o jornal Extra parece conferir ao Coronel Fernando o lugar privilegiado do sujeito que fala (FOUCAULT, [1970]1996). Ou seja, o militar, apesar de participar da entrevista anonimamente, escondendo o rosto e tendo a sua voz modificada no áudio da entrevista, retoma o direito de contar sua história. Nos grupos de *WhatsApp*, o discurso do coronel sofre uma interdição no contexto militar devido ao tabu do objeto (FOUCAULT, [1970]1996), pois não se pode falar de qualquer assunto abertamente - no caso, de uma sexualidade não padrão. Ao ter sua história

recontextualizada na matéria jornalística, o oficial retoma o protagonismo e ressignifica sua biografia, dando a ela novos sentidos. Assim dizendo, a reportagem traz um discurso que indexicaliza entendimentos sobre a homossexualidade, que são diferentes daqueles criados nos grupos de militares, entrando na disputa para legitimar sentidos.

Inicialmente, o título da matéria, “Um Rio de ódio: homossexual, oficial das Forças Armadas denunciou ataques de colegas militares”, indexicaliza um sentido de coragem e destemor ao militar - atributos normalmente associados à figura do homem militar heterossexual – através da utilização do verbo “denunciar”. Ao nomear a viralização e os comentários postados no *WhatsApp* como “ataques”, a mídia gera uma implicatura sobre a maneira como devemos entender o ocorrido nos grupos virtuais. A marcação sobre o contexto profissional (Forças Armadas) aponta para um entendimento social de que em tal cultura, esse é um tema delicado, corroborando com as palavras do General Mourão (cf. epígrafe do capítulo 2). Ainda no título, a mídia retira as agressões da ordem do privado e as posiciona na ordem do institucional ao marcar que se trata de um oficial das forças armadas atacado por outros militares. Aqui, a imprensa parece endereçar os discursos e insultos homofóbicos para a corporação e não para um grupo privado e despretensioso. Ou seja, a responsabilidade pelas agressões recai nos ombros das próprias forças armadas.

A matéria é uma grande narrativa que intercala discurso indireto com falas transcritas na forma de discurso direto e avaliações do jornalista. Alguns parágrafos da matéria merecem um foco especial, pois indexicalizam a forma como o fato deve ser entendido nessa nova entextualização.

O texto reenquadra a viralização ocorrida nos grupos de *WhatsApp* como crime de ódio, ou seja, tira da esfera da fofoca, da piada, da conversa casual de amigos e dá outro sentido ao fato - (Foi quando chegou ao topo da hierarquia militar, entretanto, que o oficial foi vítima da agressão mais grave que já sofreu na corporação: este ano, ele denunciou à polícia uma série de ataques homofóbicos feitos na internet por colegas de farda. O registro feito pelo oficial é um dos 201 crimes de ódio ocorridos no estado entre janeiro e junho de 2017, como o EXTRA vem mostrando na série “Um Rio de ódio”. Quase metade dos casos têm como motivação a homofobia.). Na

reportagem, os militares que participavam do grupo de *WhatsApp* são posicionados por essa mídia como perpetradores de um crime, enquanto o Coronel Fernando é percebido como vítima de homofobia – o que vai de encontro à construção identitária que ocorre entre os militares nos grupos virtuais. A mídia em questão, ao afirmar que o oficial foi “vítima da agressão mais grave que já sofreu na corporação”, tira, mais uma vez, o grupo de *WhatsApp* da ordem do privado e informal e o ressignifica como um espaço da “corporação”, atribuindo, dessa forma, a responsabilidade pelos discursos propagados ao próprio Exército Brasileiro.

Ao ser recontextualizada na matéria jornalística, todo o sentido de ironia que os participantes atribuíam à história e à família do Coronel Fernando nos grupos virtuais é desconstruído. Um sentido de moralidade e legalidade é criado nessa nova entextualização. A pessoa do oficial também deixa de ser adjetivada de forma pejorativa, como ocorreu nos grupos de *WhatsApp*, e a posição de “vítima de crimes de ódio” é tornada relevante. Ao projetar o coronel como vítima, a mídia direciona o sentido da história narrada para a dimensão da homofobia, resistindo ao discurso de poder e à vontade de verdade que tenta peremptoriamente interditar a circulação de um discurso de aceitação de homossexuais e famílias homoafetivas no âmbito das Forças Armadas.

No penúltimo parágrafo da matéria (Nas publicações, colegas de farda usaram expressões depreciativas para atacar a orientação sexual do militar, que mantém um relacionamento de duas décadas. Até o ano passado, o oficial — nascido em família evangélica e filho de pai também militar — não havia assumido a união para a corporação. Só incluiu como dependente o companheiro, que conheceu fora das Forças Armadas, quando chegou ao ápice da carreira.), essa mídia retoma a noção de família e afasta os conceitos de ilegitimidade, sexo casual e animalidade atribuídos à relação do militar pelos membros dos grupos virtuais. O relacionamento duradouro “de duas décadas” com o “companheiro” (em oposição à “o caso dele”, “o macho dele”, “esse puto”) é tornado relevante, indexicalizando uma família legítima e estruturada, ao invés de um caso promíscuo. O coronel também é construído por esse jornal como alguém que vem de uma família idealizada (“nascido em família evangélica e filho de pai também militar”), o que dialogicamente parece validar seu caráter e sua condição de adotar e criar uma criança.

Vale ressaltar, ainda, que ao contrário do que ocorreu nos grupos que difamaram o oficial, na reportagem, em nenhum momento a criança foi exposta ou teve sua foto estampada.

Por fim, a matéria é encerrada com uma fala transcrita na forma de discurso direto que confere ao militar o direito privilegiado do sujeito que fala (FOUCAULT, [1970]1996), ou seja, é ele quem pode falar sobre a sua história de vida. (– Nós tínhamos medo. Ele achava que eu poderia me prejudicar. Mas não tenho problema de dizer que sou gay. Se perguntam, eu confirmo. Digo que tenho companheiro, uma relação estável. Hoje, é algo aberto na minha vida. Me assumi para mim e para as pessoas de quem gosto. Sou feliz, a despeito de preconceito, e constituo uma família como outra qualquer.). Aqui, o Coronel Fernando entra no embate discursivo sobre as questões de poder que envolvem a sexualidade, a saída do armário e o conceito de família legítima. O oficial afirma que tem um companheiro (e não um caso, ou um macho), uma relação estável (em oposição à situação animalesca construída nos grupos de *WhatsApp*) e uma família como outra qualquer (o que fortalece o discurso que legitima outras configurações de família além do modelo heteronormativo padrão). As questões sobre a saída do armário também ganham relevo. O oficial afirma que hoje isso é algo aberto e que, embora sofra preconceito, é feliz. Assim, o discurso sobre a saída do armário do militar, que parece ameaçar a vontade de verdade de seus detratores, deixa de sofrer procedimentos de interdição (FOUCAULT, [1970]1996) e ganha um sentido de algo libertador que propicia a felicidade. Ao mesmo tempo, ele parece perceber que seu *coming out* desafia todo uma engrenagem que regula o discurso de heteronormatividade na caserna.

5.4

Dois anos depois: ressignificando a viralização

Em 2019, dois anos após a viralização da adoção do filho do Coronel Fernando, realizei uma entrevista de pesquisa com o intuito de entender como, após um afastamento temporal do que ocorreu, o militar ressignificava e dava sentido à trajetória dos fatos que fazem parte da sua própria história de vida (LINDE, 1993).

Durante a entrevista, que durou cerca de uma hora, conversamos sobre a decisão de sair do armário, a viralização da foto e da história do processo de adoção, o preconceito sofrido no ambiente militar, a intenção de processar os militares envolvidos no linchamento virtual, a entrevista concedida ao jornal Extra e outros assuntos de caráter pessoal. Para fins de análise, alguns trechos mais relevantes foram selecionados, pois, através das histórias contadas em nossa interação, o coronel organiza discursivamente sua experiência de vida e constrói sentidos culturalmente relevantes (BASTOS; BIAR, 2015.). Os excertos⁴⁰ a seguir são pequenas narrativas que compõem a narrativa maior da entrevista de pesquisa. Vale ressaltar que eu e o Coronel Fernando temos uma relação próxima de amizade que extrapola meus interesses de pesquisa, fato que deve ser levado em conta, pois, mesmo não intencionalmente, interfere na forma como analiso os dados gerados e até mesmo no que ele próprio relata na entrevista de pesquisa.

⁴⁰ Os dados foram transcritos por mim seguindo convenções adaptadas da tradição da Análise da Conversa (cf. anexo 4).

Excerto 1: Saída do armário

1.	Flávia	você foi saído muitas vezes - do armário.
2.	Fernando	sim. né?
3.	Flávia	ao longo da sua carreira, tudo que a gente já conversou. você foi saído muitas vezes do armário. mas é... você decidiu, eu, eu vejo dessa forma, não sei se você concorda comigo, você decidiu sair por si só do armário, né, e é... abrir o jogo, foi quando, foi depois da chegada do [nome do filho], não foi?
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.	Fernando	sim. exatamente. porque assim, é... na verdade a gente sabe, né? eu tava até conversando com alguns amigos meus também, né? a gente tem um grupo em comum de pessoas que são gays também e assim... eles têm a mesma experiência e... só muda o local::, as pessoas... mas assim... de uma maneira geral...é... o que que aconteceu assim, eles sabem que eles sofrem gracinhas ou piadas, porque as pessoas se não desconfiam, <u>sabem</u> , entendeu? algumas não têm certeza, mas aí fazem <u>piada</u> , entendeu e eles sabem que tá falando com eles. mas assim... mas não é uma coisa é, então assim... eles têm consciência de que as pessoas sabem ou desconfiam.
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.	Flávia	u-hum
25.	Fernando	entendeu? mas eles não se abrem <abertamente> até porque eles temem as represálias e as consequências pra carreira.
26.		
27.		
28.	Flávia	u-hum
29.	Fernando	né? então eu, >na verdade<, eu já sabia que, assim, que quase todo mundo sabia
30.		
31.	Flávia	u-hum
32.	Fernando	Entendeu? então assim, se eu, se eu já tava no último posto que eu poderia chegar, que era coronel... sabe? e... bom, com toda a carreira que eu tive, com as represálias, enfim... mas eu acabei avançando e tudo isso. e no momento da minha vida que era o mais esperado, que era a chegada do meu filho... eu falei assim "pô, porque que eu não vou, já que todo mundo sabe?" entendeu? ou aqueles que não sabem, desconfiam e não têm certeza... entendeu agora vão ter certeza mesmo porque eu também não devo nada a ninguém. entendeu? eu já tô no último posto, final da carreira, eu não tenho que... sabe? e todo mundo que me conhece profissionalmente sabe que eu sou um excelente profissional... então... sabe? aí,
33.		
34.		
35.		
36.		
37.		
38.		
39.		
40.		
41.		
42.		
43.		
44.		
45.		
46.		

47.		eu decidi realmente abrir e formalizar essa questão porque a partir do momento que eu declaro um filho com um <u>companheiro</u> , aí realmente é uma saída do armário <u>formalizada</u> , né?
51.	Flávia	certo
52.	Fernando	então foi isso que aconteceu.

No excerto 1, o tema sobre saída do armário surge através de um questionamento meu que retoma outras situações nas quais o militar fora vítima de comentários sobre a sua sexualidade no ambiente militar. Ainda no meu turno interacional (você decidiu↑, eu, eu vejo dessa forma, não sei se você concorda comigo, você decidiu sair por si só do armário, né, e é... abrir o jogo, foi quando, foi depois da chegada do [nome do filho], não foi? – linhas 7 a 9) ao invés de perguntar o que levou o coronel a sair do armário, coloco o meu entendimento sobre o assunto e questiono se ele concorda comigo.

O entrevistado responde ao meu questionamento, inicialmente, com duas palavras que mostram que o meu entendimento estava correto (sim. exatamente -linha 10). A seguir, ele segue com uma pequena narrativa encaixada na qual conta a experiência de outros militares que fazem parte de uma espécie de rede de apoio de militares gays e que conversam e trocam experiências entre si. O coronel parece usar essa experiência coletiva para mostrar que ele não é o único que teve dificuldades para sair do armário e enfrentar esse mecanismo cultural de homofobia estrategicamente articulado na caserna para marginalizar militares LGBT. Ele descreve que vários outros colegas passam pela mesma situação, sofrendo piadas, insinuações e situações constrangedoras dentro dos quartéis. Nas linhas 25 a 27 (mas eles não se abrem <abertamente> até porque eles temem as represálias e as consequências pra carreira.), o militar avalia, de maneira encaixada, que a saída do armário pode representar prejuízos à carreira de um militar. Tais enunciados indexicalizam a existência de um dispositivo estruturado a partir de mecanismos de controle e poder, que visam controlar as identidades gays através da punição por comportamento inconveniente. Nessa avaliação, o militar usa uma estratégia discursiva de falar em nome de um coletivo para tratar de uma questão institucional. Assim sendo, ao falar de represálias e consequências, mesmo sem nomear explicitamente

a instituição, ele parece atribuir ao Exército a responsabilidade pelos prejuízos que o militar gay pode ter na carreira ao evidenciar sua sexualidade. Isso porque no fluxo da carreira, as promoções e as transferências dependem, entre outros aspectos, da forma como o militar é avaliado por seus pares e superiores, sem que isso seja feito de forma absolutamente clara e aberta.

Na linha 29, o Coronel Fernando se afasta desse coletivo e volta a narrar a sua própria história, mostrando que o que aconteceu com ele é bastante semelhante à experiência de outros militares que se identificam como homossexuais.

Após minha sinalização de concordância com o que estava sendo dito, a partir da linha 32, o entrevistado descreve a sua própria decisão de sair declaradamente do armário após a adoção de seu filho. Em seguida, contextualiza brevemente a sistemática de homofobia da qual acredita ter sido vítima ao longo de seus anos na Força. Ele afirma que, apesar de tudo, conseguiu chegar ao posto de coronel. E foi justamente nesse momento, que ocorreu a adoção de seu filho. Ao assegurar que não deve nada a ninguém, o militar parece apostar na “visibilidade não apenas para construir e fortalecer o ativismo gay ligado ao reconhecimento de direitos sociais, mas também como sinônimo de vida viável e feliz” (SEFFNER; DUARTE, 2015, p. 69). Por outro lado, é interessante perceber que o fato de estar no último posto da carreira, a pouco tempo de entrar para a reserva remunerada é um elemento de peso na decisão de romper o silêncio sobre sua sexualidade. Não se trata de um desejo de se assumir, mas de uma equação que levou em conta os benefícios que sua família teria em oposição à deterioração de sua imagem na Força; tudo isso em um momento em que ele não tinha mais qualquer expectativa de crescimento na carreira e muito pouco poderia ser feito contra ele em termos profissionais. Assim, desafiar os mecanismos que marginalizam as identidades gays no ecossistema militar parece ser menos complexo quando as oportunidades e a progressão da carreira não estão mais em jogo.

No que concerne ao movimento de atribuir o discurso de homofobia a indivíduos ou à instituição, ao dizer que “todo mundo sabe” (linha 39) e “não devo nada a ninguém” (linha 42), o Coronel Fernando parece falar de pessoas para expressar sua forma de ver como o próprio sistema institucional de silenciamento de identidades gays

funciona. Para o oficial, naquele momento da carreira, já não importava mais se sua sexualidade iria incomodar outros militares que poderiam atuar para prejudicar sua trajetória profissional. Assim, o discurso do militar parece evidenciar que não há exatamente uma separação entre “as pessoas” e “a instituição”. Embora ele não mencione de forma direta o Exército Brasileiro, ele fala de sujeitos que podem prejudicar quem sai do armário, afinal, a instituição é formada pelos indivíduos que dela fazem parte.

A chegada de seu filho parece ser seu ponto de virada (MISHLER,2002), pois é a partir daí que o Coronel decide romper com o silêncio e abrir sua sexualidade no ambiente de trabalho. Ao falar sobre isso, o militar projeta para si uma luz favorável (GOFFMAN,1959) que parece justificar que sua capacidade de trabalho não foi afetada por sua orientação sexual (e todo mundo que me conhece profissionalmente sabe que eu sou um excelente profissional). Com isso, ele constrói para si mesmo uma identidade completamente distinta daquela construída pelos seus detratores nos grupos de *Whatsapp*.

A narrativa presente no excerto 1 termina com a *coda* na linha 52 (então foi isso que aconteceu.), momento em que o coronel encerra o fluxo da história contada.

Exerto 2: Repercussão na interação no ambiente de trabalho

53.	Flávia	no quartel alguém chegou a comentar alguma coisa com você? falar alguma coisa sobre isso? ou ↑não?
54.		
55.	Fernando	não. ninguém falou nada. assim, pessoalmente, vir falar comigo, não. entendeu? mas:: no meu quartel, assim, de uma maneira geral, como as pessoas me conheciam, é... eu não tive problema nenhum com isso e nem ouvi comentários, nem piadinhas... entendeu↑ na diretoria que eu <u>tava</u> . assim, eu sei que talvez, em outros quartéis do (nome do local de trabalho), os quartéis vizinhos, algumas pessoas já começaram a comentar.... ou eu percebia que algumas pessoas me evitavam, por exemplo, na mesa do, do almoço, né?
61.	Flávia	[u-hum]
68.	Fernando	porque ali tem assim, os refeitórios dos coronéis e tal... então, assim, algumas pessoas algumas pessoas evitavam <u>sentar</u> na minha mesa. eu sentia. sabe quando você sente?
72.	Flávia	sim
73.	Fernando	até cara da minha turma, tipo assim, ah, ao invés dele <u>sentar</u> assim com outras pessoas que ele conhece, não. ele <u>sentava</u> em outro local. mas, e eu sentia que era por minha causa, entendeu? você sente assim, né?
78.	Flávia	[mas isso...]
79.	Fernando	não era coisa da minha cabeça não. eu sentia quando a pessoa me <u>evitava</u> , entendeu?
80.		

Num momento posterior de nossa conversa, questionei se alguém chegou a comentar pessoalmente no quartel sobre a viralização do fato (no quartel alguém chegou a comentar alguma coisa com você? falar alguma coisa sobre isso? ou ↑não? – linhas 53 e 54). O entrevistado responde que ninguém comentou nada com ele pessoalmente, mas que sabia que em outros quartéis próximos havia comentários e piadas sobre o ocorrido. O sentido que os termos “piadas” e “comentários” ganham nesse contexto em nada tem a ver com diversão. Aqui, estamos falando de uma ordem de indexicalidade que tenta impor o poder heteronormativo através do deboche e da difamação.

A partir da linha 64, o Coronel Fernando narra os acontecimentos que ocorreram no refeitório dos militares, localizando a homofobia no nível da relação interpessoal e não institucional (ou eu percebia que algumas pessoas me evitavam, por exemplo,

na mesa do, do almoço, né?). A *ação complicadora* ocorre entre as linhas 68-71 e 73-77, quando o entrevistado descreve as situações em que outros militares, inclusive colegas de turma, evitavam sentar-se com ele durante o almoço após a viralização de sua foto e do boato sobre o suposto pedido de licença maternidade. Aqui, parece haver o apagamento da instituição Exército Brasileiro e o foco recai sobre atitudes de pessoas específicas. Nesse trecho de sua narrativa, seu discurso indexicaliza como a coesão social é afetada quando colegas de farda “descobrem” um gay na caserna. Certos indivíduos evitavam sentar-se com ele - essa é uma forma de rejeição que parece confirmar os discursos de que quem tem que afastar o militar gay são os próprios colegas.

Na *coda* (linhas 79 -80), o entrevistado avalia que esse isolamento que sofreu não era algo de sua cabeça, mas uma situação que podia, segundo suas próprias palavras, sentir naquele contexto (não era coisa da minha cabeça não. eu sentia quando a pessoa me evitava, entendeu?). Com isso, ele rejeita a noção de que sua narrativa não estabeleça sentido com a realidade. Ao afastar a possibilidade de “ser coisa de sua cabeça”, o coronel projeta o seu discurso para o território dos discursos válidos e verdadeiros, no campo da razão (FOUCAULT, [1970] 1996). Além disso, ao explicar que as pessoas o evitavam ao se recusarem a sentar com ele na mesma mesa para almoçar, o militar indexicaliza valores homofóbicos e excludentes presentes na caserna. A rejeição física aponta para uma ordem de indexicalidade no nível macro que rejeita a presença de homens gays nos quartéis.

Excerto 3: O que foi diferente dessa vez

81.	Flávia	então, ao longo da sua carreira isso aconteceu várias vezes. o que foi diferente pra você nessa vez pra você?
84.	Fernando	eu acho que é o poder da ...da viralização exatamente da rede social, né, o <u>flávia?</u> o <u>whatsapp</u> , <u>instagram</u> e <u>facebook</u> , as redes sociais e o <u>twitter</u> , né? tem um poder assim <u>muito</u> grande de abrangência, né? e de... <u>de,de</u> replicação, né? então a velocidade é muito rápida. então uma pessoa que, que que tem aquela notícia e quer repassar, ela repassa pra <u>mui::ta</u> gente.
92.	Flávia	u-hum
93.	Fernando	então o crescimento disso aí é exponencial. então em pouco tempo a coisa assim, quando eu vi, tanto que assim, no mesmo dia eu recebi <u>várias</u> é... <u>várias</u> mensagens pelo <u>whatsapp</u> de <u>vários</u> amigos.
98.	Flávia	u-hum
99.	Fernando	e aquilo me assustou um pouco

Antes de comentar o excerto 3, vale lembrar mais uma vez que eu e o Coronel Fernando desenvolvemos uma relação que vai além do *status* entrevistadora/entrevistado, embora tenhamos começado nossa amizade durante uma entrevista de pesquisa há vários anos. Dessa forma, estou bastante familiarizada com as diversas situações nas quais o militar teve sua sexualidade questionada e exposta por outros militares, tendo, inclusive, sido punido por isso algumas vezes. Meu questionamento inicial (então, ao longo da sua carreira isso aconteceu várias vezes. o que foi diferente pra você nessa vez pra você? – linhas 81-83) leva em conta justamente o fato de eu já conhecer a trajetória do militar e outros episódios de preconceito de que fora vítima. Portanto, a nossa amizade é um elemento crucial para a coconstrução do momento social da entrevista.

Para o militar, a diferença nesse processo de viralização e entextualização foi justamente a facilidade oportunizada por ambientes virtuais contemporâneos que aceleram a produção, a expansão e a disputa de certos discursos de poder que visam, através da imposição da vontade de verdade (FOUCAULT, [1970]1996), excluir a aceitação da homossexualidade na caserna. Além disso, as redes sociais criam um contexto extremamente propício para a vigilância de comportamentos nesse panóptico

virtual. As viralizações, no caso do Coronel Fernando e dos outros militares que participaram do estudo, funcionam como uma espécie de punição que visa doutrinar o comportamento de militares que ousam desafiar o dispositivo do armário. O entrevistado cita plataformas tecnológicas (*Facebook, Instagram, WhatsApp e Twitter*) que funcionam como ferramentas que apressam e ampliam a circulação de discursos de homofobia e poder. As redes sociais servem aqui como um espaço onde a polarização ideológica das formas de viver a sexualidade no cenário contemporâneo é marcada. Nesse sentido, Blommaert (2020, p.39, tradução minha) afirma que

desde o início do século 21, vivemos nossa vida social, cultural, política e econômica em um nexo online-offline, no qual ambas as 'zonas' - a online e a offline - não podem mais ser separadas e devem ser vistas como fundidas em uma gama desconcertante de novas práticas online-offline de interação social, troca de conhecimento, aprendizagem, formação de comunidade e trabalho de identidade.

Em outros episódios de discriminação, nos quais o Coronel Fernando esteve envolvido, a dificuldade de espalhar a informação de maneira ultrarrápida se deu pela inexistência da tecnologia empregada atualmente nas redes sociais. O advento de comandos de “compartilhar” afetou profundamente os fluxos de informação em nossa sociedade.

O entrevistado avalia, na *coda* (linha 99), essa velocidade de circulação da informação como algo assustador (e aquilo me assustou um pouco). O militar parece perceber que, nas redes sociais, nossas postagens (por meio das quais optamos por exibir nossas vidas) oportunizam a vigilância e o controle de nossos corpos (FOUCAULT, [1975] 2014). No caso do entrevistado, os vigilantes não apenas observam, mas impõem sua forma de punição e castigo à alma através da exposição e ressignificação de sua história para o maior número de pessoas possível. Além disso, os discursos presentes nos grupos de *WhatsApp* que foram analisados aqui carregam vozes e juízos de valores acomodados e dialogicamente ratificados na cultura militar. Esses discursos constantemente comparecem na luta por imposição da vontade de verdade e servem, de certa forma, como uma maneira de doutrinar corpos e comportamentos que desafiam a ordem de indexicalidade da masculinidade militar heteronormativa.

Exerto 4: Comentários que ferem

100.	Fernando	esses comentários que te deixam mais chateado.
101.		
102.	Flávia	u-hum
103.	Fernando	sabe? porque você vê que tem pessoas que conviviam contigo, como era o caso de vários ali no (nome do quartel), que conviviam contigo e um cara chegou a falar "ah, e pior que eu vejo esse puto", com essas palavras. "eu vejo esse puto todo dia aqui no, no (nome do quartel)", entendeu? falaram "ah, e o macho dele, eu acho que não sei o que também, eu acho que é militar. se não me engano, eu acho que eu conheço ele, assim, assado" então, isso <u>aí</u> que te deixa assim tão revoltado. que as pessoas que te conhecem até pessoalmente, embora não, não assim: é... te conhecem de vista, não pessoalmente, não sabem muito bem da sua vida profissionalmente, mas elas se sentem no, no direito de querer te <u><julgar></u> , entendeu, de acordo com a lente delas
104.		
105.		
106.		
107.		
108.		
109.		
110.		
111.		
112.		
113.		
114.		
115.		
116.		
117.		
118.		
119.		
120.		
121.	Flávia	u-hum
122.	Fernando	de acordo com o prisma delas
123.	Flávia	u-hum
124.	Fernando	então é isso aí que te chateia. porque assim... eu sei que todo mundo já sabia, como eu te falei
125.		
126.		
127.	Flávia	[u-hum]
128.	Fernando	[porque] você não tá preparado pra isso, pra enfrentar o preconceito, né: assim, embora você saiba que ele existe, que tem muita gente preconceituosa, que todo mundo sabe de você, mas você: quando lê aquilo, você não tá preparado pra isso, né? então isso te deixa triste, né? te deixa chateado. então acho que o que mais é... marcou nessa, dessa vez foi exatamente o poder das redes sociais que, assim, é muito mais transformador, né?
129.		
130.		
131.		
132.		
133.		
134.		
135.		
136.		
137.		
138.		
139.	Flávia	u-hum
140.	Fernando	além de ser mais veloz
141.		e tal.

A narrativa transcrita no excerto 4 leva em consideração não apenas a circulação da notícia de que o Coronel Fernando havia adotado um filho com outro homem, mas o modo como os militares participantes dos grupos virtuais disputam os rumos e os sentidos da história em si.

O entrevistado inicia a narrativa com um pequeno *sumário* (esses comentários que te deixam mais chateado. – linhas 100-101) que resume seu posicionamento em relação aos personagens da história, cujo início se dá na linha 103, após eu sinalizar interacionalmente que estou de acordo com o que ele tem a contar (u-hum – linha 102).

No trecho que se estende entre as linhas 103 e 122, com poucas interferências minhas (o que, nesse caso, demonstra que estou de acordo com o que está sendo dito), o Coronel Fernando traz elementos que orientam a narrativa: personagens (pessoas que conviviam contigo) e local (no quartel). Em seguida, o narrador conta efetivamente o que aconteceu (*ação complicadora*) através de uma sequência de ações temporais.

Nas linhas 106 a 112 (e um cara chegou a falar “ah, e pior que eu vejo esse puto”, com essas palavras. “eu vejo esse puto todo dia aqui no, no (nome do quartel)”, entendeu? falaram “ah, e o macho dele, eu acho que não sei o que também, eu acho que é militar. se não me engano, eu acho que eu conheço ele, assim, assado”), o Coronel Fernando menciona comentários depreciativos a seu respeito (que podem ser comprovados pelos *prints* apresentados nas figuras 4, 5 e 6), indexalizando a forma como, dentro da cultura militar, certos companheiros de farda que se identificam como heterossexuais constroem de forma depreciativa as identidades gays. O militar usa a estratégia de diálogo construído (TANNEN, 1989) para reportar a fala de outros personagens da história. Dessa forma, ele estabelece uma diferenciação clara entre a fala de outros militares que o julgavam e a sua própria. Ao lançar mão de uma tentativa de reprodução da fala de outros indivíduos, o Coronel Fernando avalia e mostra suas ideias e seus posicionamentos em relação ao que ocorreu. A reprodução dos termos “puto” e “macho”, utilizados por outros militares para descrever o casal homoafetivo da história, não são usados aqui para qualificar ele mesmo e seu marido, mas para projetar seus colegas de farda como homofóbicos. Essas são palavras fortes, que, no seu contexto original de produção, são utilizadas para julgar e

desacreditar a família do oficial, nos remetendo a uma ordem do discurso sobre masculinidade heteronormativa atravessada pelas relações de poder.

A avaliação negativa encaixada sobre o episódio narrado se dá não apenas através do diálogo construído, mas também pela voz do próprio entrevistado, ao se posicionar como vítima de julgamento (mas elas se sentem no, no direito de querer te <julgar>, entendeu, de acordo com a lente delas – linhas 118-120) e (de acordo com o prisma delas – linha 122). Aqui, a ênfase recai sobre a atitude de pessoas que o difamaram e não sobre o sistema de vontade de verdade imposto por instituições sociais. O militar parece salvaguardar a imagem da instituição e atribuir a culpa a indivíduos específicos.

A partir da linha 124, o narrador suspende o fluxo narrativo e, mais uma vez, avalia os efeitos nocivos do preconceito, da vontade de verdade e do poder de viralização presente nas redes sociais.

Ao mencionar que sabia que todo mundo já sabia (linha 126 em diante), o entrevistado, de certa forma, confirma a presença de um dispositivo que impõe o silêncio sobre a homossexualidade nos quartéis. No seu caso, enquanto houve silêncio, houve apenas uma vigilância, uma observação que visa manter a disciplina. Ao romper essa barreira de contenção, um certo mecanismo de exclusão de discursos homoafetivos foi disparado.

O oficial afirma que por mais que soubesse do preconceito, não estava preparado para o que ocorreu e que se sentiu triste ao ler tudo aquilo. Ou seja, ao ter acesso aos *prints* das conversas, o Coronel Fernando se deparou com palavras e maneiras de se dirigir a ele e seu companheiro que ferem, principalmente, segundo ele, porque eram pessoas que, de certa forma, o conheciam ou trabalhavam próximas a ele. Nessa associação entre o linguístico e o físico, percebe-se que a violência funciona porque há um entendimento cultural dos significados de termos avaliativos como “esse puto”, “o macho dele”, que estão situados dentro de um campo de poder no qual os efeitos performativos das palavras se materializam. É interessante perceber que o Coronel Fernando fala em tristeza, um sentimento de afeto, e não de revolta.

O último trecho selecionado (exerto 5), que veremos a seguir, traz como temática a saída do armário propriamente dita. O entrevistado inicia a narrativa trazendo novamente a rede de apoio de militares gays para mostrar que esse é um tema delicado no contexto militar, conforme afirmou também o General Mourão em sua entrevista.

Embora sair do armário possa facilitar o processo de integração do indivíduo gay à sociedade, é necessário que a pessoa sinta segurança para fazê-lo. Entre os fatores que estão envolvidos na decisão de revelar ou não sua orientação sexual, estão a dinâmica do sujeito, estruturação familiar, aspectos culturais, sociais, dentre outros (DRESCHER, 2014). A narrativa do Coronel Fernando nos indica que o processo de sair do armário e romper o silêncio exige avaliar os impactos que a revelação pode acarretar em sua vida e em suas relações profissionais. Isso porque os militares homossexuais podem vir a lidar com um sistema de controle de corpos, que cria relações de causa e efeito que impactam diretamente suas carreiras. De acordo com o militar, é consenso entre os membros da rede de apoio que esses empecilhos geram uma necessidade de calcular o que, a quem, quando e onde revelar. Essas foram decisões que se estenderam ao longo de sua vida profissional.

Excerto 5: Sair ou não do armário

142.	Fernando	o que, assim, a gente tava comentando no grupo dos militares, ah, de ontem pra hoje, como eu tava te falando. então, o que que muda normalmente assim nessa questão? por exemplo, o eduardo, todo mundo assim (som de palmas), elogiou, né? e de vez em quando ele postava lá:: os jornais que publicavam a notícia
150.	Flávia	hhh é, ele me mandava também hhh
151.	Fernando	vários, né?
152.	Flávia	<u>vários.</u> não, <u>bombou</u>
153.	Fernando	é. só que o que que muda? é... é o momento da carreira, né, sabe? é... o <u>quartel</u> que ele está, se as pessoas já conhecem, entendeu? se ele conhece bem o comandante dele... se é homofóbico ou não... se ele vai querer uma guerra ou não... entendeu? tudo isso conta quando a pessoa vai tomar uma decisão como ele tomou, de, de fazer um texto daqueles, entendeu. porque:: é... o que que o pessoal lá fala, assim... cara, tem gente lá que é sargento novinho. a... a pessoa não tem estabilidade ainda
165.	Flávia	u-hum
166.	Fernando	a pessoa fica com medo, entendeu, flávia?
167.	Flávia	u-hum
168.	Fernando	entendeu? ou ela não tá assim assumida. ele sabe que <u>todo</u> mundo, assim, joga piadinha, "ih, lá vem o fulano. ó. ih, por falar em viado, ó ai ó".
172.	Flávia	é
173.	Fernando	entendeu? então essas coisas assim. mas ele ainda não é assumido. e... assim, >tem muita coisa pela frente<. sabe? é <u>curso</u> , é <u>transferência</u> , é <u>conceito</u> , é uma série de coisas que estão em jogo. você sabe daquela tal da <u>perseguição velada</u> , né?
179.	Flávia	sei
180.	Fernando	mesmo que não seja às claras
181.	Flávia	acontece
182.	Fernando	é o conceito, é o curso que você não consegue fazer, é a transferência que você não, não, não almeja
183.		
184.		

185.	Flávia	u-hum
186.	Fernando	isso tudo vem em forma de, né? de perseguição de uma maneira que você não consegue (inaudível)
187.		
188.		
189.	Flávia	controlar
190.	Fernando	exatamente. e você não consegue provar o que
191.		está acontecendo
192.	Flávia	e você não consegue provar o que está
193.		acontecendo
194.	Flávia	exatamente
195.	Fernando	então, cada um tem um momento na carreira.

Para ilustrar o seu posicionamento sobre a complexidade do *coming out* na caserna, o entrevistado começa sua narrativa tratando do caso do Major Eduardo, que será analisado no capítulo a seguir. Entre as linhas 153 e 161, aspectos como o momento da carreira, a postura de demais militares e do comandante da unidade, assim como a disposição ou não para entrar em um embate (só que o que que muda? é... é o momento da carreira, né, sabe? é... o quartel que ele está, se as pessoas já conhecem, entendeu? se ele conhece bem o comandante dele... se é homofóbico ou não... se ele vai querer uma guerra ou não... entendeu? tudo isso conta quando a pessoa vai tomar uma decisão como ele tomou) são apontados pelo Coronel Fernando como pontos importantes na decisão de um militar de sair ou não do armário. O militar mescla seu posicionamento em relação à instituição e a pessoas, mostrando que além da homofobia, há uma matemática complexa no jogo de poder da norma heterossexista que precisa ser avaliada e calculada antes da decisão de sair do armário abertamente no quartel. Ou seja, há que mensurar os benefícios pessoais e os prejuízos profissionais que irão emergir ao desafiar o sistema de controle das sexualidades.

Na percepção do Coronel Fernando, a estrutura da instituição permite que as pessoas envolvidas na cadeia hierárquica imponham a vontade de verdade da masculinidade heteronormativa, ainda que isso cause prejuízos àqueles que fujam do padrão de sexualidade preconizado. Embora o militar fale de pessoas, ele as projeta para um contexto institucional. Assim, o julgamento que essas pessoas fazem sobre a

homossexualidade sai da ordem do privado e passa para uma ordem institucional. Isso ocorre à medida em que deixa de ser uma questão de opinião e passa a impactar negativamente a vida profissional do militar gay.

As escolhas lexicais pejorativas utilizadas para qualificar militares homossexuais, são ilustradas nas linhas 170 a 171 na forma de diálogo construído (*ih, lá vem o fulano. ó. ih, por falar em viado, ó ai ó.*). Para o entrevistado, essas “piadas”, com adjetivos depreciativos, dialogicamente ratificam a existência da homofobia e da imposição da heteronormatividade nas forças armadas, sempre alicerçadas por vozes que disputam a imposição de uma única possibilidade de viver a sexualidade.

Entre as linhas 168 e 178, o Coronel Fernando enumera algumas formas de “perseguições veladas” (cf. COSTA; BIAR, 2015), das quais os militares que são lidos como gays são vítimas: transferências para lugares indesejados, rebaixamento no conceito durante a avaliação de seu desempenho profissional, perda de cursos importantes para a carreira. Logo após, nas linhas 182-184 (*é o conceito, é o curso que você não consegue fazer, é a transferência que você não, não, não almeja*), ele reforça que tais perseguições são, na verdade, formas de punição para aqueles que são expostos e monitorados num panóptico institucional de vigilância constante.

O entendimento de que essas perseguições veladas ocorrem sem que o militar possa provar o que está acontecendo se dá entre as linhas 186 e 194, quando nós dois, interacionalmente, turno a turno, coconstruímos esse sentido baseado em nossas experiências na caserna.

Por fim, na linha 195, o Coronel Fernando encerra sua narrativa sobre saída do armário falando de um coletivo e de si mesmo (*cada um tem um momento na carreira.*). O militar parece novamente justificar que optou por sair do armário e desafiar o sistema de causa e consequência apenas no final, quando não sofreria mais prejuízos profissionais. Ele realça a ideia já mencionada anteriormente de que, assim como ele, outros militares temem que a revelação gay possa resultar em perseguições veladas e prejuízos ao longo da carreira.

Como consequência do medo de obstruções profissionais, cada um terá o seu momento de sair ou não do armário. Com isso, observamos que o sistema de imposição da vontade de verdade sobre heteronormatividade se dá através da dominação de corpos e comportamentos e não através de leis e regulamentos. Os militares LGBT parecem estar sob constante vigilância, mesmo quando não sabem se estão ou não sendo monitorados. O mecanismo de docilização de indivíduos (FOUCAULT, [1975] 2014), por meio de uma observação constante e inopinada, acontece de forma tácita, sem que a normalidade da rotina na caserna seja abalada.

6

Major Eduardo

O Major Eduardo é militar de carreira, formado na Academia Militar das Agulhas Negras - principal escola de formação de oficiais do Exército Brasileiro. Hoje, com mais de 20 anos de serviço, ele relata que até mais ou menos o ano de 2012, vivia no armário com medo de ser descoberto. Em diversas oportunidades teve sua sexualidade questionada por superiores dentro da caserna, inclusive perante outros oficiais. Por muitos anos negou ser gay com medo de perseguições veladas (COSTA; BIAR, 2015). Em outras ocasiões, foi achincalhado em conversas nos quartéis e em grupos virtuais de militares em plataformas digitais.

Saliento aqui, mais uma vez, que o Major Eduardo é um amigo próximo de muitos anos. Acompanho sua trajetória muito antes de ele ter falado abertamente comigo sobre sua sexualidade. Assim, mais uma vez, toda a análise a seguir, é, de certa forma, atravessada e influenciada pelos laços de afetividade que nos unem. Ainda, toda a análise foi coconstruída com o participante ao longo dos anos da pesquisa. O Major Eduardo teve livre acesso a todos os processos de escrita da tese e, mais especificamente, da análise dos dados apresentados neste capítulo. De tal modo, o militar contribuiu ativamente com valiosas colaborações a partir de suas percepções e experiências.

6.1

A difamação e as questões de poder

Em 2018, o militar formalizou sua união estável com outro homem e apresentou a documentação na Organização Militar em que servia, garantindo, assim, todos os direitos a que um militar casado e seu cônjuge têm direito. Na oportunidade, não houve maiores problemas em seu quartel e o militar afirma ter sido respeitado plenamente por seus superiores hierárquicos. No entanto, a fim de prevenir comentários que visassem macular sua reputação, ao apresentar a certidão de união estável, o major solicitou que a publicação fosse feita em Boletim Reservado. Esse tipo de documento não pode circular

ostensivamente em quartéis, portanto, caso a inclusão de seu companheiro “vazasse” em redes sociais, seria fácil encontrar o responsável pelo fato.

Menos de um ano após a apresentação da certidão de união estável, o oficial postou uma foto com seu companheiro em seu perfil fechado na rede social *Instagram* - disponível apenas para pessoas autorizadas por ele mesmo. A imagem foi copiada por algum de seus seguidores – alguém que, até então, o militar acreditava ser seu amigo. Em seguida, a mesma pessoa acessou a página do Departamento Geral de Pessoal do Exército Brasileiro (DGP) na internet, fez *print* das informações pessoais e profissionais do militar⁴¹ e postou em grupos de *WhatsApp* de militares tanto a foto do perfil do *Instagram* com sua legenda quanto as informações profissionais da página do DGP. Rapidamente, as imagens viralizaram e se espalharam para centenas de outros grupos compostos por militares.

A postagem do militar em seu contexto original na página do *Instagram* é classificada aqui como texto-evento (SILVA, 2014). Ao fazerem *print* do texto-evento multissemiótico (FABRÍCIO, 2017), e postarem em grupos de *WhatsApp*, o que ocorre é o surgimento de textos-suplemento que reentextualizam o texto-evento, indexicalizando, assim, novos significados e valores histórico-culturais atravessados por questões de poder. Como exemplo do que está sendo dito, seguem algumas imagens a que tive acesso. Primeiramente, apresento o texto-evento para, em seguida, exteriorizar como ele foi descontextualizado e recontextualizado em outras dimensões interacionais.

⁴¹ Tais informações não serão aqui apresentadas por questões éticas.



Figura 18 – Texto-evento

O texto-evento apresentado na Figura 18 abala o mecanismo discursivo engendrado nas relações de poder presentes nas instituições militares. Foucault (1970]1996) afirma que as instituições controlam, selecionam, organizam e redistribuem os discursos que devem circular através das ações do cotidiano. No caso, o Major Eduardo rompe com a ordem do discurso vigente ao confrontar a vontade de verdade de que o homem militar deve corresponder ao ideal da masculinidade hegemônica heteronormativa. O militar faz isso se valendo tanto de palavras como de um recurso semiótico que mostra dois corpos que simbolizam afeto e felicidade em uma praia. Seu texto indexicaliza um discurso de amor romântico, felicidade e companheirismo ao lançar mão de expressões como “meu porto seguro”, “me completa”, “me dá mais felicidade” e “te amo”.

De fato, o texto-evento é um *post* cuja projeção metapragmática parece ser a celebração de uma relação de um casal feliz e apaixonado. Algumas pistas de contextualização nos direcionam para a maneira como a postagem pode ser interpretada. O militar fala de uma relação que já dura 6 anos, o que responde, num sentido dialógico

(BAKHTIN, 1979), ao discurso do senso comum de que o gay é essencialmente promíscuo. Outras pistas de contextualização como “meu porto-seguro”, “me dá mais felicidade”, “pessoa que eu admiro”, “me enche de orgulho” e “te amo” reforçam o pertencimento a uma relação estável e romântica. Seria uma postagem trivial se a foto estampasse um casal hétero, mas, por se tratar de uma imagem que contém dois homens, sendo um deles um major do Exército Brasileiro, o texto toma outra conotação no movimento seguinte de entextualização.

Após a postagem, como se verá, o texto-evento é tratado como algo imoral e perigoso por outros militares que o entextualizam em grupos fechados das redes sociais. Tal movimento pluridimensional e dinâmico demora poucos minutos para alcançar sujeitos e espaços diversos graças à comunicação ultrarrápida que a web 2.0 nos proporciona. Esse movimento de deslegitimação traz outra projeção metapragmática que nos orienta para outros sentidos sobre o mesmo *post*. A viralização acelerada tem como objetivo difamar e constranger o Major Eduardo, bem como reestabelecer a ordem do discurso vigente, como veremos nas imagens a seguir.



Figura 19



Figura 20

Na figura 19, um oficial reentextualiza, através do recurso de “encaminhar”, a foto da postagem original do Major Eduardo em um grupo virtual. Vale ressaltar que a mensagem escrita pelo major, enaltecendo o amor em seu *Instagram*, não está presente no texto-suplemento. A mensagem original parece ter sido propositalmente omitida para gerar uma nova implicatura em relação ao sentido que o interlocutor deve atribuir à imagem. O militar que entextualiza o texto-evento apoia-se apenas no recurso semiótico da foto de dois homens se abraçando na praia para projetar uma posição de indignação em relação às masculinidades não heteronormativas. De tal modo, a sexualidade do militar é o elemento responsável para que ele seja construído como um sujeito desacreditável, segundo a teoria de Goffman (1988), nesse contexto virtual e fora dele. Para isso, o militar lança mão de algumas pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982) que nos direcionam para a forma como o texto deve ser entendido nesse reenquadre. Primeiramente, o militar informa que não é obrigado a ver sozinho a imagem de um outro militar abraçado a um homem, o que enquadra a postagem na ordem da fofoca. Logo em seguida, o palavrão “*pqp*” e risadas “*kkkkk*” configuram novas pistas de contextualização que apontam para uma ridicularização da imagem do major. Tais pistas são, na verdade, enunciados avaliativos que reenquadram o texto-evento como algo vexatório e vergonhoso. Por fim, vem a pergunta se o militar é da Arma⁴² de Comunicações – “É das com, né?”. Normalmente, esse questionamento sobre a arma é uma forma de certificar-se que o gay é de outra arma que não a do próprio enunciador. Todos esses enunciados carregam traços do preconceito contra homossexuais culturalmente construídos em nossa sociedade, o que indica que o estigma emerge a partir de uma linguagem de relações e não de atributos de um indivíduo (GOFFMAN, 1988).

Ainda sobre o questionamento “É das com, né?”, explico, com base em todos os anos de etnografia no contexto militar, que durante anos escutei colegas de trabalho comentarem que o Coronel Fernando era o “gay mais famoso” do Exército. Tais episódios

⁴² As Armas são especializações dentro da carreira militar combatente. As Armas dividem-se em dois grupos: as Armas-Base (Infantaria e Cavalaria) e as Armas de Apoio ao Combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações).

me levam a concluir que o fato de o Coronel ser militar da arma de Comunicações é o motivo do questionamento. Ou seja, seria algo silogístico como “se é gay, deve ser de Comunicações”.

Na figura 20, dentro da dinâmica de fluxos virtuais dos textos, a mensagem da figura 19 é repassada (entextualizada novamente) para outro grupo, no qual os interlocutores reforçam o preconceito a partir de novas pistas de contextualização que enquadram a foto na chave do deboche, como o comentário “kkkk” e a figura de um homem tampando o rosto com a mão, indicando vergonha (赧). A pergunta “ainda tá no EB?” parece ter um tom de indignação, indicando o avesso do que é dito (BAKHTIN, 1979), algo como “o EB não é lugar para homossexuais”. Em minha pesquisa anterior (COSTA, 2015), vários participantes relataram que na AMAN, por diversas vezes, escutaram um discurso excludente amplamente divulgado que atribuía aos próprios colegas de turma a responsabilidade por expulsar “os viados” da escola. Voltando para a pergunta (“ainda tá no EB?”), o advérbio “ainda”, parece transparecer o tom de indignação pelo fato de o militar ter conseguido prosseguir na carreira sendo homossexual, indexicalizando a surpresa do enunciador pelo fato do Major Eduardo não ter sido expulso do Exército por ser gay. Em seguida, o comentário “Só se for no Exército das Bichonas” projeta metapragmaticamente o texto-evento como algo vexativo e ridículo. E como bem aponta Bakhtin, o enunciado “Exército das Bichonas” nos mostra o seu avesso, “Exército dos Machos”, local onde, segundo os participantes da conversa, tal conduta não é bem-aceita. Os comentários e o emoji (赧) indexicalizam a concepção de que um militar gay é motivo de vergonha para os demais.

Os *prints* apresentados nas figuras 19 e 20 exibem discursos que tentam controlar a saída do armário do Major Eduardo através da exposição. Os membros do grupo parecem conceber o discurso de aceitação da união entre os dois homens da foto como algo que deve ser combatido por ser desordenado e perigoso. O que os participantes do grupo fazem, embora possa parecer uma simples brincadeira, indica a vontade de ordenar e silenciar um discurso de homoafetividade entre militares. Para eles, tal discurso é tido como inoportuno, desapropriado e inconveniente. Se entendermos que o discurso nos subjetiva e faz com que sejamos e atuemos de determinadas formas, o controle sobre o

discurso nada mais é do que um controle sobre o que podemos ser e podemos fazer. Conforme mencionado no capítulo 3, segundo Foucault ([1970]1996), toda sociedade possui procedimentos que têm por finalidade conjurar os poderes e perigos do discurso. Ou seja, no caso do Major Eduardo, os discursos presentes nos textos-suplemento são estratégias que visam interditar e rarefazer o discurso de aceitação da homoafetividade na caserna.

Como já se disse, o enunciado “Só se for no Exército das Bichonas” reflete seu avesso (BAKHTIN, 1979), isto é, “Não há espaço para homossexuais no Exército Brasileiro”. Com base nesses discursos, entende-se que a assimilação da presença de gays no contexto militar não está acontecendo rigorosamente da forma natural como o General Villas Boas relata em sua entrevista no programa do Bial. Isso pode ser explicado por Lionço & Diniz (2008, p. 317), ao afirmarem que

a suposição da naturalidade da heterossexualidade como fundamento do laço afetivo e sexual restringe a possibilidade do reconhecimento de famílias constituídas por parceiros do mesmo sexo, bem como inferioriza o envolvimento amoroso entre pessoas do mesmo sexo ao status do não-legítimo, do estranho, do *outro*.

O que se percebe, através dos discursos que emergem nos grupos de *WhatsApp* aqui mostrados, é uma resistência por parte de membros da força em relação à aceitação institucional imposta pela legislação. Em outras palavras, embora tenha havido uma mudança de postura da instituição por força da lei, a cultura enraizada no discurso de diversos integrantes do Exército Brasileiro parece não ter sofrido qualquer alteração.

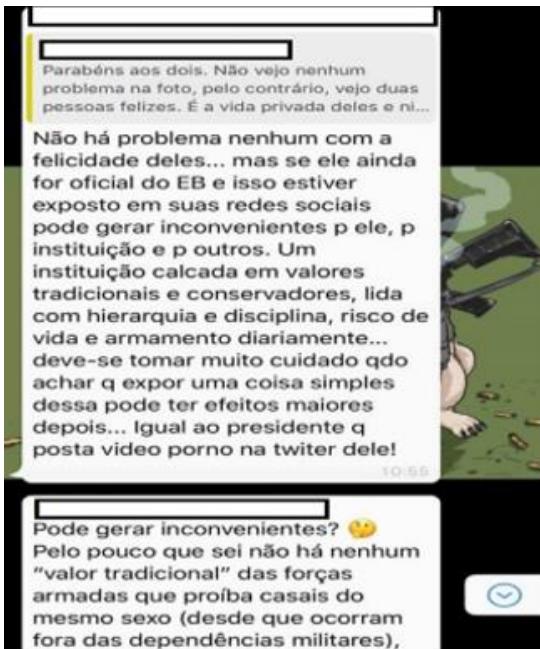


Figura 21

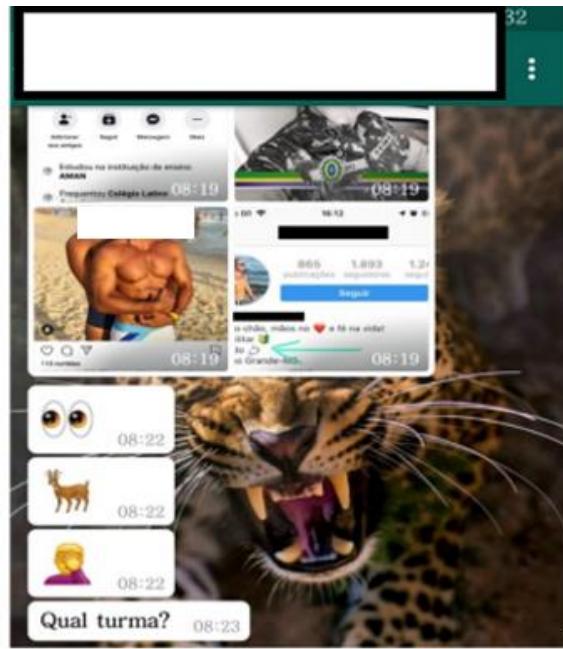


Figura 22

Na figura 21, vemos uma resposta a um comentário anterior feito por algum militar do grupo. Na postagem, contrariando a vontade de verdade de outros interactantes e se alinhando ao discurso de naturalização do General Villas Boas, o militar afirma que o major tem o direito de viver sua vida como quiser. A aprovação deste militar pode ser observada através de alguns enunciados como “parabéns aos dois”, “não vejo nenhum problema” e “vejo duas pessoas felizes”, que indexicalizam concordância com a união homoafetiva exposta. Tais enunciados afrontam a vontade de verdade da maioria dos participantes do grupo e reenquadram a foto dentro do seu sentido de amor originalmente projetado.

É importante destacar que Foucault explica que não podemos falar de tudo, e dentro dos grandes tabus sociais está a questão da sexualidade. No contexto militar, a aceitação da homossexualidade e a saída do armário fazem parte do rol dos assuntos que não devem ser trazidos à tona. Em resposta à mensagem de aceitação anterior, outro militar se apoia na concepção de que o Exército é uma instituição calcada em valores tradicionais e conservadores para afirmar que, ao expor a sua vida íntima homossexual, o oficial causa constrangimentos não apenas para a sua imagem, mas para a da instituição como um todo. Nesse caso, o interlocutor usa como estratégia discursiva a própria

instituição Exército Brasileiro para justificar seu discurso de preconceito e rejeição. O que se observa é um apagamento do sujeito que fala e uma personificação da instituição Exército Brasileiro como “alguém” que sofrerá as consequências de ser exposta por um militar homossexual. Ou seja, nessa breve interação, observamos uma disputa de poder (via disputa de discursos), um embate que objetiva criar uma vontade de verdade para o assunto em pauta. O militar que defende os valores conservadores da instituição tenta, ao mesmo tempo, obstruir o discurso de aceitação de homossexuais nas forças armadas, e essa interdição está ligada ao exercício do poder, às ideologias que querem afirmar a heteronormatividade como vontade de verdade. Sem qualquer argumento sólido – além de seu próprio preconceito – o interlocutor assegura que o major deve permanecer no armário, a fim de evitar consequências piores. Isso nos mostra o interesse em controlar e silenciar a circulação do discurso de acolhimento das diversas formas de viver a sexualidade. Existe aqui uma concepção de masculinidade hegemônica calcada em ditos valores tradicionais e conservadores, que tenta impor a heterossexualidade a todos os militares do Exército Brasileiro. Mais uma vez, alguns enunciados avaliativos (“se for oficial do EB e isso estiver exposto em suas redes sociais pode gerar inconvenientes para ele, para instituição e para outros”) funcionam como uma maneira de indexicalizar que a saída do armário de um militar deve ser combatida não apenas pela questão pessoal, mas para proteger a boa imagem da instituição.

Por último, ainda na figura 21, o interlocutor discorda do que foi dito no enunciado anterior através do questionamento “pode gerar inconvenientes?” e do recurso semiótico de um *emoji* de uma carinha intrigada (🤔). A vontade de verdade imposta na interação anterior é desafiada no embate discursivo. O militar interactante menciona que os defendidos valores tradicionais da instituição, que, em tese, proibiriam a presença de homossexuais na força, não existem na verdade.

Por fim, na figura 22, entextualizações de fotos e informações do militar retiradas de seu perfil em redes sociais na forma de *prints* são enviados para outro grupo. As imagens são acompanhadas de desenhos (*emojis*) de olhos vigilantes (👀), de um veado (🦌), de um rapaz envergonhado (赧) e, finalmente, da pergunta “qual turma?”. O envio de *prints* de fotos da vida pessoal do Major Eduardo para os vigias de plantão do

grupo virtual, que no caso funciona como um grande panóptico contemporâneo, fornece pistas de práticas recorrentes que são desencadeadas cada vez que um militar sai do armário ou tem sua (homo)sexualidade descoberta. Além disso, há um sentido intrínseco atribuído socialmente aos *emojis* de olhos vigilantes (👀) associados ao veado (🦌) e à vergonha (🙈). Esses *emojis* funcionam como pistas de contextualização que indexicalizam a projeção metapragmática de reprovação e vergonha atribuída ao caso do Major Eduardo pelo militar que dispara a informação.

Com o avanço das tecnologias digitais, não foram poucos os casos de militares ridicularizados e expostos na praça pública das plataformas virtuais no intuito de mostrar que quem ousa sair do armário será desmoralizado perante todo o Exército. No caso em questão, os recursos interacionais de compartilhamento de informações presentes nas redes sociais aceleraram consideravelmente a velocidade com que o texto viajou para diferentes contextos. Rapidamente, a foto do Major foi descontextualizada, recontextualizada e ressignificada em diferentes grupos virtuais. Isto é, o texto-evento, que era uma postagem íntima, para amigos, de celebração de uma relação amorosa, ao ser entextualizado em postagens de grupos de pessoas que ocupam o mesmo espaço institucional, é avaliado negativamente como algo desonroso que está em desacordo com os valores morais do Exército Brasileiro e com as expectativas culturais sobre quem pode ou não ocupar esse espaço.

Nas figuras apresentadas, como mencionei anteriormente, cada movimento de entextualização do texto-evento mantém a imagem como recurso semiótico e apaga o discurso de amor e companheirismo. A foto, que no texto-evento ilustra a felicidade, é ressignificada nos textos-suplemento como algo que representa a imoralidade, a sujeira e a vergonha. Vemos, assim, que no percurso da viagem textual, novos significados são criados, mostrando que a entextualização não é um ventriloquismo trivial, mas um exercício de poder, de dominação e de transformação.

O “machismo milenar”, descrito pelo apresentador Bial na epígrafe do capítulo 1, que vem sendo dialogicamente construído nas organizações militares ao longo de sua história, pode ser observado nessas capturas de tela. Através do conceito de dialogismo,

percebe-se que os discursos de preconceito homofóbico presentes no cotidiano militar carregam marcas históricas e concepções culturais da heteronormatividade.

Ao dizer que o Exército Brasileiro é uma instituição calcada em valores tradicionais e conservadores, o que está sendo dito é que homossexuais são pessoas que violam a ética e os bons costumes preservados pelas Forças Armadas. Quando alguém diz que o major está no “Exército das Bichonas”, este enunciado está carregado de julgamentos e valores sociais negativos. Nesse sentido, a experiência do Major Eduardo exemplifica como os militares, que não sistematizam comportamentos considerados adequados dentro de uma perspectiva heteronormativa convencionalmente aceita, terminam, muitas vezes, sendo ridicularizados, menosprezados, marginalizados por colegas de farda. Na trajetória textual da imagem do Major Eduardo, é possível perceber momentos específicos nos quais o estigma de ser uma pessoa desacreditável emerge nas interações a partir da recontextualização e ressignificação da imagem de seu texto-evento. Ou seja, não são as características do Major Eduardo que o estigmatizam, mas a maneira como outros militares se apoiam em formações discursivas que promovem a intolerância a homossexuais. Os personagens buscam taxativamente criar mecanismos para disciplinar o comportamento divergente do militar difamado.

Considerando o que foi dito até aqui, ressalto que Lionço & Diniz (2008, p. 317), apoiadas na teoria foucaultiana, afirmam que “a determinação da verdade do sexo é uma construção histórica e, portanto, relativa, estando a serviço do estabelecimento de relações de poder sobre os corpos e da regulação dos prazeres e costumes”.

As figuras 19 a 22 carregam discursos que refletem concepções histórico-culturais sobre a homofobia na caserna. O simples fato de alguém entextualizar a foto do texto-evento para os grupos virtuais já é um indicativo de que ainda há interesse em forçar as portas do armário de outros militares como forma de regular os comportamentos sociais. Há uma disputa de sentidos da foto que é construída a cada deslocamento e recontextualização. Com base nos conceitos de dialogismos e ordem de indexicalidade, percebe-se que não se trata de uma brincadeira de redes sociais, como muitos poderiam afirmar, mas de um jogo de poder que busca colocar o militar homossexual em posição de inferioridade e de marginalização. As entextualizações do texto-evento objetivam

controlar a circulação do discurso de liberdade sexual e estabelecer a heteronormatividade como vontade de verdade da sociedade militar. Portanto, uma simples noção de preconceito por si só não explica a desmoralização da reputação do Major Eduardo nas redes sociais. O que está por trás é um jogo de poder vinculado às ideologias que querem afirmar o verdadeiro em determinado momento e contexto histórico. A homofobia é exatamente o exercício desse jogo de poder.

6.2

Resistência e desestabilização de verdades

O caso do Major Eduardo não foi diferente de dezenas de outros militares expostos e vilipendiados em grupos virtuais. O que seu episódio traz de novo é o fato de o oficial ter decidido se posicionar abertamente sobre a violência simbólica sofrida através de um texto postado em sua página no *Facebook*. Até então, o que sempre ocorria em casos semelhantes era o silêncio. A resposta do militar tomou uma proporção gigantesca; muito maior do que ele mesmo imaginava. Com cerca de 85 mil visualizações e milhares de compartilhamentos, sua postagem foi assunto de mais de 50 jornais, blogs e revistas do país inteiro. Tais números referentes à trajetória de seu texto-evento são indicativos de que tanto a homossexualidade quanto a homofobia nos quartéis ainda são assuntos tratados como tabu e causadores de grande repercussão. Ao responder publicamente aos ataques sofridos nas redes sociais, o major recontextualiza seu texto-evento e entextualiza os discursos que circularam nos textos-suplemento. O militar enfrenta a vontade de verdade dos colegas que tentam destruir sua reputação e interditar sua liberdade de externar sua sexualidade através do discurso. O Major Eduardo, na narrativa que segue, entra discursivamente na disputa sobre os mecanismos que tentam controlar, selecionar, organizar e redistribuir os discursos sobre sexualidade na caserna.

Passo agora para a análise do texto extraído da postagem aberta no *Facebook*, no dia 12 de março de 2019, do Major Eduardo, na qual ele se posiciona em relação à difamação, ao Exército Brasileiro e à sua decisão de sair do armário. É interessante perceber como o militar recontextualiza seu texto-evento e os textos-suplemento em um

novo texto com caráter de resistência. O texto em resposta à difamação, por sua vez, sofreu novas ressignificações ao ser deslocado para blogs, páginas virtuais, jornais e revistas de grande circulação nacional, conforme veremos mais adiante na análise.

Há poucos dias postei uma foto com meu companheiro para comemorar 6 anos de relacionamento, foto tirada durante nossas férias numa praia do Rio de Janeiro. Postei em meu perfil privado do instagram, pois estava num momento de muita felicidade e realização e achei por bem externar essa felicidade. Em rede social nada é privado, em poucos momentos depois um dos então “amigos” do Exército Brasileiro, que estava em minha rede, logo deu um print da postagem privada e divulgou em um grupo de mensagens e daí em diante viralizou a imagem por outros grupos, formados na maioria por militares, particularmente Oficiais do Exército Brasileiro.

Até então eu não estava dando importância, pois aos companheiros de farda que não sabem e que também não lhe diz respeito, sou casado com outro homem desde 2018 e declarei isso no atual quartel onde sirvo no mesmo dia que assinei o documento no cartório. Na época o assunto foi tratado naturalmente sem alarde, sem espanto e sem absurdos. Segui minha vida de casado normalmente, como sempre vivi e vivo, sem nada a esconder. Desculpe se te poupei da “novidade”.

Alerta, grande euforia foi causada por militares que jamais imaginavam que um Oficial de Carreira do Exército pudesse assumir sua homossexualidade, ser feliz e realizado no trabalho. Isso foi um soco no estômago dos porcos homofóbicos que nos rodeiam e nos sondam muitas vezes anonimamente, inconformados com a felicidade alheia. Gay? Bicha? Vamos espalhar ao máximo essa foto para fazer com que ele morra de vergonha, ou vamos lacrar no grupo do WhatsApp da turma colocando essa foto bombástica de um Major do Exército sendo abraçado por seu marido. Que choque, não é? Uma pena meu querido e infeliz colega de trabalho, você chegou atrasado, sua novidade é tão velha e antiga quanto sua evolução como ser humano, como pessoa... mas calma ainda dá tempo de você melhorar! Até os últimos momentos de vida podemos nos redimir, vai ser apenas lamentável você esperar até o leito de morte para perceber o quanto da sua vida você perdeu preso a conceitos e preconceitos que em nada vão acrescentar em sua existência. Reflita, ainda há tempo.

Aos Danieis, Ronaldos, Eduardos e outros nomes que seguem na lista dos que estão divulgando minha fotografia, meu muito obrigado, obrigado por mostrarem as outras pessoas o seu desejo reprimido, sua inveja magoada por minha felicidade e toda a sua pobreza de espírito. Infelizmente ser livre e ser feliz tem seu preço e talvez a coragem e a honestidade que me é exigida

por essa liberdade jamais será conseguida por suas almas miseráveis, sinceramente, eu desejo que vocês consigam, se não for nesta que seja na próxima encarnação. É preciso ser muito homem para isso. Talvez você nunca saberá. Vamos aos grupos, a diversão é válida, o humor, o entretenimento, o crescimento do supérfluo... mas querer disseminar o ódio meu amigo? É sério? Com tanta violência e tragédias que já temos que enfrentar ainda temos que administrar nosso convívio com esses espíritos menores que adoram se alimentar do que há de ruim no mundo. Que sentem prazer quando outra pessoa é posta em situação de humilhação e constrangimento. Se isso é que te dá felicidade eu tenho pena da sua alma. No meu dia a dia convivo harmoniosamente com meus colegas de trabalho, o meio militar tem seus preceitos, suas normas e regulamentos, e o Exército Brasileiro tem evoluído junto com a sociedade. Isso é bom, só que muitos militares ficam inconformados com a evolução, com a mudança de pensamento e com o medo de despertar para seus desejos proibidos que até então sempre estiveram inertes e acorrentados em suas mentes reprimidas, exalando homofobia e preconceito. Nesse caso você tem a minha pena. As portas da liberdade foram abertas e é lógico que os primeiros que ousarem atravessar essa trincheira sentirão as sequelas das línguas afiadas, dos olhos que fuzilam o diferente, do medo de não poder mais ser igual. Estou pagando o preço de ser livre, estou cumprindo meu papel, não escondo e muito menos me arrependo, é meu o caminho que percorro, colho os louros e as derrotas que são minhas e mais de ninguém e a minha felicidade jamais será submetida à nenhuma aprovação. Tenha coragem para ser feliz, pois sua covardia é tamanha que ao dar print da tela escondeu até seu nome de usuário. Coisa de macho! Nem parece que passamos pela mesma honrosa Academia Militar das Agulhas Negras onde esconder-se no anonimato era um dos atos mais vergonhosos.

E a você meu caro disseminador de ódio, nunca se esqueça que aqui se planta e aqui se colhe, continue a espalhar a desunião entre as pessoas, continue e semear a raiva e a violência que mais cedo ou mais tarde você terá seu pagamento. Chega a ser cômico e lamentável que um Oficial do Exército perde seu tempo precioso para espalhar que fulano e que ciclano são gays. Um homem adulto, com esposa, filhos, preocupado com outro homem? Que coisa mais estranha, não é? Vai se preocupar com o que seu filho está aprendendo na escola, com a felicidade da sua esposa, com a realização da sua família, não perde seu tempo precioso comigo, não vale a pena, já sou casado e feliz, tenho uma linda família que amo e sou muito amado!

Amo meu Exército Brasileiro, sou realizado e agradecido pela carreira que abracei. O Exército é um lugar de pessoas honradas, acho que você deveria repensar se está no lugar certo. Como disse anteriormente, as Forças Armadas estão cada vez mais evoluídas perante a sociedade, esse seu pensamento retrógrado só vai te trazer frustração e amargura, liberte-se, permita-se ser feliz.

Use sua alma de moleque nos momentos de diversão, em descontração com amigos onde a gente sente falta de ser moleque, não use em atitudes que causam vergonha e olhares de lástima, pois quando se é moleque não temos ainda a noção do que é ser homem.

A foto abaixo é que foi copiada e está circulando pelos grupos.⁴³

O texto acima, embora não provenha de dados orais, como preconiza originalmente a teoria laboviana (1972), pode ser entendido como uma narrativa não canônica. Vale ressaltar que, na atualidade, as redes sociais são uma forma bastante comum que usamos para contar histórias, criar inteligibilidades sobre a vida social e sobre nós mesmos. Por esse motivo, pego aqui emprestada a teoria de Labov e os movimentos retóricos por ele descritos com o intuito de entender como o militar organiza sua experiência e constrói sentidos culturalmente relevantes (BASTOS; BIAR, 2015).

No primeiro parágrafo, o militar faz um *sumário*, ou seja, uma espécie de resumo da história. Ele anuncia o assunto e a razão pela qual a história é contada, isto é, seu ponto – a difamação, em ambientes virtuais ocupados por militares, por conta de sua sexualidade. Ainda no mesmo parágrafo, o major oferece algumas *orientações* a respeito do episódio de discriminação sofrido: identifica personagens (ele mesmo e outros militares do Exército), local (redes sociais virtuais), tempo (há poucos dias) e atividades narradas (“...deu print da postagem privada e divulgou em um grupo de mensagens e daí em diante viralizou a imagem por outros grupos”). Todas essas orientações, que entextualizam os discursos anteriores de difamação, são necessárias para contextualizar a sequência de eventos.

Ainda no mesmo parágrafo e no seguinte, o major segue com a *ação complicadora* usando orações narrativas dispostas em sequência temporal, a partir das quais ele conta o que efetivamente aconteceu desde seu casamento em 2018, a apresentação de sua documentação no trabalho, o tratamento recebido no quartel na época e a viralização de sua foto em grupos de *WhatsApp*.

⁴³ A imagem foi suprimida aqui por ser a mesma do texto-evento.

A *avaliação* ocorre ao longo do texto, de forma encaixada, com a inserção de adjetivos e outros meios expressivos que qualificam as atitudes e os outros militares que o difamaram (“porcos homofóbicos”, “inconformados com a felicidade alheia”, “infeliz colega de trabalho”, “disseminador de ódio”, “sua novidade é tão velha e antiga quando sua evolução como ser humano”). Todas essas expressões adjetivas sinalizam para o leitor do texto como esses acontecimentos e personagens são percebidos pelo narrador. Ou seja, nesse momento, o militar desloca novamente os discursos de difamação para seu texto e os ressignifica negativamente através de adjetivações de desaprovação e revolta.

Ao longo do texto, é possível perceber que o narrador constrói uma rede de apoio entre ele e a instituição Exército Brasileiro (“...o assunto foi tratado naturalmente sem alarde, sem espanto e sem absurdos.”). É interessante observar como ele descreve os outros militares que o difamaram como tropa inimiga na história narrada. Ao mesmo tempo em que ele descreve o Exército Brasileiro como um espaço aberto, evoluído e receptivo às demandas sociais (“o Exército Brasileiro tem evoluído com a sociedade”, “honrosa Academia Militar das Agulhas Negras”), avalia certas pessoas nomeadas por ele (“Danieis, Ronaldos, Eduardos e outros nomes que seguem na lista...”, “e a você meu caro disseminador de ódio”) como vilões. A homofobia é bastante pontual na história narrada - há um “você” a quem ele se dirige diversas vezes. Essa marca de pessoa “você” afasta o Exército Brasileiro, enquanto instituição, da culpa moral. Ou seja, ele se dirige a integrantes da instituição e leva o evento da homofobia a um local específico. Nesse sentido, o movimento do Major Eduardo é oposto ao dos seus detratores, que por sua vez trazem (especialmente na Figura 21) a instituição para seus discursos a fim de justificar seu preconceito.

De acordo com Goffman (1959), buscamos sempre nos posicionarmos sob uma luz favorável, e o major faz isso muito bem ao quebrar as expectativas dialogicamente construídas ao longo dos anos sobre ideal de masculinidade na caserna. Apesar do tal “machismo milenar”, que tenta excluir das fileiras das Forças Armadas militares homossexuais, o oficial se coloca sob uma luz favorável ao demonstrar as dificuldades que enfrenta para ser feliz e estar na posição que atualmente ocupa (“estou pagando o

preço de ser livre”). O Exército Brasileiro também é construído sob uma luz favorável (“o meio militar tem seus preceitos, suas normas e regulamentos, e o Exército Brasileiro tem evoluído junto com a sociedade.”), enquanto seus opositores carregam diversos adjetivos que os remetem a uma situação de inferioridade. Em certo ponto, ao mencionar que quem fez o *print* da foto escondeu seu nome de usuário, o major faz uma ironia que dialoga com o discurso da identidade masculina (“Coisa de macho!”), pois no imaginário popular, homem macho não faz fofoca e não se acovarda com seus atos.

Cabe observar que a postagem é um texto público, que foi publicado de forma irrestrita no *Facebook*, estando, portanto, disponível para monitoramentos e julgamentos, dentro da concepção de panoptismo virtual. Considerando as relações de poder que envolvem o próprio narrador (Major Eduardo) e o Exército Brasileiro, percebe-se que há um cuidado discursivo na construção da força armada a fim de salvar a face⁴⁴ da instituição militar.

Como em narrativas de histórias de guerras, percebemos a presença da tropa amiga e da inimiga. O *resultado* da narrativa é uma retomada de uma narrativa canônica de saída do armário (CABRAL FILHO, 2019), cujo desfecho é o sucesso do major, descrito como uma pessoa feliz com seu *outing* e com sua profissão (“a minha felicidade jamais será submetida à nenhuma aprovação”, “as Forças Armadas estão cada vez mais evoluídas perante a sociedade”, “já sou casado e feliz, tenho uma linda família que amo e sou muito amado”). Por outro lado, os opositores seriam a própria tropa inimiga, que sai derrotada do combate (“aqui se planta, aqui se colhe”, “mais cedo ou mais tarde você terá seu pagamento”). Tal interpretação também apresenta como suporte a foto que estampa o texto: duas pessoas felizes, sorrindo e demonstrando afeto em uma praia num lindo dia de sol.

44 O termo “Face”, estabelecido no final da década de 1960 pelo sociólogo americano Erving Goffman, diz respeito a uma imagem do *self* que depende tanto das regras e valores de uma determinada sociedade quanto da situação em que a interação social está inserida. Assim, espelha a forma como uma pessoa quer ser percebida pelos outros em seu espaço circundante. Salvar a própria face depende de um trabalho mútuo na interação entre remetente e destinatário (COSTA; BIAR, 2015).

Ainda nesse contexto, o militar rompe com o ideal da masculinidade hegemônica e reivindica para si um espaço de respeito e aceitação por ser um bom profissional e um homem maduro com posicionamentos firmes, enquanto seus irmãos de farda, que teoricamente preencheriam os pré-requisitos de força e masculinidade necessários para a carreira militar, são construídos como covardes, mesquinhos, fofoqueiros, sujeitos de almas miseráveis e moleques (“É preciso ser muito homem para isso. Talvez você nunca saberá.”). Aqui, a dicotomia “homem x gay” (na qual o Major Eduardo, o gay, é posicionado no polo negativo), utilizada nos grupos de *WhatsApp*, é substituída pelo par “homem x moleque” (o Major Eduardo ocupa o polo positivo e seus detratores, o negativo).

Por fim, a *coda* ocorre no último parágrafo, quando o major avalia os efeitos da história – embora tenham tentado desmoralizá-lo, ele é uma pessoa feliz, lutadora e honrada – e retoma o tempo presente (“Amo meu Exército Brasileiro, sou realizado e agradecido pela carreira que abracei. O Exército é um lugar de pessoas honradas, acho que você deveria repensar se está no lugar certo.”, “as Forças Armadas estão cada vez mais evoluídas perante a sociedade”, “liberte-se, permita-se ser feliz.”, “quando se é moleque não temos ainda a noção do que é ser homem”). Todos esses enunciados indexicalizam uma nova projeção metapragmática que tenta reenquadrar o texto-evento como algo legítimo e bonito, como seria a postagem de amor de qualquer casal hétero que estivesse completando seis anos juntos. Ao mesmo tempo, o Exército é qualificado como uma instituição evoluída perante a sociedade, o que sugere um desacordo com a afirmação de um dos ofensores sobre o Exército ser instituição de valores tradicionais e conservadores.

Embora a narrativa do Major Eduardo seja um discurso de resistência, que visa combater o discurso de homofobia que ele mesmo enfrenta, ao posicionar a instituição Exército Brasileiro sob uma luz favorável, o militar também tira a homofobia da ordem institucional e privatiza o discurso de preconceito. Trata-se de um ato de fala complexo, pois ao mesmo tempo em que resiste ao discurso que oprime os gays, o militar adere a uma visão de homofobia particular. Ou seja, ele trata a homofobia como algo que pertence à ordem das relações pessoais, e não à ordem da estruturação social. Isso nos mostra que

o discurso da homofobia é tão forte que mesmo na resistência, ainda é difícil reagir aos discursos estruturantes que advém da vontade de verdade das instituições.

Em sua narrativa, o militar expõe o perigo que sua saída do armário representa para outros membros da instituição, que tentam manter a heterossexualidade como ordem de indexicalidade nas Forças Armadas. O perigo do discurso do Major Eduardo reside justamente no combate à vontade de verdade de que apenas o discurso conservador heteronormativo pode circular. Os dados apresentados nos mostram como os discursos sobre a sexualidade são controlados pelas instituições sociais, que, por sua vez, vão garantir o poder de definir em que lugar e como eles podem ser ditos ou circulados. Além disso, os dados parecem indicar como alguns indivíduos se projetam como verdadeiros guardiões da instituição.

6.3

Alternância no direito privilegiado de quem fala

Ainda dentro do movimento de descontextualização – entextualização-recontextualização, a postagem do Major Eduardo em resposta à difamação sofrida também toma novos sentidos ao ser entextualizada em diversos jornais, blogs e revistas, conforme veremos nas figuras a seguir.

No fluxo dinâmico das trajetórias textuais, é possível observar que o Major Eduardo retoma o que Foucault ([1970] 1996) vai chamar de direito privilegiado do sujeito que fala. Na mídia, local socialmente legitimado, o evento é tratado como intolerância e covardia. Dessa forma, percebemos que dependendo da circunstância, o mesmo fato pode ser lido como errado e perigoso ou como algo digno de aplausos e admiração. Enquanto os grupos de militares defendiam a vontade de verdade de heteronormatividade compulsória para todos os membros da instituição, a mídia colabora para a desestabilização de tal discurso e defende uma vontade de verdade liberal, pautada nos direitos humanos e na liberdade de expressão.

Na narrativa publicada no *Facebook*, como já foi dito, o Major Eduardo enquadraria a homofobia na ordem do privado e não como um discurso socialmente estruturante. Na direção contrária, a mídia não salva a face da instituição e reenquadra as ofensas direcionadas ao major como algo que parte de um contexto macro, no qual as instituições (e não as pessoas) controlam a vontade de verdade. A principal evidência de tal movimento é o fato de se dirigir ao protagonista da história como “Major do Exército”. Ou seja, a mídia tira o discurso do nível pessoal (“Eduardo”) e o posiciona no nível estrutural do próprio Exército Brasileiro (“Major do Exército”, “virou assunto em grupos de militares”). Assim como no caso do Coronel Fernando, a imprensa atribui a responsabilidade pelos discursos de homofobia à instituição Exército Brasileiro, apagando a concepção de que o linchamento virtual ocorreu fora do contexto militar, em um simples grupo virtual de amigos.



Figura 23



Figura 24



Figura 25



Figura 26



Figura 27

Existem diversas pistas indexicais (“ataques homofóbicos”, “disseminar ódio”, “homofobia”, “ataques preconceituosos”, etc) nas manchetes apresentadas nas figuras 23 a 27, que nos indicam como os autores dos textos midiáticos desejam que o leitor comprehenda a história exibida. É interessante perceber que a mídia faz escolhas lexicais que remetem a um vocabulário mais técnico a fim de explicar o acontecido de uma forma mais objetiva, ou seja, como fato.

Como já se disse, no movimento de entextualizações e viagens textuais, o que está em jogo são as relações de poder. A postagem do texto-evento, a resposta aberta na página do *Facebook*, bem como as matérias veiculadas pela mídia, confrontam a ordem do discurso vigente sobre uma única forma digna de expressar a sexualidade. Se por um lado a instituição tenta se adequar por meio de leis que correspondam às demandas sociais contemporâneas sobre formas de experenciar a sexualidade, há, por outro lado, uma resistência, por parte de diversos militares impositores de um discurso conservador, que exclui e silencia aqueles que procuram desconstruir essa vontade de verdade.

Embora o discurso conservador e autoritário tenha ganhado força no Brasil nos últimos anos, percebemos, pela narrativa do Major Eduardo e pela cobertura jornalística dada ao caso, que há uma resistência que pretende estabelecer novas vontades de verdade através de outros discursos que também lutam por poder.

6.4

Entextualização como forma de apoio

A última seção deste capítulo traz uma postagem feita pelo Coronel Fernando em sua rede social *Facebook*, após a repercussão do caso do Major Eduardo. Relembro que a viralização sobre a saída do armário do Coronel Fernando ocorreu dois anos antes, mas na época, ainda na ativa, o militar não usou suas redes sociais para falar abertamente dos ataques homofóbicos dos quais fora vítima. Na figura a seguir, apresento a postagem que será analisada.

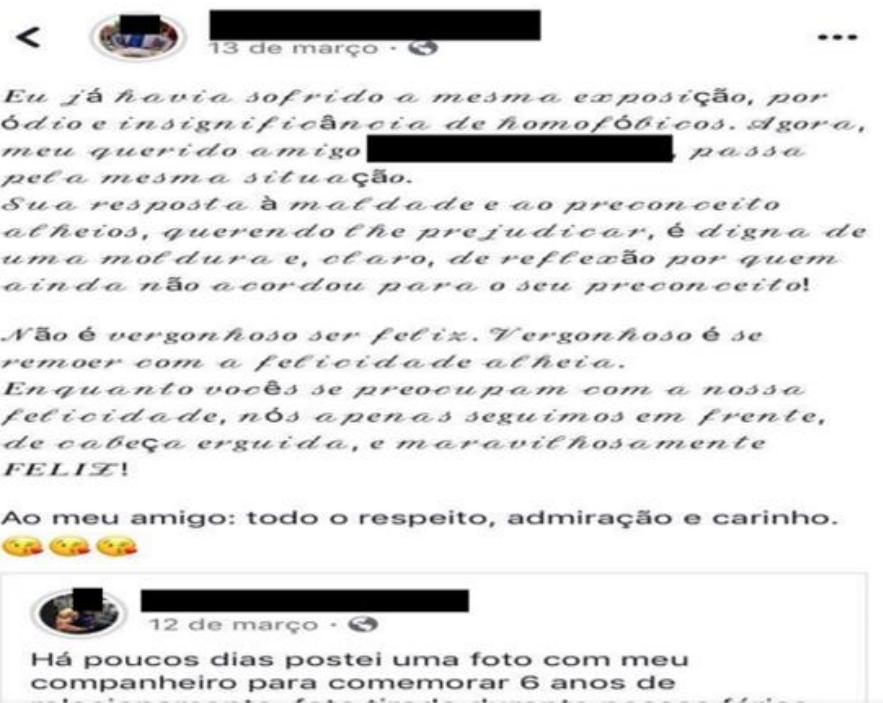


Figura 28

A narrativa do Coronel Fernando intercala passagens em primeira pessoa, quando relata seu próprio caso, e trechos de narrativa vicária, ao abordar o ocorrido com o Major Eduardo. Inicialmente, o militar faz um breve sumário no qual menciona ter sido vítima de homofobia anteriormente (“Eu já havia sofrido a mesma exposição, por ódio e insignificância de homofóbicos.”) e informa que seu amigo está passando pela mesma situação. Ainda no sumário, o Coronel Fernando faz uma avaliação encaixada a respeito dos personagens, que comparecem como detratores em ambas as histórias, através do uso de substantivos e adjetivos (“ódio” e “insignificância de homofóbicos”) de conotação negativa. A avaliação em narrativas vicárias está ligada justamente à função da própria narrativa na interação (NORRICK, 2013). Assim, na postagem apresentada na figura 28, o propósito da narrativa parece ser justamente entrar no embate discursivo que tenta silenciar as identidades gays no contexto militar.

O Coronel Fernando, por meio de uma entextualização de resistência ao preconceito, estabelece uma relação de cumplicidade e apoio ao narrar a história do Major Eduardo, que, assim como ele, viu sua vida ser exposta e vilipendiada por outros militares, que, teoricamente, deveriam ser seus “irmãos de arma”. De acordo com Norrick (2013)

as histórias de experiências vicárias oferecem maiores oportunidades de narração quando os participantes têm igual acesso às fontes das histórias ou quando compartilharam as experiências relatadas. O fato de ambos serem amigos próximos e compartilharem experiências semelhantes confere ao Coronel Fernando, de acordo com Norrick (2013), direitos de narrativa e uma reivindicação de autoridade epistêmica em virtude de ter sofrido linchamentos virtuais semelhantes.

No segundo parágrafo, o Coronel Fernando entextualiza a postagem de resposta aos ataques homofóbicos dada pelo Major Eduardo no *Facebook*. Através do mecanismo de “compartilhar” disponível na rede social, o texto original é copiado ao fim de sua breve narrativa. Portanto, aqui o texto evento não é mais a foto publicada que disparou a difamação do Major Eduardo, mas sua resposta ao ocorrido. A ação complicadora é narrada de forma breve e não canônica, e o episódio contado é constantemente avaliado. O leitor da postagem toma ciência de que houve uma manifestação homofóbica contra o Major Eduardo e que este elaborou uma resposta avaliada positivamente pelo Coronel Fernando (“digna de uma moldura”). Os militares detratores são avaliados negativamente como pessoas atrasadas, que não acordaram para o preconceito.

Outro momento de avaliação externa, no qual o narrador suspende o fluxo da narrativa e indica o sentido de como os acontecimentos devem ser entendidos é quando o Coronel Fernando diz que “Não é vergonhoso ser feliz. Vergonhoso é se remoer com a felicidade alheia”. Aqui, o militar parece desafiar os ideais de coragem e valentia da masculinidade hegemônica ao trazer o elemento negativo da vergonha para o contexto.

O resultado da narrativa acontece no trecho em que o Coronel Fernando afirma: “Enquanto vocês se preocupam com a nossa felicidade, nós apenas seguimos em frente, de cabeça erguida, e maravilhosamente FELIZ!”. O narrador, que se aproxima do Major Eduardo através do pronome “nós”, apresenta, nessa passagem, o desfecho da história. O termo “cabeça erguida” é uma indexicalização que aponta para atributos de bravura e honra da masculinidade hegemônica em oposição à “vergonha” experenciada pelos seus ofensores. Ao manifestar apoio ao Major Eduardo, o Coronel

Fernando alega que embora ambos tenham sofrido ataques, seguem felizes com suas vidas, desafiando a tentativa de silenciamento de suas identidades gays.

Por fim, na *coda*, com um enunciado que demonstra apoio à postura e ao discurso do Major Eduardo (“Ao meu amigo: todo respeito, admiração e carinho”), o Coronel Fernando encerra sua narrativa e retoma o tempo presente. Como efeito da história narrada, ele descreve que na batalha pelo fim do preconceito contra identidades homossexuais na caserna, ele, como um bom soldado, mantém viva a coesão da missão e luta ao lado de seu amigo.

Capitão Ronaldo

Diferentemente dos outros dois militares participantes da pesquisa, conheci o Capitão Ronaldo após a viralização do seu caso no meio militar. Assim que começaram a circular postagens com suas fotos pessoais e uma foto do Boletim Interno no qual foi publicada sua união estável com seu companheiro Carlos, alguns amigos que sabiam do meu interesse pelo tema, me encaminharam alguns *prints* de grupos de WhatsApp. Lembro que no mesmo dia conversei com o Coronel Fernando sobre o que estava acontecendo e ele me perguntou se eu poderia enviar esses *prints* para o Capitão Ronaldo. Alguns minutos depois, Carlos me ligou para conversar sobre o caso e nossa amizade teve início naquele dia.

Na época, ainda tenente, a história teve uma repercussão grande no meio militar, pois o Capitão Ronaldo foi o primeiro oficial de carreira, formado na Academia Militar das Agulhas Negras, a apresentar uma declaração de união estável com outro homem. Além disso, não se importou que a inclusão de Carlos como seu dependente fosse publicada em Boletim Interno de forma ostensiva.

O fato ocorreu no ano de 2017, e me lembro de um coronel ter postado a informação no grupo de oficiais do meu quartel, do qual eu mesma fazia parte. No entanto, naquele grupo específico, ninguém respondeu à postagem.

Os dados analisados aqui são fruto de uma etnografia que teve início no ano de 2017 e se estendeu até a conclusão da escrita desse capítulo em 2021, quando conversamos sobre as análises e geramos novos dados e entendimentos. Ao longo desse processo, vi as concepções do Capitão Ronaldo mudarem devido às experiências que teve na carreira.

A análise do caso do Capitão Ronaldo se dará em quatro níveis. Primeiramente, analisarei a primeira viralização que entextualiza o Boletim Interno que publicou a entrega da Certidão de União Estável do militar e a inclusão de Carlos como seu dependente legal. Num segundo momento, foram selecionados excertos de uma entrevista

de pesquisa realizada no ano de 2018, na qual tratamos não apenas da viralização em si, mas de todo o processo de autoidentificação e saída do armário do militar. Em um terceiro momento, analiso postagens que viralizaram no ano de 2020, ou seja, três anos após o militar ter saído abertamente do armário. Por fim, extratos de uma conversa que tivemos pelo *WhatsApp* em setembro de 2021 serão analisados, visando mostrar como as experiências de vida do Capitão Ronaldo ressignificam sua visão em relação à carreira militar em comparação às expectativas que tinha quando saiu do armário em 2017.

7.1

“O cara é de AMAN” – embates discursivos na saída do armário

O primeiro grupo de *prints* foi extraído de um grupo de *WhatsApp* do qual faziam parte coronéis⁴⁵ de uma mesma turma, com cerca de 20 anos a mais de serviço que o Capitão Ronaldo. Foram escolhidos nomes fictícios baseados no alfabeto grego para os coronéis, a fim de facilitar o entendimento e a identificação dos personagens no fluxo das interações.

⁴⁵ Nesse grupo virtual foi possível identificar o posto e os nomes de todos os participantes. Nos demais *prints* de grupos de *WhatsApp* de militares, que foram apresentados nas análises dos capítulos anteriores, não pude identificar o posto de todos os interlocutores. Por isso, tal informação não consta nos demais dados.

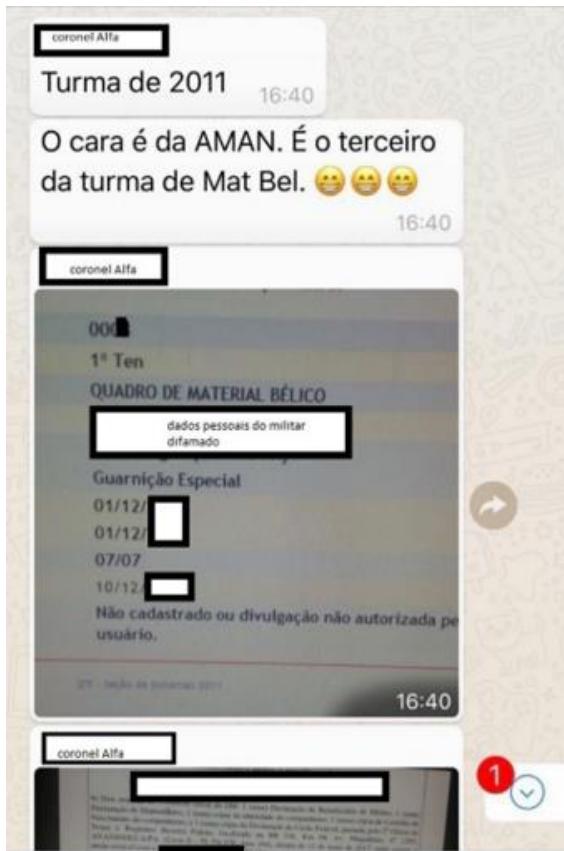


Figura 29



Figura 30

A postagem (Figura 29) tem início com uma breve contextualização sobre quem é o militar, informando a turma e escola de formação. O texto-evento que dispara a postagem chama a atenção justamente por ser um documento oficial da instituição, um Boletim Interno, que, como o próprio nome já diz, deveria tramitar apenas dentro do quartel. No documento constam informações sobre a inclusão do marido do Capitão Ronaldo como seu dependente, algo que, segundo as palavras do ex-comandante do Exército, está sendo assimilado com naturalidade, conforme já vimos na epígrafe do capítulo 1. No entanto, desafiando a naturalização do discurso oficial sobre aceitação de gays na caserna, o militar responsável pelo início da divulgação, antes de atacar seu alvo, alimenta sua arma com outra munição – informações profissionais encontradas na base de dados do Departamento Geral de Pessoal do Exército Brasileiro (o que também deveria ser restrito aos muros dos quartéis) – e inicia seu disparo contra o Capitão Ronaldo na praça pública das redes sociais. O Coronel Alfa anuncia seu ataque identificando a

classificação do militar e o quadro a que pertence (“É o terceiro de Mat Bel”⁴⁶). Aqui, o autor do disparo da viralização é alguém que tem acesso privilegiado a um documento interno do quartel e decide compartilhar com seus colegas a informação, projetando metapragmaticamente a postagem como uma fofoca interessante. Ao mesmo tempo, o oficial encaixa uma avaliação negativa para o fato exposto, em tom de deboche, ao lançar mão do recurso visual de *emojis* de carinhas sorridentes (😊😊😊).

O fato de o texto-evento ser um documento oficial da instituição indica que a fronteira entre o público e o privado parece não ter sido delimitada. O Coronel Alfa, bem como os demais integrantes do grupo, não vê qualquer problema na exposição de dados oficiais de uma instituição do Estado em contextos de grupos virtuais que, teoricamente, seriam da ordem do particular.

A mensagem é respondida pelo coronel Beta com tom de espanto ao utilizar um palavrão e um ponto de exclamação (“Porra!”). Em seguida, o coronel Beta parece estar indignado ao comentar “Mat Bel de novo? Tá foda essa turma da graxa!”. O termo turma da graxa faz referência à atividade profissional desenvolvida pelos militares do Quadro de Material Bélico. A expressão “tá foda”, indica o tom de desaprovação do coronel Beta em relação ao fato apresentado pelo coronel Alfa, bem como indexicaliza um tom de desabafo.

A interação continua, na figura 30, com um *print* das redes sociais de Carlos, marido do Capitão Ronaldo, onde são apresentadas várias fotos da vida privada do militar.

⁴⁶ De acordo com o site oficial do Exército Brasileiro, O Quadro de Material Bélico realiza o apoio logístico voltado para a manutenção do material bélico, principalmente, os armamentos, as viaturas e as aeronaves. Inclui-se aí, o suprimento de peças e conjuntos de reparação destinados a esses materiais. Cuida ainda, do suprimento de combustíveis, óleos, graxas e lubrificantes para motores e máquinas. O Exército Brasileiro criou o Quadro de Material Bélico (QMB), em decorrência da participação brasileira na II Guerra Mundial.



Figura 31



Figura 32

Na figura 31, o coronel Delta responde com “FDP”, abreviatura do palavrão popular “filho da puta”. A expressão adjetiva FDP indexicaliza a reprovação do coronel Delta sobre a pessoa do Capitão Ronaldo.

A próxima postagem (na qual aparece a foto de uma mulher) parece não ter relação com o assunto do Capitão Ronaldo, o que é bastante comum no fluxo de mensagens em grupos de *WhatsApp*. Em seguida, o coronel Gama insere uma nova foto que mostra dados pesquisados no site do Departamento Geral de Pessoal, indicando um interesse em compartilhar mais detalhes sobre a vida profissional do militar. Percebe-se também uma lógica panóptica nesse caso, pois, ao saber que havia um militar gay sendo exposto, o coronel Gama se debruça no site oficial da instituição para obter informações a respeito da carreira do Capitão Ronaldo e vigiar sua vida profissional. Além disso, esses dados são expostos a fim de punir o comportamento inconveniente do militar.

O coronel Zeta entra na interação entextualizando uma das fotos postadas pelo coronel Alfa, seguida do comentário “Foi aluno do Lambda” (um coronel do Quadro de Material Bélico, que é membro do grupo). Em seguida, o militar faz uso de recursos visuais que servem como pistas de contextualização para entender o tom de escárnio usado. Primeiramente, o militar usa uma mão com um dedo (👉) em direção a outra mão que significa “ok” (👌), para os falantes de língua inglesa, ou “ânus”, para os brasileiros. Tais *emojis* parecem fazer referência à penetração do ânus em relações homoafetivas masculinas. Em seguida, são usados, de forma repetida, *emojis* de carinhas gargalhando (😂😂😂😂😂). Dessa forma, o militar parece jogar com recursos visuais para enquadrar a união homoafetiva do Capitão Ronaldo na ordem do vexame e da piada.

O uso do recurso semiótico do dedo e da mão em forma de ânus parece ser bem aceito na interação seguinte do Coronel Gama, que repete os *emojis* e acrescenta outros de gargalhada forte (🤣). Essas são pistas de contextualização que indexicalizam o sentido criado sobre a sexualidade do Capitão Ronaldo pelo grupo de coronéis, ou seja, sua sexualidade é digna de riso e deve ser projetada como piada.

Na interação seguinte, o Coronel Ômega responde ao comentário do Coronel Beta em tom que parece ter sido projetado como brincadeira em relação ao coronel Lambda (“Porra Lambda já era sabido”). Esse tipo de brincadeira, comum no meio militar, de dizer que o colega é homossexual quando se acredita que ele não seja de fato, também é uma forma de ativar uma ordem de indexicalidade que visa manter o controle e o poder sobre os corpos através da intimidação.

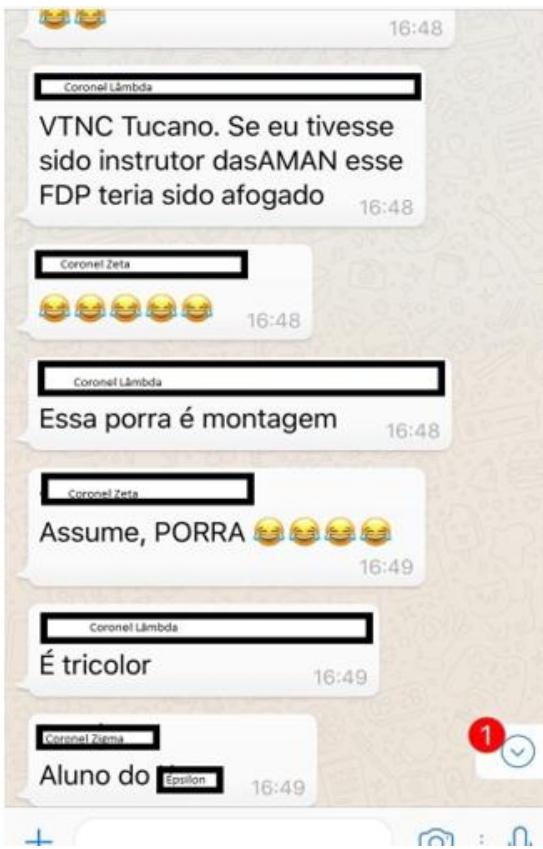


Figura 33

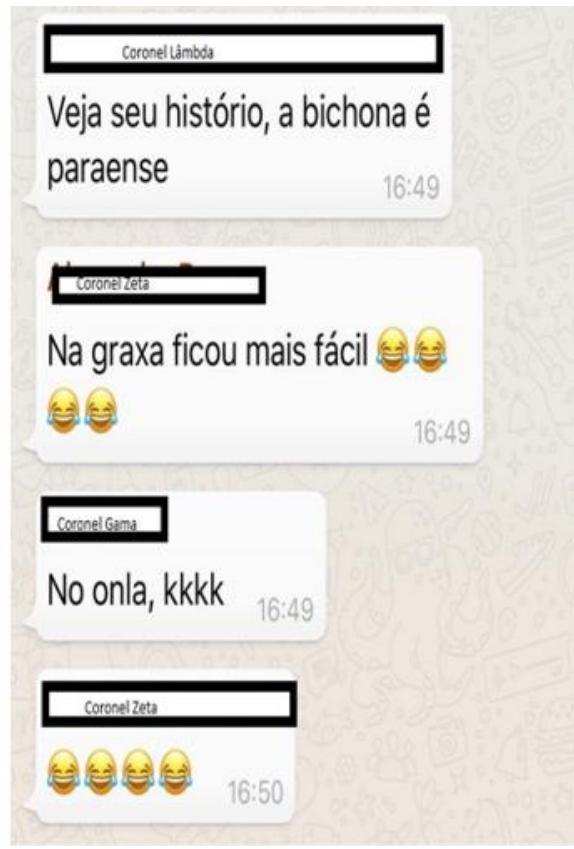


Figura 34

A brincadeira do coronel Ômega é respondida pelo coronel Lambda, na figura 33, com um palavrão “VTNC” (“vai tomar no cu”) e o que parece ser um apelido do coronel Ômega, “Tucano”. Na sequência, o coronel Lambda afirma que se tivesse sido instrutor do Capitão Ronaldo na AMAN, ele teria morrido afogado. Além do discurso literal que sugere morte aos homossexuais como forma de exclusão da Força, o uso do palavrão “FDP” para se referir ao Capitão Ronaldo também indexicaliza um sentido de ódio a gays e uma vontade de matar esses corpos. Tal discurso parece ser motivo de piada entre os membros do grupo que seguem com brincadeiras de tom pejorativo sobre pessoas homoafetivas (“assume, porra”, “é tricolor” e *emojis* de gargalhadas).

Na figura 34, o coronel Lambda usa o termo vilipendioso “bichona” para se referir ao Capitão Ronaldo e fazer uma comparação com algum de seus colegas do grupo. O comentário é recebido pelo grupo como uma brincadeira e seguem as “piadas” em referência ao militar difamado usando termos próprios do Material Bélico. O coronel

Zeta, ao dizer “Na graxa ficou mais fácil”, parece trazer para o contexto a graxa usada no Material Bélico para fazer alusão ao uso de lubrificantes durante o sexo anal a fim de facilitar a penetração. Em seguida, o coronel Zeta aproveita a “piada” e complementa com “no onla”, uma espécie de óleo também utilizado nos trabalhos desenvolvidos pelo pessoal do Quadro de Material Bélico, fazendo novamente referência ao uso de lubrificantes em relações sexuais homoafetivas masculinas. A afirmação é seguida de “kkkk”, o que enquadra a postagem, para os participantes da interação, como uma piada. O coronel Zeta parece captar esse sentido de zombaria construído pelo grupo ao postar *emojis* de carinhas sorridentes (😂). Percebe-se que, em toda a sequência de atos de fala da interação, há piadas alusivas à sexualidade do Capitão Ronaldo, que são respondidas com outras piadas. No fluxo da interação, os coronéis parecem se divertir com entusiasmo sobre o tema da conversa.

Embora participassem do grupo coronéis com muita experiência de serviço e conhecedores do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), nenhum dos militares parece enquadrar suas ações como transgressões disciplinares previstas em regulamento. Em suas postagens, os coronéis contribuem para a discordia e desarmonia entre os militares ao mesmo tempo em que cultivam inimizade entre militares e seus familiares. Ainda, disseminam boatos, ofendem, provocam, desafiam e desconsideram o capitão com gestos (na forma de *emojis*) e palavras. Nenhum militar foi punido pelas postagens a despeito das sanções previstas para tais transgressões no RDE.

Ao contrário do que impõe o regulamento, a apresentação da Certidão de União Estável e a inclusão do companheiro como dependente tornam-se objeto de piada, ofensas, desconsideração e descrédito em relação ao Capitão Ronaldo.

A participação de quase uma dezena de oficiais superiores na conversa do grupo nos leva a pensar que as transgressões previstas no RDE são totalmente menosprezadas, principalmente quando o militar acredita que o grupo de *WhatsApp* o isenta de responsabilidades formais. Além disso, percebemos nos *prints* que o grupo resiste à normalização da presença de casais não-normativos na força. Se por um lado temos o Capitão Ronaldo quebrando paradigmas e apresentando sua declaração de união estável com outro homem, a despeito das perseguições veladas que está sujeito a sofrer, por outro,

temos militares de alta patente impondo, através do linchamento virtual e do escárnio, o silenciamento de práticas homoafetivas e a sua vontade de verdade sobre a heteronormatividade masculina no Exército Brasileiro.

Como já foi dito, a vontade de verdade é um mecanismo de exclusão e controle do discurso, segundo Foucault ([1970]1996). Para o autor, a vontade de verdade atua no discurso por meio de ações de instituições sociais que visam, também, o controle da vontade humana. Assim, a vontade de verdade se manifesta através de uma vontade de exclusão, uma vez que coloca à margem da sociedade aqueles que não se encaixam nos padrões da vontade de verdade instituída como única forma de verdade possível.

No caso do Capitão Ronaldo, a união declarada com outro homem e a saída voluntária do armário abala a vontade de verdade heterossexista imposta pelos coronéis. Como forma de controle das sexualidades não heteronormativas, os militares do grupo de *WhatsApp* lançam mão de exposição dos dados pessoais e profissionais do militar, discursos de deboche sobre o assunto, adjetivos pejorativos, e, até mesmo, incentivo à morte de homossexuais como forma de eliminação de gays da Força (“*se eu tivesse sido instrutor das AMAN esse FDP teria sido afogado*” – Coronel Lambda), o que é motivo de piada para os demais participantes. Além disso, a disparada de um documento oficial como texto-evento indica que há uma ruptura da barreira entre o espaço público e o privado. Dessa forma, os discursos de homofobia circulam livremente nas duas esferas com o aval de todos os coronéis envolvidos na interação.

7.2

“Eu vou botar a cara a tapa pra que outras pessoas tenham coragem”

A primeira entrevista de pesquisa com o Capitão Ronaldo foi gravada cerca de um ano após o processo de viralização sobre sua decisão de sair abertamente do armário, em 2018. Durante a entrevista, conversei com ele e com Carlos, tendo como foco muito mais a decisão de sair do armário do que a forma como ele dava sentido ao processo de entextualização de suas fotos e os discursos de homofobia de que fora vítima. Ao longo

da conversa, o Capitão Ronaldo me contou sobre como foi descobrindo e lidando com sua sexualidade ao longo de sua carreira.

O Capitão Ronaldo não vem de família de militares e afirma ter feito o concurso por incentivo de um colega de escola, sem saber exatamente o que esperar da carreira. Logo no início, assegura ter tido vontade de desistir, mas seu pai não tinha dinheiro para bancá-lo e havia gastado muito com a compra de passagens para a cidade de Campinas (onde está localizada a Escola Preparatória de Cadetes do Exército -EsPCEEx) e com a compra de uniformes. Quando pensou em sair, seu pai concordou, contanto que ele pagasse pelos gastos que a família havia tido. Enquanto permanecia na EsPCEEx para juntar o dinheiro devido, aprendeu a lidar com as dificuldades e decidiu seguir a carreira militar.

Excerto 1: O início: aprendendo a entrar no armário

1.	Ronaldo	eu já era tratado diferente porque eu sempre tive meio traços efeminados, eu gesticulava <u>muito</u> :: eu não sabia como me portar. aí eu já <u>senti</u> :: não é, bullying, né. eu já senti que diferente, que o pessoal me tratava diferente já na <u>espcex</u> . <u>pessoal</u> me zoava muito. aí eu falei: "pai, eu acho que não é isso que eu quero. eu acho que é melhor mesmo eu voltar pra <u>estudar</u> ". ele falou: "meu filho, você quer voltar? então pague. pague <u>pra</u> voltar porque o que eu gastei, agora você vai ter que arranjar um jeito." e na época eu não tinha recebido nada, ou seja
13.	Flávia	[hh]
14.	Ronaldo	eu fiquei por obrigação
15.	Flávia	hh
16.	Ronaldo	aí:: eu fui me adaptando... à:: à rotina... vi que não era... aí, eu tentei me... como eu falo? que:: no meio militar tem lugar para todo mundo. aí eu fui tentando encontrar coisas que me deixassem mais tranquilo. aí, eu fui ser atleta. aí, eu vi que eu tinha pendor <u>pra</u> parte física. aí, eu fui me adaptado, fui tentando <u>me</u> :: <u>segurar</u> mais o meu jeito de ser, personalidade, eu tentava ouvir mais, eu tentei me <u>adequar</u> ao todo. aí aos poucos as pessoas foram parando de me encher o saco
27.	Flávia	u-hum
28.	Ronaldo	aí, isso aí, eu tive que me <u>adequar</u> ao meio, mas na época eu pensava que eu era hétero. eu sempre me sentia atraído por homem, mas eu achava que isso era meio estranho, coisa doida da minha cabeça.
29.		
30.		
31.		
32.		

No primeiro excerto extraído da entrevista de pesquisa, o Capitão Ronaldo inicia sua narrativa contando sobre a dificuldade de lidar com sua sexualidade, que se traduzia em performances corporais afeminadas, assim que entrou no Exército Brasileiro. A narrativa tem início com um breve *sumário* em que anuncia o que será relatado (eu já era tratado diferente porque eu sempre tive meio traços efeminados, eu gesticulava muito:: eu não sabia como me portar. – linhas 1 a 3). Ao mesmo tempo em que introduz o assunto, o narrador já faz uma autoavaliação, uma espécie de autocrítica, de sua própria performance corporal (eu não sabia como me portar.), que equaciona gestos lidos como típicos do gênero feminino com sua sexualidade. Esse enunciado pode ser entendido como uma autocrítica de alguém que percebia não se encaixar nas performances de masculinidades aceitas naquele ambiente.

A *orientação* ocorre na linha 6, quando o narrador identifica os personagens e o local, que são informações necessárias para a compreender a sequência de eventos a ser descrita (na espex. pessoal me zoava muito.).

A *ação complicadora* tem início quando o militar explica que começo a perceber que era vítima de bullying por parte dos colegas e pensou em ir embora da EsPCEEx. Em seguida, como é comum em interações orais, ele encaixa uma pequena narrativa, que surge dentro da narrativa maior do excerto 1, ao contar a história sobre a conversa com seu pai, cujo resultado se dá na linha 14 (eu fiquei por obrigação). A partir da linha 16, o militar segue uma sequenciação de orações narrativas que contam o que realmente aconteceu.

Na história narrada (linhas 16-24), o militar se constrói como agente de transformações que incidem sobre seu próprio comportamento “natural” (eu fui ser atleta.; eu fui me adaptando, fui tentando me::: segurar mais o meu jeito de ser, personalidade, eu tentava ouvir mais, eu tentei me adequar ao todo). O militar foi aprendendo a entrar no armário como uma forma de corresponder às exigências sociais e culturais do grupo para que não sofresse bullying dos colegas. A estratégia de adequação comportamental parece ter atingido o efeito esperado, pois segundo o narrador, como resultado, os colegas pararam com o tratamento diferenciado (aí aos poucos as pessoas foram parando de me encher o saco – linhas 25 e

26). O que se percebe nessa pequena narrativa é a imposição de uma ordem do discurso heterossexista que exclui todas as outras formas de viver a sexualidade. Portanto, para ser aceito pelo grupo, o oficial molda suas performances corporais a fim de atender às expectativas culturais daquele ecossistema.

Nas linhas 28 a 32, o Capitão Ronaldo encerra o fluxo da narrativa e avalia os efeitos da história, mostrando que ele precisou, nas palavras dele, se adequar ao contexto militar para não sofrer discriminação. Ao mesmo tempo, ele faz uma avaliação externa (na época eu pensava que eu era hétero. - linha 29), que parece justificar o motivo pelo qual tentava se adequar ao comportamento exigido pelos colegas. Em seguida, é interessante observar como ele mesmo, na época, entendia sua atração por homens como loucura (“coisa da minha cabeça”), para falarmos em termos foucaultianos. Foucault ([1970]1996) entende que o discurso do louco é compreendido como inválido e, por isso, deve ser excluído. Assim, o próprio Capitão Ronaldo rejeitava os seus pensamentos e sensações homoafetivas por entender tudo aquilo como loucura. E foi dessa forma, envolvido num contexto em que o homossexual era rejeitado e alvo de discriminação, que o Capitão Ronaldo aprendeu a domar suas performances, rejeitar seus desejos, situar suas atrações no campo da loucura (FOUCAULT [1970]1996) e entrar no armário para ser aceito no meio militar. Aqui, o armário, como um dispositivo que controla, marginaliza e rejeita certas construções da sexualidade, é evidenciado.

Excerto 2: O primeiro ano na AMAN

33.	Ronaldo	no primeiro ano eu senti muito. eu era muito zoado. "pô, tu não era pra tá aqui", o próprio pessoal da turma "eu acho que tu é viado. tu nem devia tá aqui. tu tá no lugar errado. tu não vai sa... tu tá... brincando aqui e depois tu vai ver que tu vai se arrepender". o pessoal ficava me zoando muito e eu falei "cara, eu vou, eu vou me esforçar, porque aqui é um concurso e eu quero garantir. eu já me fodi um ano..." aí, aí eu me fodi muito na espce. fui muito punido na espce.
44.	Flávia	mas você acha que você foi punido, Ronaldo, porque você tinha trejeitos afemina::dos... pras pessoas ou porque você <u>realmente</u> fazia alguma coisa errada?
48.	Ronaldo	isso. eu chamava a atenção. e por chamar a atenção... todo mundo que se destaca da massa... no meio militar ou em qualquer meio, você acaba, por chamar atenção, as pessoas veem suas falhas mais que as outras.
53.	Flávia	u-hum
54.	Ronaldo	porque não existe ser humano perfeito.
55.	Flávia	sim
56.	Ronaldo	mas quando você tá, tudo quando você tá na massa, qualquer coisa que se destaca, independente de ... se é por ser gay, se é por ser bisonho, se é por ser magro demais, você acaba chamando a atenção e sofre mais por causa disso. então eu aprendi, nesse meu primeiro ano da espce, a me adequar à massa. ou seja, aprendi a gesticular menos, aprendi a falar de maneira melhor, como me portar. aí, já no primeiro ano da aman, eu já comecei a ser respeitado pela turma. porque o pessoal viu que ((inaudível)). as pessoas vão esquecendo, né, as coisas. então eu comecei a ganhar respeito da minha turma. além de eu ser inteligente. que como é que é no meio hétero, como é que o principalmente no meio militar? como é que a pessoa se destaca? quando ela é inteligente e ela é boa de preparo físico.
75.	Flávia	u-hum
76.	Ronaldo	então, como eu era bom de preparo físico e como eu era inteligente, então eu comecei a me destacar na turma. então eu sou zero de turma. então as pessoas por mais que brincassem, era uma brincadeira (pausa) pra alguns tinha um cunho de:: é:: preconceituoso, outros brincavam por causa do passado.

A narrativa de entrada no armário, que pode ser entendida como uma narrativa de violência heteronormativa, toma força no Excerto 2, quando o militar descreve como foi

o seu primeiro ano na AMAN, em Resende- RJ, após ter passado um ano na EsPCEx. Inicialmente, o Capitão Ronaldo relata, através da estratégia de diálogo construído, o tipo de perseguição homofóbica da qual era vítima. (“pô, tu não era pra tá aqui”, o próprio pessoal da turma “eu acho que tu é viado. tu nem devia tá aqui. tu tá no lugar errado. tu não vai sa... tu tá... brincando aqui e depois tu vai ver que tu vai se arrepender” – linhas 33 a 38). Ao reconstruir de forma genérica a fala de colegas, o narrador mostra a forma pejorativa como era tratado (“viado”) e as ameaças que recebia caso não desistisse da carreira. Tais vozes indicam uma disputa de poder e uma vontade de exclusão de homossexuais do contexto militar. Esse tipo de discurso, dialogicamente reproduzido na caserna, indexicaliza os valores que orbitam a cultura militar. Nesse trecho, percebemos como Ronaldo é construído pelos colegas como um estranho, alguém que não pode pertencer à corporação.

Nas linhas 41 a 43, o militar faz uma *avaliação encaixada* sobre sua trajetória difícil na EsPCEx (eu já me fodi um ano...” aí, aí eu me fodi muito na espceex. fui muito punido na espceex.). Em seguida, nas linhas 44 a 47, questiono se as punições sofridas ocorreram devido a algo errado que o Capitão Ronaldo tivesse feito ou se eram formas de perseguição velada (mas você acha que você foi punido, Ronaldo, porque você tinha trejeitos afemina::dos... pras pessoas ou porque você realmente fazia alguma coisa errada?). A resposta do militar aponta para o estigma (GOFFMAN, 1988) sofrido por pessoas cujas performances são lidas como incompatíveis com os padrões heterossexuais (isso. eu chamava a atenção. e por chamar a atenção... todo mundo que se destaca da massa... no meio militar ou em qualquer meio, você acaba, por chamar atenção, as pessoas veem suas falhas mais que as outras. – linhas 48 a 52). No mesmo trecho, o oficial menciona as consequências sofridas devido ao seu comportamento notável no coletivo de alunos. Ao mesmo tempo, o militar não se esquia de atitudes que possam ter desencadeado punições (porque não existe ser humano perfeito. – linha 54). Nesse trecho, a punição parece ter um caráter pedagógico de ensiná-lo a controlar suas performances corporais para que seja benquisto no meio, transparecendo que o armário regula o que é entendido como certo e errado.

Após minha sinalização, na linha 55, de que estou de acordo com o que está sendo dito, o militar segue sua narrativa com *ações complicadoras*, que evoluem de um cenário em que ele se constrói como objeto (de comentários, punições, etc) para um momento em que ele se posiciona como agente de mudança de seu próprio comportamento. Ou seja, ele passa a ser simultaneamente agente e objeto de sua própria ação (então eu aprendi, nesse meu primeiro ano da espex, a me adequar à massa. ou seja, aprendi a gesticular menos, aprendi a falar de maneira melhor, como me portar. aí, já no primeiro ano da aman, eu já comecei a ser respeitado pela turma. porque o pessoal viu que ((inaudível)). as pessoas vão esquecendo, né, as coisas. então eu comecei a ganhar respeito da minha turma. - linhas 61 a 69). Em seguida (linhas 69-74), o militar se projeta na interação sob uma luz favorável (GOFFMAN, 1959) ao afirmar que sua inteligência e seu preparo físico acima da média o fizeram ser respeitado no grupo. O Capitão Ronaldo, ainda, elenca os atributos corporais e intelectuais considerados positivos no meio militar.

No desfecho da narrativa, entre linhas 76 e 83, embora o Capitão Ronaldo afirme ter angariado respeito do grupo devido à sua inteligência, seu preparo físico e sua classificação na turma (eu sou zero de turma – linha 78) em um ambiente no qual a meritocracia é extremamente enaltecida, as brincadeiras não cessaram totalmente (então as pessoas por mais que brincassem, era uma brincadeira (pausa) pra alguns tinha um cunho de:: é:: preconceituoso, outros brincavam por causa do passado.- linhas 76 a 83). Ao dizer que alguns brincavam por causa do passado, fica subentendido que o militar, naquele momento, demonstrava performances corporais mais alinhadas aos padrões da masculinidade hegemônica aceitos e não era mais lido como gay pelos colegas.

Excerto 3: Saída do armário

84.	Flávia	como é que você se sentiu, ronaldo, quando::: assim, você resolveu sair do armário... o que que te levou a sair do armário? assim, você resolveu "vou assumir", assim, numa atitude totalmente <u>pioneira</u> até. O que que te levou a fazer isso?
90.	Ronaldo	foi aquela coisa, tipo assim... eu sempre quis que o carlos se sentisse como o principal. eu sofria muito. eu sofria muito em (nome da cidade) porque tipo, a gente tava andando junto no shopping, se eu visse algum militar próximo, era como se eu desconhecesse o carlos.
97.	Flávia	certo
98.	Ronaldo	eu sei que isso incomodava ele, entendeu? e junto com isso, eu falei "cara, eu tô cansado de ser mais..." ou seja de tolerar, ou seja de:: ser:: é subjugado mais uma vez. eu já tô assim desde a época da espcox, desde a época com a minha própria família, desde a época com, com, na escola, tô cansado de ser, de sofrer. eu falei, quer saber? eu, alguém tem que colocar a cara a tapa pra... com que os outros possam seguir em frente. aí eu falei, pô, eu convivo com o carlos, na época, há quatro anos. nós temos um relacionamento sólido. você vê a vida do carlos e é uma carreira correta, você vê a minha vida e é uma carreira correta. ou seja, por mais que queiram jogar pedra, não vão conseguir. então, eu prefiro ser um exemplo para os outros, do que os exemplos que a gente tinha antigamente, que eram tipo, eram pessoas que deram alteração no quartel... ou seja, como é que alguém vai dizer que um relacionamento gay, homoafetivo é possível na, no meio militar::, se os exemplos que nós temos, não são exemplos? Tá entendendo?
122.	Flávia	u-hum
123.	Ronaldo	eu falei, quer saber, então eu vou botar a cara a tapa pra que outras pessoas tenham coragem e saibam que você não é diferente.
126.	Flávia	[certo.]
127.	Ronaldo	foi esse pensamento que eu tive na época.
128.	Flávia	e como é que foi a aceitação, ronaldo? de repente, assim, você deve ter vários outros amigos que são gays e tudo, que não saíram. co como é que eles viram isso? você realmente é:: abriu portas para que outras pessoas pudessem... sair ou ou você não sente isso?
134.	Ronaldo	então, depende da idade os pessoa... os militares que eu conheço, que são gays mais velhos, acharam um absurdo. não foram
135.		
136.		

137.		favoráveis. falaram: "pô, você foi louco, você fez isso antes da esao, você vai ver a sua turma, você vai ter preconceito, você vai ser excomungado, eu acho que você foi... uma atitude muito:: infantil, muito imatura..."
138.		isso pessoal mais velho. já p pessoal da minha idade, da minha idade, um pouco mais velho, ou seja, tenentes, capitães, aspiras e capitães da minha geração, todos me parabenizaram.
139.		
140.		
141.		
142.		
143.		
144.		
145.		
146.		
147.	Flávia	hum
148.	Ronaldo	tipo, serviu de inspiração. não é à toa que, por exemplo, o Eduardo tá querendo agora casar::
149.		
150.		
151.	Flávia	u-hum
152.	Ronaldo	tá entendendo? um amigo meu da da da aviação, da força aérea, que também quando tiver, vai se casar normalmente... então, você vê que tanto no meio homoafetivo o pessoal aceitou bem, da minha geração mais da nossa geração. e eu também vi que no meio hétero, o pessoal da geração mais nova, tem uma aceitação melhor do que assim, da geração mais velha. exemplo, eu apresento o carlos e tenho convivência com o pessoal da minha idade e mais novo, ou seja, capitães, tenentes e aspirantes, como de igual para igual.
153.		
154.		
155.		
156.		
157.		
158.		
159.		
160.		
161.		
162.		
163.		
164.	Flávia	sei
165.	Ronaldo	você não vê aquela, aquele, aquele:: preconceito, aquela, aquele preconceito velado. você não sente isso. é como se fosse uma relação de igual para igual. não é à toa que chamam a gente pra churrasco, chamam a gente pra almoço, tá entendendo?
166.		
167.		
168.		
169.		
170.		
171.	Flávia	sei
172.	Ronaldo	diferente , mas isso, isso::eu vejo mais na nossa idade. o pessoal mais velho...depende muito de conhecer ou não conhecer
173.		
174.		
175.	Flávia	certo
176.	Ronaldo	as outras, os outros... organizações militares, infantaria, cavalaria não aceitam bem. não é à toa que meu comandante disse assim... graças a deus a gente tem muita intimidade, então ele conversa muito comigo, as vezes ele fala "pô, veio o outro comandante e falou": "pô, tu senta junto com o capitão que é gay" não sei o que. "e como é que pode?" isso um coronel de infantaria::, coronel de artilharia:::: "você tem coragem?" ((inaudível)). aí o meu comandante, "pô, qual é o problema? qual é a diferença?" graças a deus o meu comandante ele é muito inteligente nesse sentido e ele realmente tem uma mente muito aberta e ele mesmo falou que quebrou paradigmas. que ele falou que ele era muito
177.		
178.		
179.		
180.		
181.		
182.		
183.		
184.		
185.		
186.		
187.		
188.		
189.		
190.		
191.		

192.		preconceituoso, mas foi quando ele me conheceu
193.		que ele falou "caraca". ele tinha uma imagem
194.		errada do gay e quando ele me conheceu ele
195.		criou outra imagem. porque, infelizmente, o
196.		gay, ele, ele, ao invés de querer ganhar o
197.		respeito, ele quer chocar.

O último excerto selecionado da primeira entrevista de pesquisa que realizei com o Capitão Ronaldo trata justamente da decisão de sair do armário desafiando os mecanismos de controle de poder. Ressalto aqui que a visão que o militar tinha sobre a aceitação de gays na Força vem sendo alterada de acordo com suas próprias experiências, conforme veremos na próxima seção. Por se tratar de uma etnografia, venho acompanhando o caso ao longo dos últimos anos e me parece ser bastante relevante mapear seus discursos ao longo de sua trajetória na caserna para compreender como o próprio Capitão Ronaldo cria sentidos para sua história de vida de forma holística.

Por ter sido o primeiro militar formado na AMAN a declarar um outro homem como seu companheiro abertamente em boletim ostensivo, seu caso teve um caráter pioneiro no caminho da aceitação de casais homoafetivos no Exército Brasileiro.

A narrativa tem início após um questionamento meu sobre o que o levou a sair do armário (como é que você se sentiu, ronaldo, quando::: assim, você resolveu sair do armário... o que que te levou a sair do armário? assim, você resolveu "vou assumir", assim, numa atitude totalmente pioneira até. o que que te levou a fazer isso? - linhas 84-89). Como resposta à minha pergunta, o entrevistado, entre as linhas 90 e 96, inicia uma pequena narrativa sobre o passado, na qual relata a dificuldade pessoal de viver se escondendo (foi aquela coisa, tipo assim... eu sempre quis que o carlos se sentisse como o principal. eu sofria muito. eu sofria muito em (nome da cidade) porque tipo, a gente tava andando junto no shopping, se eu visse algum militar próximo, era como se eu desconhecesse o carlos.). A frase avaliativa "eu sofria muito" é repetida dando ênfase ao sentimento que permeava a sua vida por viver escondendo sua sexualidade. Ao mesmo tempo, esse sentimento de sofrimento parece ser imposto por um sistema maior que rejeita a presença de gays na caserna, pois o que deixava Ronaldo desconfortável não era sair em público com Carlos, mas ser alvo do panoptismo presente

na instituição militar. Isso porque o receio não era de ser visto em público com seu companheiro, mas de ser visto por um colega de farda.

O sentimento de sofrimento é reforçado nas linhas 98-105 (eu sei que isso incomodava ele, entendeu? e junto com isso, eu falei "cara, eu tô cansado de ser mais..." ou seja de tolerar, ou seja de:: ser:: é subjugado mais uma vez. eu já tô assim desde a época da espce, desde a época com a minha própria família, desde a época com, com, na escola, tô cansado de ser, de sofrer), quando Ronaldo evidencia que a homossexualidade é deslegitimada em diversas instituições sociais como a família e a escola. Em seguida, no clímax da história, ele relata o ponto de virada (MISHLER, 2002) que muda o rumo de sua vida para garantir não apenas a sua felicidade, mas para abrir caminhos para que outros militares possam fazer o mesmo (eu falei, quer saber? eu, alguém tem que colocar a cara a tapa pra... com que os outros possam seguir em frente. - linhas 105-107). Nesse ponto de virada, ele decide deixar de ser, como antes, simultaneamente sujeito e objeto de suas ações e transforma a instituição militar em objeto de suas ações.

A *ação complicadora* segue com diversos momentos *de avaliação encaixada* nos quais o Capitão Ronaldo legitima sua união por ser um relacionamento duradouro e estável (eu convivo com o carlos, na época, há quatro anos. nós temos um relacionamento sólido. – linhas 108 - 110). Ronaldo também descreve Carlos e a si mesmo com pessoas íntegras, dignas de frequentar o meio militar, contrariando o estigma do homossexual promíscuo, escandaloso e vulgar (você vê a vida do carlos e é uma carreira correta, você vê a minha vida e é uma carreira correta. ou seja, por mais que queiram jogar pedra, não vão conseguir. então, eu prefiro ser um exemplo para os outros – linhas 110- 114). Esses significados atribuídos ao seu relacionamento são opostos ao sentido construído pelos coronéis no grupo de *WhatsApp* durante a entextualização da história, o que evidencia, mais uma vez, o embate discursivo na luta de poder.

Ronaldo, ao avaliar si mesmo e Carlos como pessoas corretas, que servirão de exemplo positivo no meio militar, parece acreditar que o relacionamento será bem aceito por militares heterossexuais à medida em que estes forem conhecendo a conduta do casal.

O militar faz uma comparação de seu comportamento com o de outros militares gays que, em suas palavras, deram alteração no quartel e acabaram criando um estigma contra militares homossexuais (os exemplos que a gente tinha antigamente, que eram tipo, eram pessoas que deram alteração no quartel... ou seja, como é que alguém vai dizer que um relacionamento gay, homoafetivo é possível na, no meio militar::, se os exemplos que nós temos, não são exemplos? Tá entendendo? – linhas 115-121). Aqui, o oficial, que também é fruto de construções dialógicas que constituem a cultura militar, parece culpabilizar outros militares gays pelos discursos e práticas homofóbicas que emergem nos quartéis, reforçando a ordem do discurso presente na instituição constantemente atravessada pelas relações de poder.

Nas linhas 123 a 125, o Capitão Ronaldo afirma seu desejo de ser um pioneiro ao sair do armário e provar que seu relacionamento com Carlos é tão estável e digno como o de qualquer casal heterossexual (eu falei, quer saber, então eu vou botar a cara a tapa pra que outras pessoas tenham coragem e saibam que você não é diferente.). Dessa forma, o entrevistado aceita o desafio de sofrer o preconceito (vou botar a cara a tapa), assume de vez a agentividade, e se propõe a servir de mártir - um Cristo que apanha na cara - para que outros militares, que vivem no armário (pra que outras pessoas tenham coragem) possam também se libertar. Tudo isso desestabiliza a ordem de indexicalidade que impõe a heteronormatividade como norma no cenário militar.

Após as declarações sobre as intenções de romper paradigmas, questiono como foi a aceitação entre os próprios militares gays e se ele sente que conseguiu abrir as portas para outros colegas (linhas 128-133). Nas linhas 134-145, o militar faz uma relação entre a aprovação por sua atitude e a faixa etária dos indivíduos. Para ele, militares gays mais velhos reprovaram sua atitude ("pô, você foi louco, você fez isso antes da esao⁴⁷, você vai ver a sua turma, você vai ter preconceito, você vai ser

⁴⁷ EsAO – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Todos os militares no posto de capitão são obrigados a frequentar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais oferecido na EsAO. No caso dos militares formados na AMAN, todos são transferidos para o Rio de Janeiro durante o ano presencial do curso. Após a conclusão do curso, todos são novamente transferidos para diversas Organizações Militares do Brasil na condição de

excomungado, eu acho que você foi... uma atitude muito:: infantil, muito imatura..."). Essa visão dos mais velhos vai ao encontro do posicionamento do Coronel Fernando, conforme vimos no capítulo 5, sobre a necessidade de avaliar o momento da carreira antes de fazer o *coming out*. Por outro lado, na visão do Capitão Ronaldo, os militares mais jovens aprovaram sua decisão (já o pessoal da minha idade, da minha idade, um pouco mais velho, ou seja, tenentes, capitães, aspiras e capitães da minha geração, todos me parabenizaram. – linhas 142-145). O militar reforça sua intenção de servir de exemplo para outros ao mencionar o caso do Major Eduardo, que na época ainda não havia saído abertamente do armário (tipo, serviu de inspiração. não é à toa que, por exemplo, o Eduardo tá querendo agora casar:: - linhas 147-149).

Na mesma construção de sentido, a partir da linha 153, o Capitão Ronaldo associa a aceitação de homossexuais no meio militar à geração das pessoas. Segundo ele, os mais jovens aceitam bem, convivem com ele e com Carlos sem preconceito (você não vê aquela, aquele, aquele:: preconceito, aquela, aquele preconceito velado. você não sente isso. é como se fosse uma relação de igual para igual. não é à toa que chamam a gente pra churrasco, chamam a gente pra almoço, tá entendendo? – linhas 164-169), mostrando que sua relação homoafetiva parece não impactar na coesão social da tropa.

Ainda sobre a relação entre aceitação e faixa etária, o Capitão Ronaldo afirma que entre os mais velhos isso depende de conhecer ou não a postura do militar gay. Possivelmente, dentro dessa perspectiva, essa seja uma justificativa para a forma como os coronéis do grupo de *WhatsApp* lidam com a saída do armário do Capitão Ronaldo. Naquele grupo, todos têm cerca de 20 anos a mais que o oficial. Talvez por não o conhecerem e por estarem inseridos em um contexto diretamente construído por vozes que rejeitam a homossexualidade, tenham dificuldade em aceitar sua orientação sexual.

capitão aperfeiçoado. Os mais bem colocados na turma geralmente têm a oportunidade de fazerem curso semelhantes em escolas de aperfeiçoamento de outros países, o que é tido como um prêmio para os mais bem classificados.

A partir da linha 175, o militar encaixa uma outra pequena narrativa em sua narrativa maior de saída do armário para ressaltar que, nos quartéis de armas-base (Infantaria e Cavalaria), homossexuais não são bem aceitos. Para exemplificar e explicar a afirmação, ele lança mão da estratégia de diálogo construído para narrar uma conversa hipotética que seu comandante teria tido com um outro comandante (pô, veio o outro comandante e falou: “pô, tu senta junto com o capitão que é gay” não sei o que. “e como é que pode?” isso um coronel de infantaria::, coronel de artilharia:::: “você tem coragem?” – linhas 180-184). É interessante perceber que embora seja uma tentativa de reconstrução de uma conversa, a concepção de que não se deve sentar no rancho com um gay foi algo também percebido pelo Coronel Fernando, que inclusive defendeu que isso “não era coisa de sua cabeça”. Melhor dizendo, não se trata de algo hipotético ou fantasioso, mas de experiências vivenciadas no cotidiano da caserna que funcionam como mecanismos que afastam os sujeitos gays e atuam para a manutenção do armário como um dispositivo de controle social. Esse tipo de rejeição impacta diretamente na coesão social da tropa.

O narrador segue contando a história através do uso de sentenças que vão sinalizando como o seu comportamento possibilitou que seu comandante, antes preconceituoso, conseguisse encarar a presença de um gay no quartel de forma diferente (ele mesmo falou que quebrou paradigmas. que ele falou que ele era muito preconceituoso – linhas 189-191). A interjeição “caraca” (linha 192), usada na forma de diálogo construído para representar a voz do comandante, parece ser usada para avaliar como o seu comportamento surpreendeu seu superior positivamente. Essa avaliação é complementada com o resultado dessa pequena narrativa (ele tinha uma imagem errada do gay e quando ele me conheceu ele criou outra imagem. – linhas 192-194). Ou seja, na concepção do Capitão Ronaldo, o objetivo de ser visto como um militar padrão, digno de respeito, a despeito de sua sexualidade, havia sido atingido. Seu comandante, embora inserido nessa disputa discursiva constante por controle da sexualidade, parece ter conseguido rever seus conceitos e julgamentos.

Por fim, a narrativa é encerrada com uma *coda* construída dialogicamente por um discurso do senso comum que estigmatiza o gay como sendo uma pessoa que não se dá ao respeito, escandalosa (porque, infelizmente, o gay, ele, ele, ao invés de

querer ganhar o respeito, ele quer chocar. - linhas 194-196). Esse é um ato de fala complexo, que a um só tempo desafia e reproduz estereótipos sobre militares gays. Por mais que o próprio Capitão Ronaldo se identifique como gay, de acordo com Bakhtin (1979), seu discurso também é constituído dialogicamente por outros discursos e outras vozes que, por sua vez, constroem socialmente o discurso de preconceito. Em outras palavras, seu discurso, ainda que talvez não percebido por ele mesmo, é mais um elo nessa cadeia discursiva que dá força ao discurso homofóbico de nível macrossocial e estigmatiza o homossexual.

7.3

“Tem um pika de matbel casado com um barbudo” – sistemas de dominação

Dois anos após a entrevista analisada na subseção anterior, o Capitão Ronaldo foi transferido para realizar um curso de pós-graduação obrigatório na carreira. Assim como os demais militares que são casados, mudou-se acompanhado de seu cônjuge. Durante o curso, todos os militares que possuem dependentes fazem jus a um PNR (Próprio Residencial Nacional – uma casa ou um apartamento do Exército Brasileiro) para morar. A ocupação do PNR se dá mediante a comprovação de que o militar possui dependentes que moram com ele. Ronaldo, por direito, ocupou um PNR na vila militar com Carlos. Inicialmente, descreveu estar muito feliz na casa nova. Aos poucos foram se enturmando com outras famílias que também estavam lá pelos mesmos motivos. Diversas vezes, Ronaldo me relatou os planos de se dedicar integralmente aos estudos para ser instrutor do curso posteriormente. Ao mesmo tempo, tinha planos de seguir numa boa classificação na turma para que tivesse oportunidades melhores na carreira, como uma missão no exterior, por exemplo. Enquanto isso, Carlos, chefe de cozinha, passou a divulgar suas vendas no grupo de *WhatsApp* das esposas da vila. Além dele, várias esposas também divulgavam seus trabalhos. Havia venda de bolos, cosméticos, roupas, artesanatos, serviços de fisioterapia, depilação a cera e a laser, design de sobrancelhas, entre outros. Essa é uma prática muito comum em vilas militares devido ao fato de militares se mudarem com frequência e suas esposas terem dificuldade em seguir uma carreira estável.

Ao longo dos meus anos no Exército, morei em diversas vilas militares e, em todas elas, essa prática de vendas e ofertas de serviços dentro de PNR sempre ocorreu sem qualquer estranhamento, embora o regulamento determine que o PNR não possa ser usado para fins comerciais. Mas o caso do Capitão Ronaldo foi diferente.

As vendas de Carlos foram crescendo, ganhando visibilidade e incomodando alguns militares. Ronaldo foi chamado por superiores para explicar por que Carlos estava utilizando o PNR para fins comerciais. Nenhum outro militar heterosexual foi chamado para explicar as vendas/ serviços de suas esposas. Na época, conforme seu relato, Ronaldo foi avisado que se Carlos não parasse imediatamente com suas vendas, o casal teria que desocupar o PNR.

A partir desse momento, Ronaldo começou a perceber que a realidade que vivera na guarnição anterior, onde saiu do armário, era diferente da atual. Na mesma época, as fotos de Ronaldo e Carlos começaram a circular novamente em grupos virtuais. Mesmo depois de três anos fora do armário, o assunto parecia ser novamente uma notícia interessante e o casal viralizou mais uma vez.

A seguir, apresento um *print* que resume o tipo de discurso que circulou na época. Como é possível ver na figura 35, a mensagem viralizada é uma entextualização de fotos pessoais de Ronaldo e Carlos, que tomam novo sentido ao serem retiradas de suas redes sociais privadas e serem encaminhadas e compartilhadas em grupos de *WhatsApp*. As fotos são acompanhadas de um texto escrito por outra pessoa que não participava do grupo. O interesse por encaminhar para um grupo de militares tais mensagens é por si só uma indexicalização sobre o sentido dado às fotos.



Figura 35

O texto é uma pequena narrativa que começa com uma orientação do que vai ser dito. O autor cita o local (omitido) e os personagens (“um pika de mabel⁴⁸ casado com um barbudo”). Os termos utilizados para substantivar os personagens (“pika” e “barbudo”) são pistas de contextualização que refletem a desaprovação do narrador. Em seguida, ele segue com ações desencadeadas temporalmente para contar o ocorrido (“pegou PNR”, “o barbudo está no grupo das esposas, vende bolo e curso de bolo e eles malham em canga⁴⁹ na Smart Fit⁵⁰”). Com a *coda* “não duvido de mais nada”, o narrador encerra a narrativa ao mesmo tempo que expõe sua avaliação negativa para o caso. A fim de ilustrar e expor os personagens da história, fotos são

⁴⁸“Mabel” aqui é uma grafia errada para Matbel, em referência ao quadro de Material Bélico.

⁴⁹ Canga é o termo bastante utilizado em exercícios militares no campo. O “canga” é o militar que faz dupla com outro durante o combate.

⁵⁰ Nome de uma rede de academias de ginástica.

entextualizadas seguidas da frase “Aí fica difícil” e do recurso semiótico de um *emoji* com os dentes cerrados (XD), que parece ser usado para projetar a interação como fofoca.

O que chama a atenção nesse segundo caso de viralização é o fato de não ser mais uma novidade. A motivação não parece ser a de mostrar um gay novo para os colegas, tão pouco forçar as portas do armário de alguém que tenta fechá-las. O Capitão Ronaldo já havia se assumido e não tinha nada para esconder. Assim, a justificativa para as postagens parece estar amparada justamente na disputa de poder, e no que é vendido como bizarro: o companheiro estar no grupo de “esposas”. Essa é a informação nova que constrói o estranhamento para a fofoca. Ainda, essa nova viralização indica que sair do armário não é o suficiente para afastar os vigilantes de plantão. O panoptismo perdurou tanto nas redes sociais quanto em locais físicos, na própria academia de ginástica, por exemplo.

No embate discursivo de “aceitação versus rejeição” de sujeitos homossexuais vivendo abertamente na Força houve também quem se posicionasse a favor do Capitão Ronaldo, o que endossa a própria voz do entrevistado ao dizer, anteriormente, que havia pessoas que aceitaram bem o caso.



Figura 36

Na figura 36, é possível observar uma postagem na qual a foto do casal aparece seguida da pergunta “Isso pode?” e um *emoji* de questionamento (🤔). A pergunta em si indexicaliza um tom de indignação e não de dúvida, pois como militar e conhecedor da legislação vigente, a pessoa que questiona sabe que sim, de acordo com a legislação, “isso pode”. O que parece incomodar é o fato de o Capitão Ronaldo desafiar a vontade de verdade e viver abertamente a sua sexualidade. O que talvez “não possa”, na visão do militar que questionou a foto, é justamente abrir as portas do armário e viver normalmente como um casal heterossexual no meio militar.

A resposta ao questionamento quebra o enquadre dado a foto, pois é contrária à vontade de verdade de quem a postou. O interlocutor elogia o Capitão Ronaldo por ser alguém “acima da média” e “muito discreto”. O adjetivo “discreto” corrobora com a ideia de que o gay para ser respeitado precisa ser “discreto”, ou seja, não pode parecer gay. Por fim, o interlocutor responde “o mundo mudou, meu amigo”, indexicalizando a noção de que temos novas legislações, novas ideologias e as pessoas precisam se adaptar a tudo isso.

7.4

Quatro anos depois: novas percepções

Enquanto finalizava este capítulo, entrei em contato com o Capitão Ronaldo devido à minha inquietação por saber se suas expectativas haviam se confirmado, se a aceitação estava ocorrendo como ele esperava, devido ao seu comportamento e ao seu desempenho acadêmico acima da média. Como sempre, fui muito bem recebida e Ronaldo aceitou prontamente falar sobre sua vida e suas impressões para contribuir com a pesquisa. Devidamente autorizada por Ronaldo, fiz alguns recortes de nossa conversa, realizada em aplicativo de mensagens, para compor a análise dessa etnografia.

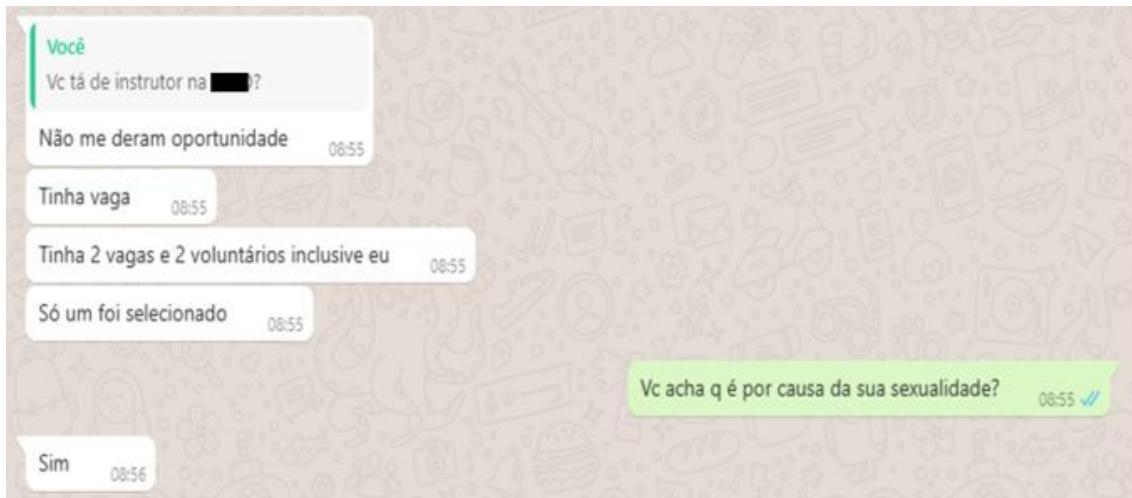


Figura 37

Iniciei a conversa perguntando se ele havia conseguido a vaga de instrutor que almejava, pois sabia que ele ainda morava na mesma cidade e que tinha a intenção de trabalhar como instrutor na escola onde havia completado o curso no ano anterior. A primeira resposta já indicia um tom de desapontamento (“não me deram oportunidade”). Em seguida, na nossa interação, percebemos a estigmatização (GOFFMAN, 1988) contra militares gays e os prejuízos na carreira do militar por viver abertamente a sua sexualidade e ser alvo constante de panoptismo. O militar sinaliza ter consciência de que fora preterido por ser gay.

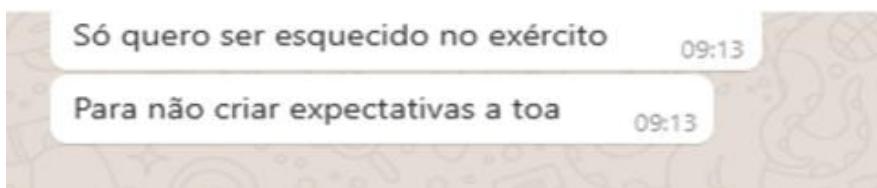


Figura 38

O sentimento de frustração com a carreira pode ser percebido na figura 38, ao dizer que quer ser esquecido no Exército para não criar expectativas de oportunidades na carreira que provavelmente não virão, apesar de ser “zero de turma” e sempre se esforçar para ser um bom profissional.

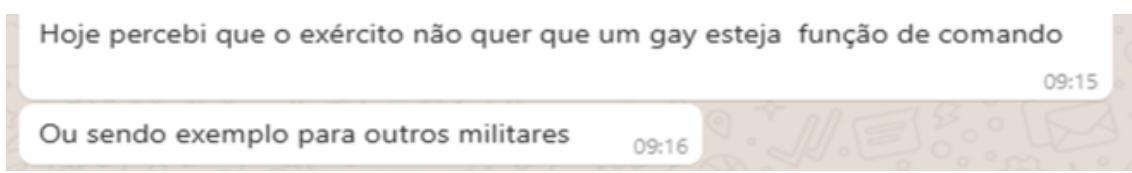


Figura 39

Na figura 39, vemos que a perspectiva inicial que Ronaldo tinha ao sair do armário de ser visto como um profissional exemplar, alguém que pudesse mostrar a outros militares que é possível ser gay sem escandalizar seus superiores, a tropa e a família militar, não se concretizou, de acordo com sua própria percepção. Além disso, o militar afirma que a instituição não quer um gay em função de comando. Ronaldo parece projetar o Exército como um lugar onde os gays não são bem-vindos e não têm espaço para funções de maior destaque. Ele atribui a responsabilidade pela rejeição de gays na caserna à própria instituição, e não a pessoas específicas. Aqui, aquela agentividade quase de um mártir, da narrativa de anos anteriores, parece dar lugar a uma fala sem esperança.



Figura 40

A apreciação sobre o afastamento de gays de função de comando é ratificada na figura 40, quando o capitão afirma que até hoje não comandou uma companhia. Com isso, ele indica que sua sexualidade parece interferir diretamente na coesão da missão (ROCHA, 2011). Em seguida, eu questiono se a aceitação fica apenas no campo das leis, mas não se materializa na prática. Indago, ainda, se, caso queira ter perspectivas na carreira, o militar deve permanecer no armário. Ronaldo responde que sim, essa é a regra do jogo e faz sua avaliação – “infelizmente”. Essa visão de que a regra do jogo é manter-se no armário, vai ao encontro do que foi dito por outros militares homossexuais quando o Capitão Ronaldo saiu do armário, segundo seu próprio relato. A crítica, na época, dos mais experientes expressa a visão de alguém que já viveu mais tempo na instituição e já previa que Ronaldo enfrentaria dificuldades na carreira por se assumir gay. Isso parece também confirmar a visão do Coronel Fernando de que há vários elementos a serem colocados na balança antes de decidir romper o silêncio imposto pelo armário, pois a carreira do militar pode ser negativamente impactada.

Na sequência, com a impressão de que ele está frustrado com a experiência que teve nos últimos tempos, questiono se ele está feliz no campo da vida pessoal e se se arrepende de ter se assumido abertamente. A resposta do Capitão Ronaldo mostra que para ele, a vida pessoal está acima da profissional. Ao dizer “pessoalmente não me arrependo”, Ronaldo mostra o avesso de seu enunciado. Ou seja, no campo profissional, talvez haja um arrependimento. Dessa lente retrovisora (MISHLER, 2002), ele parece não reconhecer mais a função política do ato. A resignação em relação à carreira pode ser percebida em “Eu estou de boa. Já me adaptei a essa situação”.

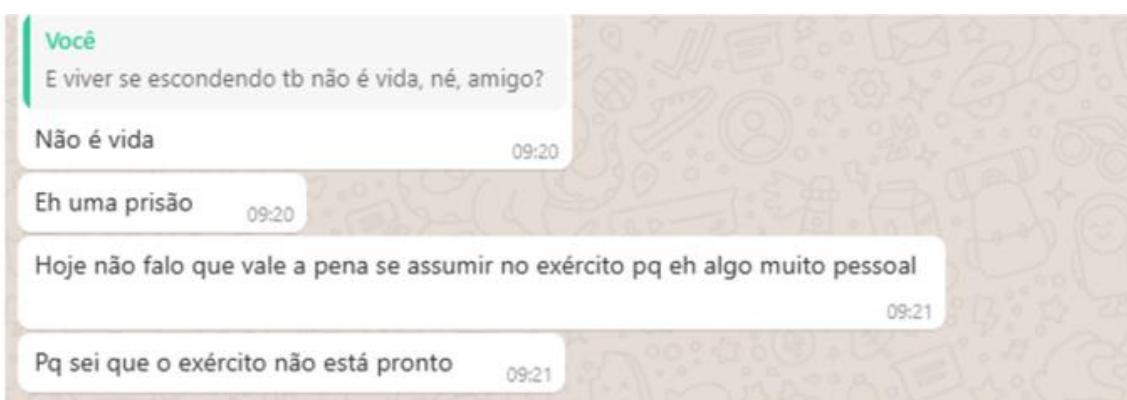


Figura 41

Ainda sobre o sentimento de liberdade que a saída do armário pode oferecer, afirmo que viver se escondendo não é vida. Ronaldo concorda e reitera que viver assim é uma prisão. Em seguida, ratifica que não mais levanta a bandeira da saída do armário, por ser algo muito pessoal. E assegura, com base na sua própria experiência de vida, que o Exército não está pronto. Ronaldo, não atribui o preconceito a pessoas específicas, mas à própria instituição.

O que parece ser percebido pelo Capitão Ronaldo é justamente essa luta de poder imposta pelas instituições sociais. O oficial, por meio de suas próprias experiências na caserna, constata que existe no meio militar uma vontade de verdade que normatiza a norma heterossexual como única forma possível de viver a sexualidade. Esse sistema de exclusão se sustenta por um suporte institucional ao mesmo tempo em que é reforçado e reconduzido por meio de um conjunto de práticas discursivas, que reafirmam a homofobia na caserna. Portanto, percebe-se que a homofobia se caracteriza com um sistema complexo de disputas de poder e controle social.

(In)Conclusões

“Atenção, atenção! É uma nova era no Brasil: Menino veste azul e menina veste rosa.”

Ministra Damares Alves

Dia 04 de janeiro de 2019 - Logo após tomar posse do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a ministra Damares Alves, acompanhada por seus apoiadores, anuncia festivamente uma nova era no Brasil após a posse do presidente Jair Bolsonaro. Esse novo ciclo, segundo a ministra, engloba a retomada de uma visão de família heteronormativa com papéis de gênero tradicionalmente delineados para homens e mulheres. Tal discurso heterossexista vem tomando fôlego e espaço em nossa sociedade, tentando apagar e deslegitimar todas as lutas sociais pelos direitos das minorias⁵¹ sexuais travadas ao longo das últimas décadas. É precisamente nessa conjuntura de constantes ofensas, obliterações e desqualificações de homossexuais por parte tanto do poder público quanto de boa parte da população em geral, impulsionados principalmente pelo surgimento das redes sociais, que a presente pesquisa se assenta.

É relevante ressaltar esse cenário de forte enaltecimento do discurso homofóbico porque adotei uma visão de linguagem como um produto de uma coletividade, um meio que viabiliza a construção de uma visão de mundo, que se confunde com a própria cultura. O discurso, dialogicamente construído por fatores ideológicos, é basilar para o desenvolvimento da consciência do indivíduo sobre si mesmo e sobre a sociedade. Através do discurso, as pessoas se relacionam umas com as outras e constroem representações sobre a realidade em que vivem. Portanto, a linguagem não é uma mera materialização do pensamento ou um código linguístico, ela é, sobretudo, um local de ação sobre a vida.

⁵¹ O termo “minoria” aqui diz respeito a minorias sociais. Portanto, não se trata de minorias em quantidade, mas em representatividade.

Com tal visão de linguagem em mente, propus percorrer os dados que foram analisados a partir de uma lente crítica, por entender que o discurso constrói e é construído em práticas sociais. Acredito que cabe ao linguista aplicado pensar nos problemas da sociedade e se ocupar de alcançar inteligibilidades para propor e coordenar ações voltadas para a análise dessas adversidades, tanto em escala local quanto em escala mais global.

Conforme argumentei ao longo da pesquisa, no contexto militar, onde o ideal da masculinidade hegemônica vem sendo discursivamente construído ao longo da história da humanidade, ainda impera a concepção de que gays envergonham a farda que vestem, além de não serem capazes de desempenhar as tarefas da caserna. Tal percepção perdura a despeito das lutas sociais, mudanças de legislações e discursos oficiais das instituições militares.

Este trabalho apresentou incertezas, inseguranças e desafios vividos pelo Coronel Fernando, pelo Major Eduardo e pelo Capitão Ronaldo ao decidirem abrir seus armários e subverterem a organização da vontade de verdade sobre determinado ideal de masculinidade na caserna. Ao usarem suas redes sociais para divulgarem dados sobre suas vidas, esses militares ampliaram um discurso de resistência que desestabiliza o tal machismo milenar consolidado na cultura dos quartéis e descrito pelo jornalista Pedro Bial na epígrafe do capítulo 1. As batalhas vividas por cada um, embora distintas, foram marcadas por embates discursivos e lutas por poder.

Conforme foi possível perceber no discurso transscrito na segunda epígrafe do capítulo 1, há militares que resistem ao próprio discurso oficial de aceitação de pessoas LGBT no Exército Brasileiro. Assim como o narrador do áudio apresentado, tais indivíduos questionam a postura oficial da força (“*Que porra de exército é esse?*”), afirmam que a presença de homossexuais desmoraliza a instituição (“*Essa porra desse Exército tá virando é rosa oliva*”), tomam para si a responsabilidade de deixar claro que o cenário militar não tem espaço para pessoas LGBT (“*Alguém tem que falar, caralho, esses traveco não são bem-vindo, pô!*”) e, por fim, se revoltam pela inércia da instituição em coibir a presença de tais sujeitos (“*Aí, ninguém faz nada*”). Indivíduos que perpetuam esses discursos de poder incitam, inclusive, a violência como forma de eliminar as identidades LGBT dos quartéis (“*Ninguém dá tiro na mãe*

dele, ninguém dá tiro no pai. Ninguém espanca o pai dele...") e projetam um saudosismo em relação aos tempos em que, segundo eles, a homossexualidade e as punições ocorriam de forma velada nas instituições militares, sem desestabilizarem o discurso heteronormativo ("Já foi a época já. Já foi..."). Posicionamentos como o do autor do áudio apresentado na segunda epígrafe do capítulo introdutório, nos indica uma fissura entre o discurso de naturalização da aceitação de identidades LGBT na caserna, proferido pelo ex-comandante do Exército e pelo atual vice-presidente da República, e o discurso que circula em grupos virtuais cada vez que um militar sai do armário ou tem sua sexualidade não heteronormativa exposta.

Inseridos em um contexto em que o ideal de homem cis-heterossexual é para muitos a única forma possível e legítima de viver a sexualidade e a masculinidade, os três protagonistas da pesquisa agentivamente combateram discursos estigmatizantes que tentavam desacreditá-los, justamente em um atual cenário político e social, no qual as vozes excludentes, totalitárias e dominadoras buscam se sobrepor sobre todas as outras que rejeitam tais discursos.

Observamos, através dos dados apresentados, que os participantes da pesquisa optaram por compartilhar suas fotos pessoais e seus textos em redes sociais, apesar do monitoramento exercido pelos vigilantes desse panóptico contemporâneo. Ao decidirem viver suas sexualidades abertamente, se viram envolvidos em trajetórias textuais propiciadas pelo avanço das tecnologias digitais, que impulsionam a comunicação ultrarrápida e o compartilhamento de textos. Os oficiais, apoiados ora pelas entextualizações de suas histórias pela mídia, ora por suas próprias narrativas, entraram no embate discursivo e reivindicaram espaço no território militar.

No fogo cruzado de tais trajetórias textuais, os sentidos sobre suas sexualidades foram apagados, alterados e ressignificados a cada movimento de entextualização, sendo constantemente disputados na luta por impor determinada vontade de verdade.

8.1

Perguntas e respostas de pesquisa

As análises dos dados das histórias do Coronel Fernando, do Major Eduardo e do Capitão Ronaldo me auxiliaram a responder às inquietações de pesquisa propostas na introdução (capítulo 1) deste estudo. Retomo aqui as perguntas e ofereço possíveis respostas a elas, com base no meu olhar investigativo.

- (i) Como se movimentam os discursos sobre sexualidade de militares no ambiente digital contemporâneo?

O conceito de entextualização possibilitou perceber que os textos viajam em contextos diversos. Através desse processo de descentralização e recentralização textual, foi possível observar que um elemento toma a forma semiótica de um texto, e, ao ser deslocado de seu contexto inicial, ganha novos contextos e sentidos mediante incontáveis movimentos de ressignificação.

Os dados indicam que as redes sociais possuem funções múltiplas na circulação de discursos. Em certo momento, estas servem como principal, embora não exclusivo, palco tanto de controle das sexualidades não hegemônicas quanto de linchamento virtual. Os movimentos de entextualização, descontextualização e recontextualização dos textos analisados foram cruciais para entender como determinados militares atuam como verdadeiros vigilantes nos panópticos contemporâneos das plataformas digitais. Por meio do monitoramento, se apropriam de fotos e de documentos oficiais para alicerçarem seus discursos e tentarem impelir um controle de corpos e de desejos.

Nesta tese, observamos que no mundo globalizado, marcado pelo avanço das tecnologias, as fronteiras entre o público e o privado se fundem e se mesclam. As plataformas digitais servem como panóptico e como praça pública de embate entre linchamentos e manifestações por liberdade. Nesse cenário, os textos analisados aqui viajaram por esse emaranhado de possibilidades e sentidos. Essa viagem textual não teve uma trajetória fixa, mas rizomática e multidirecional, pois os textos às vezes partiram do privado (documento) em direção ao público (grupo virtual), às vezes do mais aberto (rede

social) em direção ao mais restrito (grupo virtual) e às vezes do mais restrito (grupo virtual) em direção ao mais aberto (jornal).

Embora o panóptico, a rigor, tenha sido concebido originalmente como uma edificação para monitoramento de controle de comportamentos através da vigilância em prisões, nesta tese, me aproponho do conceito de panoptismo, a partir de um ponto de vista simbólico, para entender como os vigilantes buscam padronizar o comportamento de militares gays por meio da observação, da exposição e da imposição da vontade de verdade.

Nas redes sociais, onde muitas vezes as pessoas optam por expor suas vidas, há uma constante vigilância de olhos que não podemos ver, mas que monitoram o comportamento dos usuários. Por outro lado, essas plataformas digitais, nas histórias apresentadas, também serviram como tropa amiga dos militares atacados por possibilitarem a circulação e a visibilidade de seus discursos de resistência no teatro de guerra do embate discursivo.

- (ii) Em cada movimento de entextualização dos discursos sobre sexualidade, que sentidos do texto-evento são recuperados e que sentidos novos são criados?

Ao longo do fluxo de textos analisados, constatei que, a cada entextualização, determinados elementos do texto-evento (uma foto da família, no caso do Coronel Fernando; uma foto do casal, no caso do Major Eduardo; e uma foto do Boletim Interno com a inclusão de dependente, no caso do Capitão Ronaldo) foram mantidos, apagados ou modificados, sempre a serviço da vontade de verdade que se buscava sustentar.

Percebi, primeiramente, que os textos-evento sempre indexicalizavam um discurso de naturalização de famílias e relacionamentos desviantes das normas morais preestabelecidas. No entanto, ao serem entextualizados em postagens de difamação nos grupos virtuais, houve um apagamento dos sentidos de amor e de legitimidade inicialmente projetados. Os textos-suplemento, que dispararam a viralização, recuperaram as fotos e documentos dos textos-evento e conferiram a tais recursos semióticos um sentido de vexame, libertinagem e depravação. As configurações e os sentidos sobre

família foram apagados e reconfigurados como algo animalesco e desonroso. Também foi possível observar que, a despeito dos discursos de ódio que compareceram nas interações do *Whatsapp*, os participantes dos grupos rejeitam o rótulo de homofóbicos e tentam enquadrar as postagens como piadas.

Em outros movimentos de entextualização como resistência, as vozes dos participantes entraram em primeiro plano através de suas narrativas. Nessa dinâmica, houve uma reconfiguração dos sentidos metapragmaticamente projetados no texto-evento. Ao narrarem suas histórias, os oficiais recuperaram sentidos de amor, de família e de retidão ao mesmo tempo em que criaram novos sentidos sobre os discursos de difamação, se posicionaram em relação a seus detratores, e avaliaram a própria instituição militar. Portanto, as narrativas dos participantes foram centrais na análise dos dados por proporcionarem um local privilegiado para o entendimento da vida social e para a construção de um sentido de si mesmos e de outros militares.

Nos casos do Coronel Fernando e do Major Eduardo, houve uma repercussão em órgãos de imprensa, onde as histórias foram novamente entextualizadas. Observei que a mídia recuperou o sentido de legitimidade das relações homoafetivas dos oficiais e posicionou os detratores como homofóbicos (sentido rejeitado por eles mesmos). É importante destacar que a imprensa, nos casos apontados, não posiciona a homofobia na ordem do privado, mas na ordem do institucional, ou seja, como algo praticado por membros da instituição Exército Brasileiro e não por amigos do *Whatsapp*.

No que diz respeito à etnografia do caso do Capitão Ronaldo, foi possível observar como ele mesmo, ao longo dos anos, desconstruiu sentidos sobre si mesmo e sobre a instituição. No decorrer de sua trajetória, através de suas narrativas, ele apaga e modifica sua forma de significar a maneira como a instituição lida com casos de militares abertamente homossexuais. Seus enunciados mais recentes indicam que hoje, ele percebe que o próprio Exército Brasileiro, a despeito da legislação e dos discursos oficiais, não está preparado para a presença de gays em suas fileiras.

Resumindo, nos dados analisados, durante os processos de difamação, observei que fotos do texto-evento foram elementos semióticos usados para expor e ilustrar a

história a ser disparada. No entanto, essa mesma história, por sua vez, nada tinha a ver com a concepção de amor entre dois homens e construção de uma família legítima. Os enunciados presentes nos grupos virtuais carregavam vozes de preconceito e discriminação. Por outro lado, a mídia e os próprios entrevistados entraram na disputa discursiva por poder, reivindicando um sentido de dignidade e validade para suas relações homoafetivas.

- (iii) Como a vontade de verdade da norma heteronormativa emerge nesses processos de entextualização e como cada participante da pesquisa, através de sua narrativa, resiste a essa norma e ressignifica sua saída do armário?

Foi observado um constante embate entre aqueles que se sentem no direito de julgar a moralidade dos relacionamentos homoafetivos e a resistência por parte dos militares vítimas de preconceito. Conforme vimos nos dados apresentados, a legislação vigente confere aos militares o direito de constituírem família com outra pessoa de mesmo sexo biológico, mas isso não os livra dos processos de exposição e difamação nos grupos virtuais por serem gays.

Se, por um lado, há leis que garantem direitos à comunidade LGBT, por outro, há sujeitos que se apoiam no preconceito para impor a vontade de verdade da masculinidade hegemônica e reprimir as manifestações ostensivas de *coming out*.

Os participantes da pesquisa, respaldados pelas legislações institucionais, desafiam a imposição da heteronormatividade através de suas narrativas e até mesmo por meio da exposição de suas vidas nas redes sociais, a despeito do panoptismo exercido naquele ambiente virtual.

Ao narrarem suas histórias, os participantes criaram inteligibilidades para suas experiências de vida. Nos relatos de seus processos de *coming out*, cada um recriou sentidos para os caminhos que os levaram até tal decisão. Ainda, as possíveis consequências para a carreira, desencadeadas pela escolha de sair do armário, também foram avaliadas. Nesse sentido, os dados nos sugerem que a exposição dos casos de saída do armário nas redes sociais (a praça pública contemporânea) funciona como uma forma

de punição para que outros militares não se atrevam a desafiar a lógica heterossexual existente.

Ao longo da pesquisa, observou-se que os participantes têm ciência dos possíveis prejuízos para a carreira, pois entendem que estão inseridos em um contexto no qual, a despeito das leis, ainda perdura um discurso culturalmente enraizado na sociedade militar sobre formas aceitáveis de viver a masculinidade. Quebrar essa concepção é desafiar séculos de um ideal de homem guerreiro heterossexual. Ao afrontarem essa lógica heteronormativa, os participantes não apenas combatem a homofobia, mas enfrentam um campo de produção de significados no qual as pessoas envolvidas, situadas em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus sentidos e crenças.

8.2 Costurando os capítulos

Nesta seção, busco alinhavar os percursos teórico-metodológicos trilhados na construção do estudo.

Com esta pesquisa, procurei investigar quais são os discursos de homofobia que circulam na caserna quando homens militares gays saem do armário ou têm sua sexualidade revelada. Busquei entender, ainda, de que forma os participantes deste estudo se engajam nos embates discursivos na disputa por poder num cenário contemporâneo permeado pelas novas tecnologias digitais. Tudo isso foi feito a partir de uma concepção de linguagem descrita no início desse capítulo. A análise, de cunho interpretativista e qualitativo, se deu a partir de dados gerados em contextos e momentos diversos, apoiada em uma noção de etnografia multissituada. Para tanto, foi preciso mobilizar um vasto arcabouço contextual-teórico que contemplasse esta proposta de pesquisa.

Primeiramente, busquei apontar que a história nos mostra que a concepção atual de homossexualidade nem sempre existiu nas civilizações greco-romanas antigas. Ao contrário do que habita o imaginário popular do ideal de masculinidade do homem militar no tempo presente, na antiguidade greco-romana, os guerreiros lutavam ao lado de seu companheiro, o que lhes dava mais coragem no campo de batalha. Foi com o advento do

cristianismo que o conceito de homossexualidade surgiu. A partir de então, a homossexualidade começou a ser vista como desviante, pois o sexo passa a ser percebido como pecado, caso seja praticado para qualquer fim que não seja a procriação. A fim de mostrar que o fenômeno da homofobia na caserna não se resume ao contexto brasileiro, fiz um breve apanhado sobre a aceitação/ rejeição de homossexuais nas Forças Armadas de alguns países do mundo na contemporaneidade.

Apoiada teórico e metodologicamente na Linguística Aplicada, utilizei os conceitos de entextualização, indexicalidade e dialogismo para analisar os dados. Também fizeram parte do arcabouço teórico a análise de narrativas, bem como as noções de vontade de verdade e panoptismo de Foucault.

A pesquisa foi realizada com a participação de três oficiais – homens gays – do Exército Brasileiro, formados na AMAN, que saíram abertamente do armário ao longo de suas carreiras e foram vítimas de homofobia após o *coming out*.

O Coronel Fernando decidiu sair abertamente do armário após a adoção de seu filho com seu companheiro. Embora as portas de seu armário tenham sido forçadas inúmeras vezes ao longo da carreira (e tenha inclusive sido punido por isso algumas vezes anteriormente), a saída voluntária só aconteceu em um momento em que assegurar os direitos de seu filho era mais importante do que manter o silêncio. O militar enfatizou em sua entrevista que a decisão de sair do armário também levou em conta o fato de já estar no final da carreira, quando não tinha mais nada a perder. Segundo afirmou, existem represálias e perseguições veladas que ocorrem quando um militar tem sua homossexualidade revelada no quartel.

A viralização do caso do coronel Fernando se deu por meio de grupos de militares no *Whatsapp* que entextualizaram uma foto de sua família e atribuíram a ela o sentido de imoralidade. Ao buscar seus direitos em uma delegacia de crimes cibernéticos, o militar acabou concedendo uma entrevista a um importante jornal. Na reportagem publicada, os sentidos de família legítima e amor foram recuperados ao entextualizar a história. Por fim, em excertos extraídos de uma entrevista gravada em áudio, o Coronel Fernando narrou sua experiência de vida, nos remetendo a um contexto social mais amplo e

construindo novos sentidos tanto para a sua história familiar quanto para a difamação que fora vítima.

O major Eduardo, em situação similar, também teve uma foto retirada de seu perfil em uma rede social e entextualizada em grupos de militares no *Whatsapp*. A foto, postada inicialmente junto com um texto em comemoração aos anos passados com seu companheiro, foi entextualizada isoladamente, sem o texto que previamente lhe dava sentido. Os comentários que acompanharam a foto nos grupos de *Whatsapp* em nada se assemelhavam ao texto de amor postado. Nos grupos virtuais, a união dos dois homens foi construída como vexatória para a Força e o militar foi projetado como alguém indigno da farda que veste. Em um movimento de ousadia (até então ninguém havia feito algo parecido no Exército Brasileiro), o militar se nega a abaixar a cabeça e entra no campo de batalha com um texto publicado abertamente em seu perfil do *Facebook*. Em seu discurso, o oficial denuncia os ataques sofridos e cria novos sentidos para si, para seus detratores e para o Exército Brasileiro. Seu texto viralizou e foi entextualizado por diversos órgãos de imprensa que, por sua vez, o posicionaram como vítima de homofobia e construíram os outros militares e a própria instituição como preconceituosos.

O capitão Ronaldo decidiu pioneiramente sair do armário, apresentar sua declaração de união estável com Carlos e viver abertamente em 2017. Por ser um militar bem classificado na turma e bastante competente no que concerne às suas atribuições no quartel, o oficial acreditou que serviria de exemplo para que a instituição percebesse que sua sexualidade em nada atrapalhava seu desempenho profissional. Ao contrário, Ronaldo sonhava em ser visto como um militar exemplar ao lado de Carlos. Assim, pretendia abrir as portas para que outros militares gays também pudessem se assumir. No entanto, o fato de sair abertamente do armário, amparado pela legislação, não livrou Ronaldo de ser alvo de preconceito em momentos distintos de sua carreira. Seu caso foi acompanhado durante alguns anos e o que observei foi um apagamento de seus sonhos profissionais em decorrência do preconceito que sofreu de forma velada nos últimos anos.

Em conversas recentes, Ronaldo atribuiu à instituição a culpa pelo preconceito que acredita ser vítima. Sobre isso, tecerei minhas considerações na seção a seguir expondo as contribuições e as limitações da pesquisa.

8.3

Contribuições e limitações do estudo

Como oficial do Exército Brasileiro e linguista aplicada, que considera a língua como espaço de construção da nossa cultura, acredito que esta pesquisa tenha relevância para as Forças Armadas Brasileiras porque ela se ocupa de situações reais que, ao serem analisadas, nos levam a uma percepção, como já mencionei, de que há uma rachadura entre o discurso oficial e a prática discursiva sobre a aceitação de pessoas LGBT na caserna.

Tudo que se construiu nesta tese foi a partir da análise minuciosa de dados gerados *online* e *offline*, além das interações entre mim e os participantes da pesquisa. Outrossim, minhas vivências etnográficas na caserna sedimentam os meus entendimentos sobre a temática.

Apesar de suas possíveis limitações, pois os dados poderiam ser analisados através de uma infinidade de abordagens, optei por usar lentes discursivas e filosóficas que ofereceram respaldo para os entendimentos alcançados. Acredito que o estudo oferece algumas contribuições inovadoras de ordem teórica, metodológica e social. No que tange à contribuição teórica, o estudo promoveu uma teorização sobre a forma como, na prática, os embates discursivos a respeito da aceitação de homens gays na caserna ocorrem em tempos atuais. Embora haja uma aparente aceitação por parte da instituição por conta da legislação vigente, a homofobia corre oficiosamente entre muitos membros da caserna, em plataformas digitais e em conversas do cotidiano, buscando justamente vigiar e moldar o comportamento de militares homossexuais. Por outro lado, num espaço público, a imprensa atuou como uma voz de resistência no combate à homofobia. A emergência de todas essas vozes dissonantes está vinculada ao advento das plataformas digitais como um universo que possibilita manifestações discursivas de modo público e ultrarrápido. Os recursos de compartilhamento e encaminhamento presentes nas redes sociais tornam o dimensionamento do raio de alcance destes discursos impossível de mensurar.

No que diz respeito à contribuição metodológica, destaco a perspectiva multissituada da pesquisa. Essa abordagem propiciou um entendimento a respeito do tema

de uma forma mais holística, buscando observar o fenômeno por diversos ângulos e lentes dentro da área de Estudos da Linguagem. A ótica multissituada me pareceu apropriada em uma investigação que percorreu contexto digitais e presenciais que demandaram projetar meu olhar de pesquisadora para diferentes espaços. Ao tecer a colcha de retalhos com dados gerados em contextos diversos, procurei evidenciar que esse processo enriquece o entendimento da situação pesquisada.

Concernente à contribuição social, esta tese representa uma possibilidade de entendermos as complexidades envolvidas na ação de sair do armário na caserna. Se por um lado a instituição tenta se adequar às novas demandas sociais por aceitação de pessoas LGBT, por outro, diversos personagens inseridos no contexto tentam desacreditar e controlar as sexualidades desviantes. É relevante ressaltar que o entrelaçamento da ordem do privado e do institucional parece estar mais visível com a emergência das interações no universo digital. Embora possa parecer que alguns discursos são meras opiniões pessoais de determinados militares, quando vemos os reflexos na carreira, na coesão social e na coesão da missão, observamos que essas mesmas pessoas têm o poder de interferência institucional. O panoptismo constante e a punição na praça pública das redes sociais têm uma função bastante clara de controlar os corpos através de dispositivos de exclusão do discurso de resistência. A humilhação funciona como um mecanismo de tentativa de trancamento de armários, principalmente em um cenário em que não ser discreto, para muitos, é sinônimo de desmoralização das forças armadas.

Constatei que optar por sair do armário não é suficiente para encerrar as fofocas e curiosidades a respeito da sexualidade alheia. Como no caso do Capitão Ronaldo, que foi alvo de viralização novamente ao mudar de cidade e ocupar um apartamento com seu marido em uma vila militar, o que parece estar em jogo não é a abrir ou fechar as portas do armário, mas impor o poder da heteronormatização através de condenações em praça pública. Assim, o modelo de comunicabilidade apresentado neste estudo me permitiu, como linguista aplicada, compreender quão crucial é o discurso político em nossa vida social.

Esta pesquisa não visa manchar ou desacreditar a imagem do Exército Brasileiro, força da qual faço parte, mas objetiva construir entendimentos sobre a forma como

discursos e práticas homofóbicas se materializam na caserna. A compreensão do fenômeno pode auxiliar as Forças Armadas na discussão de políticas de combate e enfrentamento da homofobia no meio militar. Entender que o espaço público e o privado estão constantemente interligados, especialmente em um mundo marcado pelo uso das tecnologias digitais, é crucial para dimensionar a responsabilidade pela circulação dos discursos de preconceito. As instituições militares não são formadas apenas por leis, símbolos, documentos, armamentos, aquarelamentos, viaturas, entre outros. Ao contrário, o coração das Forças Armadas são as pessoas que lá estão e ditam as práticas da caserna. Essas pessoas são responsáveis por aplicar a lei e coibir o discurso de preconceito na instituição, em qualquer contexto, seja real ou virtual. Como sempre ouvi nos quartéis, somos militares vinte e quatro horas por dia e representamos as Forças Armadas o tempo todo. Ou seja, nossas ações, por sermos militares, afetam diretamente a imagem da Força, seja positiva ou negativamente.

Baseada na minha própria experiência como oficial de Comunicação Social em alguns quartéis e nas diretrizes da própria instituição, entendo que há uma preocupação constante por parte do Exército Brasileiro em relação à sua imagem perante a opinião pública. A esse respeito, acredito que a pesquisa ajude na compreensão de que, atualmente, a imagem da instituição, de um modo geral, é muito mais condenada pela sociedade quando há uma repercussão negativa na imprensa e nas redes sociais de casos de homofobia dentro da força, do que quando um militar sai do armário. Nessa lógica, o inimigo do Exército, ao contrário do que muitos acreditam, não é o gay, mas o homofóbico. Como afirmou um dos interlocutores da interação apresentada na figura 36 (cf. capítulo 7), “o mundo mudou, meu amigo...”, e, por isso, ambiciono que esse estudo epistêmico contribua com novas políticas e práticas de combate ao crime de homofobia.

Por fim, trago uma reflexão sobre o panoptismo discutido ao longo desta tese. Esse modelo de vigilância é real na vida de todos que desafiam a vontade de verdade heteronormativa inveterada na cultura militar. Talvez, por ter eu mesma passado por processos de vigilância e domesticação, optei por evitar a exposição irrestrita dos meus interesses de pesquisa após ter sido alvo de ataques. Hoje, evito comentar nos quartéis e nas redes sociais sobre meus projetos acadêmicos. Simbolicamente, o meu armário de

pesquisadora está entreaberto, e sei que, a qualquer hora, o vigilante pode estar me monitorando com “olhos que fuzilam o diferente”, para usar as palavras do Major Eduardo que também dão título a essa tese.

Deixo aqui, *prints* de algumas injúrias das quais fui vítima ao defender a minha dissertação de mestrado em 2015. De certa forma, sei o que os meus participantes também atravessaram. As imagens falam por si só.

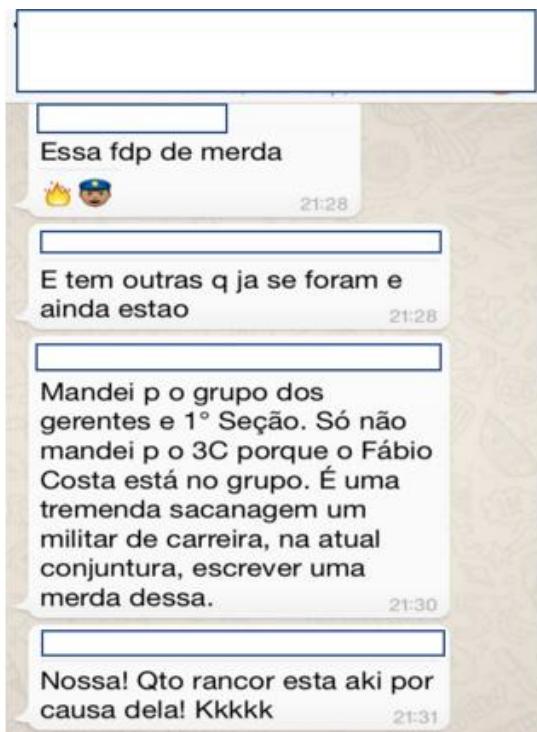


Figura 42

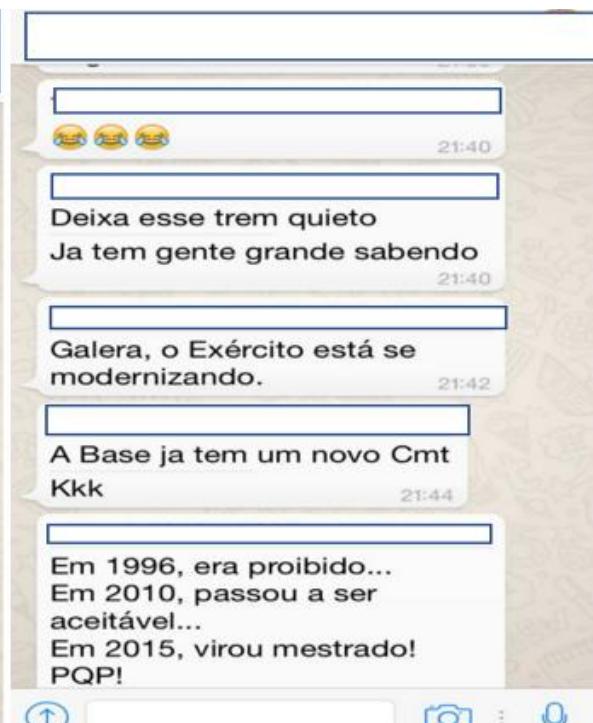


Figura 43

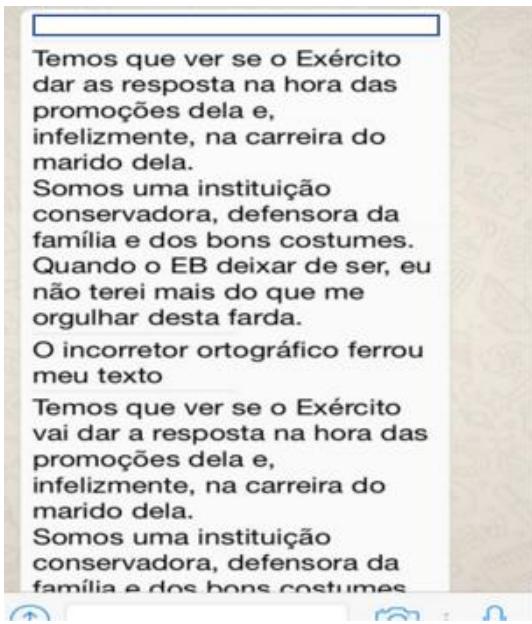


Figura 44

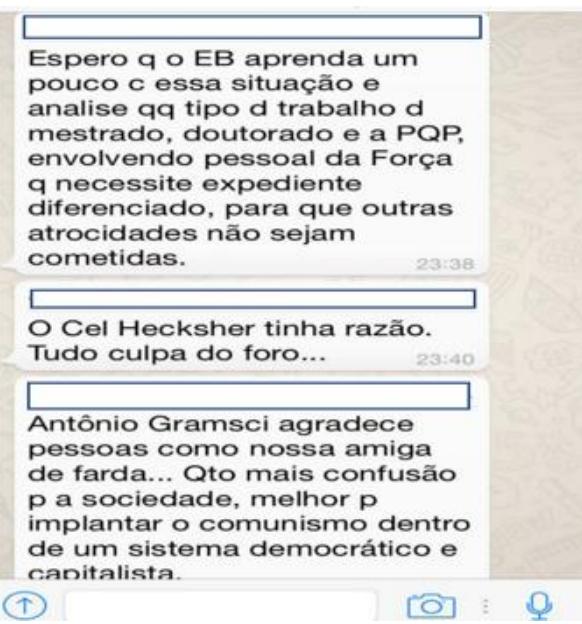


Figura 45

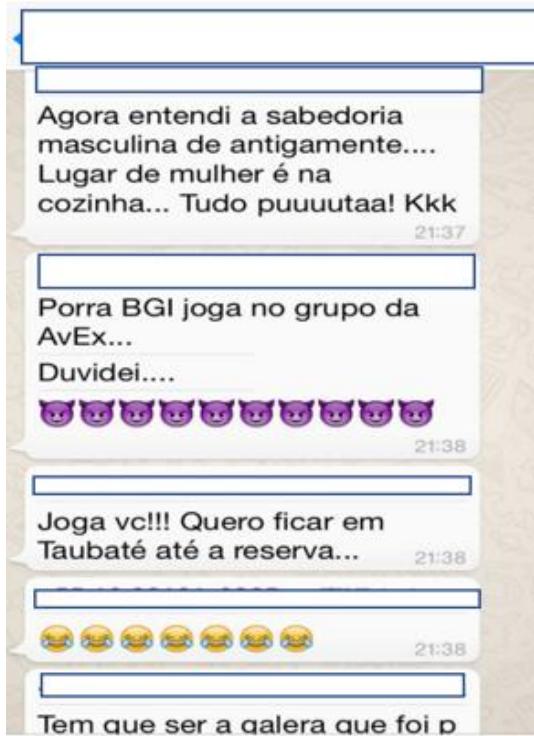


Figura 46

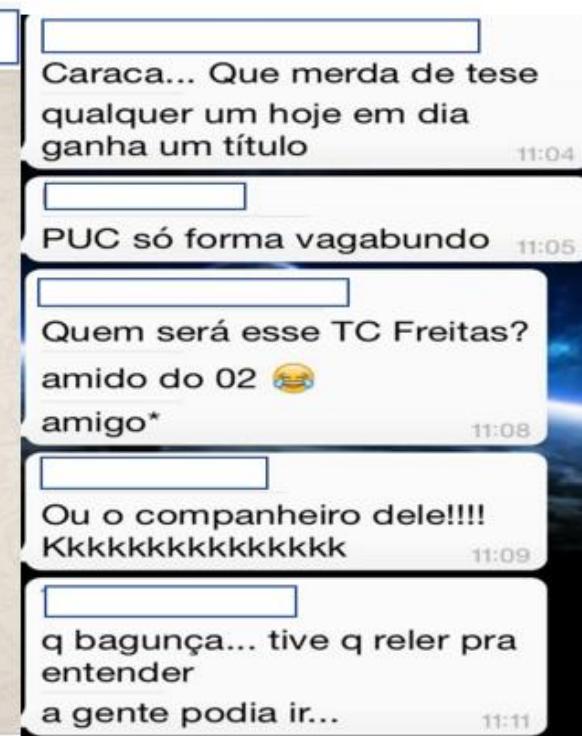


Figura 47

Referências:

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Oxford Univ. Press, 1962. AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer: palavras e ações. Trad. de Danilo Marcondes de Sousa Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, [1979]1992, p.278-326.

BASTOS, Liliana C.; BIAR, Liana. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. In: **D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 31, n. especial, p. 97-125, fevereiro de 2015.

BASTOS, Liliana C.; SANTOS, William S. Entrevista, narrativa e pesquisa. In: Liliana Cabral Bastos; William Soares dos Santos. (Org.). **A entrevista na Pesquisa Qualitativa. Perspectivas em análise da narrativa e da interação**. 1aed. Rio de Janeiro: Quartet e Faperj, 2013, p. 9-18.

BASTOS, Liliana C. Narrativa e vida cotidiana. In: **Revista Scripta**, v. 7, n. 14, p. 118-127, 1º sem. 2004.

BASTOS, Liliana C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais - uma introdução ao estudo da narrativa. In: **Calidoscópio**, São Leopoldo - RS, v. 3, n.2, p. 74-87, 2005.

BARNES II, J.L. **Don't ask, don't tell**: a costly and waisteful choice. Dissertação de mestrado. Naval postgraduate school. Monterey, California, 2004.

BAUMAN, Richard.; BRIGGS, Charles. L. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. In: **Ilha - Revista de Antropologia**, v. 8, n.1, p. 185-229, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELKIN, Aaron. “Don't Ask, Don't Tell”: Does the gay ban undermine the military's reputation?. In: **Armed Forces & Society**, v.34, p.276–291, 2008.

BELKIN. Aaron; LEVITT, Melissa. Homosexuality and the Israel Defense Forces: Did Lifting the Gay Ban Undermine Military Performance?. In: **Armed Forces & Society**, V. 27, n. 4, p. 541-565, 2001.

BLOMMAERT, Jan. O discurso político em sociedades pós-digitais. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 59, n. 1, p. 390–403, 2020.

BLOMMAERT, Jan. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BLOMMAERT, Jan. Sociolinguistics and Discourse Analysis: Orders of Indexicality and Polycentricity, **Journal of Multicultural Discourses**, v.2, n.2, p.115-130, 2007.

BLOMMAERT, Jan. **Discourse**: Key topics in Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BORBA, Rodrigo. “Agora cabe ao Felipe Neto...” Estourar bolhas?. **Contxt**, Rio de Janeiro, 28 jul. 2020. Disponível em: <<http://contxt.letras.ufrj.br/blog/item/18-bolhas.html>>. Acesso em 15 set. 2020.

BORBA, Rodrigo. Receita para se tornar um 'transexual verdadeiro': discurso, interação e (des)identificação no processo transexualizador. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 55, p. 33-75, 2016.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Ferreira & Amado (Org). **Usos e abusos da história oral**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Título original: L'illusion biographique, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1984.

BRASIL. **Regulamento Disciplinar do Exército - R-4** Disponível em: <[D4346.pdf](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/702/1/D4346.pdf)> (eb.m <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/702/1/D4346.pdf>). Acesso em: 10 jun 2017.

BRUNER, Jerome. **Acts of Meaning**. Cambridge, Havard University press, 1990.

BRUNO, Daniela C. **“Brasil acima de tudo!”: narrativa e construção de identidades: o combatente pára-quedista do Exército**. BRUNO, Daniela C. **“Brasil acima de tudo!”: narrativa e construção de identidades: o combatente pára-quedista do Exército**. Rio de Janeiro, 2010. 281p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

BULMER, Sarah. Patriarchal Confusion? In: **International Feminist Journal of Politics**, v15. N. 2, p.137-156. 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].287p.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter**: On the Discursive Limits of “Sex”. Routledge: Nova York e Londres, 1993.

CABRAL FILHO, Robledo N. **À luz dos nossos segredos: por uma revisão da narrativa canônica de saída do armário.** Dissertação de Mestrado. Programa Interdisciplinar em Linguística Aplicada. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

CARRIERI. Alexandre P.; AGUIAR. Ana Rosa C.; DINIZ, Ana Paula R. Reflexões sobre o indivíduo desejante e o sofrimento no trabalho: o assédio moral, a violência simbólica e o movimento homossexual. In: **Cadernos EBAPE.BR**, v.11, n1, artigo 10, Rio de Janeiro, Mar. 2013.

COLLETE, Amanda; Canada to memorialize LGBT victims of Cold War-era ‘gay purge’. **The Washington Post**, Washington-DC, Estados Unidos, 03 mar. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/canada-trudeau-lgbt-gay-purge-memorial/2020/05/01/1223e302-888e-11ea-80df-d24b35a568ae_story.html%202020>. Acesso em 08 jun.2020.

CONNELL, Robert W., MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: Repensando o Conceito. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 21, n. 1, p. 241–282, jan-abr 2013.

COSTA, Flávia C. L. Huber; BIAR, Liana de Andrade. “Já era uma perseguição velada”: narrativas de discriminação homofóbica no contexto militar em perspectiva interacionista. In: **Scripta**. v.19, n.36, Belo Horizonte, p. 409-435, 1º sem 2015.

COSTA, Flávia C. L. Huber. **“Já era uma perseguição velada”: Narrativas de discriminação homofóbica no contexto militar em perspectiva interacionista.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.

CRISTÓVÃO, Leandro da Silva Gomes. **Negociações com o armário: homossexualidades e estigma em narrativas de história de vida.** Rio de Janeiro, 2016. 256f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DE FINA, Anna. Narratives in interviews: the case of accounts for an interactional approach to narrative genres. In: **Narrative Inquiry**, v19, n. 2, p.233-258. 2009.

DEL CORONA, Marcia O.; OSTERMANN, Ana Cristina. Eu não aguento mais!-: a produção de accounts narrativos nas ligações para o serviço de emergência da Brigada Militar (190). In: **Calidoscópio**, São Leopoldo- RS, v. 11, p. 178-191, 2013.

DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna. S. **Introdução:** a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006, p. 15-41.

DRESCHER, Jack. O que tem em seu armário? In: LEVOUNIS, P.; DRESCHER, J.; BARBER, M. E. (Org.). **O livro de casos clínicos LGBT.** Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 21-338.

FABRÍCIO, Branca F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora., 2006. p. 45-65.

FABRÍCIO, Branca. F. Processos de ensino-aprendizagem, educação linguística e descolonialidade. In: Fernando Zolin-Vesz. (Org.). **Linguagens e descolonialidades: práticas linguageiras e produção de (des)colonialidades no mundo contemporâneo**. 1ed.Campinas, SP: Editora Pontes, 2017, v. 2, p. 12-38.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992. FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FIORIN, José Luiz: **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2^a. ed. São Paulo: Contexto, 2016. 160p.

FLEURY, Alessandra R. D.; TORRES, Ana. R. R. **Homossexualidade e Preconceito**: o que pensam os futuros gestores de pessoas. Curitiba: Juruá, 2010

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 2014 [1975]. 302p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996 [1970]. 79p.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.(Org). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2006, p. 345-362.

FREITAS, Letícia F. R. de; LOPES, Luiz Paulo da Moita . Vivenciando a outridade: escalas, indexicalidade e performances narrativas de universitários migrantes. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, p. 147-172, 2019.

GARCEZ, Pedro. M. Deixa eu te contar uma coisa: o trabalho sociológico do narrar na conversa cotidiana. In: Branca T. Ribeiro; Cristina C. Lima; Maria Tereza L. Dantas. (Org.). **Narrativa, identidade e clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB-CUCA (Instituto de Psiquiatria, UFRJ)., 2001, p. 189-213.

GEE, James. P. **Social Linguistics and literacies**: Ideology in discourses. Bristol: The Falmer Press, p. 155 – 158, 1990.

GEORGAKOPOULOU, Alexandra. 1997. Narrative. In: VERSCHUEREN,J; ÖSTMAN, J.; BLOMMAERT, J.; BULCAEN, C. (Org). **Handbook of pragmatics**. Amsterdan/Filadélfia, John Benjamins, p. 1-19.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6^oed. Porto Alegre: Penso, 2012. 847p.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17^aed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1959]. 233p.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. 1^a ed. New York: Harper & Row, 1974. 559p

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4^aed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 160p.

GRICE, H. Paul. Lógica e Conversação. In DASCAL, Marcelo (Org). **Pragmática** – problemas, críticas, perspectivas da lingüística. Campinas: Edição Particular, 1982 [1975], p. 41-58.

GUIMARÃES, Thayse F.; MOITA LOPES, Luiz Paulo. Trajetória de um texto viral em diferentes eventos comunicativos: entextualização, indexicalidade, performances identitárias e etnografia. In: **Alfa: Revista de Linguística** (UNESP ONLINE), v. 61, p. 11-33-33, 2017.

GUMPERZ, John. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (Org) **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, [1982] 2013, p. 149-182.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Trad. T. T. da Silva e G. L. Louro. University Press: DP&A, 1992.

HORDECTE, Israel. Vontade de verdade como exercício de poder: entre Nietzsche e Foucault. In: **Kínesis** (Marília), v. 12, p. 109-123, 2020.

IRVINE, Janice M. Keep sex in the closet. In: **Contexts**, v. 11, n. 2, 2012.

JESUS, Danie M. de.; LIMA, Ana. Paola. S. Construção identitária de um trans-homem em viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois. In: Jesus, Danie Marcelo, Carbonieri, Divanize; Nigro, Cláudia. (Org.). **Estudos sobre gênero**: identidades, discurso e educação -Homenagem a João W. Nery. 1ed.Campinas: Pontes, 2017, v. 1, p. 75-90.

JESUS, Danie M. de. Letramento para a diversidade: dúvidas e incertezas do professor em sala de aula. In: Jesus, Danie Marcelo; Zolin Vesz, Fernando; Carbonieri, Divanize. (Org.). **Perspectivas críticas no ensino de línguas**: novos sentidos para a escola. 1ed.Campinas: Pontes, 2017, v. 1, p. 67-76.

JESUS, Danie Marcelo de. Cultura da violência: Discurso sobre assassinatos de travestis entre internautas. In: Jesus, Danie Marcelo de; Melo, Glenda Cristina Valim de; Tchalian, Vicente; Júnior, Sara Wagner Pimenta Gonçalves. (Org.). **Corpos transgressores**: política de resistência. 1ed.Campinas: Pontes, 2018, v. 1, p. 67-80.

LABOV, William; WALETSKY, Joshua. Narrative Analysis oral versions of personal experience. In: HELM, June. (Org.). **Essays on the verbal and visual arts**. 1^a ed. Seattle: University of Washington Press.1967, p. 12-44.

LABOV, William. The transformation of experience in narrative syntax. In: **Language in the inner city studies in the Black English Vernacular**. 1^a ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. 354-396.

LEPPÄNEN, S., KYTÖLÄ, S., JOUSMÄKI, H., PEURONEN, S., & WESTINEN, E. E. (2013). Entextualization and resemiotization as resources for (dis)identification in social media. In: **Tilburg Papers in Culture Studies**, n. 57, 2013. Disponível em: <https://www.tilburguniversity.edu/sites/tiu/files/download/TPCS_57_Leppanen-etal_2.pdf>. Acesso em 13 jun 2020.

LINDE, Charlotte. **Life Stories the creation of coherence**. 1^a ed. New York: Oxford University Press, 1993.

LIONÇO Tatiana & DINIZ Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: **Psicologia Política**, v.8, n.16, p.307-324, 2008.

LOURO, Guacira L. Corpo, escola e identidade. In: **Educação e Realidade**, v.25, n. 2, p. 59-75, jul.-dez., 2000.

MARQUES, Léo. 10 famosos militares LGBT que entraram para a história humana. **Universa UOL**, Brasil, 08 out. 2018. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/10/08/10-famosos-militares-lgbt-que-entraram-para-a-historia-humana.htm>>. Acesso em 15 jun. 2020.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. In: **Annual Review of Anthropology**, 24, p. 95-117, 1995.

MELO, Glenda Cristina Valim de; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico. In: **Linguagem em (Dis)curso (Online)**, v. 3, p. 653-673, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de S. Amostragem e saturação. In: **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.5, n.7, p.01-12, abril 2017.

MISKOLCI, Richard. O armário ampliado: notas sobre a sociabilidade homoerótica na era da internet. In: **Gênero**, v. 9, n. 2, p. 171-190, 2009.

MISKOLCI, Richard. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. In: **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 21, p. 301-324, 2013.

LOPES, Luiz Paulo da Moita ; Fabrício, Branca F. Por uma ‘proximidade crítica’ nos estudos em Linguística Aplicada. In: **Caledoscópio**, v. 17, p. 711-723, 2019.

MISHLER, Elliot. **Research interviewing. Context and narrative**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MISHLER, Elliot. **Storylines. Craftartists' Narratives of Identity**. Cambridge: Harvard University Press, 1999

MISHLER, Elliot. “Narrativa e Identidade: a mão dupla do tempo”. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (Org.). **Identidades. Recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, p. 97-119, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Introdução: como construir discursivamente o português no século XXI. In: Moita Lopes, Luiz Paulo. (Org.). **Português no Século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. 1ed. São Paulo: Parábola, 2013a, v. 1, p. 18-52.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. O como e o porquê de teorizar o português como recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In: Moita Lopes, Luiz Paulo. (Org.). **Português no Século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. 1ed. São Paulo: Parábola, 2013b, v. 1, p. 101-119.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006, p.13-44.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Discursos sobre gays em uma sala de aula no Rio de Janeiro: é possível queer os contextos de letramento escolar? In: **VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra**, 2004a. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v9n2/07.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2013.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Contemporaneidade e construção de conhecimento na área de estudos lingüísticos. In: **Scripta**, p. 159-171, mar. 2004b. ISSN 2358-3428. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12552>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Práticas narrativas como espaço de construção de identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. IN: RIBEIRO, Branca Telles; LIMA, Cristina Costa; DANTAS, Maria Tereza Lopes (Org.). **Narrativa, Identidade e Clínica**. Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001.

NEIRA, Marcus. G.; LIPPI, Bruno. G. Tecendo a colcha de retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. In: **Educacao e Realidade**, v. 37, p. 607-625, 2012.

NÓBREGA, Adriana. N.; MAGALHÃES, Célia. E. A. Narrativa e identidade: Contribuições da avaliação no processo de (re-)construção identitária em sala de aula universitária. In: **Revista Veredas**, v. 16, p. 68-84, 2012.

NORRICK, Neal R.; Narratives of vicarious experience in conversation. In: **Language in Society**. Cambridge University Press. Vol. 42, nº4, pp.385-406, 2013.

OLIVEIRA, Livia M. de; BASTOS, Liliana C. Aspectos da dinâmica interacional de histórias de pessoas com afasia. In: **Caledoscópio**. vol. 10, n.2p. 194-210, mai/ago 2012.

OLIVEIRA, Talita. de. **Educação e ascensão social: performances narrativas de alunos da rede pública federal na Baixada Fluminense**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

PEREIRA, Maria das Graças D. Introdução. In: **Palavra**, Rio de Janeiro, v.8, p.7-25, 2002.

PEREIRA, Olga. Reflexão de abertura - o dialogismo e as cicatrizes da escravidão: uma reflexão metodológica In: SOBRAL, A., BOHN, H. (Org) **Dialogismo**: bordas, fronteiras, imprecisões, sentidos. Textos do II Diálogos Transdisciplinares Pelotas: EDUCAT, 2016. p. 16-27.

PINTO, Joana P. É só mimimi? Disputas metapragmáticas em espaços públicos online. In: **Interdisciplinar**: Revista em estudos de língua e literatura, v. 31, jan.-jun., p. 221-236, 2019.

POCAHY, Fernando; OLIVEIRA, Rosana de; IMPERTORI, Tháis. Cores e dores do preconceito: entre o boxe e o balé. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Org). **Homofobia e Educação**: um desafio ao silêncio. 1^a ed. Brasília: LetrasLivres: Ed UnB, 2009. p. 161-194.

PONTES, Herimatéia. A Indexicalidade na construção discursiva de identidades sociais. In: **Revista do Gelne**, Piauí, v.11, n.1, 2009

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma linguística crítica. In: **Línguas e Letras**. Dossiê: Refletindo Sobre Pesquisas em lingüística vol. 8 nº 14,1º sem., p. 13-20, 2007.

REIS, Simone; EGIDO, Alex A. Ontologia, epistemologia e ética como determinantes metodológicos em Estudos da Linguagem. In: REIS, Simone. (Org). **História, Políticas e Ética na área profissional da linguagem**. Londrina: Eduel, 2017, p. 227-256.

RIESSMAN, Catherine K., **Narrative Analysis**. Newbury Park, Sage Publication, 1993.

RIESSMAN, Catherine K., Looking Back, Looking Forward. In.: RIESSMAN, C. K. (Ed.). **Narrative Methods for the Human Sciences**. California: Sage Publication, 2008. p. 01-20.

ROCHA, Maria. Elizabeth G. T. Iguais, mas separados. Os homossexuais e as forças armadas. In: **Revista Brasileira de Direito Constitucional** –n.17, p. 139-165, 2011.

SANG-HUN, Choe 2019. In South Korea, Gay Soldiers Can Serve. But They Might Be Prosecuted. **The New York Times**, Estados Unidos, 10 jul. 2019. Disponível em : <<https://www.nytimes.com/2019/07/10/world/asia/south-korea-army-gay.html>>. Acesso em 20 set. 2020.

SANTOS, William. S. A Análise de narrativa e entrevista na pesquisa qualitativa. In: BASTOS, L. C; SANTOS, W. S. (Org). **A entrevista na pesquisa qualitativa**: perspectivas em análise da narrativa e da interação. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013, p.21-35.

SARTRE, Maurice. Virilidades gregas. In: Corbin, Alain; Courtine, Jean-Jaques; Vigarello, Georges. (Org.). **História da virilidade**: A invenção da virilidade: da Antiguidade às Luzes. Rio de Janeiro: Vozes, 2013 p.17-70.

SCHIFFRIN, Deborah. Narrative as self-portrait: sociolinguistic construction of identity. In: **Language in society**. 25(2): 167-203, 1996.

SCHIFFRIN, Deborah. Interactional sociolinguistics. In: **Approaches to discourse**. Cambridge: Blackwell, 1994.p. 97-136.

SENA, José. Entextualização, indexicalidade e a produção discursiva do cuidado à saúde sexual lgbti+ no interior da amazônia oriental. In: **Revista de Letras da Universidade do Estado do Pará**, Out-Dez 2018, p. 4-19

SEFFNER, Fernando; DUARTE, Gustavo. E quando não há muito mais o que guardar no armário? Homossexualidades e processos de envelhecimento. In: **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 9, p. 57-82, 2015.

SEDGWICK, Eve.K. [1993] 2007. A Epistemologia do Armário. In: **Cadernos Pagu** (28), p.19-54, [1993] 2007.

SILVA, Daniel do N. e. O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. In: **Linguagem em (Dis)curso**, v. 14, p. 67-84, 2014.

SILVA, Daniel do N. e; ALENCAR, Claudiana. N. A. Violência e significação: uma perspectiva pragmática. In: Silva, Daniel; Ferreira, Dina; Alencar, Claudiana. (Org.). **Nova pragmática: modos de fazer**. 1ed.São Paulo: Cortez, 2014, v. 1, p. 259-283.

SILVA, Daniel do N. e; LOPES, Adriana C. “Yo hablo un perfeito portuñol”: Indexicalidade, ideología lingüística e desafíos da frontera a políticas lingüísticas uniformizadoras. In: **Revista da Abralin**, v. 17 , n. 2, p. 144-181, 2018.

SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. In: **Language & Communication**. Volume 23, Issues 3–4, p. 193-229, July–October 2003.

SIMONS, Hellen. PIPER, Heather. Questões éticas na geração de conhecimento público. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. **Teoria e métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

TANNEN, D. **Talking voices repetition, dialogue and imagery in conversational discourse**. 1^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. 233p

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, E. de O. **Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VERBICARO SOARES, Douglas; DEMÉTRIO, Rafaela; MORAIS, Rafael. (2020). O que ocorreu após o episódio de Laci de Araújo em 2008? A homossexualidade discutida nas Forças Armadas do Brasil. In: **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, 20(37), 85-103, 2020.

VERBICARO SOARES, Douglas. **La libertad sexual en la sociedad: especial referencia a la homosexualidad en las Fuerzas Armadas Brasileñas**. Tesis Doctoral del Programa de Doctorado Pasado y Presente de los Derechos Humanos, Universidad de Salamanca - USAL, Salamanca, España, 2015.

VIGARELLO, Georges. Introdução. In: Corbin, Alain; Courtine, Jean-Jaques; Vigarello, Georges. (Org.). **História da virilidade**: A invenção da virilidade: da Antiguidade às Luzes. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 11-16.

ZOLIN-VESZ, Fernando. (Por entre) As narrativas que (não) nos contam sobre a migração árabe na cidade de Cuiabá. In: ZOLIN-VESZ, Fernando. (Org.). **Linguagens e descolonialidades**: arena de embates de sentidos. 1^aed. Campinas: Pontes, 2016, v. 1, p. 59-74.

Anexo 1



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Pesquisa sob o título provisório “DISCURSOS DE HOMOFOBIA, CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES E SAÍDAS DO ARMÁRIO NO CONTEXTO MILITAR”. O produto da pesquisa é de ordem pública e será divulgado em revistas e congressos acadêmicos. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira via de guarda e confidencialidade da equipe de pesquisa e a segunda via ficará para quaisquer fins. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Além disso, sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, até a conclusão da pesquisa – prevista para 2020 –, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. O estudo está sendo realizado pela pesquisadora Flávia Correia Lima Huber Costa, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. As informações encontradas neste Termo são fornecidas por Flávia Correia Lima Huber Costa, pesquisadora principal, contatável via telefone (65) 981130370 ou e-mail Huber.flavia@gmail.com; e por sua orientadora, Professora Doutora Liana de Andrade Biar, contatável via telefone (21) 3527-1770 ou e-mail lianabiar@gmail.com.

OBJETIVO DO ESTUDO: Sendo a narrativa uma forma de Organização da experiência humana, compreender como militares, que se identificam como homossexuais, significam as experiências de preconceito na caserna. **115 PROCEDIMENTOS DO ESTUDO:** Se você decidir integrar este estudo, realizaremos uma entrevista individual que será transcrita para análise posteriormente. Essa entrevista terá tempo de duração variável a ser negociado com cada participante, podendo ser interrompida a qualquer momento sem qualquer ônus ou penalização para o participante. Utilizaremos os dados gerados como parte do objeto de pesquisa. **GRAVAÇÃO EM ÁUDIO:**

Todas as interações serão gravadas em áudio. As gravações serão ouvidas por mim e pela pesquisadora orientadora e serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado a fim de garantir confidencialidade. As gravações serão utilizadas somente para geração de dados. Se você não quiser ser gravado(a) em áudio, você deverá informar ao pesquisador, que procurará outras formas de geração de dados. Os dados gerados através das gravações serão armazenados durante um período de dez anos em um arquivo construído na residência do pesquisador responsável pelo estudo, sendo após tal período descartados.

RISCOS E CUIDADOS PROCEDIMENTAIS: Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você. Mas, você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se desconfortável. Existe a possibilidade de que sua identidade real seja revelada através de suas histórias narradas, no entanto, para reduzir tais riscos, optaremos por não utilizar no texto da tese qualquer narrativa que possa eventualmente identificá-lo. Eventualmente, o Exército Brasileiro poderá interpretar mal as críticas feitas durante este trabalho. Como forma de minimizar tal possível desconforto, os dados serão tratados de forma ética, sempre embasados por teorias relevantes e academicamente reconhecidas. De modo a reduzir qualquer possível malestar, a entrevista será construída de maneira aberta e flexível, sendo possível sua eventual reformulação (quanto ao tema em si ou ao ângulo em que o mesmo é abordado) ou até o seu encerramento, caso assim deseje qualquer um dos participantes. Dessa forma, você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o/a façam sentir-se incomodado(a), sugerir redirecionamentos no desenvolvimento da entrevista ou solicitar o seu encerramento.

BENEFÍCIOS: Sua participação será de fundamental importância para o desenvolvimento deste estudo, pois, através da análise de histórias de homofobia vividas nas Forças Armadas, poderemos compreender melhor o fenômeno neste contexto e contribuir para mudanças de efetivas dentro das instituições militares. Além da possibilidade de ampliar a visibilidade da sua luta no contexto acadêmico. No entanto, vale ressaltar que não há benefícios individuais diretos para você.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Pesquisadora responsável – Flávia Correia Lima Huber Costa, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob a orientação da professora doutora Liana de Andrade Biar. Você poderá entrar em contato com a pesquisadora através do telefone (65) 981130370, e-mail flaviahubercosta@hotmail.com ou com a orientadora por meio do telefone (21) 98841-1418, email: lianabiar@gmail.com. 116

CONFIDENCIALIDADE: Como foi descrito acima, seu nome não aparecerá nas transcrições das gravações bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado(a). Portanto, será preservado o sigilo da identidade das participantes e das entidades mencionadas nos discursos. Além disso, os pesquisadores garantirão o anonimato e a confidencialidade das participantes, utilizando os dados obtidos somente para fins acadêmicos e científicos, tais como: as monografias de disciplinas, a dissertação de mestrado, os artigos acadêmicos e as apresentações em eventos acadêmicos.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Esta pesquisa possui vínculo com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio - através do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, sendo a aluna Flávia Correia Lima Huber Costa a pesquisadora principal, sob a orientação da Profª Drª Liana de Andrade Biar. Os pesquisadores estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contate o pesquisador responsável no telefone (65) 981130370 ou no e-mail huber.flavia@gmail.com ou a pesquisadora orientadora no telefone (21) 3527-1770 ou no e-mail lianabiar@gmail.com em qualquer fase deste estudo. Outro canal para o esclarecimento de eventuais dúvidas ou questionamentos é o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEPq-PUC-Rio), contatável pelo telefone (21) 3527-1618 ou presencialmente no endereço: Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea – RJ, CEP 22453-900. O presente documento é emitido em duas vias, devendo ambas ser assinadas tanto por você quanto pelo pesquisador. Você terá uma via deste termo de consentimento para guardar consigo enquanto a outra se encontrará sob a posse do pesquisador. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contatar em caso de necessidade.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Os participantes não serão remunerados pela participação na pesquisa, portanto sua participação é voluntária. Os materiais utilizados para geração de dados serão armazenados por 5 (cinco) anos, após descartados, conforme preconizado pela Resolução CNS nº. 466 de 12 de dezembro de 2012.

CONSENTIMENTO

Acredito ter sido suficientemente esclarecido(a) a respeito das informações sobre o estudo acima citado, que li ou que foram lidas para mim. Discuti com a pesquisadora Flávia Correia Lima Huber Costa sobre a minha decisão em participar deste estudo. Ficaram claros para mim os propósitos da pesquisa, o procedimento a ser realizado, as garantias de confidencialidade e de

esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar de tal estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido. Concordo ainda com a utilização dos dados gerados na divulgação dos resultados da pesquisa em eventos científicos ou acadêmicos, periódicos e livros.

INFORMAÇÕES DO(A) PARTICIPANTE:

Nome: _____

Número de documento de identidade: _____

Endereço: _____

Telefone de contato: _____

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Anexo 2



DIEEx nº 711-A2.3/A2/GabCmtEx - CIRCULAR
EB: 64536.024005/2015-57

Brasília, DF, 13 de outubro de 2015.

Do Chefe do Gabinete do Comandante do Exército
Ao Sr Chefe do Estado-Maior do CMA, CML, CMN, CMNE, CMO, CMS e CMSE; e
Comandante Militar do Planalto
Assunto: direitos decorrentes de relações homoafetivas de militares e civis que integram o
efetivo de pessoal do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares
Anexo: Parecer nº 959/2013/CONJUR/MD, de 17 DEZ 13 (5 Fl)

1. Informo a V Exa que o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 132-RJ e da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 4.277-DF, decidiu pela obrigatoriedade do reconhecimento, como entidade familiar, da união de pessoas do mesmo sexo, desde que atendidos os mesmos requisitos exigidos para a constituição da união estável entre homem e mulher.

2. O Ministério da Defesa, por intermédio do Parecer nº 959/2013/CONJUR/MD, de 17 DEZ 13, pronunciou-se sobre o tema, firmando o entendimento de que a supramencionada decisão do STF garante a plenitude dos direitos decorrentes do art. 1.723 do Código Civil às relações homoafetivas no âmbito daquele Ministério, bem como dos Comandos das Forças Singulares, independentemente da edição de regulamentos.

3. Do exposto, encaminho a V Exa o Parecer anexo, para conhecimento e adoção das medidas decorrentes, com divulgação às OM subordinadas a esse G Cmdo.

Por ordem do Comandante do Exército.



M. Doreto
Fl. 59
CONJUR

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA DEFESA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATOS NORMATIVOS

PARECER N° 959 /2013/CONJUR/MD

PROCESSOS N° 60532.000273/2013-09 e N° 60010.000350/2013-10

INTERESSADO: Departamento de Organização e Legislação

ASSUNTO: Minuta de Portaria Normativa que assegura os direitos decorrentes de relações homoafetivas de militares e civis que integram seu efetivo de pessoal ativo e inativo do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares.

I. Código CGU Gestão 26.1: Manifestação Jurídica sobre minuta de ato normativo editado por Ministro de Estado ou demais autoridades internas.

II. Minuta de Portaria Normativa. Afirmão dos direitos decorrentes de relações homoafetivas de militares e civis que integram o efetivo de pessoal ativo e inativo do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares.

III. Inviabilidade jurídica da medida.

Senhor Consultor Jurídico Substituto,

1. Cuida-se de minuta de Portaria Normativa (em anexo) que assegura os direitos decorrentes de relações homoafetivas de militares e civis que integram o efetivo de pessoal ativo e inativo do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Singulares.

2. Em suma, a minuta visa estender os direitos afetas às relações heteroafetivas às homoafetivas, nos termos das decisões do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 132-RJ e na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 4.277-DF.

3. Como relato da tramitação dos autos, cumpre dizer que a demanda teve início com o Despacho nº 120/SG/SEORI/DEORG/DILEG (fl. 02), do 22 de agosto de 2013, do Departamento de Organização e Legislação - DEORG, que submeteu a minuta de portaria normativa às manifestações dos Comandos das Forças Singulares, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD).

4. A Marinha do Brasil se manifestou por meio do Ofício nº 60-254/MOD-MB (fl. 27), de 11 de setembro de 2013, não oferecendo óbice à aprovação da minuta.

Anexo 3

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio Parecer da Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 119/2019 – Protocolo 131/2019

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "Discursos de Homofobia, construção de masculinidade e saídas do armário no contexto militar" (Departamento de Letras da PUC-Rio).

Autora: Flávia Correia Lima Huber Costa (Doutoranda do Departamento de Letras da PUC-Rio).

Orientadora: Liana de Andrade Biar (Professora do Departamento de Letras da PUC-Rio).

Apresentação: Pesquisa qualitativa de estudos da linguagem que visa investigar o discurso acerca da homofobia no contexto de uma instituição militar – O Exército Brasileiro. Parte de uma abordagem interacionista, com base na teoria da sociolinguística interacional, com foco no estudo de narrativas e com o olhar centrado no conceito de estigma. Investigará tanto o discurso do cotidiano de nível macro que embasa as práticas discursivas dos personagens de caserna, como a coconstrução interacional dos discursos em níveis micro de análise. Prevê aplicação de entrevista com gravação, junto ao participante militar.

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Aprovado


Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio


Profa. Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2019

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900
Rio de Janeiro – RJ – Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: cepaq@puc-rio.br

Anexo 4

Convenções de Transcrição

...	pausa não medida
.	entonação descendente ou final de elocução
?	entonação ascendente
,	entonação de continuidade
-	parada súbita
=	elocuções contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
<u>sublinhado</u>	ênfase
MAIÚSCULA	fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	palavra em voz baixa
>palavra<	fala mais rápida
<palavra>	fala mais lenta
: ou ::	alongamentos
[início de sobreposição de falas
]	final de sobreposição de falas
()	fala não compreendida
(())	comentário do analista, descrição de atividade não verbal
“palavra”	fala relatada, reconstrução de um diálogo
hh	aspiração ou riso
↑	subida de entonação
↓	descida de entonação

Convenções baseadas nos estudos de Análise da Conversação (SACKS, SCHEGLOFF e JEFFERSON, 1974), incorporando símbolos sugeridos por Schifrin (1987) e Tannen (1989).